

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Dissertação

As Relações perigosas: o PT e o governo municipal de Pelotas (2001-2004)

Lauro Luis Borges Júnior

Pelotas, 2009

Lauro Luis Borges Júnior

As Relações perigosas: o PT e o governo municipal de Pelotas (2001-2004)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2009

Catálogo na fonte:

Carmen Lúcia Lobo Giusti – CRB-10/813

B732r Borges Junior, Lauro Luis.

As relações perigosas : o PT e o governo municipal de Pelotas (2001-2004) / Lauro Luis Borges Junior ; Álvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. – Pelotas, 2009.
395f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas.

1. Partidos políticos 2. Partido dos trabalhadores 3. Governo municipal 4. Pelotas (RS) 5. Ciência política I. Barreto, Álvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD: 324.2 098165

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador)
ISP-UFPeI

Prof. Dr. Álvaro Luiz Moreira Hypolito
FAE-UFPeI

Prof^a. Dr^a. Lorena Almeida Gill
ICH-UFPeI

Prof^a. Dr^a. Rosângela Marione Schulz
ISP-UFPeI

Dedicatória

Ao tio Renato (*in memoriam*) e à Laura Borges Rabelo.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, faço um agradecimento muito especial à minha família, sem a qual, realmente, este trabalho não teria sido possível. MUITÍSSIMO obrigado por todo o apoio!

Merece também um especial muito obrigado o meu orientador, professor Alvaro Barreto, por toda a colaboração que me deu neste período, desde as primeiras discussões sobre o projeto até a finalização do trabalho. Obrigado pela paciência, pela boa vontade e por todas as conversas e sugestões, que muitas vezes ajudaram a clarear caminhos que pareciam fechados!

Agradeço também aos amigos e colegas que contribuíram das mais variadas formas, seja emprestando materiais, dando dicas relativas ao trabalho ou me incentivando nesta jornada: ao Renato, ao Clóvis Ramos, à Laís, à Tininha, à Laíne, à Mana, à Denise, à Laura, ao Jair e ao Roberto, muito obrigado!

Em especial, agradeço a um companheiro de muitas jornadas e que muito contribuiu desde o momento em que resolvi voltar a estudar, seja através de palavras de apoio ou nos inúmeros debates e trocas de idéias: obrigado, meu irmão Ernani Schmidt!

Agradeço também ao Hilbert e ao Salvador, pelas informações importantes que deram para a realização deste trabalho e, ainda, a todos os entrevistados, pela contribuição inestimável que deram.

E, por último, agradeço àquele que foi parceiro de muitas e muitas horas de trabalho: valeu, Guri!

“...se você não concordar
não posso me desculpar
não canto prá enganar
vou pegar minha viola
vou deixar você de lado
vou cantar noutro lugar.”

(Geraldo Vandré)

Resumo

O trabalho propõe-se a analisar as relações estabelecidas entre o governo municipal de Pelotas (2001-2004) e o Partido dos Trabalhadores (PT), legenda a qual pertence o Prefeito, com ênfase aos principais momentos de tensão. Serve-se notadamente da consulta a documentos produzidos pelo PT local e da realização de entrevistas com as principais personagens das duas instâncias (governo e partido). Na mesma medida, procura remeter a discussão a uma problemática mais geral, relacionada às transformações vivenciadas pelo partido ao longo de sua trajetória e aos impasses advindos do fato de inserir-se como um importante agente institucional da política brasileira.

Palavras-chave: sistema político – governo – Partido dos Trabalhadores - Pelotas

Abstract

The present work aims at analysing the relationship established between the city government of Pelotas (2001-2004) and the Partido dos Trabalhadores (PT) (Workers' Party), political party to which the Mayor belongs to, with emphasis to moments of tension. It is enriched by the reading and analysis of documents produced by the local PT and interviews with the main characters of the events (local government and political party). At the same time, the work focuses on discussing a more general problem, related to the changes faced by the political party along its history and the challenges of becoming an important institutional agent in Brazilian politics.

Keywords: political system – government – Workers Party - Pelotas

Lista de Siglas e Abreviaturas

AE	Articulação de Esquerda
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASUFPEL	Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas
AVALU	Avançar a Luta
BS	Brasil Socialista
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CLTB	Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros
CNB	Construindo um Novo Brasil
COINPEL	Empresa Municipal de Informática de Pelotas
CS	Convergência Socialista
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DS	Democracia Socialista
ED	Esquerda Democrática
EMPEM	Empresa da Pedreira Municipal
ETERPEL	Empresa do Terminal Rodoviário de Pelotas
FAS	Fórum de Ação Socialista
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LIBELU	Liberdade e Luta

LOPP	Lei Orgânica dos partidos Políticos
MCR	Movimento Comunista Revolucionário
MCS	Movimento Convergência Socialista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado
MOE	Movimento Oposição de Esquerda
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTM	Movimento por uma Tendência Marxista
OCDP	Organização Comunista Democrática Proletária
OIAT	Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores
OMB	Organização Marxista Brasileira
ONG	Organização Não Governamental
OP	Orçamento Participativo
ORM-DS	Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PAR	Programa de Arrendamento Familiar
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCO	Partido da Causa Operária
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PED	Processo de Eleições Diretas
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
POLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
POR	Partido Operário Revolucionário
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PST	Partido Social Trabalhista

PT	Partido dos Trabalhadores
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SANEP	Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
SEURB	Secretaria de Planejamento Urbano (SEURB)
SIMP	Sindicato dos Municipários de Pelotas
SINDUSCON	Sindicato das Indústrias da Construção e Mobiliário de Pelotas e Região
SQA	Secretaria de Qualidade Ambiental
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Resumo	6
Abstract	7
Lista de Siglas e Abreviaturas	8
Introdução	13
Capítulo 1 – O Partido dos Trabalhadores: origem, institucionalidade e transformações	21
1.1 – Origem	22
1.2 – Organização	29
1.3 – O Confronto com a institucionalidade	38
1.4 – As Administrações	46
1.5 – As Transformações na trajetória	51
1.5.1 – O Socialismo	52
1.5.2 – As Alianças	58
1.5.3 – O Marketing e a profissionalização dos quadros	61
1.5.4 – A Democracia interna	63
1.6 - As Tendências	68
Capítulo 2 – O PT em Pelotas (1979-2000): da fundação ao governo municipal	77
2.1 – Origens e formação	77
2.2 – O Percurso eleitoral	82
2.3 – A Disputa de 1996	85
2.4 – O “Caso Miltinho” e a campanha de 1998	91
2.5 – A Campanha vitoriosa à Prefeitura	97
Capítulo 3 – O Governo Marroni e o PT (2001-2004): elementos de uma convivência difícil	100
3.1 – A Formação do governo: o Fórum de Tendências	101
3.2 – A Relação com o secretariado	106
3.3 – A Reforma do secretariado	109
3.3.1 – As Relações com a DS	111
3.3.2 – A Mudança na SEURB	115
3.3.3 – A Negociação com o FAS	118
3.4 – O Relacionamento com a bancada	120
3.5 – O Orçamento Participativo	123

3.6 – O Governo, o PT e os movimentos sociais	126
3.6.1 – A Relação com os municípios	127
3.6.2 – A Polêmica do transporte coletivo	131
3.6.3 – A Relação com os comerciários	133
3.7 – A Centralização	134
3.8 – O Esvaziamento do partido	140
3.9 - A Esquerda partidária e o governo	141
3.10 – A Avaliação geral sobre o governo	143
Capítulo 4 – O PT e a institucionalidade em Pelotas: reflexão sobre as relações perigosas	147
4.1 – Os Impasses na trajetória do PT	147
4.2 – As Ambiguidades do PT em Pelotas	158
4.3 – O Governo Marroni	163
Conclusão	174
Referências	177
Apêndice	184

Introdução

A importância alcançada pelo PT na literatura especializada afirmou-se a partir do início dos anos 80, quando a experiência da construção de um partido de trabalhadores dava seus primeiros passos. O debate, realizado por intelectuais de diversas áreas, discutia o momento político que permitiu esta iniciativa, no qual se destaca o período de ocaso da ditadura militar, ocasião em que renasceu um forte movimento oposicionista, que tinha como alicerces o novo movimento sindical surgido das grandes indústrias metalúrgicas do ABCD paulista, os movimentos comunitários que exigiam melhores condições de moradia e lançavam campanhas contra a carestia, e, ainda, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEB), fortemente engajadas em todos estes movimentos.

Este debate deve-se tanto à conjuntura que propiciou este movimento quanto à forma como foi organizado desde o primeiro momento, o que o levou a ser considerado, por boa parte dos intelectuais envolvidos em seu estudo e também pela opinião pública, como uma “novidade” no quadro político-partidário brasileiro, tão acostumado a ver os partidos serem criados a partir das conveniências das elites.

Da síntese destes movimentos, aliada ao processo de reabertura política do país e aos limites de uma atuação apenas sindical e social, tem-se a formação do PT, que contou, além dos atores indicados acima, também com a presença de grande número de intelectuais e de organizações de esquerda, então em processo de reaglutinação. Este tipo de conformação deu vida a um discurso que proclamava a necessidade da construção de uma sociedade que tivesse os trabalhadores como seus dirigentes. E tal discurso, por sua vez, deu base à construção de uma

organização que, para consumir estes desafios, deveria ela própria ser profundamente democrática na sua construção interna.

Já em um momento posterior, os estudos sobre o PT se voltaram para as primeiras experiências realizadas pelo partido em administrações municipais e têm como eixo a discussão sobre o choque entre as propostas de participação popular e de democratização dos espaços públicos e, por outro, as dificuldades em gerir máquinas normalmente falidas e a oposição sistemática de partidos tradicionais que controlam boa parte destas máquinas. Neste quadro, tem-se, ainda, um processo de forte disputa interna, onde se destacam as constantes crises envolvendo membros das administrações e dos diretórios da legenda, assim como entre as diversas correntes, tendo como pano de fundo os embates sobre como o PT deveria se portar dentro de uma instituição regida pelas regras da “democracia formal”. Não foram poucos os casos em que estas disputas resultaram em afastamentos de membros de determinadas administrações e em rompimentos entre parlamentares do PT e governos. Como reflexo destes embates e das mudanças operadas no partido, seja no universo prático e cotidiano da sua atuação, seja nas resoluções de seus encontros e congressos, vê-se também o lançamento de trabalhos que analisam estas mudanças política e ideologicamente, e confrontam o discurso original do partido com a situação de seu aprofundamento na vida institucional do país.

Percebe-se como parte integrante destas discussões, a experiência realizada pelo PT no município de Pelotas, durante os anos de 2001 a 2004, sob o comando de Fernando Marroni. Ressalva-se o quadro econômico de estagnação da cidade e da região sul do estado do Rio Grande do Sul e o contexto político de Pelotas naquele momento, já que vinha de gestões que tiveram grandes dificuldades para administrar a cidade e, principalmente, de uma séria crise ética, destacando-se o fato de que o último Prefeito (Anselmo Rodrigues) havia sido afastado judicialmente, acusado de improbidade administrativa. Este quadro conferia uma grande expectativa em relação à experiência do PT, naquele momento a primeira na região.

A análise sobre esta experiência, tomando como base a questão da democratização da gestão – anunciada como prioridade da Frente Popular na campanha para as eleições de 2000 – foi o tema do Trabalho de Conclusão do autor no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPel, intitulado “A Questão da democratização da gestão na Prefeitura de Pelotas durante o mandato da Frente Popular” e concluído no segundo semestre de 2006. O referido trabalho teve como

metodologia a pesquisa em diversos segmentos envolvidos com o governo, administrativa ou politicamente. São eles: o secretariado do governo Municipal, a Câmara Municipal, o Sindicato dos Municípios de Pelotas (SIMP), os movimentos sociais, os integrantes do Orçamento Participativo e os partidos políticos formadores da Frente Popular.

Ao concluir o trabalho, chegou-se a uma situação que evidenciava um quadro de profunda centralização das políticas por parte do Prefeito e descontentamento por parte dos agentes envolvidos, notadamente aqueles politicamente integrados ao PT. Ou seja, um processo de embate entre o Prefeito e as instâncias do PT (Executiva, Diretório Municipal e tendências).

Assim, na continuidade da pesquisa, agora no curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFPel, optou-se por realizar um trabalho que versasse sobre a questão específica da relação entre o governo municipal e o Partido dos Trabalhadores.

Tal escolha impõe-se em razão das divergências apuradas na monografia de Graduação – ocorridas durante boa parte do período do governo, configurando um quadro de permanente tensão – e do interesse deste autor em discuti-las levando em consideração questões como o histórico do PT em Pelotas e, principalmente, a “evolução” política do PT, contando para isso, com o acompanhamento das resoluções de encontros e congressos, para analisar a capacidade de explicação deste elemento sobre as questões evidenciadas pelo trabalho realizado.

Desta forma, a presente dissertação propõe-se a analisar as relações estabelecidas entre o governo e o PT em Pelotas, com ênfase aos principais momentos de tensão registrados, remetendo esta discussão para o momento político do país naquele período, onde o PT já havia tornado-se um importante agente institucional da política brasileira.

É importante destacar que, apesar de centrado em uma experiência específica, o trabalho não se pretende circunscrito ao estudo de caso, pois entende que as dicotomias vivenciadas em Pelotas não fogem aos dilemas que dizem respeito historicamente ao PT. Afinal, o Partido dos Trabalhadores nasceu como uma experiência única no cenário político brasileiro, com forte caráter classista, consolidou-se com a proposta de uma estrutura interna democrática, onde as principais decisões deveriam ser tomadas pelas bases partidárias, inclusive instituindo, em contraposição à lei que regia os partidos políticos na época, os

núcleos partidários como instância de discussão e consulta aos filiados. (KECK, 1991)

A partir do momento em que legitimou sua participação na vida política da sociedade brasileira e inseriu-se na institucionalidade, conquistando cadeiras nos legislativos e nos executivos de vários municípios, o PT sofreu grande pressão para moldar-se ao *status quo* e ser mais palatável às elites, fazer alianças fora de seu espectro ideológico, abandonar propostas de rupturas radicais (como o rompimento com o FMI e propostas estatizantes) e condenar movimentos sociais que tenham o enfrentamento de classes como método político, como o MST.

Neste contexto, o PT de fato modificou seu comportamento, realizou alianças que negava visceralmente na sua origem, atenuou o discurso de enfrentamento e de denúncia que marcaram sua constituição, em troca de propostas que levassem à governabilidade e à inclusão social dentro dos limites institucionais e acompanhou estas transformações com uma mudança programática, nas resoluções de seus encontros e congressos. Estas questões trazem à tona uma série de reflexões, como a discussão sobre os motivos destes acontecimentos, conectando à profundidade do alcance de pressões externas, como o sistema político brasileiro e as tradicionais ações das elites do país para moldar os diversos agentes à sua prática, com os acontecimentos internos que propiciaram tais modificações.

As experiências administrativas do PT revelam a existência de conflitos em uma diversidade de questões e com perfis diferenciados, mas que são causadas principalmente pela pressão institucional sobre os agentes políticos do partido. A gestão do Partido dos Trabalhadores em Pelotas aponta para um quadro que não foge a estes conflitos considerados acima, marcados por uma intensa disputa entre o Prefeito e o Diretório Municipal e que denota uma forte centralização política por parte do primeiro, bem como a ação para afastar lideranças históricas do partido, além da tentativa de cooptação sobre agentes políticos e movimentos sociais, procurando fazer com que estes estejam subordinados à sua política, em vez de aqueles interferirem na condução das políticas públicas propostas pela administração.

A partir dessas considerações e condicionantes, a pesquisa tem como objetivo principal analisar as relações políticas estabelecidas entre o governo

municipal e o Partido dos Trabalhadores, tendo presente as experiências do PT na institucionalidade e os conflitos gerados a partir do exercício do poder.

Para a realização deste trabalho, houve três procedimentos distintos, vinculados às diferentes fontes de pesquisa. O primeiro envolveu a revisão bibliográfica relativa aos diversos momentos dos estudos acerca do PT, como já explicitado. A partir dessa revisão, foram selecionadas algumas questões consideradas fundamentais para a análise do caso a ser estudado. O segundo serviu-se de documentos, resultados eleitorais, trabalhos acadêmicos, consultados com vistas a caracterizar a trajetória histórica do PT em Pelotas e a montar o cenário no qual se desenvolveu, a partir de 2001, o governo local. Por fim, a identificação e a análise dos diferentes episódios que demarcaram os conflitos entre o governo e o partido estiveram baseados na consulta a documentos internos do PT e, principalmente, a realização de entrevistas com personagens importantes neste processo.

É necessário evidenciar a importância fundamental que tais entrevistas tiveram para a realização do trabalho, constituindo a fonte primordial para a análise específica. Todas as entrevistas obedeceram a um roteiro previamente estabelecido, o qual foi formatado, conforme o levantamento de uma série de episódios e confrontos que envolveram a relação entre o partido e o governo. Tal levantamento, por sua vez, foi executado a partir da vivência do autor como militante do PT e participante dos quadros do governo durante parte da gestão, da experiência oriunda da pesquisa anterior (BORGES JÚNIOR, 2007) e da consulta a fontes documentais. O roteiro também estava adaptado às funções que o entrevistado exercera no governo ou no partido e com o conhecimento que tinha sobre assuntos que envolviam a trajetória do PT na cidade. No entanto, estes roteiros sofreram modificações sempre que isto se mostrou necessário.

A relação de pessoas a serem entrevistadas foi montada a partir do levantamento das situações cujas circunstâncias e diferentes interpretações foram consideradas importantes para a pesquisa. Obviamente, os possíveis depoentes estiveram diretamente envolvidos nesses episódios, sendo integrantes do governo (secretários, em especial) ou membros das instâncias diretivas do partido no período 2001-2004.

No total, foram ouvidas 22 pessoas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2008, com exceção de duas, consideradas

fundamentais para os objetivos do trabalho (com Salvador Martins, articulador político do governo, e Miriam Marroni, vereadora e esposa do prefeito), que foram fornecidas em janeiro e em maio de 2009.

Informa-se que algumas pessoas presentes na listagem original foram procuradas para dar depoimento, mas, por motivos diversos, não o fizeram. A mais significativa das ausências é a do ex-prefeito Fernando Marroni. Apesar dos insistentes pedidos, durante vários meses, não se mostrou possível entrevistá-lo. Conforme seu coordenador de gabinete, Salvador Martins, Marroni teve problemas de agenda no período em que seria realizada a entrevista, mesmo motivo pelo qual o Secretário Daniel Aquini não pode atender à solicitação. O vereador Milton Martins agendou por duas vezes com o pesquisador, mas não compareceu a nenhuma delas. Luciano Lima, dirigente da tendência Democracia Socialista e membro do governo municipal no último ano da administração, assim como Amilton Figueiredo, membro da Executiva Municipal do PT, solicitaram que as perguntas fossem enviadas por correio eletrônico, porém não deram retorno. Eitel Dias Maicá, Secretário de Desenvolvimento Rural durante os anos de 2003 e de 2004, foi procurado por correio eletrônico e não respondeu à mensagem, embora não se não pode ter certeza de que o endereço fornecido ainda esteja em funcionamento.

O procedimento para a realização das entrevistas foi o seguinte: os depoimentos foram gravados, com exceção do de Lair de Mattos, que, conforme solicitado, respondeu às perguntas por escrito. Depois, elas foram transcritas na íntegra. É importante evidenciar que a utilização para fins deste trabalho foi autorizada por escrito pelos entrevistados.

Concluída esta etapa, foi feita uma seleção dos principais trechos de cada uma delas, de acordo com os temas já previamente destacados e, a partir disto, fez-se o cruzamento entre as diferentes versões e interpretações. Posteriormente, tais informações foram relacionadas com aquelas fornecidas pela análise documental e a revisão bibliográfica. Tais procedimentos forneceram o conjunto de elementos necessários para proceder às análises pretendidas e, assim, cumprir os objetivos propostos para a presente pesquisa.

O trabalho se estrutura em quatro capítulos. O primeiro versa sobre o PT e busca caracterizá-lo historicamente: aborda o contexto político que deu origem ao partido, os debates que permearam a sua consolidação e evidencia aos dilemas vivenciados por uma legenda nascida da força dos movimentos sociais e que, em

poucos anos, atingiu forte presença institucional, ao mesmo tempo em que se viu pressionada pelas exigências oriundas desta institucionalidade. Desse modo, algumas das experiências administrativas são referenciadas, como: Diadema, o primeiro dos municípios governados pelo PT, São Paulo e Porto Alegre. Referências às correntes internas que, ao longo do tempo, compuseram-no também foram apresentadas, dado a importância do tema para a compreensão dos rumos tomados pelo partido.

Para a realização deste capítulo, a fonte principal foi um conjunto de autores que se dedicaram especificamente ao estudo do tema (MENEGUELLO, 1989; GURGEL, 1989; KECK, 1991; IASI, 2006, dentre muitos outros). Igualmente, apresentam-se as resoluções do PT, desde os documentos produzidos no momento em que era discutida a formação do novo partido, em 1979, até as resoluções de seu 3º Congresso, realizado em 2007, visto que em tais documentos pode-se perceber com mais nitidez as mudanças empreendidas e os novos desafios enfrentados pela legenda em sua trajetória histórica.

No segundo capítulo, procede-se à análise sobre o partido em Pelotas, compreendendo o período de sua formação, o percurso eleitoral desde as eleições de 1982, a emergência de Fernando Marroni como liderança partidária, a campanha que levou o PT à Prefeitura no ano 2000 e também alguns momentos de conflitos internos do partido. O foco é caracterizar a trajetória apresentada pelo PT local, suas características, peculiaridades e correlação de forças internas, entre a fundação e o período imediatamente anterior ao início do governo de Marroni. Para a construção desse capítulo, foram utilizados documentos internos do partido, trabalhos acadêmicos e entrevistas com alguns de seus membros, em especial: Cecilia Hypolito, Ivan Duarte e Renato Della Vechia.

O terceiro capítulo traz as questões mais diretamente relacionadas ao problema de pesquisa, pois discute a relação do governo com o PT, especialmente a partir dos temas destacados pelos entrevistados. Apresentando os principais temas destacados pelos entrevistados e pelos documentos analisados, compreendendo: a formação do governo; as relações do Prefeito com o secretariado e a “reforma” deste, no final do segundo ano de mandato; a relação do governo com a bancada de vereadores do partido, com a Câmara Municipal e com os movimentos sociais; o Orçamento Participativo implementado pela Prefeitura; os temas da “centralização” e do “esvaziamento” do PT, apontados como questões centrais no debate das

relações entre governo e partido; e ainda, as relações entre a esquerda partidária e o governo.

Por fim, o quarto capítulo problematiza as questões levantadas ao longo do trabalho, estabelecendo uma relação entre a trajetória geral do partido e as questões que envolveram o governo em Pelotas.

Capítulo 1

O Partido dos Trabalhadores: origem, institucionalidade e transformações

Este capítulo tem por objetivo caracterizar o Partido dos Trabalhadores (PT), com vistas a subsidiar a análise da experiência de governo em Pelotas, no período 2001-2004, a ser desenvolvida na sequência do trabalho. Ele aborda o contexto político que deu origem ao partido, os debates que permearam a sua consolidação (em especial no que tange ao modelo de organização e à democracia interna, ao posicionamento relativo ao socialismo, às alianças e à utilização do marketing político). Igualmente, evidencia os dilemas vivenciados por uma legenda nascida da força dos movimentos sociais e que, em poucos anos, atingiu forte presença institucional, ao mesmo tempo em que se viu pressionada pelas exigências oriundas desta institucionalidade. Algumas das experiências administrativas são referenciadas, como: Diadema, o primeiro dos municípios governados pelo PT, São Paulo e Porto Alegre. Por fim, também é dado destaque às diferentes configurações das correntes internas, dado a importância delas para a compreensão dos rumos tomados pelo partido.

Para a realização deste capítulo, a fonte principal foi um conjunto de autores que se dedicaram especificamente ao estudo do PT e cujas interpretações consolidaram as principais linhas analíticas acerca do tema, notadamente: MENEGUELLO (1989), GURGEL (1989), KECK (1991) e IASI (2006). Na mesma medida, procurou-se apresentar as resoluções do PT, desde os documentos produzidos no momento em que era discutida a formação do novo partido, em 1979, até as de seu 3º Congresso, realizado em 2007, visto que em tais documentos pode-

se perceber com mais nitidez as mudanças empreendidas e os novos desafios enfrentados pela legenda em sua trajetória.

1.1 – Origem

Conforme KECK (1991), durante os anos de 1974/1975, a ditadura militar instalada no Brasil desde 1964 atravessava momentos de profunda crise econômica e política. Seu modelo, baseado na expansão industrial, apresentava sinais de saturação e levava amplos setores médios a engrossarem a fileira dos que pediam o fim do regime. Tal modelo intensificou o processo, já evidenciado desde as décadas de 30 e 40, e aprofundado durante o governo de Juscelino Kubitschek, que levou imensos setores da população para os grandes centros e provocou enorme demanda por serviços de infra-estrutura, educação e saúde.

Este quadro de crise contribuiu para que, em 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) articulasse uma campanha nacional pela reposição de perdas salariais, provocada pela descoberta de que o governo havia adulterado os índices dessas perdas. A campanha não obteve êxito em sua reivindicação específica, mas estabeleceu as condições para que todos os descontentamentos em relação ao regime pudessem aflorar.

No ano seguinte, a partir da greve realizada na fábrica da Scania, em São Bernardo, no dia 12 de maio, o movimento sindical tomou as ruas, primeiro na região do ABCD paulista e, logo depois, em várias outras regiões do país. A intenção era reivindicar melhorias salariais e protestar contra as condições de miséria em que vivia a classe trabalhadora brasileira. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998)¹ Como resultado, mais de 24 categorias e de 500 mil trabalhadores entraram em greve. (MENEGUELLO, 1989) O movimento obteve aumentos salariais para estas categorias e trouxe ânimo para os novos lutadores sociais que emergiam.

Em 1979, as pressões aumentaram e levaram à greve mais de três milhões de pessoas, oriundas de 113 categorias. (Idem) Porém, o sucesso dos movimentos do ano anterior levou a que patrões e governo se articulassem e enfrentassem com

¹ - Apesar de esta greve ter ficado como referência daquele período, Lula afirma que a primeira paralisação foi realizada um dia antes, pelos motoristas de empilhadeiras de: Volkswagen, Ford e Mercedes-Benz. Para mais informações, ver: DANTAS (1981).

forte repressão as novas investidas dos trabalhadores. Desse modo, as greves foram derrotadas nos seus objetivos imediatos e a ditadura interveio com força nas organizações sindicais, destituiu direções e levou à prisão vários líderes, entre eles Lula, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Este momento indicava com clareza que, embora em crise, o governo militar estava longe de ter perdido sua força, fez com que os líderes do movimento sindical se questionassem sobre os limites da luta corporativa e colocassem na ordem do dia a necessidade da articulação com outros setores explorados da sociedade para garantir a conquista dos direitos reivindicados.

Nos documentos referentes ao período de construção do PT, várias passagens ressaltam esta questão. Na “Tese de Santo André-Lins”, de 24 de janeiro de 1979, vê-se a declaração da “*necessidade da conquista do poder político*”, seguida da defesa da importância de que esta conquista se dê por meio da organização partidária, com a afirmação de que “*a história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político*”. Para marcar a importância desta articulação política dos trabalhadores, o documento evidencia a importância de a classe trabalhadora lutar por bandeiras políticas como: “*a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária*”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 47)

Outros documentos desta fase reforçam a questão, como a “Carta de Princípios”, lançada em primeiro de maio de 1979, que destaca a fase de “*amadurecimento político*” dos trabalhadores brasileiros e ressalva que a falta de uma maior articulação entre os trabalhadores impediu mais avanços nas greves de 1978-1979. Sobre isto, o documento diz que: “*não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido*”. Finalmente, a “Declaração Política do PT”, de 13 de outubro de 1979, afirma que as intervenções realizadas pela ditadura nos sindicatos demonstram a “*urgente necessidade*” da luta política por parte dos trabalhadores. (Idem, p. 55)

Neste período, a demanda por serviços essenciais de diversas comunidades dos grandes centros, onde a acelerada industrialização levou a uma ocupação desordenada e sem a cobertura de uma infra-estrutura adequada, deu origem a uma

série de associações de bairros e de conselhos comunitários, que reivindicavam serviços como saúde e habitação, e de clubes de mães, que exigiam creches. Estes, por sua vez, propiciaram o surgimento de movimentos articulados, como o Movimento Contra a Carestia. Estas articulações surgiram inicialmente com mais força em São Paulo, e, em seguida, espalharam-se para várias outras grandes cidades do país. (KECK, 1991)

Como espinha dorsal desses movimentos, destacou-se a participação dos membros da Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), articuladas majoritariamente nas periferias. Estas traduziam a nova diretriz da instituição na América Latina, a “opção preferencial pelos pobres”, definida como principal bandeira na Conferência de Medellín, realizada em 1968.

Junto a estes movimentos, apareciam diversos grupos da esquerda socialista que, após a dura repressão militar levada a cabo entre o final da década de 60 e o início da década de 70, procuravam se articular. Assim, eles discutiam como intervir nos novos movimentos, lançavam jornais de debate e de agitação, dos quais vários viriam a ser conhecidos nacionalmente e contribuiriam para a unificação de alguns destes grupos.

Conforme Eder SADER (1988), estes três setores têm como elemento comum a condição de estarem em crise de identidade e formaram aquilo que ele caracteriza como o “novo sujeito social e histórico”, surgido deste processo de lutas.

O movimento sindical praticamente perdera sua função reivindicatória durante o período, em razão da dinâmica impetrada pela ditadura, que estabelecia o período em que se dariam os reajustes salariais e as formas de cálculo para determiná-los, exercendo sobre as organizações sindicais um forte controle para que não extrapolassem os limites impostos e exercessem funções meramente assistenciais. Com isso, ele perdia boa parte do potencial de interlocução com os trabalhadores e procurava, a partir deste ressurgimento, novamente colocar-se como representante dos trabalhadores.

A Igreja Católica viu minguar sua influência entre a população mais pobre, principalmente a partir da década de 50, “*frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda e mesmo, do simples afastamento das práticas religiosas*”. (Idem, p. 150) Naquele contexto, tinha a oportunidade de retomar essas raízes, a partir do movimento que tomava corpo na América Latina, com o nascimento da Teologia da Libertação, que aliava a fé à luta dos pobres por justiça e igualdade, e procurava

superar a dicotomia entre o humano e o divino, onde “*a salvação é anunciada na instauração de condições de vida mais humanas*”. (Ibidem, p. 153)

Já a esquerda socialista, que vinha de uma dupla derrota, com o quase extermínio promovido pela ditadura militar e pelos caminhos tomados pelo “socialismo real”, nesta articulação tinha a oportunidade de organizar-se e construir bases populares para sua interlocução.

Desta forma, as três matrizes se completavam na tarefa de construir um sujeito capaz de questionar a ideia firmemente estabelecida entre os intelectuais brasileiros de que o povo brasileiro não tinha “aptidão” para a organização coletiva. A Igreja Católica possuía raízes aprofundadas na cultura popular e dispunha de uma estrutura organizacional consistente. A esquerda, que não possuía esta base, em contraponto, tinha um arcabouço teórico bem elaborado para organizar e sistematizar a luta popular. Já o sindicalismo, que não possuía nem a tradição de organização da Igreja, nem o escopo teórico da esquerda, tinha a seu favor o “*lugar institucional em que se situa*” (Ibid., p. 144), constituído para “*agenciar os conflitos trabalhistas*”. (Ibid., p. 145)

CHAUI (s/d, p. 75) enfatiza que tais condições fazem com que o caráter central deste “*novo sujeito social e histórico*” seja a “*indeterminação das suas propostas*”, que nascem e se constroem nas lutas cotidianas. Assim, o PT surgiu desta série de movimentos que se articularam e que incorporaram às suas reivindicações imediatas a luta política, e exigiram, entre outras bandeiras, a anistia para os exilados políticos, a democratização do país e o fim da ditadura militar.

De acordo com KECK (1991), também se agregaram, e tiveram influência na construção da nova legenda: o movimento estudantil, que se reconstituía lentamente após a repressão a que foi submetido entre os anos de 1967 e 1968, quando foi o principal agente das lutas contra a ditadura militar; e os intelectuais, que se organizavam em entidades como o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Estes, também conforme MENEGUELLO (1989) e GURGEL (1989), tiveram papel de grande importância, ao serem capazes de fazer a síntese de tudo o que naquele momento emergia das lutas populares e conferir-lhe o caráter de programa partidário.

Outro fator importante nas questões que originaram o PT é o debate com outros setores da oposição (como PCB, PCdoB e MR-8). Naquele momento, eles

estavam no MDB, o partido consentido de oposição ao regime e que tinha forte conotação de frente de oposição, onde atuavam diversos setores e tendências políticas, as quais compunham um quadro que ia de setores liberais e democratas que se opunham ao regime a organizações de esquerda proscritas.

Conforme KECK (1991), as mobilizações sindicais de 1978 e de 1979 aproximaram os líderes sindicais que emergiram destas lutas com as lideranças do MDB, tendo à frente nomes como Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso, sendo que este participou do primeiro grupo composto para pensar o novo partido.

Porém, as resistências colocadas pelas lideranças sindicais aos políticos e a forma como pensavam a construção do PT – na qual as reivindicações populares seriam prioridade e os parlamentares estariam submetidos à dinâmica dos movimentos sociais –, afastaram das discussões Fernando Henrique, Almino Afonso e outras lideranças. Somente algum tempo depois, com a derrota de setores populares do MDB de São Paulo em convenção daquele partido, é que sete parlamentares aderiram ao PT, entre eles Eduardo Suplicy, que já fazia parte dos debates desde o seu início.

A visão do novo partido que estava sendo construído sobre o que representava o MDB na luta política brasileira ficou clara na “Carta de Princípios”, quando afirmou que não ignorava *“o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares”*. Porém, tal afirmação é seguida do seguinte trecho:

o MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 52)

Outro aspecto importante é que a entrada em cena do Partido dos Trabalhadores rompia com uma dicotomia até então existente durante praticamente toda a vida política do país, e que se fazia forte naquele contexto da ditadura militar: o fato de as disputas acontecerem em torno da defesa ou da oposição ao Estado, sem levar em conta as reivindicações de classe. Naquele momento, o debate se

concentrava em ser contra ou a favor do governo, como impunham os próprios limites da lei partidária. Esta argumentação é seguida por GOMES (2000, p. 17), para quem a discussão trazida pelo PT “[...] possibilitou a introdução do questionamento sobre o significado do que fora até então entendido como oposição no contexto político brasileiro”.

Neste cenário, pela forma como foi concebido desde os primeiros momentos e pelo caráter de classe com que se apresentava, o PT foi encarado pela maior parte dos intelectuais que o estudaram como uma “novidade” na política brasileira, pois trazia à cena as reivindicações da classe trabalhadora, modificava este quadro e colocava novos elementos no debate sobre a abertura política no país. Partem desta concepção autores como: MENEGUELLO (1989), GADOTTI e PEREIRA (1989), KECK (1991), MOISÉS (s/d), CHAUI (s/d), Emir SADER (s/d).

Este caráter de novidade deve-se também ao fato de a política partidária no Brasil ter sido essencialmente praticada pelas elites e os partidos daí surgidos terem se caracterizado pelo jogo de poder entre as classes dominantes. Assim, os elementos centrais da prática política eram: a barganha, as negociações de gabinete, o caudilhismo e o coronelismo. O surgimento do PT quebrava esta tradição, como se vê no início de seu Manifesto, lançado no dia de sua fundação, em 10 de fevereiro de 1980:

[...] surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venham das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 65)

Para Emir SADER (s/d, p. 153), o PT é uma “novidade radical”, na medida em que foi criado das lutas sociais, em um país com tradição autoritária. Também faz parte deste coro de opiniões o histórico militante trotskista Mário Pedrosa, para quem o PT é um “*produto do Brasil contemporâneo*”. (PEDROSA, 1980, p. 19) Para o autor, célebre crítico da forma como os partidos comunistas tradicionais

encaravam o processo de construção do socialismo no Brasil, ele era a “*grande novidade*” que o operariado brasileiro estava construindo e sua missão como agente de uma classe que começava tardiamente a se organizar e dar seus primeiros passos era “*política e civilizadora*”. (Idem, p. 20)

No entanto, alguns autores colocaram óbices a este tipo de definição, entre eles, OLIVEIRA (s/d). Apesar de concordar com boa parte da argumentação sobre a formação da legenda e de ser um dos intelectuais que fizeram parte de sua fundação, contesta a versão que coloca o partido como único a ter a classe operária como principal agente na história política brasileira. Isso porque ele afirma que o PCB tinha, na sua origem, boa parte dos quadros vindos desta classe e havia surgido do movimento sindical no início da segunda década do século XX. Este, juntamente com intelectuais e membros da classe média, formou o Partido Comunista do Brasil (nome oficial do PCB na época), conformação que seria a mesma que deu origem ao PT, 60 anos depois. Assim, o PCB, em que pese todas as modificações pelas quais passou em sua existência, também trazia consigo a “questão operária”, e a negação que o Partido dos Trabalhadores fez em relação ao PCB desde o seu surgimento, embora tenha muito a ver com a política de colaboração de classes exercida pelos comunistas, também tem como ponto fundamental o fato de que “*parte daquela dialética que não permite o reconhecimento de outros que disputam o mesmo espaço político*”. (Idem, p. 11)

Outro que discute criticamente a questão da “novidade” do PT no cenário político brasileiro é RODRIGUES (1990). O autor concorda com várias das questões apontadas em relação a este caráter da legenda no cenário político brasileiro, porém, questiona o argumento segundo o qual ele teria surgido única e exclusivamente pela ação “dos de baixo”. Para ele, o PT não pode ser considerado como organizado por aqueles que “*estão colocados à margem das instâncias de poder*” (Idem, p. 10), em razão de terem sido fundamentais neste movimento as lideranças operárias que se encontravam em postos de comando de entidades sindicais oficiais, além da Igreja Católica, que influenciou fortemente os movimentos sociais que deram impulso ao partido. Estes dois aparatos teriam sido utilizados, com sua força de pressão (os sindicatos) e de organização (a Igreja) para dar estrutura ao PT.

O mesmo autor acrescenta ainda um segundo aspecto em seu argumento, o questionamento à afirmação de que se trata de um partido formado basicamente por

operários. Embora contasse com um número bastante significativo de operários e de líderes sindicais em seus quadros, em comparação aos demais partidos da história política brasileira, ele deve ser entendido como uma organização de um setor das classes médias (os assalariados): funcionários públicos, bancários, jornalistas e professores.

Sobre esta questão, os primeiros documentos do partido afirmam que “o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país” (Carta de Princípios) (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 53) e seu Programa diz que é necessária a organização de “*todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim, de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores rurais e urbanos [...]*”. (Idem, p. 71)

Por fim, GURGEL (1989) faz uma dura crítica ao entendimento de que o PT é novidade no cenário político brasileiro. O autor caracteriza o momento em que surgem as lutas que vão dar origem ao partido como aquele em que se conjugam três grandes crises no movimento de esquerda: do sindicalismo, do comunismo e do humanismo. Estas, que o autor designa como “*crise filosófica e ideológica*”, teriam origem em aspectos mundiais (como a crise do “socialismo real”) e nacionais (a ditadura que interrompeu o processo de lutas por reformas que vinha tendo lugar durante o governo de João Goulart). Desta maneira, considerar o PT como “novidade” seria desconsiderar as heranças presentes na sua formação, além de desprezar a teoria e desestimular o debate.

1.2 – Organização

Neste ponto, analisam-se algumas questões que se apresentam como relevantes para caracterizar o início da atuação do PT na cena política do Brasil e que ajudaram a marcar a sua trajetória e a forma como foi reconhecido pelo eleitorado brasileiro, em geral, e pelotense, em particular.

Primeiramente, é importante destacar que, em 1979, quando foi lançado o Movimento Pró-PT e realizaram-se várias reuniões de articulação do novo partido², o movimento sindical estava dividido tanto quanto à necessidade de existir um partido de trabalhadores no Brasil e ao momento em que isto deveria acontecer.

De acordo com MENEGUELLO (1989) e KECK (1991), no que tange à resistência à constituição de uma legenda, ela vinha principalmente daqueles setores identificados com o “peleguismo” (como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão), assim como por parte dos sindicalistas ligados ao PCB e que, juntamente com o PCdoB e o MR-8, formavam a Unidade Sindical.

Em relação ao momento para a constituição do novo partido, muitas foram as discussões e as divergências daí decorrentes. Ainda que já tivessem superado a resistência inicial à militância partidária, algumas lideranças (entre as quais se destaca Lula) tinham dúvidas quanto ao momento em que ele deveria ser lançado, em virtude de temerem a reação do eleitorado e, principalmente, de suas bases, que poderiam não entender a necessidade da criação de um partido político para defender seus interesses e interpretá-lo como uma ação oportunista em busca de privilégios pessoais.

Este processo foi marcado por vários momentos de confronto, como o que aconteceu no dia 1º de maio de 1979. Nos atos referentes ao Dia do Trabalho, realizados em várias capitais, foi distribuído um manifesto (Carta de Princípios do PT), confeccionado por uma comissão provisória escolhida no Congresso de Lins, que defendia a necessidade de criação de um partido de trabalhadores. A iniciativa foi duramente criticada por muitas lideranças, considerada um atropelo ao movimento. Destaque-se que alguns membros desta comissão eram identificados com organizações de esquerda, o que era visto com muita desconfiança pelos “autênticos”.³

Entretanto, o desenrolar das discussões estabelecidas pelas lideranças, que cada vez atingiam um número maior de trabalhadores, a expectativa criada nas bases em relação a um fato considerado inédito na política brasileira, somada a

² - Os principais passos neste sentido foram: o Congresso dos metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, onde foi aprovada a “Tese de Santo André-Lins”, em razão de esta ter sido apresentada por metalúrgicos de Santo André; o lançamento da “Carta de Princípios” do partido, durante os atos de 1º de Maio; e o lançamento oficial do Movimento Pró-PT, em outubro, quando foi eleita a Comissão Nacional Provisória do partido.

³ - Explicações sobre essas personagens serão apresentadas no decorrer do capítulo.

ações da ditadura militar (como a intervenção em diversos sindicatos e a prisão de várias de suas lideranças), fizeram com que o PT se transformasse de intenção em realidade. Como já destacado, o ato oficial de fundação ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1980, tendo sido realizado no Colégio Sion, em São Paulo, com a participação de 1.200 pessoas (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998), sendo 242 delegados, representantes de 18 estados. (SINGER, 2001)

Concretizada a tarefa de criar o PT, veio a luta para a legalização. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), modificada pelo regime militar por meio de um projeto de reforma em dezembro de 1979, instituiu um rigoroso controle sobre as normas de formação de partidos. A Lei definia minuciosamente as etapas que deveriam ser cumpridas para a obtenção do registro provisório e também os órgãos deliberativos e consultivos que estes deveriam ter, bem como suas funções. Estas etapas previam o número de estados e de municípios que deveriam ter comissões provisórias, e o número de filiados que delas deveriam fazer parte.

O PT realizou um grande esforço de concentração de forças para atingir as metas estabelecidas pela LOPP e os resultados obtidos demonstraram uma surpreendente capacidade de aglutinação e de organização, já que o partido, assim como os outros que se lançavam naquele momento, não tinha as condições estruturais (patrimônio organizacional e humano) com que contavam o PDS e o PMDB, que sucediam, respectivamente, a ARENA e o MDB.

KECK (1991, p. 104) afirma que este processo exerceu "*influência crucial*" sobre a forma de estruturação do PT, que tinha como princípios constitutivos tornar-se "*um partido com base de massa e internamente democrático*". O primeiro desses elementos é a exigência de atingir um número mínimo de filiados em um curto prazo para as possibilidades do partido, o que fez com que o processo de filiações fosse, por vezes, realizado em grande escala e se confrontasse com a proposta de ter filiados conscientes e plenamente integrados com seus objetivos políticos. A ele se seguiu a necessidade de cumprimento dos prazos determinados pela LOPP para a sua organização, o que privilegiou militantes e grupos que tinham recursos, tempo e contatos para realizar tal tarefa. Para a mesma autora, este é um dos motivos da força e da influência que algumas tendências organizadas atingiram no interior do PT. O terceiro elemento é que o fato de ter de se concentrar nas tarefas organizacionais fez com que o partido deixasse de lado, durante este período, a discussão sobre sua identidade política e ideológica.

Apesar disso, vários temas compuseram o debate interno do PT, sendo que a discussão acirrada em torno deles sempre foi uma de suas marcas, em virtude da heterogeneidade de concepções que ali se apresentavam. Três desses temas apresentam importância fundamental, tanto pela forma como se expressam desde a origem, quanto pelas mudanças de que foram objeto nestes anos: o caráter do partido, sua proposta de organização interna e a questão do socialismo.

Em relação a seu caráter, desde o Movimento Pró-PT, existiu o debate sobre a que classes o partido deveria se dirigir e quem deveriam ser seus membros. De acordo com GURGEL (1989), MENEGUELLO (1989), KECK (1991) e IASI (2006) esta questão teve muitas variações, sendo que, em alguns momentos, falava-se em partido de trabalhadores operários e em outros, de das classes trabalhadoras, ou ainda, em “*de todos aqueles setores que sofrem com o capitalismo*”.

Nessa discussão, incluía-se a polêmica sobre se o PT deveria ser um partido de massas ou de quadros. Internamente, os diversos grupos se acusavam mutuamente, sendo que os sindicalistas afirmavam que os grupos de esquerda queriam construir uma instituição dirigida por alguns poucos “iluminados” e estes, por sua vez, acusavam os primeiros de ambicionarem um partido “frouxo”, sem disciplina e que, desta maneira, não poderia cumprir as tarefas a que se propunha.

Contudo, GURGEL (1989) afirma que esta polêmica foi historicamente deturpada na esquerda, e cita a utilização que é feita do debate entre Lênin e Rosa Luxemburgo, pois, em que pese algumas diferenças de visão expressadas pelos dois líderes socialistas, Lênin, ao referir-se ao partido socialista alemão, apoiava que ele fosse de fato construído massivamente e que, assim, deveria ser onde as condições políticas permitissem, o que, na Rússia czarista, não era o caso, em virtude da forte repressão empreendida pelo governo.

O autor afirma que o desafio do PT é tornar-se um partido de massas e de quadros, que tenha como prioridade “*massificar os quadros*” e educá-los politicamente. Sobre o tema, vê-se que, no 4º Encontro Nacional, realizado em 1986, pela primeira vez o partido utiliza a expressão “democrático, de massas, socialista” para designar a forma como deseja se organizar. Porém, no ano seguinte, no 5º Encontro Nacional, esta questão aparece mais bem problematizada em suas resoluções. Na resolução intitulada “A Construção do PT”, o partido afirma:

Outra ideia profundamente equivocada que costuma aparecer em nossos debates é a que opõe partido de quadros e partido de massas. [...] Se exagerarmos a dicotomia, temos de um lado um partido de quadros pequeno, estreito, sectário, formado de militantes, baluartes que tudo decidem e dirigem, e de outro um partido de massas frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que bem entende e chamando filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês. [...] Se queremos um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo, não precisamos nem de uma coisa, nem de outra. Precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 349)

Sobre a questão da organização interna, apesar das restrições colocadas pela LOPP, já discutidas anteriormente, o PT, devido à forma como se constituiu, trazia como ponto central de seu programa a construção de uma sociedade democrática, “governada pelos trabalhadores” e, por isso, se constituía internamente também como uma organização democrática, em que os filiados deveriam participar das decisões e ter controle sobre as ações de seus dirigentes. Para KECK (1991), o partido inseria elementos de democracia direta aliados à democracia representativa, fazendo com que desta junção se efetivasse uma proposta de democracia participativa, que viria, algum tempo depois, orientar as propostas do PT para as administrações públicas.

Duas instâncias definidas pelo PT, e que driblavam a LOPP, demonstravam o compromisso com o princípio da participação democrática dos filiados. A primeira são as pré-convenções, que garantiam a participação no processo de definição partidária, sendo que as convenções oficiais apenas homologavam as decisões tomadas. O segundo são os núcleos partidários, os quais seriam a efetivação da proposta democrática e deveriam ser organizados por local de moradia ou por atividade profissional. Porém, a trajetória desta instância foi bastante acidentada desde seu início. A autora demonstra a disputa ocorrida durante a formulação do Programa do partido, em 1980, quando o PT dividiu-se entre aqueles que propunham que os núcleos tivessem poder deliberativo e os que propunham que fossem apenas consultivos, o que acabou prevalecendo. Tal decisão teve como peso fundamental o temor de parte dos sindicalistas de que as correntes internas, com seu poder de organização e centralização, controlassem vários destes núcleos e, por intermédio deles, influíssem nas decisões partidárias. (Idem)

Outro elemento apontado pela autora (Ibidem), e também por MENEGUELLO (1989), é que, já em 1982, por ocasião das eleições, vários destes núcleos se

transformaram em comitês eleitorais de candidatos proporcionais e depois das eleições não voltaram a funcionar. A corroborar a afirmação das autoras, o próprio PT, no 5º Encontro Nacional (1987) declara que

a fragilidade das estruturas orgânicas do PT teve início na campanha eleitoral de 1982, quando diluímos nossos núcleos e diretórios em comitês eleitorais de candidatos que, em sua maioria, terminaram em 15 de novembro daquele ano, com o fim da campanha. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 351)

Para GURGEL (1989), que também evidencia os problemas surgidos desde o início com os núcleos, o funcionamento destes órgãos seria fundamental para a proposta política do PT, que propunha a unidade de seus militantes e o enraizamento nos locais de moradia e de trabalho da classe trabalhadora. Portanto, o não funcionamento efetivo dos núcleos impediu que o PT praticasse sua proposta transformadora. Para que isto pudesse ocorrer, ele defende que a participação dos filiados nos encontros partidários deveria estar condicionada à nucleação, o que era internamente defendido por algumas correntes partidárias.

A importância que a proposta de organização por meio de núcleos teve ao longo de sua trajetória pode ser avaliada também pelas resoluções tomadas nos encontros partidários. A “Carta de Princípios” afirma que, para atingir o objetivo de superar a dispersão dos movimentos sociais e representar os interesses populares na institucionalidade, “*o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões*” (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 55), enquanto a “Plataforma Política” estabelecia que “[...] *o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos*” (Idem, p. 61), determinando ainda que os militantes deveriam realizar sua inscrição em um desses núcleos.

No 1º Encontro Nacional (1981), a resolução sobre eleições diz que “*a ampliação da organização de base através da nucleação em massa deve ser tomada como tarefa fundamental, para que nossa atuação no processo eleitoral possa significar uma efetiva organização dos trabalhadores*”. (Ibidem, p. 101) Este mesmo Encontro aprovou o Regimento Interno da legenda, que tem na organização dos núcleos a principal preocupação. Desta maneira, estabelece as bases para a organização dos núcleos: a forma como eles devem funcionar, o número mínimo de

militantes necessário para a formação (21 filiados) e, ainda, a representação deles nos encontros partidários.

No 3º Encontro Nacional (1984), marcado pela decepção com os resultados obtidos nas eleições de 1982 e a preocupação em consolidar de fato o PT como estrutura capaz de participar da disputa pela definição dos rumos políticos do país, as resoluções afirmam que

o núcleo de base do PT deve ser entendido como a base fundamental do partido. Sem ele, o PT poderá sobreviver como partido legal, mas não se consolidará como o partido de massas que queremos. Sem ele, o PT pouco difere dos partidos tradicionais. (Ibid., p. 144)

Já no 5º Encontro Nacional (1987), os “núcleos de base” ocupam um farto espaço das resoluções. Nelas, vê-se a reafirmação do protagonismo que esses organismos deveriam ter na organização partidária, pois “[...] *devem ser a forma fundamental de organização do partido*” e ainda, que “*os núcleos deveriam ser, além disso, um canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, constituindo, portanto, um organismo de poder no partido [...]*”. (Ibid., p. 350)

Ao mesmo tempo, ao avaliar seu processo de construção naquele período, o PT disse que “*atualmente, nossos núcleos de base são poucos e, na maioria das vezes, precários*”, e afirmou que eles estão “*abandonados*” e “*mais do que nunca, desprestigiados*”. Assim, a resolução apontava que o PT deveria “*priorizar a nucleação*” no seu processo de construção, a partir da “*assistência aos núcleos já existentes e a criação de novos núcleos*”. (Ibid., p. 350-351)

Em seu 1º Congresso (1991), ratificou mais uma vez a importância da organização através dos núcleos, ao afirmar que estes “[...] *são uma prioridade na política de organização do partido*”, e indicar que “*o novo Regimento Interno deverá estabelecer os procedimentos para que os delegados de Encontros Municipais e Zonais sejam eleitos na base*”. (Ibid., p. 521) O Congresso ainda decidiu alterar o número mínimo de filiados para constituir um núcleo (de 21 para nove) e aumentar as possibilidades de organização de filiados, que, a partir daquele momento, passaram a ser “*por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo, etc.*” (Ibid., p. 520-521)

Finalmente, o 2º Congresso (1999), na resolução em que define as mudanças estatutárias que seriam postas em prática, a partir daquele momento, afirmava que os núcleos são “[...] *a instância prioritária de participação do filiado*”, mas decidia, em oposição às definições do 1º Congresso, que: “[...] *os núcleos de base não elegerão delegados para os Encontros Municipais e Estaduais, priorizando-se enquanto instrumento político e organizativo de relação com a comunidade*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 23)

Em relação ao debate sobre o socialismo, pode-se afirmar que este tema foi um dos mais controversos e mais debatidos da história do PT. Desde os primeiros debates internos, o tema esteve em pauta, mas autores como: MENEGUELLO (1989), GURGEL (1989), RODRIGUES (1990), KECK (1991), LACERDA (2002) e IASI (2006) destacam que as definições acerca do assunto foram, normalmente, muito genéricas. Para IASI (Idem), embora não tenha conceituado qual tipo de socialismo defendia, algumas das propostas políticas em seus primeiros documentos aludiam à construção deste projeto, como a estatização de serviços essenciais.

Nesta questão, é importante ressaltar a posição de algumas das principais lideranças partidárias, como Lula, que tinham receio de indicar a questão no programa do PT, pois isto poderia não ser entendido pelos trabalhadores. Tal posição levou à consolidação de uma visão que atravessou a história do partido e afirmava que este não poderia correr à frente da classe trabalhadora e lhe apresentar propostas prontas e doutrinárias. Por isso, o socialismo era visto como algo que seria construído nas lutas cotidianas dos trabalhadores.⁴

Finalmente, outra questão a ser discutida sobre o momento da trajetória do Partido dos Trabalhadores é a participação nas primeiras eleições de sua história, em 1982, na qual foram eleitos: governadores, senadores, deputados federais, estaduais, vereadores, além de prefeitos de cidades do interior, exceto naquelas consideradas “área de segurança nacional” pela ditadura militar, cuja eleição ocorreu em 1985.

Naquelas eleições, segundo KECK (1991), o PT manifestou uma clara ambiguidade, pois os documentos lançados no início do processo falavam em participação apenas como forma de denunciar a falta de democracia no país,

⁴ - O tema da concepção de socialismo no PT será explorado mais detidamente ainda neste capítulo.

apresentar as reivindicações dos trabalhadores para toda a sociedade, e ajudar a construir o partido, levando sua mensagem aos eleitores por meio dos programas eleitorais. Já durante a campanha, embalado pelas manifestações de apoio que recebia e, em razão de alguns atos políticos realizados e que tiveram grande número de pessoas, falava em “disputar para ganhar” e construir um “governo dos trabalhadores”. Ressalve-se, ainda, a decisão do partido de não fazer nenhuma coligação⁵ e também as “palavras de ordem” com que se apresentou na campanha, como: “partido sem patrões”, “trabalho, terra e liberdade” e “vote no 3, o resto é burguês”.⁶

Com o desenvolvimento da campanha, a autora afirma que o partido foi tomado por uma expectativa cada vez maior em relação aos resultados da eleição, o que se pode observar no discurso de Lula durante a 1ª Convenção Nacional, realizada em setembro de 1981, quando afirmou que “[...] *temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas*”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 106).

Porém, os resultados não confirmaram estas expectativas: o PT obteve, em todo o país, 3,3% dos votos para governador, sendo que somente em São Paulo, onde Lula era o candidato, apresentou um resultado mais expressivo e conquistou 10% dos votos. Na grande maioria dos estados, sua votação oscilou entre 1 e menos de 3% dos votos. Com estes resultados, elegeu oito deputados federais, 12 deputados estaduais e 118 vereadores – a grande maioria em São Paulo (seis, nove e 78, respectivamente) – e conquistou duas prefeituras, uma em Diadema (SP) e outra em Santa Quitéria, no interior do Maranhão, onde o prefeito saiu do partido antes de assumir o mandato. (SINGER, 2001)

Com estes resultados, KECK (1991) e MENEGUELLO (1989) apontam um quadro de decepção entre os militantes do partido e o início de uma série de debates de avaliação sobre aquele processo e o impacto no futuro da organização partidária. O 3º Encontro Nacional (1984) afirma que o partido enfrentou “*uma série de dificuldades diante dos resultados das eleições de 1982, entre os quais o desânimo dos militantes, que esperavam mais de nosso desempenho nas urnas*”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 142) É importante registrar que o PT não

⁵ - A decisão de não coligar foi tomada antes de a ditadura militar impedir as alianças, o que ocorreu por intermédio do Pacote de Novembro de 1981.

⁶ - Na época, o número de registro do PT era o três, apenas depois do pleito é que lhe foi atribuído o 13 com o qual passou a ser identificado.

alcançou a votação exigida pela LOPP para obter o registro definitivo, tendo sido beneficiado pela decisão do Congresso Nacional de postergar a efetivação deste requisito, medida que beneficiou também PDT e PTB e, se não fosse tomada, faria com que o país retornasse ao bipartidarismo, pois apenas PDS e PMDB atingiram esses requisitos.

Sobre a questão, KECK (1991) indica um elemento importante para a análise dos resultados eleitorais, que é a disputa entre governo e oposição, que se consolidou durante o regime militar e que se manteve naquele pleito. Desta forma, o PT e outros partidos de oposição, como o PDT, não conseguiram desmanchar o vínculo que o PMDB construiu com o eleitorado durante sua atuação no combate à ditadura, então como MDB.

1.3 – O Confronto com a institucionalidade

Terminadas as eleições de 1982, o PT instituiu um processo de profundas avaliações internas, em que se cruzaram diversos argumentos para explicar os resultados, considerados negativos pelos dirigentes e pelos militantes do partido. Nestas discussões, conforme KECK (Idem), três elementos apareceram com maior evidência: a insistência de o partido repetir “palavras de ordem” na propaganda eleitoral, o que teria dificultado a compreensão das suas propostas; o baixo nível de organização da população e do próprio PT, ainda sob a ditadura militar; e, também, a atuação das correntes internas, que teriam atrapalhado a campanha, de acordo com a visão da maioria dos líderes sindicais, integrantes do setor majoritário do partido.

Como resultado, a maioria das principais lideranças teria resolvido fazer uma “volta às origens”, ou seja, privilegiar a atuação nos movimentos sociais para, a partir daí, impulsionar o fortalecimento da legenda. Em 1983, três fatos foram importantes para concretizar este movimento. Como fruto da articulação dos sindicalistas “autênticos” e dos militantes das oposições sindicais, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, embora tivesse em seus quadros militantes ligados a outros partidos, como o PDT, contava com grande maioria de petistas.

O segundo momento fundamental neste processo foi a decisão de levar às ruas a campanha por eleições diretas para a Presidência da República. GADOTTI e PEREIRA (1989), MENEGUELLO (1989), KECK (1991) e IASI (2006) ressaltam a importância deste momento para a afirmação do partido entre a população. KECK (1991) afirma que esta campanha, após ser abraçada por toda a oposição, levou o PT à primeira experiência de participação em atividades políticas com outros partidos.

Dois documentos internos destacam esta questão. No 3º Encontro Nacional (1984), a legenda avalia que, com a decisão de colocar a campanha na rua, *“recuperamos a nossa imagem enquanto partido que articula a participação política dos dominados [...]”*. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 142) Já no Encontro Nacional Extraordinário (1985), afirma que *“a atuação o PT foi marcada pela independência, por uma política de mobilização, pela diferenciação expressa na plataforma de dez pontos e por uma política de frente e alianças”*. (Idem, p. 179)

Porém, após a derrota da emenda que propunha a eleição direta para presidente, os demais partidos de oposição decidiram voltar suas atenções para a construção da frente que elegeu Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O PT preferiu boicotar o Colégio Eleitoral e denunciar o projeto da “Nova República” como um acordo de elites que, mais uma vez, virava as costas ao povo. Este momento levou-o novamente ao isolamento político e provocou a maior crise interna até então, com um conflito entre a direção do partido e a bancada federal, uma vez que alguns parlamentares insistiam em participar das eleições indiretas e afrontar a decisão do partido. Este processo culminou com a saída de três dos oito deputados federais que compunham a bancada (Airton Soares e Bete Mendes, de São Paulo, e José Eudes, de Minas Gerais).

Entretanto, KECK (1991) afirma que este momento, embora deixasse transparecer para a opinião pública uma atitude sectária, pode ter sido um dos elementos que ajudou na consolidação do partido. GURGEL (1989) e IASI (2006) são mais contundentes nas afirmações, ao dizerem que o boicote ao Colégio Eleitoral e a denúncia feita deste mecanismo foram fundamentais para a construção da imagem de partido intransigente na defesa de seus princípios e dos interesses da classe trabalhadora.

Finalmente, o terceiro momento deste processo foi aquele que levou o setor majoritário do partido a formalizar sua organização por meio de uma corrente interna, que ficou conhecida como a “Articulação dos 113”.⁷

Assim, o PT enfrentou as eleições municipais de 1985 bem mais forte e estruturado e com alterações em seu perfil.⁸ De acordo com MENEGUELLO (1989) e KECK (1991), o partido modificou a abrangência do discurso, agora dirigido a um público bem mais amplo do que a classe trabalhadora operária. O exemplo mais forte é o caso de Vitória (ES), onde a campanha foi dirigida preferencialmente às classes médias.

Como consequência, a propaganda do PT no horário eleitoral contrastou radicalmente com aquela levada a cabo em 1982, ressaltando-se aqui que naquele ano a lei restringia a propaganda política e exigia que os candidatos tivessem apenas sua foto exibida, enquanto um locutor lia seus currículos.⁹ Os programas apresentaram uma nova dinâmica, inauguraram um estilo que viria a ser consagrado como marca do partido nos processos eleitorais, no qual o bom humor e a descontração eram fortemente utilizados para passar a mensagem.

No entanto, o novo estilo foi motivo de críticas internas, as quais receberam o apoio de OLIVEIRA (s/d) que, ao analisar a campanha para a Prefeitura de São Paulo em 1988, afirmou que este “*demonstrou obediência aos cânones da publicidade ‘padrão Globo de qualidade’ até limites que tornavam irreconhecível a própria proposta do PT*”. (Idem, p. 32)

Outra modificação do PT em relação às campanhas foi quanto à origem social dos candidatos apresentados. Segundo KECK (1991) e AMARAL (2003), a maioria era formada por membros da classe média, sendo que muitos eram profissionais liberais. Para este, embora a proporção de candidatos desta estratificação já fosse bastante intensa nas eleições de 1982¹⁰ e contrastasse com o perfil da maioria dos militantes do partido, em 1985 o fato tornou-se bem mais evidente. A resolução do 4º Encontro Nacional (1986) deixava mais clara a questão apontada pelos autores:

⁷ - Sobre esta questão, ver o item relativo às tendências do PT, no final deste capítulo.

⁸ - Nesse ano, houve eleição direta para Prefeito naqueles municípios em que não ocorrera a disputa em 1982 e que reuniam aproximadamente 25% do eleitorado nacional: as capitais e os do interior considerados área de segurança nacional.

⁹ - Trata-se da chamada Lei Falcão, em vigor desde 1976, e que só seria revogada em 1985.

¹⁰ - De acordo com MENEGUELLO (1989), neste ano, no estado de São Paulo, apenas 23% dos candidatos à Assembléia Legislativa e 18% dos candidatos à Câmara dos Deputados eram deste estrato social.

é importante que, na escolha dos candidatos a governador e senador, o PT considere a necessidade de consolidar a sua imagem de partido de trabalhadores, incluindo nesse conceito trabalhadores manuais e não manuais das mais diversas profissões e especialidades. Sendo as candidaturas majoritárias para governo e senado a comissão de frente da campanha, será conveniente que os nomes escolhidos para tais postos constituam uma combinação adequada de pessoas ligadas a movimentos populares, sindicais, culturais, tanto de trabalhadores operários ou rurais quanto de classe média. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 233)

Desta forma, o PT abraçava assumidamente a luta institucional como uma ferramenta fundamental para a consolidação das propostas da classe trabalhadora e superava a dicotomia “participação em eleições versus participação nos movimentos sociais”. Ele colheu resultados eleitorais bastante expressivos a partir de 1985.

Naquele mesmo ano elegeu a Prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenele. Em 1986, embora não tenha elegido nenhum governador ou senador, formou uma bancada com 16 deputados federais e 40 estaduais, em 13 estados do país.¹¹ (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2008) Um salto ainda maior ocorreu nas eleições de 1988, quando conquistou 36 prefeituras, sendo três de capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e 900 vereadores, embalado pelo fracasso do governo Sarney, a implosão do Plano Cruzado e a volta de altos índices de inflação, a insatisfação popular crescente e a competência do partido em apresentar-se como alternativa. (Idem) Como elemento deste processo de sentimento de oposição da população, também deve ser lembrado o conflito ocorrido na cidade de Volta Redonda (RJ), no dia nove de novembro (as eleições foram realizadas no dia 15 daquele mês), onde os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) faziam uma greve de ocupação na empresa, tendo sido reprimidos por forças do Exército, o que resultou na morte de três operários.

Os resultados eleitorais, em que pese as dificuldades enfrentadas no ano de abertura das suas administrações, impulsionaram a participação do PT nas primeiras eleições presidenciais diretas depois do golpe militar, realizadas em 1989, quando Lula foi ao segundo turno, enfrentou Collor de Mello e recebeu quase metade dos votos. Nestas eleições, que tiveram a participação de 22 concorrentes, o candidato petista derrotou, entre outros: Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo

¹¹ - A eleição de 1986, que definiria o Congresso Constituinte, foi marcada pela influência do Plano Cruzado, o que redundou na ampla vitória do PMDB e do PFL, aliados no governo Sarney: os dois partidos elegeram todos os governadores e cerca de 75% das cadeiras de deputado federal e senador.

Maluf (PDS) e Ulysses Guimarães (PMDB), o que afirmou decididamente a importância do PT no cenário político brasileiro. MELO (2006) identifica no resultado desse pleito a base para que ganhasse do PDT o posto de principal força política de esquerda e conseguisse a relevância nacional que consolidaria na década seguinte.

Em 1990, o PT elegeu 35 deputados federais, 83 estaduais e o seu primeiro senador da história (Eduardo Suplicy, de São Paulo). (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2008) Quatro anos depois, em 1994, estes números aumentaram para: dois governadores, cinco senadores, 50 deputados federais e 92 estaduais. (Idem) Nas eleições municipais de 1992, o PT elegeu 54 prefeitos, 38 vices e 1.100 vereadores. (Ibidem) E, em 1996, foram eleitos 115 prefeitos e 1.985 vereadores. (Ibid.) Segundo GARCIA (2000), entre 1982 e 1994, a votação do PT cresceu 900%.

Já em 1998, o partido elegeu três governadores, sete senadores, 59 deputados federais e 91 estaduais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2008) Ao passo que, em 2002, chegou ao ápice: elegeu o Presidente da República (com 61,3% dos votos válidos no segundo turno), três governadores, 10 senadores, 91 deputados federais – a maior bancada na Câmara – e 147 deputados estaduais. (Idem)

As resoluções partidárias permitem uma boa avaliação sobre a evolução do tema da influência da institucionalidade na vida do PT. Na “Carta de Princípios”, “[...] *proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas*”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 53) Na 1ª Convenção Nacional, Lula afirma: “[...] *não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido [...] nossas ferramentas de lutas vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais [...]*”. (Idem, p. 112)

Em 1982, a “Plataforma Eleitoral Nacional”, aprovada no 2º Encontro Nacional, afirmava que “[...] *o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas*” (Ibidem, p. 119), ao passo que a “Carta Eleitoral”, aprovada no mesmo Encontro, estabelecia como objetivo na campanha: “*levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política*

do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT. (Ibid., p. 130)

No 3º Encontro Nacional (1984), ao mesmo tempo em que afirmava que “o PT não deve substituir a organização dos trabalhadores e as lutas populares pela atuação parlamentar, nem alimentar ilusões sobre as possibilidades do parlamento” (Ibid., p. 146), a resolução “Teses para a atuação do PT” dizia: “*não obstante, a importância do parlamento e da atividade parlamentar não deve ser subestimada*”, e defendia que a participação do partido nos diversos parlamentos deveria se dar para cumprir os seguintes objetivos: “*combater projetos e medidas antipopulares*”, “*fiscalizar o uso de recursos públicos*”, “*denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora*”, “*apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores*” e para “*divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT*”. O documento afirmava ainda que “*em relação aos seus próprios parlamentares, o PT deve estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no Parlamento e as suas relações com o próprio partido*”. (Ibid., idem)

O Encontro Nacional Extraordinário (1985) refletia os primeiros problemas na sua relação com os ocupantes de postos na institucionalidade, em virtude da saída dos três deputados federais que desobedeceram a decisão de boicotar o Colégio Eleitoral e votaram em Tancredo Neves. A resolução criticava a “*visão parlamentarista de partido*”, que defendia a “[...] *autonomia para as bancadas ou para os parlamentares, individualmente, deliberarem sobre questões políticas, de forma independente das decisões partidárias*” e orientava o Diretório Nacional para cumprir resoluções aprovadas no 2º e 3º encontros e que implicavam: “*a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvindo os diretórios das respectivas instâncias*”; “*a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas*”; e, ainda, “*as iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção*”. (Ibid., p. 192-193)

No 4º Encontro Nacional (1986), a resolução dizia que “*a campanha eleitoral deve ser entendida pelo PT como uma particular forma de luta política*” e ainda que “*o PT deve aproveitar a campanha eleitoral de maneira a propagar as idéias e as teses petistas e alastrar e fortalecer a organização partidária*”. (Ibid., p. 228-229) Desta maneira, ao preparar-se para as eleições de 1988, o 5º Encontro Nacional (1987) afirmava como objetivos para aquelas eleições: “*fixar o perfil político geral do*

PT como partido socialista, que tem uma proposta geral de novos rumos para a sociedade” e, também, “conquistar o maior número possível de mandatos eletivos de prefeitos e vereadores, a serviço dos objetivos e da linha geral do PT”. (Ibid., p. 307-308)

No 7º Encontro Nacional (1990), as resoluções refletem o crescimento institucional alcançado nas eleições de 1988. O documento afirma:

as resoluções do partido definem as prefeituras como instrumentos de disputa de hegemonia. Isso significa que elas devem ser pontos de apoio de luta do PT, da população, contra a administração da burguesia, por um mundo novo, socialista. Isso significa que nós rejeitamos a ocupação de espaço no aparelho do Estado com fins meramente administrativos. A competência técnica e administrativa deve estar a serviço da alteração da correlação de forças entre as classes populares e as elites dominantes. Por isso mesmo, devemos afirmar, a cada instante, que a administração tem que estar orientada por nossa política. (Ibid., p. 466)

Ao aprofundar a análise sobre as experiências das administrações conquistadas, o documento afirma que, até aquele momento, os governos petistas não conseguiam apresentar-se com uma proposta política global, perdendo-se em questões setoriais e meramente administrativas. Segue a resolução:

[...] podemos afirmar claramente que há linhas políticas distintas sendo aplicadas em nossas administrações. Distintas entre si e, por vezes, distintas das definidas pelo partido, ainda que não sejam conscientemente propostas à discussão em nossas instâncias. Essas concepções não explicitadas, mas implementadas, expressam opções concretas de governo, e são responsáveis, em última instância, pelos tímidos resultados políticos obtidos até agora. (Ibid., p. 467)

No 1º Congresso (1991), a resolução sobre as eleições de 1994, quando Lula foi pela segunda vez candidato à presidente, afirmava que “[...] o PT entende que nossa ação política só tem sucesso quanto está ancorada num forte trabalho junto aos movimentos sociais, às lutas de massa, que devem ser combinadas com a ação propriamente institucional”. (Ibid., p. 515) No 8º Encontro Nacional (1993), a resolução determinava que a direção nacional, juntamente com as administrações petistas, tomasse iniciativas para “[...] projetar o ‘modo petista de governar’ e impulsionar a disputa política na sociedade”. (Ibid., p. 546)

Já o 9º Encontro Nacional (1994), na “Resolução sobre fidelidade partidária”, afirmou que “o partido concebe os mandatos executivos ou parlamentares como

mandatos partidários” e indicou ainda que *“as bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias de direção partidárias”*. (Ibid., p. 607) No 10º Encontro Nacional (1995), o partido voltou a afirmar a importância de construir coordenadamente uma linha política para suas administrações – o “modo petista de governar” –, ao dizer que estes governos *“[...] podem constituir-se em poderosos instrumentos de comparação com o neoliberalismo, na vida cotidiana de cada cidadão”*. (Ibid., p. 628) afirmou, ainda que *“as prefeituras e governos de estado do PT estão radicalizando a participação democrática”*, destacou as experiências de Orçamento Participativo que algumas administrações vinham colocando em prática e concluiu ao dizer que *“é preciso rasgar caminhos novos, abrir-se radicalmente à participação e controle popular”*. (Ibid., p. 630)

No 11º Encontro Nacional (1997), o partido ressaltou a resistência às políticas do governo FHC e a importância das *“[...] grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares”* (Ibid., p. 656) nesta luta, ao mesmo tempo em que afirmou nas resoluções referentes à campanha de Lula em 1998: *“nosso grande desafio histórico é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal”*. (Ibid., p. 660) O 2º Congresso (1999), marcado por nova derrota eleitoral, com a reeleição de FHC no 1º turno das eleições de 1998, afirmou a necessidade da construção de uma *“revolução democrática”*, marcada por uma política de *“acumulação de forças”*, caracterizada como um *“[...] complexo movimento que articula intensas lutas sociais com transformações institucionais”*. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 6)

Posteriormente, no 12º Encontro Nacional (2001), na resolução intitulada “O Momento político atual e o PT”, vê-se, em um dos diversos tópicos que abordam as políticas que devem ser priorizadas visando às eleições presidenciais de 2002, a seguinte afirmação:

continuem sendo prioridade nossos governos nos municípios e estados e a divulgação de suas realizações. Para tanto, o acompanhamento político dos governos e a articulação nos níveis estadual e nacional de nossas administrações deve ser permanente e coordenado pela direção nacional. (Idem, 2001, p. 9)

Por fim, o 13º Encontro Nacional (2006) foi intensamente marcado pelos acontecimentos de 2005, quando o partido esteve no centro das denúncias do

“mensalão” e teve sua credibilidade profundamente abalada. Ante estas questões, as resoluções ressalvam uma forte preocupação com a campanha para a reeleição de Lula e a recuperação da imagem do partido ante a opinião pública. Na resolução “Conjuntura, tática e política de alianças”, afirma:

em 2006, queremos mais do que reeleger Lula, queremos também criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para isso, precisamos eleger mais senadores, deputados federais, governadores e deputados da esquerda, em particular petistas. Precisamos de uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. (Ibid., 2006, p. 1)

Ao passo em que fazia estas afirmações, o encontro partidário avaliava como negativo o fato de o governo Lula ter centrado sua política de sustentação apenas no campo parlamentar, ao afirmar que “[...] *nada justifica que não combinássemos a política de ‘governabilidade’ [...] à construção orgânica de apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais*”. (Ibid., idem, p. 12)

1.4 – As Administrações

Várias das administrações conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores, contudo, foram motivo de muitos atritos internos e polêmicas na opinião pública em geral. Nascido das lutas sociais e tendo se construído com um discurso que enaltecia a importância da participação e da democracia interna enquanto elementos constituintes de seu projeto, o PT, ao chegar a postos de comando executivo, viu-se confrontado entre a prática defendida e a responsabilidade de responder às demandas da sociedade, principalmente daqueles setores que conformavam sua base de apoio. A problematização dessas experiências é fundamental para a compreensão de questões que irão marcar definitivamente a história do partido, e interessam particularmente a este trabalho.

A primeira delas é a administração do município de Diadema (SP), a partir de 1983, o que suscitou vários trabalhos e avaliações. Localizada no Grande ABCD paulista, Diadema é um dos berços do partido e de onde saíram várias de suas lideranças, como o Prefeito eleito em 1982, Gilson Menezes, que era membro do

Sindicato dos Metalúrgicos e trabalhava na montadora de caminhões Scania, fábrica pioneira nas greves de 1978.

De acordo com KECK (1991), a campanha naquele município foi baseada principalmente na propaganda em torno da promessa de efetivação dos conselhos populares, onde a população decidiria toda a política a ser aplicada. Foi este fato, aliado à simpatia da população daquele município ao PT, e não à existência de uma base consolidada e organizada, que garantiram a vitória nas eleições daquele ano.

Neste quadro, as organizações populares existentes, como associações de bairro e alguns conselhos setoriais, estavam sob controle de políticos tradicionais da cidade, o que colocava um elemento dramático para as pretensões do partido, uma vez que instalar os conselhos populares seria dar poder aos inimigos políticos.

Assim, tão logo encerradas as eleições, os conflitos começaram a surgir. O Diretório Municipal do PT reclamava a prerrogativa de decidir toda a equipe do futuro governo, enquanto o Prefeito eleito bancava para si tal prerrogativa, o que acabou sendo aprovado por maioria pelo Diretório. Estes enfrentamentos marcaram a dinâmica dos primeiros anos do governo e dificultaram bastante a administração de Gilson Menezes, já que, na Câmara, os vereadores ligados a ele eram minoria e alguns dos membros da bancada pertenciam às correntes mais à esquerda no espectro partidário, muito críticas ao governo municipal.

A mesma autora afirma que, neste contexto, o Prefeito não implantou as políticas de participação geral prometidas, mas, em algumas áreas, como saúde e habitação, houve políticas setoriais baseadas na participação popular, como o programa de regularização de vilas. Porém, conforme adquiriram importância e peso político estas políticas suscitaram disputas internas, sendo que o programa fundiário citado acima foi retirado pelo Prefeito da Secretaria de Planejamento e realocado em seu gabinete, sob sua coordenação direta. Este fato, juntamente com a vitória do grupo ligado ao Prefeito no Encontro Municipal do partido, em 1985, garantiram a ele maioria no Diretório Municipal e fizeram com que o nível de disputa partidário diminuísse bastante. Desse modo, em 1988, houve a conquista de um novo mandato pelo partido, sem que, no entanto, as causas que levaram ao enfrentamento fossem resolvidas.

Primeira capital a ser administrada pelo PT, a partir de 1986, Fortaleza (CE), também teve um processo de disputa interna extremamente acirrada, o que

prejudicou o desenvolvimento do governo e resultou na expulsão da Prefeita Maria Luíza Fontenele.

Com as expressivas vitórias em 1988, o partido entrou em uma nova fase, na qual a ocupação de espaços institucionais de administração era vista por seus dirigentes como uma oportunidade de acumular forças para o projeto partidário. Este fato ensejou iniciativas de propor a construção de políticas conjuntas para estas prefeituras e a sistematização das experiências mais importantes destas administrações. Neste contexto, surgiu a expressão “modo petista de governar”, que tinha a participação popular como mote das iniciativas nas mais diversas áreas. As experiências de 26 prefeituras administradas pelo PT a partir de 1989 – das 36 conquistadas – levaram a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais a realizar um seminário para discuti-las, e que acabou resultando na publicação de um livro. (BITTAR, 1992)

Entre as prefeituras conquistadas pelo PT naquele ano, estavam São Paulo e Porto Alegre. Estas duas experiências deixaram profundas marcas na história da legenda, embora por caminhos diferentes. Conforme COUTO (1995), o caminho até a Prefeitura da capital paulista se iniciou com uma acirrada disputa em um processo de prévias internas, no qual disputavam a indicação: Plínio de Arruda Sampaio, então apoiado pelo setor majoritário (Articulação) e que saiu do PT em 2005, sendo hoje um dos dirigentes do PSOL; e Luiza Erundina, na época deputada estadual, apoiada pelos setores à esquerda do partido e que, após ter sido ministra do governo Itamar (1993-94), contra a indicação do PT, também saiu do partido, sendo hoje deputada federal pelo PSB.

Erundina, em um processo muito disputado e contra todas as previsões, venceu a disputa, obtendo 55,9% dos votos dos quase 10 mil participantes das prévias. (ROMÃO, s/d) A campanha da candidata foi marcada por um tom muito crítico aos governos federal, estadual e municipal, por propostas que apontavam para a participação popular nas decisões da Prefeitura e denunciavam a “política de conchavos” feita por outros partidos. Não sem surpresa, venceu o pleito e, com esta diretriz, segundo COUTO (Idem), a Prefeita eleita afirmou, em sua primeira entrevista após as eleições, que seu governo não iria fazer acordos e que utilizaria a pressão popular para aprovar seus projetos. Assim, os primeiros meses do governo petista em São Paulo foram marcados por forte tensionamento na opinião pública,

com os partidos de oposição e a grande imprensa fazendo um “cerco” à administração e a acusando de levar a cidade ao caos.

De acordo com o autor, o governo de Erundina enfrentava grandes problemas, como a crise financeira do município, que emperrava a execução de obras e de serviços públicos, e o boicote da oposição na Câmara Municipal, que ante a negativa da administração em fazer negociações, não aprovava projetos que seriam essenciais para o governo.

Com este quadro, os problemas internos também foram bastante profundos e provocaram, em vários momentos, a paralisia do governo. Este conseguiu realizar muito pouco em termos de organização popular – exceto em conselhos setoriais, em algumas regiões da cidade – e, por isso, não conseguiu concretizar a proposta de, por meio da pressão popular, aprovar suas propostas.

As disputas internas foram muito aguçadas e Erundina viu-se acuada entre as críticas da esquerda do partido, que a acusava de trair os compromissos eleitorais, e a falta de apoio por parte de membros ligados à maioria, que não havia sido favorável sequer a sua candidatura. Sobre isto, KECK (1991) afirma que, apesar de manter um discurso de apoio à Prefeita, Lula, quando candidato à Presidência em 1989, procurava manter-se afastado dela, que tinha índices de rejeição bastante altos.

Naquele mesmo ano da vitória em São Paulo, o PT também venceu em Porto Alegre, tendo como candidato Olívio Dutra, que foi presidente do Sindicato dos Bancários daquele município, um dos fundadores do partido e presidente do seu Diretório Nacional, eleito no 5º Encontro Nacional, em 1987, em substituição à Lula. As eleições daquele ano na capital gaúcha foram muito disputadas e o PT, que até alguns dias antes do pleito aparecia nas pesquisas em terceiro ou quarto lugar, acabou vencendo com 34,34% dos votos (na época, ainda não havia 2º turno). (GERCHMANN, 2002)

O PT construiu em Porto Alegre uma forma de participação popular que, de acordo com SANTOS (2003, p. 460), “[...] têm sido, de longe, as mais bem-sucedidas e com amplo reconhecimento, dentro e fora do Brasil”. Estas experiências de inovação democrática foram, provavelmente, as principais responsáveis pela continuidade durante 16 anos no governo municipal, o que se torna um fato espetacular, se for considerado que, em nenhuma outra eleição para a Prefeitura

daquele município, o partido no governo havia feito seu sucessor. (PONT, 2000; FEDOZZI, 2003; SANTOS, 2003)

Conforme AVRITZER (2003), a proposta inicial em Porto Alegre não trazia uma definição acabada de organização do Orçamento Participativo (OP), mas sim de governo participativo, aos moldes do programa inicial do PT, que falava em conselhos populares. Assim, o primeiro ano de administração foi marcado por discussões internas acerca da política de participação a ser estabelecida e a atuação da Prefeitura sofreu várias críticas no âmbito do partido.

Entretanto, nos dois primeiros anos de administração foram gestadas as políticas que possibilitaram ao governo construir a proposta do OP, por meio da iniciativa de várias secretarias que estimularam a participação da população na formulação de políticas para estas áreas, como: saúde, educação e planejamento. No entanto, uma das iniciativas mais decisivas para consolidar a participação popular foi a decisão de centralizar todas as propostas feitas pela comunidade em um único órgão administrativo, a Coordenação de Relações com a Comunidade.

Por meio desta política de organização popular, o PT conseguiu construir uma sólida base de apoio entre a população do município e, a partir daí, implantar várias mudanças políticas na cidade, como o IPTU “progressivo” e a reforma fiscal, que se tornaram fundamentais para obter a receita capaz de sustentar as decisões do OP. Entretanto, um elemento fundamental neste debate é que o OP transcendeu a mera questão da escolha de obras por parte da população e se transformou em uma organização formuladora de propostas políticas, sendo responsável pelo surgimento de inúmeras lideranças populares e pela construção ou reativação de diversas organizações comunitárias. (SANTOS, 2003; AVRITZER, 2003)

Conforme PONT (2000), a organização da sociedade atingiu tal nível que provocou sérios atritos com a Câmara Municipal, o que levou, por parte de vereadores da oposição, a várias tentativas de limitar os poderes do OP e, por parte da população organizada, à visão, expressada por algumas de suas lideranças, de que a Câmara era uma instância ultrapassada e ineficiente para a sociedade.¹²

Para FILOMENA (2006), os 16 anos de governo do PT em Porto Alegre geraram um processo em que o Poder Executivo foi influenciado pela sociedade organizada e pelo próprio partido, tendo sido esta influência determinante para a

¹² - Sobre esta questão específica, ver: DIAS (2002).

ocupação de espaços, para a condução de políticas públicas e para a linha política da gestão. Este processo aconteceu porque as políticas construídas pelo governo municipal foram originadas: da sociedade civil, que tem uma tradição de organização e de lutas na cidade, onde diferentes objetivos e demandas se entrelaçam; do PT, enquanto partido construído a partir das lutas sociais e que expressa em sua composição diferentes concepções políticas; e, ainda, da estrutura estatal, que, a partir da vitória do PT, teve seus postos ocupados por dirigentes com interlocução com diversos movimentos sociais.

A partir das questões apontadas acima e apesar da exceção de Porto Alegre, vê-se que as experiências do PT na administração pública têm uma série de nuances e o “modo petista de governar” não se tornou realidade. Pelo contrário: na medida em que aumentou seu peso institucional e ganhou maior número de prefeituras, o partido viu-se confrontado com a prática cada vez mais constante de políticas tradicionais e estranhas ao projeto participativo, como iniciativas de privatização de serviços públicos municipais, levados a efeito em municípios do interior paulista. Esta problemática será abordada a seguir.

1.5 – As Transformações na trajetória

No debate desta questão, utiliza-se como referência principal o trabalho de IASI (2006), no qual ele discute as transformações ocorridas no PT, a partir da análise das resoluções de encontros e de congressos do partido, ocorridos entre os anos de 1979 e 2002, tendo como eixo central as diferentes nuances da consciência de classe.

IASI (Idem) afirma que a consciência de classe está ligada às relações de produção entre capital e trabalho. Portanto, esta consciência nasce alienada e baseada no individualismo, sendo que, conforme os movimentos feitos pela classe trabalhadora no plano das lutas coletivas, ela pode transformar-se em “consciência do ser social do grupo” e, em um estágio mais avançado desta luta, constituir-se efetivamente em classe.

Todavia, o movimento da consciência seria a expressão do movimento da classe, pois, se esta classe conquista autonomia e ultrapassa os limites impostos pelo capital, pode “gerar nova consciência” social e construir alternativas de

sociedade. Se, no decorrer desta luta, a classe não consegue ultrapassar estes limites, ela se “aliena” e reproduz, no interior de suas organizações, os conceitos e valores da sociedade capitalista.

Desse modo, a trajetória dos movimentos da classe trabalhadora é vista pelo autor como um movimento “em ciclos”, que vai da alienação a formas coletivas de lutas, destas à organização e daí à burocratização de suas organizações e à alienação. Porém, os trabalhadores não estão fadados a repetirem continuamente este ciclo de vitórias parciais e derrota ao final, pois isto depende centralmente do acúmulo realizado durante o ascenso das lutas e da superação dos elementos que levam à burocratização.

Conforme o autor, ao surgir de um processo de lutas e de mobilizações de vários setores da classe trabalhadora, e ao inserir em seu programa questões como o socialismo, o combate ao latifúndio e à estatização, o PT nascia “negando a ordem” e refletia os acúmulos obtidos por esta classe em seu processo de enfrentamento com as forças antagônicas ao seu projeto. Na trajetória de sua consolidação, o PT construiu, embora por caminhos diferentes, uma burocracia “idêntica” a outros partidos socialistas e comunistas e “*amoldou-se à ordem*”, tendo como elementos fundamentais a pressioná-lo o processo de reestruturação produtiva – iniciado durante os anos 80 –, implementado devido à nova etapa de acumulação do capitalismo e à derrocada do socialismo real, que desestabilizou mundialmente as forças anticapitalistas. (Idem)

Ao analisarem-se as mudanças levadas a cabo na história do PT, optou-se por centrar a atenção aos temas do socialismo, das alianças eleitorais, do marketing utilizado nas campanhas eleitorais, do crescimento institucional e da conseqüente profissionalização dos quadros partidários, e da democracia interna do partido.

1.5.1 – O Socialismo

Em relação ao tema do socialismo, conforme já afirmado no ponto referente à discussão sobre a construção do PT, existe um relativo consenso em torno da amplitude com que é tratado nos documentos do partido. Porém, conforme IASI (Ibidem), os primeiros encontros partidários priorizavam a discussão em torno do tema e o ligavam concretamente a elementos do seu programa, sendo o ponto mais

alto deste debate as resoluções do 5º Encontro Nacional do partido (1987), em que, segundo consta na própria apresentação de suas resoluções, os filiados do partido cobravam uma definição mais concreta acerca da concepção socialista do PT. Neste evento, o PT reafirmava sua opção socialista enquanto construção na prática das lutas cotidianas.

Sobre o tema, vê-se que a “Tese de Santo André-Lins” faz apenas uma negação da sociedade capitalista, ao afirmar que *“enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios [...]”* (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 47), ao passo que a “Carta de Princípios”, ao negar também o sistema capitalista, afirma querer *“acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”*. (Idem, p. 53) Sem fazer mais explanações acerca do projeto de sociedade defendido, o documento afirma ainda que *“não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”*. (Ibidem, p. 54) Já o “Programa do PT”, aprovado em 1º de junho de 1980, fala da necessidade de os trabalhadores construírem *“[...] uma alternativa de poder econômico e político [...] um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados”*. (Ibid., p. 68-69)

Porém, o discurso de Lula durante a 1ª Convenção Nacional, realizada em setembro de 1981, é o momento em que, até então, a questão é tratada com mais detalhes, o que permite ver a linha que a irá conduzir durante a história do PT. Nele, Lula afirma que o objetivo do partido é *“[...] que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho”*. (Ibid., p. 107) Assim, ao criticar aqueles que cobram uma posição mais clara quanto à sua ideologia, inclusive setores do próprio partido, a quem acusa de verem o PT apenas como uma opção tática, Lula afirma que *“nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo”*. (Ibid., p. 114) Aqui aparece com força a recusa a qualquer “imitação” e a ênfase na construção da sociedade socialista, a partir da realidade específica brasileira. Entre as diversas afirmações sobre o tema, destacam-se as seguintes:

não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? [...] Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira. Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. [...] Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo. O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares. [...] O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. (Ibid., p. 14)

Também no 2º Encontro Nacional (1982), vê-se uma resolução sob o nome de “Só o Socialismo resolverá de vez o nosso problema”, em que são apresentados alguns qualitativos para a sociedade a ser construída e em que, mais uma vez, é destacada a negação a “fórmulas prontas”. Entretanto, como já afirmado anteriormente, é durante o 5º Encontro Nacional (1987) que o tema será tratado de forma mais aprofundada pelo partido, que a esta altura ocupava importantes espaços parlamentares e procurava se apresentar como força alternativa de poder no país.

Neste sentido, a resolução “Objetivo estratégico do PT: socialismo” afirma que *“a conquista do socialismo e a construção da sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT”*. (Ibid., p. 312) O partido defende que a luta pela implantação da sociedade socialista passa por dois momentos distintos: *“o primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas, etc. deixadas pelo capitalismo”*. Assim, para que possam construir a sociedade socialista, é necessário que os trabalhadores transformem-se em *“classe hegemônica e dominante do poder de Estado”*. (Ibid., idem)

Outro elemento destacado na resolução é o histórico embate entre reforma e revolução. Para o PT, esta dicotomia é equivocada, uma vez que *“[...] nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar estas lutas (por mudanças dentro da sociedade capitalista)”*. A questão prossegue com a afirmação de que *“a luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas [...] então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta”*. Finalmente, a resolução

faz uma defesa da importância da construção da democracia no socialismo, ao evidenciar que “[...] *a ausência de democracia [...] é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos*”. (Ibid., p. 313)

Desse modo, o partido afirma a democracia como “*parte constituinte*” do socialismo e rejeita a concepção burocrática de socialismo e o partido único, ao destacar que “*grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto*”. Assim, “[...] *as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição*”. (Ibid., p. 317)

Porém, conforme IASI (2006), o 7º Encontro, realizado no ano seguinte à derrota de Lula para Collor, em 1989, e o 1º Congresso, ocorrido em 1991, são marcados pelo movimento realizado pela maioria partidária no sentido de arrefecer a proposta do socialismo enquanto “meta”. Para o autor, isto fica claro quando, no Congresso, a resolução sobre o tema refere-se às idéias socialistas como “*inspiração*” e afirma que o “*modelo*” de revolução está esgotado.

A confirmar esta trajetória, o 2º Congresso, realizado em 1999, refere-se ao socialismo em uma breve passagem, feita em um anexo às resoluções. A corroborar esta visão, AMARAL (2003) diz que, no programa de campanha de Lula, em 1998, a questão do socialismo aparece sem que sejam feitas conexão com as propostas apresentadas para a eleição.

No 7º Encontro Nacional (1990), na resolução intitulada “*O Socialismo petista*”, o partido reafirma a questão da democracia, vista agora como “*valor estratégico*” para a construção da sociedade socialista, uma vez que “[...] *ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada*”. No documento, o PT ressalva também “[...] *seu pluralismo ideológico-cultural*”, que se expressa nas diferentes matizes ideológicas que o conformam, o que explica, segundo a resolução, o fato de que “*o PT não possui filosofia oficial*”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 429-430) Finalmente, a resolução critica tanto a social-democracia quanto o socialismo real. Em relação à primeira, afirma que “*não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo*”, ao passo que “[...] *nosso compromisso estratégico com a democracia [...] levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real*”. (Idem, p. 431)

Desta forma, o PT reafirma a posição de construir o socialismo a partir das lutas concretas do povo e da experiência prática de confrontação com o capitalismo.

Conforme o documento, “*a nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira*”. Pode-se ver, no último parágrafo, a afirmação de que a recusa a adotar modelos prontos e a definição de construir uma proposta original de sociedade socialista “[...] *não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção*”, e aponta a necessidade de realizar esta tarefa “[...] *em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira*”. (Ibidem, p. 434-435)

Já o 1º Congresso do PT (1991), realizado sob o fogo dos acontecimentos que varreram o leste europeu, defende, na resolução intitulada “Socialismo”, “[...] *um renovado projeto de socialismo democrático*”. Quanto à queda do socialismo real, afirma:

o colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917. Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. (Ibid., p. 483-484)

Deste modo, a resolução indica a necessidade da construção de um “projeto alternativo” de sociedade, “[...] *inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários*”, e aponta para “[...] *um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real*”. (Ibid., p. 489) No documento, destacam-se, ainda, as seguintes afirmações: o PT recusa “[...] *todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade*”; defende a construção de um socialismo que garanta a existência de um “Estado de Direito” em que se estabelece “[...] *a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder*”; e, finalmente, uma sociedade em que coexistirão “*diferentes formas de propriedade*” e de “*gestão econômica*”, em que o mercado continuará existindo, “[...] *sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente*”. Em relação a isto, o documento afirma que “*o PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto*”. Então,

somente “[...] o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção”. (Ibid., p. 496-498)

Estas construções acerca do socialismo mantiveram-se durante os encontros deste período, sendo que o 11º Encontro Nacional (1997) reafirmou a “relação umbilical” entre socialismo e democracia, e que “o socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político” (Ibid., p. 662), enquanto no 2º Congresso (1999), a resolução diz que “o PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-socialdemocrata”, sendo ele um defensor do “socialismo democrático”, visto como “[...] uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 14)

Após, vê-se que em seu 13º Encontro Nacional (2006), na resolução referente à conjuntura nacional, afirma que “[...] o objetivo central de um partido como o PT é trabalhar pela superação do neoliberalismo” e, ainda, que “enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anticapitalista”. (Idem, 2006, p. 2) Por último, o 3º Congresso do PT (2007), sob o título de “O Socialismo petista”, apenas ratifica partes das resoluções sobre o tema aprovadas durante o 7º Encontro Nacional (1990) e o 2º Congresso (1999).

Em relação aos programas de governo com vistas às eleições presidenciais, vê-se que o “Programa Alternativo de Governo” (1989) fala em “[...] criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais”, bem como “[...] ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização social sobre a produção” e o controle sobre o sistema financeiro, “[...] recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar, inclusive, à estatização”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 404-406) No Programa, vê-se ainda o posicionamento contra o pagamento da dívida externa¹³ e a afirmação de que um governo do PT iria fixar um tamanho máximo para as propriedades rurais.

Já no programa para as eleições de 1994, o partido diz que “nosso programa deve ser viável e possuir um componente de radicalidade necessário que não nos aprisione apenas à margem de possibilidades abertas pela situação atual”, além de

¹³ - O não pagamento da dívida externa fazia parte não só do programa do partido para as eleições, como também era afirmado por Lula nos meios de comunicação, como se pode ver em: BARBEIRO (1989, p. 7).

afirmar que é um “[...] *projeto antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 5)

Em 1998, nas “Diretrizes para o Programa de Governo” do Encontro Nacional Extraordinário realizado naquele ano, pode-se ver a seguinte afirmação:

o Programa [de governo] não se confunde com o programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 675)

No programa de governo de 2002, há a afirmação de que a implementação daquelas ideias “[...] *representará uma ruptura com o atual modelo econômico*” e a adoção de “[...] *um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 1) Por último, as diretrizes de 2006, aprovadas no 13º Encontro Nacional, afirmam que “*Lula iniciou a construção do estado de bem-estar no Brasil*” e também que o programa que vinha sendo implementado desde a primeira gestão de Lula estava alicerçado em “[...] *dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo*”. (Idem, 2006a, p. 12-13)

1.5.2 – As Alianças

Em relação ao tema, IASI (2006) ressalva a decisão do PT de negar a realização de coligação nas eleições de 1982 antes mesmo de este mecanismo ser proibido e de concorrer com candidatos próprios, sem apoio de nenhum partido em todos os estados e municípios brasileiros. Já em 1985, quando o recurso às alianças foi restabelecido, o PT concorreu coligado em alguns locais, o que se intensificou a partir das eleições de 1986 e de 1988. Mas estas alianças, conforme decisão do 5º

Encontro, de 1987, reafirmavam o caráter de classe do partido, ao admiti-las somente com legendas localizadas no espectro da esquerda.

Para KECK (1991), um dos fatores que influenciou a abertura do PT às alianças foi a ocupação de espaços no legislativo, pois a convivência com parlamentares de outras siglas e as constantes negociações daí derivadas teriam aberto caminho para os acordos partidários.

Mesmo com as restrições ideológicas quanto aos possíveis parceiros expressas em seus documentos, IASI (2006) diz que sempre houve pressões internas para a aceitação de coligações não previstas, sendo que várias vezes estas pressões se concretizavam por meio de recursos feitos às instâncias partidárias, submetendo a lógica do partido às lógicas e aos interesses regionais e particulares. Desses movimentos, enfatiza o autor, resultaram as deliberações que, ano após ano, foram alargando o rol de agremiações com quem o PT apresentava-se às eleições e estas alianças passaram a ter cada vez mais um caráter regional.

De acordo com MIGUEL e MACHADO (2007), este caráter regional estava fortemente evidenciado durante as eleições municipais de 2000 e de 2004, sendo que, em alguns estados, as coligações foram feitas prioritariamente com partidos como o PSDB, que, oficialmente, sempre esteve fora do “campo de alianças” estabelecido pelo partido. Embora em 2000 – ano em que venceu a disputa para Prefeito em Pelotas –, o PT tenha realizado preferencialmente alianças à esquerda do espectro partidário, a ocorrência de coligações com partidos de direita ou de centro foi bastante forte, principalmente com o PMDB, parceiro em municípios de praticamente todos os estados do país. Nestas eleições, em que o PT elegeu 187 prefeitos, a maior taxa de sucesso se localiza nas alianças realizadas com partidos da direita.

Utilizando-se ainda as informações dos mesmos autores (Idem), vê-se que, em 2004, o PT teve como regra a abertura às coligações, sendo que em 58,8% do total de municípios em que ele concorreu, apoiou candidatos a prefeitos de outros partidos. Neste ano, elegeu 411 prefeitos, mas a média das coligações indica que elas foram feitas preferencialmente à direita e que as alianças envolvendo PT e PMDB ocorreram em 33% dos municípios brasileiros.

Os autores ressaltam que as coligações feitas pelo partido – em que pese uma considerável ocorrência destas com o PSDB, notadamente em pequenos municípios e centrada em alguns estados – tiveram um viés de alinhamento

partidário nacional (estar na oposição a FHC em 2000 e na base de apoio à Lula em 2004) bem mais forte do que um viés ideológico. Por fim, afirmam que as mudanças realizadas em relação às eleições demonstram a mudança de discurso, práticas e programa, que evidenciam “*pragmatismo, moderação e acomodação com a política tradicional*”. (Idem, p. 772)

A seguir, será feito um acompanhamento destas mudanças do PT em relação às alianças eleitorais com base nos documentos partidários. O 2º Encontro Nacional (1982) apresentava a preocupação com a independência política e afirmava que “*o PT não fará coligação. Não por questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la*”. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 131) No 4º Encontro Nacional (1986), apresentava como objetivos fundamentais para as eleições daquele ano a conquista de postos parlamentares, em vista da elaboração da nova Constituição do país e dos estados e a “busca” por governos estaduais. Assim, recomendava que “[...] *preferencialmente, sejam lançadas candidaturas próprias a governadores, bem como a senadores*”. (Idem, p. 228)

Entretanto, é no 5º Encontro Nacional (1987) que o PT fará uma discussão mais aprofundada em relação à política de alianças. A resolução sobre o tema inicia com a afirmação de que, em virtude das “*tradições vanguardistas e reformistas*” da esquerda brasileira e do princípio de independência de classe do partido, este tem “*receio*” de realizar coligações. O documento afirma a necessidade da realização destas alianças para a conquista de mudanças na sociedade, desde que sejam realizadas “*com princípios*”. Assim, defende-a “[...] *com setores em contradição com a burguesia*”, estabelecendo que “[...] *não há aliança estratégica com a burguesia*”. (Ibidem, p. 325) Para as eleições de 1988, o PT tem como “*princípio orientador*” o lançamento de candidaturas próprias em todos os municípios possíveis e a possibilidade de realização de alianças com PSB, PCB e PCdoB, sendo que a proposta de concorrer aliado ao PDT deve ser analisada “*localmente*”. (Ibid., p. 327)

Em 1989, o 6º Encontro Nacional, preparatório à candidatura de Lula à presidência, define a necessidade de um “governo democrático-popular”, construído junto a um “[...] *campo de forças anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista*”, com o objetivo de “[...] *aprofundar uma crise de regime*”. (Ibid., p. 373-375) O 1º Congresso (1991), realizado ainda sob o impacto do crescimento do

partido, que o levou ao 2º turno das eleições presidenciais de 1989 e da derrota para Collor, indica a necessidade da realização de alianças “[...] *que nos possibilite articular um campo de forças partidárias e, especialmente, de forças sociais que incorpore, também, os setores desorganizados e marginalizados da população*”. (Ibid., p. 515)

O 8º Encontro Nacional (1993) discute a organização da campanha de Lula para as eleições presidenciais do ano seguinte e evidencia a necessidade de uma “[...] *composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda*”. A resolução afirma que mereciam “*análise à parte*” (Ibid., p. 568) o PDT e o PSDB, enquanto o 9º Encontro Nacional (1994) pondera a realização de coligações com os partidos situados à esquerda e com “setores” do PMDB, do PDT e do PSDB. (Ibid., p. 591)

No 10º Encontro Nacional (1995), o primeiro realizado após a eleição de FHC, o PT ratifica as alianças com as legendas de esquerda e abre a possibilidade de coligar-se com o PDT, ao afirmar que este “[...] *estará no nosso campo de aliança sempre que se colocar na resistência e denúncia a FHC*”. Ao rejeitar a possibilidade de alianças com os partidos que davam sustentação ao então presidente, a resolução prevê “*alianças pontuais*” com setores do PMDB e do PSDB, “[...] *com base em um programa de oposição à FHC e sua política neoliberal*”. (Ibid., p. 632)

Em 2001, as resoluções do 12º Encontro Nacional afirmam a construção de alianças com os setores anti-neoliberais, visando às eleições presidenciais de 2002 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 11), ao passo que o Diretório Nacional, em reunião no mesmo ano, foi autorizado pelo referido Encontro a construir coligação com o PL e com setores do PMDB. (Idem, 2002a, p. 1) Também em 2006, o 13º Encontro Nacional autoriza o Diretório a decidir por alianças com todos os que faziam parte da base do governo Lula. (Ibidem, 2006, p. 1)

1.5.3 – O Marketing e a profissionalização dos quadros

Quanto às mudanças realizadas em relação ao marketing de campanha e à linha de seus programas eleitorais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), já foram citadas as alterações realizadas entre as campanhas de 1982 e de 1985, e também, as considerações de OLIVEIRA (s/d) relativas a estas

modificações. No entanto, tais mudanças ocorreram paulatinamente, seguindo as mudanças nas resoluções partidárias e na política cotidiana do PT.

De acordo com RIBEIRO (2004), o partido foi profissionalizando sua atuação nas campanhas, deixando de lado o princípio que privilegiava os militantes na execução de atividades. Ao analisar a campanha de Lula em 2002, o autor afirma que o partido empregou técnicas modernas de comunicação em seus programas eleitorais, seguindo princípios da “democracia de público”, que tem como características a personalização das políticas no candidato e o apelo “sedutor-emotivo” feito ao eleitor, descaracterizando as questões políticas coletivas.

Em relação a estas questões, entretanto, nas próprias resoluções do partido se pode ver uma crítica bastante contundente à forma como o PT vem conduzindo suas campanhas. Em seu 13º Encontro Nacional (2006) afirma:

ao longo dos anos 90, as campanhas eleitorais tornaram-se cada vez mais caras, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito, mas também por conta da contratação de shows de artistas de grande apelo popular. O PT sempre foi crítico da influência do “poder econômico” nas campanhas eleitorais, especialmente de sua forma mais extremada, a chamada ‘americanização’, que trata os candidatos como produtos e o eleitorado como mercado consumidor. [...] Entretanto, temos que reconhecer que nossa postura crítica frente à influência do ‘poder econômico’ não nos livrou de cometer erros importantes. Esses erros vão desde a contratação, pela direção nacional do PT, de 20 milhões de reais em shows, apenas para a campanha de 2004. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 8)

Sobre o crescimento institucional e a profissionalização de quadros partidários, IASI (2006) ressalva que o processo de ocupação de cargos na institucionalidade levou o PT a uma lógica em que “*confunde consciência com cargo*”, quando, no 7º Encontro Nacional, realizado em 1990, dividiu os militantes em três grupos: bases sociais, partidárias e militantes. De acordo com o autor, as últimas, que são as que realmente decidem, são formadas por aqueles que ocupam postos na máquina partidária.

Para GARCIA (2000), esta configuração altera o perfil com o qual o PT se constituiu e constrói “*um fosso*” entre o partido e a classe trabalhadora, na medida em que estes dirigentes, os parlamentares e membros dos executivos, pressionados pela responsabilidade de gestão do Estado, distanciaram-se dos pressupostos originais partidários. O autor também afirma que a ocupação de cargos públicos levou a uma mudança na estratificação social dos militantes, diferenciando-os

socialmente dos seus representados. Sobre esta tema, MOURA (2001) pondera que *“[...] um partido majoritariamente integrado por membros da classe média [...] tenderá, invariavelmente, a defender os interesses desses segmentos sociais, e não os das classes populares que a retórica partidária prega em sua propaganda”*.

Em relação a estas questões, CÉSAR (2002) evidencia que, enquanto em 1991, 28,8% dos petistas entrevistados no 1º Congresso do partido eram parlamentares ou profissionalizados, em 1997, durante seu 11º Encontro Nacional, este percentual subiu para 60% dos entrevistados. Em 1991, enquanto 71,1% da população brasileira tinha média salarial entre um e cinco salários mínimos, 41,1% dos dirigentes petistas estavam nas faixas entre cinco a 10 e entre 10 a 20 salários mínimos. Na comparação entre os dirigentes petistas, enquanto em 1991, 14,9% tinham média salarial entre 10 e 20 salários mínimos e 6,2% situavam-se na faixa de mais de 20 salários mínimos, em 1999, 34% encontravam-se na primeira faixa e 22% na segunda faixa.

1.5.4 – A Democracia interna

As mudanças partidárias em relação à democracia interna ressaltam a importância e a profundidade destas modificações no percurso do PT. Conforme vários autores, um dos elementos que constituíram a força do partido foi a sua forma de relacionar-se com seus militantes e o peso destes na tomada de decisões partidárias. (GURGEL, 1989; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991)

IASI (2006) destaca que o processo de mudanças levado a cabo pelo PT influenciou agudamente na sua forma de organização interna e no modo como as deliberações partidárias passaram a ser definidas. Os núcleos partidários, “sempre cambaleantes”, foram abandonados, e os encontros partidários, ao invés de servirem para traçar as políticas internas e fortalecer a unidade, passaram a ser palco de disputas pelo controle da máquina partidária, onde tornou-se elemento comum no partido a filiação em massa de pessoas, sem critérios políticos e com a única finalidade de obter maiorias.

Tais transformações possibilitaram à maioria do PT modificar as regras para a escolha dos dirigentes partidários e dos candidatos às eleições. O que antes era realizado em encontros dos filiados, que votavam somente após a realização de

debates, passou a ser feito em eleições diretas. Os dirigentes são eleitos no PED (Processo de Eleições Diretas) e os candidatos a cargos majoritários são escolhidos em processo de prévias, sendo que os encontros para definição das políticas a serem implementadas, realizam-se após o PED, quando a correlação de forças já está estabelecida, sendo que aquela chapa que obteve mais votos na eleição para o Diretório tem, automaticamente, a sua tese aprovada como “texto-base” para os encontros.¹⁴

Tais mudanças foram oficialmente incorporadas em 2001, quando uma reunião do Diretório Nacional, por deliberação do 2º Congresso (1999), aprovou o novo estatuto, embora algumas destas modificações já estivessem em prática há mais tempo, como é o caso da realização de prévias para a definição de candidatos majoritários. O 1º Congresso (1991) já afirmava que “[...] *é preciso incorporar ao regimento partidário as prévias*” (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 521), enquanto o 2º Congresso apontava, na resolução “Mudanças estatutárias”, as modificações que deveriam ser consagradas pelo novo estatuto. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 20-21) Entre elas, vê-se a instituição do PED e a ampliação do mandato das direções partidárias de dois para três anos, além da mudança na forma da contribuição financeira dos filiados. Até então, esta contribuição deveria ser realizada mensalmente, tendo por base 1% do salário do filiado. Com a mudança, foram criadas três faixas de contribuição, que passou a ser anual.

Conforme o autor, esta nova conformação do PT, alicerçada na ocupação de postos na institucionalidade, levou à construção de “*centros paralelos de poder*” dentro do partido, onde dirigentes, parlamentares e membros de governos driblavam a discussão e implantavam a política que defendiam. Como exemplo disto, IASI (2006) cita o Instituto da Cidadania, que tinha Lula como presidente e que serviu para elaborar grandes parcelas das propostas do PT para as eleições, sem a participação de dirigentes ligados à esquerda da legenda. A criação deste Instituto, em 1994, ocorreu no período em que a esquerda havia vencido o Encontro Nacional, realizado em 1993, e contava com maioria no Diretório Nacional. AMARAL (2003) afirma que na campanha presidencial de 2002 o “centro político” da campanha de Lula foi transferido do partido para aquela ONG.

¹⁴ - Tese que orienta as políticas a serem estabelecidas, admitindo apenas emendas que não contradigam o corpo central do texto.

Desta forma, é importante acompanhar as resoluções partidárias sobre a questão da democracia interna, tema sempre muito caro ao partido, em razão da sua origem e do tipo de sociedade que ele se propunha a construir. A “Declaração Política” afirma que o PT “[...] *construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases*” (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 56), termos que são repetidos em seu Manifesto.

No 3º Encontro Nacional (1984), refletindo a preocupação com o fato de que tinha dificuldades em transformar o “*crescimento da imagem*” obtida junto à opinião pública em “*força orgânica*”, pode-se ver a afirmação de que “*dentro do PT ainda vigora um grande fosso a separar os militantes, os filiados e os simpatizantes, como se tivéssemos, entre nós, petistas de 1ª, 2ª e 3ª categorias*”. Segundo a resolução, isto se dava em razão de apresentar-se como “*um partido fechado em si mesmo*”, acessível “[...] *apenas a intelectuais tradicionais ou membros de organizações de esquerda*”. (Idem, p. 143)

Ao afirmar que havia “[...] *um certo distanciamento entre as direções e as bases*” (Ibidem, p. 186), o Encontro Nacional Extraordinário (1985) refletia a preocupação com o tema da autonomização dos ocupantes de postos institucionais em relação ao partido. Daí a afirmação de que “[...] *ele [PT] só pode firmar-se como partido de massas dotado de sólidos mecanismos de democracia interna, rejeitando tanto concepções parlamentaristas como posições ditas de vanguarda, desligadas do movimento real dos trabalhadores*”. (Ibid., p. 191)

No 4º Encontro Nacional (1986), as resoluções sobre “Questões organizativas” afirmam que o PT enfrenta, no seu processo de construção, “[...] *problemas de ordem ideológica, política e organizativa*”. (Ibid., p. 286) Uma das propostas para resolver estes problemas é “*retomar com rigor o hábito, por parte das instâncias dirigentes, de fazer amplas consultas às bases e debates nos núcleos e diretórios, antes da tomada de decisões políticas e projetos parlamentares importantes*”. (Ibid., p. 292) Porém, o 5º Encontro Nacional (1987), na resolução “A Construção do PT”, reafirma a preocupação com a discrepância entre o crescimento externo do partido e a organização interna. O documento diz que “*hoje, estão evidentes as limitações de nossa organização, de nossas instâncias e quadros dirigentes*” e defende uma “*revolução na organização*” interna. (Ibid., p. 347)

O 1º Congresso (1991) continua a diagnosticar o fosso entre a organização estrutural e a força eleitoral do partido, ao afirmar que *“nossa estrutura orgânica não apresenta mais correspondência com a nossa força real e representatividade social [...] possuímos, de fato, uma estrutura de elite, que não oferece canais de participação para uma camada mais ampla de petistas”*. A resolução faz uma crítica *“[...] ao ritual de reuniões demoradas, constantes e cansativas”* e defende *“novas formas”* de organização, que possibilitem uma maior participação da base, bem como a aproximação de setores sociais sem tradição de organização política. (Ibid., p. 518)

Finalmente, o 2º Congresso (1999) também afirma que a organização e estrutura do partido *“[...] não estão à altura dos desafios”* e propõe que o PT *“abra”* suas sedes para a sociedade, estimule a organização de atividades como festas e exibição de vídeos para atrair a população. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 19)

De acordo com IASI (2006), o PT realizou o “giro” que conforma o retorno da consciência da classe ao estado de alienação, determinada pelas condições dadas no momento da luta de classes e evidenciada pelas escolhas adotadas por seus dirigentes. A legenda passou por uma *“reorientação da vida partidária”*, com a substituição da democracia direta pela democracia representativa, o *“fechamento de espaços democráticos de dissenso”*, a burocratização e a constituição das já analisadas *“estruturas paralelas de poder”*. Tais substituições se expressam na forma como são definidos aqueles aos quais ele se dirige: no início, ele são chamados de *“classe trabalhadora”*, para após serem denominados de *“conjunto dos trabalhadores”* e, logo em seguida, *“povo”* e, finalmente, *“cidadãos”*.

O PT chega aos anos 2000 com substanciais alterações em seu perfil, como pode-se ver a partir das questões tratadas neste capítulo e que, conforme observa PALERMO (2003, p. 21), não foram decorrentes apenas de uma opção tática que lhe permitisse sucessos eleitorais, mas sim de *“[...] una adaptación más profunda”*. De acordo com o autor, esta adaptação ocorreu durante os anos 90, principalmente a partir de 1995, *“[...] cuando el sector Lula-José Dirceu triunfa en las elecciones internas, Dirceu asume la presidencia del partido y Lula es nombrado ‘presidente de honra’* (Idem, p. 23), preparando uma série de mudanças para garantir a aceitação de uma parte do eleitorado que ainda mostrava-se refratário ao PT. Deste modo:

[...] el perfil de campaña del PT en 2002 no se da en el vacío, o como un mero oportunismo, sino que tiene raíces en una transformación gradual auténtica y más endógena. Ya desde principios de los 90, la hipotética irreductibilidad socialista-revolucionaria, antimercado y anticapitalista del Partido dos Trabalhadores, o una no menos supuesta incompatibilidad del mismo con la democracia liberal, habían quedado atrás. (Ibidem, idem)

Para PALERMO (Ibid.), essas modificações aconteceram, em boa medida, devido às reformas implementadas por FHC em seus dois mandatos e que forçaram o PT a percorrer um caminho *“hacia el centro”*, comprometendo-se com a manutenção de várias dessas políticas, o que lhe garantiu o apoio de setores do eleitorado que não queriam mais a continuidade do governo do PSDB, mas que ainda temiam pelo radicalismo do PT e sua proposta de ruptura com as políticas estabelecidas.

O autor destaca que, embora o 12º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 2001, portanto, a menos de um ano das eleições, tenha aprovado um conjunto de resoluções com propostas de governo sob o título de *“A Ruptura necessária”*, *“[...] la tinta del documento oficial ‘rupturista’ del PT todavía estaba fresca y, sin embargo, ya era inocultable que el personal central del partido se sentía sumamente incómodo con él”*. (Ibid.) Desta forma, para demonstrar definitivamente sua opção, o Diretório Nacional aprovou, em junho de 2002, a *“Carta ao povo brasileiro”*, em que apresenta seu compromisso *“[...] con las orientaciones programáticas esperadas por el mundo de los negocios, como el cumplimiento con la deuda pública y el mantenimiento del superávit fiscal”*. (Ibid.)

É nesta conjuntura que o partido conquistou a Presidência da República em 2002, em uma frente eleitoral que contava, além dos partidos comunistas e do PMN, com o PL, legenda que indicou como vice-presidente o grande empresário do setor têxtil, José Alencar. Lembra-se que, no 2º turno, a candidatura Lula teve o apoio de diversas lideranças de outros partidos, como o PMDB.

No exercício da Presidência, Lula pautou-se, desde o primeiro momento, por buscar a constituição de apoios parlamentares que garantissem a maioria necessária para a implantação das prioridades de seu governo, inclusive com a ampliação para a participação em ministérios. Apesar da grande crise vivida em 2005, a partir das denúncias do *“mensalão”*, o PT conquistou a reeleição de Lula em 2006, amparado em uma política de alianças e de apoios que passou por praticamente todos os principais partidos do país.

1.6 - As Tendências

O debate sobre a questão da participação das tendências políticas no PT – como visto nos pontos referentes à sua construção – foi bastante forte e apresentou muitas divergências, até que a questão fosse política e administrativamente resolvida. Contudo, esse tema foi, historicamente, polêmico para a esquerda mundial. (SILVA, s/d)

Embora a existência de diferentes definições para o termo tendência, utiliza-se aqui o conceito de SILVA (Idem, p. 9), para quem elas são “[...] *quaisquer agrupamentos de pessoas que defendam o mesmo pensamento político*”, apesar das diferentes formas de se organizar e se estruturar. No início dos anos 60, quando o país passava por um momento de grande efervescência política afloraram as divergências na esquerda, sobretudo no PCB, quanto às formas de luta que deveriam ser travadas, levando à fundação da POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária), em 1961. No ano seguinte, formou-se a Ação Popular (AP), que tem como base militantes da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Neste momento também as organizações trotskistas contavam com certa força no movimento operário, principalmente o POR (Partido Operário Revolucionário). (Ibidem)

Com o golpe militar e a repressão desencadeada pela ditadura, proliferaram os grupos políticos no Brasil, divididos entre aqueles que optaram pela luta armada – por verem nela a única forma de lutar contra o regime – e aqueles que defendiam o trabalho clandestino entre o povo para levar à sublevação contra os militares, caso das organizações trotskistas e do PCB. Após, com a vitória da ditadura sobre as organizações armadas e a eliminação física de muitos de seus militantes, iniciou-se um processo de reconstituição destes grupos, sendo que, em vários casos, isso ocorreu no exterior, onde muitos militantes encontravam-se exilados.

Assim, o final da década de 70 marca o processo de rearticulação destas tendências, em uma conjuntura de ascenso dos movimentos sociais, em luta contra a ditadura militar. Dessas, boa parte vai participar do processo de construção do Partido dos Trabalhadores, embora com visões bastante diferenciadas sobre o papel que este deveria desempenhar na luta socialista no Brasil.

Como já visto no início deste capítulo, a discussão sobre o papel das tendências ocupou boa parte do debate nos primeiros anos de existência do PT,

devido às diferenças de visão existentes quanto à existência delas, uma vez que o setor majoritário – formado pelos sindicalistas autênticos e por membros das CEBs – era bastante reticente em relação a esta participação e costumava atacar estes grupos, ao afirmar que eles pretendiam apenas utilizar-se do partido para construir a própria organização. Daí, a utilização de expressões do tipo “partidos dentro do partido” e “duas camisas”, para referir-se aos militantes organizados.

Em 1987, no 5º Encontro Nacional, foi aprovada a “Resolução sobre tendências”, que orientava sobre como elas poderiam operar no partido, com o objetivo de garantir o controle de seu funcionamento por parte da direção partidária e possibilitar a exclusão daquelas que não se adaptassem às regras definidas. Assim, o PT afirmava seu “caráter estratégico”, condenava a “dupla militância” e a “dupla fidelidade”, e estabelecia que *“uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...)”*. (ALMEIDA, VIEIRA e CANCELLI, 1998, p. 357) Tal resolução estabelecia que *“as coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido”* (Idem, p. 358), o que fixava um processo de registro das correntes junto à Executiva Nacional.

Evidenciam-se, a seguir, as principais tendências internas, desde o período da fundação do partido até o início dos anos 2000.¹⁵

Articulação – Fundada em julho de 1983, a “Articulação 113” – este foi o número de assinantes do seu manifesto de fundação – foi fruto da organização dos chamados “autênticos” e, ao mesmo tempo, uma resposta da maioria à organização das correntes de esquerda, com a clara determinação de tomar as rédeas do partido e impor a visão deste grupo, que tinha entre seus quadros vários militantes egressos de organizações marxistas, como a ALN (Aliança Libertadora Nacional) e a POLOP, embora a grande maioria de seus membros não participasse politicamente naquele período.

No “Manifesto dos 113”, em que seus signatários afirmam que *“resolvemos nos articular para uma intervenção coletiva na vida do nosso partido”*, vê-se a *“convocação”* aos militantes do PT para *“participarem deste projeto que se inspira*

¹⁵ - É importante lembrar que existiam vários grupos regionais. Em situações específicas, como nos encontros partidários, era frequente a articulação destes com correntes maiores, representadas nacionalmente. Alguns desses grupos, que atuaram em Pelotas, serão indicados nos capítulos seguintes, que versam sobre o PT local.

nas idéias originárias do nosso partido". Igualmente, é destacada a defesa do PT "como partido de massas, de lutas e democrático". (CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL, 2009, p. 1-2)

Historicamente, a Articulação é a principal responsável pelas linhas políticas definidas pelo partido. Porém, sua composição sempre foi bastante heterogênea, sendo formada por diferentes grupos regionais e por "personalidades" petistas, o que, muitas vezes, dificultou a atuação e a definição de suas políticas, uma vez que tinha também uma flexibilidade organizativa bastante grande.

Durante bastante tempo, a Articulação não se apresentava como tendência, afirmava ser o único grupo autenticamente petista. No entanto, uma forte pressão das suas bases, que reivindicavam direito à participação nas decisões do grupo, levou a que ela aprofundasse sua formulação estratégica para o PT e se definisse como uma tendência. Em 1988 realizou seu 1º Seminário Nacional, em que afirmava o PT como partido estratégico para a condução da revolução no Brasil.

A partir de 1993, quando houve uma cisão – que viria a formar a Articulação de Esquerda –, passou a chamar-se Articulação Unidade na Luta, sendo que, no início dos anos 2000, com a incorporação de outros grupos, como a Democracia Radical, ficou conhecido como Campo Majoritário, Unidade na Luta e, mais recentemente, Construindo um Novo Brasil (CNB). No Rio Grande do Sul, foram formados grupos regionais, que, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, adotaram denominações próprias, como: Rede e PT Amplo e Democrático.¹⁶ Com exceção do período em que a Opção de Esquerda teve maioria no partido, indicou todos os presidentes do PT até hoje.¹⁷ (KECK, 1991; SILVA, 2003; IASI, 2006)

Articulação de Esquerda (AE) – Oriunda de uma cisão da Articulação, com a saída de um grande grupo de militantes que defendiam um posicionamento mais à esquerda do partido e a priorização da atuação nos movimentos sociais. Em fevereiro de 1993, este grupo lançou o manifesto "A Hora da verdade", no qual denunciava o "risco de o PT ser um partido da ordem". Em setembro do mesmo ano foi realizado o Seminário Nacional de fundação da Articulação de Esquerda.

¹⁶ - Tais correntes serão destacadas nos dois próximos capítulos, pois tiveram importância na trajetória do PT de Pelotas. A Rede, por exemplo, era o grupo a que pertencia o Prefeito Fernando Marroni, quando foi eleito.

¹⁷ - Em 1993, o 8º Encontro Nacional do PT foi vencido pela Opção de Esquerda, a ser evidenciada a seguir. Porém, Lula foi apontado como presidente por todas as chapas concorrentes. Somente quando ele se licenciou para concorrer à Presidência da República, em 1994, quem assumiu o comando partidário foi Rui Falcão, indicado pelo grupo vitorioso como 1º vice-presidente.

Junto à DS e a outras correntes menores e de expressão regional, a AE formou a chapa Opção de Esquerda, que venceu o 8º Encontro Nacional. Em 1995, um setor do grupo voltou a apoiar a Articulação, o que garantiu a esta a retomada do comando partidário. A AE é uma das maiores correntes do partido, junto com o Construindo um Novo Brasil e a Democracia Socialista. (POMAR, 2000)¹⁸

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – Teve seu congresso de fundação em abril de 1968, e era formado por militantes que divergiram do PCB quanto às formas de resistência à ditadura militar. Defendia a constituição de um “governo popular revolucionário”, que seria conquistado por intermédio da luta armada a partir “do campo”.

Apesar de ter sido brutalmente reprimido pela ditadura, com a morte e a prisão de vários de seus dirigentes e militantes, o PCBR manteve-se organizado e participou da construção do PT, ao avaliar que, devido à sua heterogeneidade, o Partido dos Trabalhadores era um “instrumento tático” para a luta contra o governo militar, caracterizando-o como uma frente, e não como uma organização estratégica para a construção do socialismo no Brasil. (SILVA, s/d)

Partido Revolucionário Comunista (PRC) – Nasceu de uma cisão do PCdoB e teve seu congresso de fundação realizado em janeiro de 1984. Os membros do PRC criticavam seu antigo partido e também o PCB por serem “colaboracionistas” da burguesia nacional e viam o PT como um partido “reformista”. Porém, no 2º Congresso, realizado em outubro de 1985, decidiram-se pela “participação exclusiva” no PT, já que, até então, em alguns estados, tinha militantes também no PMDB. Esta decisão devia-se ao fato de que o PT era visto como o único partido que se colocava “contra a transição burguesa” e que poderia vir a “radicalizar”, devido à base operária e popular.

No mesmo congresso afirmava que seus militantes não tinham a obrigação de centralizar-se pelas decisões do partido – devido à sua heterogeneidade – e que as relações do PRC com o PT eram “de partido para partido”. Esta posição gerou muitos atritos no PT, inclusive com a divulgação de uma nota da Direção Nacional. Em 1986, o PRC abrandou sua posição e afirmou defender o “princípio da unidade”. Por fim, em agosto de 1989, realizou seu 3º Congresso, em que lançou o “Manifesto por uma Nova Esquerda” e decidiu por sua extinção. (Idem)

¹⁸ - Para observar os resultados obtidos pelas correntes nos encontros nacionais do PT, ver: ALMEIDA, VIEIRA E CANCELLI (1998).

Movimento Comunista Revolucionário (MCR) – Foi fundado em outubro de 1985, a partir da fusão de três correntes: Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Ala Vermelha e Organização Comunista Democrática Proletária (OCDP). Defendia a unificação de todos os “comunistas revolucionários” em um partido e acreditava que o PT, apesar de não ser o “partido da revolução”, cumpria um papel estratégico de ajudar na construção desta organização revolucionária. O MCR afirmava a importância de construir o PT como “instrumento político da unidade dos trabalhadores” e, no final da década de 80, decidiu dissolver-se na Articulação. (Ibidem)

O Trabalho¹⁹ – Fundada em uma conferência, realizada em novembro de 1976, a Organização Socialista Internacionalista (OSI) – este foi seu primeiro nome – foi fruto da fusão da Organização Marxista Brasileira (OMB) e do Grupo Comunista 1º de Maio e ficou nacionalmente conhecida como LIBELU (Liberdade e Luta), que era o nome de sua organização do movimento estudantil.

A OSI defendia, inicialmente, a criação do Partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores e colocou-se contra a criação do PT, por entender que seria uma organização dominada pelos “velhos e novos pelegos” do movimento sindical. Entretanto, em conferência realizada em 1980, a organização afirmou que o PT constituiu-se uma “resposta ao movimento do operariado”, sem deixar de criticar seu setor majoritário, ainda visto como “pelego”.

Conforme o PT se constituiu e cresceu, a OSI mudou sua visão e passou a vê-lo como um partido operário que contribuía para a criação do “partido revolucionário”, até que, quando a “Articulação dos 113” foi criada, avaliou que a organização revolucionária só poderia se constituir, a partir do avanço da maioria do PT, razão pela qual indicou a entrada na Articulação. Esta posição provocou uma cisão no grupo: um setor integrou-se formalmente à Articulação, e outro manteve a organização, que neste período já se chamava “O Trabalho”, mesmo nome de seu jornal. (Ibid.; SKROMOV, 2005)

Convergência Socialista (CS) – A origem deste grupo remonta a 1974, quando foi fundada a Liga Operária. Ela resulta da fusão da organização de militantes que estavam exilados na Argentina com outra do estado de São Paulo

¹⁹ - As correntes “O Trabalho”, CS, DS, CLTB, AVALU e Causa Operária são de origem trotskista e todas eram ligadas a alguma das correntes internacionais da IV Internacional, sendo que muitas vezes as cisões e fusões entre elas tinham a ver com a orientação internacional que seguiam. Sobre as ramificações da IV Internacional, ver: FERREIRA e REIS (2007), e SILVA (s/d.).

(FBT). Em 1977, a Liga passou a chamar-se Partido Socialista dos Trabalhadores, que, no ano seguinte, lançou o Movimento Convergência Socialista (MCS), com a intenção de unificar os socialistas e formar o Partido Socialista.

Porém, ao entender que este movimento não atingira seu objetivo, o MCS transformou-se na corrente Convergência Socialista e passou a defender a criação do PT, sendo que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcílio, que era membro da Convergência, participou desde os primeiros encontros que levaram à criação do PT.

Desde os primeiros momentos do novo partido, a CS mostrou severas críticas à maioria partidária, avaliando que esta levava o PT para uma política de “conciliação de classe”. Assim, em 1992, o Diretório Nacional afirmou que a Convergência Socialista não se enquadrava nas resoluções para a existência de correntes internas, por isso decidiu pela sua expulsão dos quadros partidários. Ela, então, foi uma das correntes que impulsionou o PST-U. (SILVA, s/d; FERREIRA e REIS, 2007)

Democracia Socialista (DS) – Fundada em um congresso realizado em dezembro de 1979, surgiu a partir da unificação da Centelha, grupo de Minas Gerais organizado no movimento estudantil e que tinha contatos com militantes da oposição metalúrgica daquele estado, com a Peleia, grupo gaúcho igualmente organizado no movimento estudantil e que contava com militantes oriundos de outra organização (Nova Proposta), que pertencia à Tendência Socialista do MDB.

Esta unificação aconteceu a partir da fundação do jornal “Em Tempo”, no final de 1977 e que, em um primeiro momento, reunia também militantes de vários outros grupos, os quais, neste período, saíram do jornal para criar suas próprias organizações. Em 1981, incorporou dissidentes de outras correntes e passou a chamar-se Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS), nome que manteve até 1987, quando o PT reconheceu oficialmente as tendências internas. A partir de então, passou a denominar-se Democracia Socialista – Tendência Interna do PT.

A DS participou desde o início do PT com a perspectiva de construir a articulação da “esquerda revolucionária” no partido, para que esta construísse o PT como partido socialista e revolucionário. A DS afirmava que o PT era “estratégico” e que sua transformação seria um “processo complexo”. Para construir esta visão, pautou-se pela formação de um campo alternativo ao setor majoritário e estimulou a

formação de chapas da esquerda nos encontros partidários. (SILVA, s/d; ANGELO, 2008)

Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB) – Fundada em 1978, a partir de uma cisão na OSI (O Trabalho), principalmente por parte de sindicalistas, era mais conhecida por AVALU (Avançar a Luta), nome adotado no movimento estudantil. Um de seus dirigentes, Paulo Skromov, então presidente do Sindicato dos Coureiros do Estado de São Paulo, foi um dos articuladores da construção do PT, tendo participado do grupo que redigiu a “Carta de Princípios” e coordenado a plenária de fundação, em 10 de fevereiro de 1980. Em 1982, boa parte do CLBT ingressou na Democracia Socialista. (SILVA, s/d; SKROMOV, 2005; FERREIRA e REIS, 2007)

Causa Operária – Também é fruto de uma cisão da corrente “O Trabalho”, em 1978. Foi expulsa do PT em 1991 e deu origem ao Partido da Causa Operária (PCO). (SILVA, s/d; FERREIRA e REIS, 2007).

Nova Esquerda – Fundada em fevereiro de 1990, representou o “giro” ideológico mais profundo no partido, pois teve como fundadores boa parte dos militantes do antigo PRC. Desde o lançamento do “Manifesto por uma Nova Esquerda”, expressava o entendimento de que os acontecimentos no bloco socialista eram derivados do “germe autoritário” que seria intrínseco à teoria marxista. Assim, colocava o marxismo apenas como uma fonte de inspiração como tantas outras e proclamava o “caráter não comunista da tendência”. (SILVA, 2008a) Propunha que o PT centralizasse sua atuação na ação parlamentar e defendia uma ampla política de alianças de esquerda e de centro-esquerda.

Durante o 8º Encontro Nacional (1993), articulada com outras correntes regionais e com personalidades partidárias, lançou o movimento “Projeto para o Brasil”, que, a partir dali, deu o impulso para a criação da tendência Democracia Radical. (Idem, idem)

Vertente Socialista – Fundada em março de 1989, teve como principal base os militantes da cidade de São Paulo, ligados ao movimento popular. Sua origem é de 1987, quando seus militantes romperam com a Articulação e reuniram-se em um grupo denominado Poder Popular e Socialismo, surgido durante a preparação para o 5º Encontro Nacional. Sua crítica à Articulação era em relação à centralização e à pouca organização na base, bem como defendia como prioridade a luta popular e sindical em relação à institucionalidade. Porém, a partir do 7º Encontro Nacional

(1990), a Vertente aproximou-se da Nova Esquerda, compondo o “Projeto para o Brasil” e também modificou suas principais posições, entendendo a crise do socialismo real como uma crise de todo o movimento socialista, razão pela qual defendia que o PT fosse um partido de interlocução com a sociedade, ao invés de um partido dirigente.

A tendência foi uma das principais sustentadoras da gestão de Luíza Erundina na Prefeitura de São Paulo e teve uma cisão em 1991, quando vários militantes foram para tendências situadas à esquerda no espectro partidário, como: Brasil Socialista (BS) e Movimento por uma Tendência Marxista (MTM). A Vertente foi extinta algum tempo depois e passou a compor a Democracia Radical, mas foi rearticulada por alguns de seus militantes, que se mantinham no campo de esquerda do partido. (Ibidem, 2008)

Movimento por uma Tendência Marxista (MTM) – Fundada em fevereiro de 1990, no mesmo encontro em que foi articulada a Nova Esquerda. Também formada por militantes do antigo PRC, o MTM, embora fizesse críticas ao dogmatismo de uma parte da esquerda, mantinha-se no campo do marxismo e defendia vários de seus princípios. Seu manifesto de fundação afirmava a luta para construir o PT enquanto “alternativa operária e popular”. (Ibid., 2008a)

Força Socialista – Fundada em 1989, teve origem no MCR, a partir de militantes que não aceitaram a dissolução daquela corrente na Articulação. Concebia o PT como partido estratégico e colocava-se a tarefa de contribuir para que ele fosse o dirigente do processo revolucionário no Brasil. Defendia a necessidade de o PT ter uma direção política revolucionária, uma teoria da revolução e que “assimilasse” o marxismo enquanto contribuição principal para a luta socialista. (Ibid., 2009)

Brasil Socialista (BS) – Fundada entre o fim da década de 80 e início de 90, teve origem no PCBR. Defendia a necessidade de estimular a formação de Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores (OIATs), que funcionariam como “escolas de formação” para a construção de novas formas de poder. Destacava a importância da luta institucional como linha auxiliar da estratégia da luta de classes. (Ibid., idem)

Ao longo do capítulo, viu-se que o PT foi construído a partir de um forte movimento de organização de vários setores da sociedade civil, unificados pela exigência de abertura política no país e pelo fim da ditadura militar. Sua organização foi fortemente marcada pela exigência de democracia interna e seu discurso teve grande aprovação de setores importantes do eleitorado, o que o levou à ocupação de postos institucionais desde as primeiras eleições disputadas.

Esta participação institucional aumentou a cada eleição e garantiu ao partido a administração de vários municípios e estados brasileiros, levando-o a momentos de forte enfrentamento interno e a uma profunda modificação organizacional e programática, culminando com a conquista da Presidência da República, em 2002.

Desta forma, no próximo capítulo serão analisadas algumas questões referentes à construção e à consolidação do PT no município de Pelotas.

Capítulo 2

O PT em Pelotas (1979-2000): da fundação ao governo municipal

Neste capítulo, apresentam-se momentos considerados importantes durante o processo de formação e de consolidação do PT em Pelotas até a conquista do governo municipal. O objetivo é caracterizar a trajetória apresentada pela legenda, suas características, peculiaridades e correlação de forças internas, entre a fundação (1979) e o período imediatamente anterior ao início do governo de Fernando Marroni (2000).

Desse modo, apontam-se os principais atores, os debates que permearam a construção do partido, bem como a forma como estes fatores influenciaram em sua trajetória. Analisa-se, também, o percurso eleitoral no município e como os dilemas da participação institucional se refletiram em seu comportamento. Outros pontos que serão desenvolvidos são: as circunstâncias e as motivações para a ascensão de Marroni como liderança do PT e a eleição para a Prefeitura.

Para a construção desse capítulo, foram utilizados documentos internos do partido, trabalhos acadêmicos e entrevistas com alguns de seus membros, em especial: Cecilia Hypolito, Ivan Duarte e Renato Della Vechia.

2.1 – Origens e formação

O PT foi organizado em Pelotas concomitantemente à criação a nível nacional. Durante o ano de 1979, houve a organização do Movimento Pró-PT e a fundação oficial ocorreu no ano seguinte. Dois dos entrevistados tiveram

participação neste processo: Cecilia Hypolito, que era professora de educação física e militante do movimento sindical; e Ivan Duarte, então estudante de psicologia na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e participante do movimento estudantil.

Diferentemente da conformação nacional, o PT de Pelotas era formado majoritariamente por grupos que integravam a denominada “esquerda partidária”. Conforme Cecilia, militante da AVALU, as correntes predominantes no município eram: Liberdade e Luta (LIBELU), Avançar a Luta (AVALU) e Peleia – que depois viria a ser denominada Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS) – todas de orientação trotskista. (HYPOLITO, 2008) Apesar disso, o grupo majoritário em escala nacional, contava com vários militantes em Pelotas, tanto que, nas eleições de 1982, forneceu o candidato a Prefeito (Luiz Carlos Volcan) e o candidato a vereador mais votado (Gilberto Volcan) naquele pleito.

Uma questão apresentada pelos dois entrevistados refere-se à composição social da maioria dos filiados. Segundo eles, o PT em Pelotas era formado por: militantes do movimento estudantil, sindicalistas, setores ligados à Igreja Católica, militantes do movimento popular e grupos de esquerda (Idem, 2008; DUARTE, 2008).

Cecilia ressalva que a maioria das pessoas tem a ideia de que o partido, no município, era formado somente por estudantes, o que não é verdade. Ela destaca que a maioria dos militantes era realmente bastante jovem, porém, vários, como ela própria, já eram trabalhadores e participavam dos movimentos populares e sindicais. (HYPOLITO, 2008) Um fato importante nesta questão é a indicação de João Martins, um operário da construção civil, como primeiro presidente do PT em Pelotas. (ALTMANN, 2007)

No entanto, é inegável a força do movimento estudantil na cidade, que é um pólo universitário graças à existência de duas universidades (UFPel e UCPel), e a contribuição que ele deu para o processo de construção do PT. No período, o movimento demonstrava bastante vitalidade, por força das mobilizações que ocorriam em virtude da pressão popular pelo fim do regime militar, mobilizações essas que se estendiam aos estudantes secundaristas, os quais vinham de um processo de organização e de mobilização nas escolas, como o Colégio Pelotense, a maior escola pública do município.

A participação dos estudantes no partido suscitou polêmica, em 1981, quando haviam sido cumpridos os requisitos formais para a instalação oficial do Diretório Municipal e estava prestes a escolher sua primeira direção oficial, já que, até então, quem o representava era uma Comissão Provisória. Em verdade, repetiu-se em Pelotas um debate nacional do PT quanto à participação de estudantes nas instâncias de direção, o que era visto com desconfiança por várias das lideranças. Sobre isto, ALTMANN (Idem, p. 73-74) destaca:

no mês seguinte, em junho [de 1981], o assunto passou a ser a escolha da Executiva e do Diretório Municipal. A princípio, teria sido consenso a escolha dos nomes que formariam tanto a Executiva quanto o Diretório do partido. [...] Os cargos seriam decididos posteriormente, conforme declarações do secretário da Comissão Provisória, André Hypólito. (DP, 12 jun. 1981, p. 2). No entanto, depois da realização de uma 'Pré-Convenção' Municipal, no dia 20 de junho, e da Convenção, realizada no dia seguinte, a escolha 'unânime' dos nomes da Executiva não se mostrou viável, e apenas o Diretório foi formado [...]. Para tratar das divergências que impossibilitaram a escolha da Executiva, Olívio Dutra, Antônio Cândido e Raul Pont, da Direção Regional do PT, vieram a Pelotas. As divergências estariam fundamentadas na formação de dois grupos: um que defendia uma chapa que não incluísse estudantes, e outro que defendia uma chapa mista, com a participação de trabalhadores e estudantes. A vinda dos integrantes da Direção Regional do PT - que defenderia a proposta da chapa mista - teria servido para apaziguar os dois grupos e estabelecer um acordo entre eles: '[...] os integrantes do PT chegaram a um consenso e decidiram manter a chapa única sugerida já na escolha dos membros do Diretório. Essa chapa possui 6 trabalhadores e 2 estudantes'. (DP, 25 jun. 1981, p. 2) [...] A impossibilidade de uma chapa única para a eleição da Executiva foi confirmada dias depois, com a notícia de que a chapa vencedora teria recebido 20 dos 39 votos, sendo composta somente por trabalhadores: na presidência, o pedreiro João Martins; como vice, o advogado Jayme Duarte; na secretaria, Luiz Carlos Volcan; e na tesouraria, Osmar Mello. O outro grupo, que defendia a idéia de uma chapa mista, composta por trabalhadores e estudantes, seria liderado por Rubisnei Fonseca, também operário da construção civil. (DP, 28 jun. 1981, capa)

Porém, este quadro sofreu alterações significativas, a partir das mudanças ocorridas nacionalmente, como o ingresso do PRC, em 1984, corrente que teve uma forte organização no município, principalmente no movimento estudantil. O fato teve grande influência na campanha eleitoral de 1986, quando os candidatos a deputado federal e estadual – Tarso Genro e José Fortunati, respectivamente – tiveram uma campanha muito forte e organizada na cidade.¹

Também a partir de 1984, articulou-se em Pelotas outro grupo da esquerda partidária, o “Ponto de Vista”, nome de um jornal editado em Porto Alegre, e cujos

¹ - Apesar da mobilização, somente Fortunati conseguiu se eleger.

militantes, neste mesmo ano, unificaram-se com o PCBR, organização clandestina nacional, que também teve certa influência na organização do partido na cidade, e contava em seus quadros com: Renato Della Vechia, várias vezes dirigente do PT, e Ivan Duarte, vereador desde 1992.

A partir de 1986, a Articulação passou a ter uma organização mais efetiva na cidade, com quadros vindos principalmente dos movimentos de base da Igreja Católica e do movimento sindical. Dois momentos marcam este processo.

Em primeiro lugar, a constituição, durante a campanha eleitoral daquele ano, de uma “cooperativa de candidatos” ou de um “comitê cooperativa”, nomes com os quais ficou conhecida uma iniciativa tomada por militantes ligados à Igreja Católica e sindicalistas, vinculados à Articulação. Este comitê fazia campanha para vários candidatos ligados à corrente, tais como: Olívio Dutra, Paulo Paim e Antônio Marangon (deputado federal); Adão Pretto, Selvino Heck, Clóvis Ramos e Paulo Lago (deputado estadual). A partir desta iniciativa, constituiu-se de forma mais organizada a corrente no município.

O outro momento é o ingresso no partido de Milton Martins, na época um pequeno comerciante da região da Zona Norte da cidade e militante das pastorais da Igreja Católica. Durante a campanha de 1986, ele havia sido uma das lideranças que articulava a candidatura de Jandir Zanotelli (PDT) a deputado federal, que assumiu ares de “candidatura oficial” dos católicos de Pelotas e da região. Porém, Zanotelli obteve 13.579 votos, sendo 5.890 em Pelotas, e não se elegeu. (BARRETO, 2008) Passado este processo, uma parte do grupo entrou para o PT.

Milton Martins foi candidato a vereador em 1988, sendo um dos dois parlamentares eleitos pelo partido, ao lado de Cecília Hypólito. Os dois formaram a primeira bancada eleita pelo PT, já que, nas outras duas vezes em que o partido ocupava cadeiras na Câmara, os vereadores haviam sido eleitos por outros partidos.

O primeiro desses casos ocorreu em 1979, quando a legenda ainda não havia sido fundada oficialmente e constituía-se como Movimento Pró-PT. O partido teve, durante alguns dias, um representante na Câmara Municipal, conforme relata ALTMANN (2007, p. 70-71):

no dia 22 de dezembro de 1979, foi oficialmente anunciada a representação do PT na Câmara Municipal, que teve a adesão do vereador João Carlos Gastal Jr., ex-integrante do MDB que, após a reformulação partidária, aderiu ao PT. No entanto, a representação do partido na Câmara durou pouco tempo. Logo após o anúncio de formação do bloco petista na Câmara, o então prefeito da cidade, Irajá Andara Rodrigues (PMDB), remanejou o secretariado: seu irmão, Jáder Rodrigues, que ocupava a função de Secretário Municipal de Educação, voltou a ocupar sua vaga na Câmara, 'tirando de circulação' João Carlos Gastal Jr., que seria o primeiro vereador petista na cidade.

Já em 1987, o então vereador Flávio Coswig entrou para o PT, tendo concorrido a Prefeito nas eleições de 1988. Ele havia se eleito vereador pelo MDB, em 1976, e pelo PMDB, em 1982, mas era militante do PCB, que, ainda na ilegalidade, atuava no sucedâneo do MDB. Quando os partidos comunistas foram legalizados, em 1985, assumiu a representação do Partidão na Câmara, até trocá-lo pelo PT.

Principalmente a filiação de Milton Martins ajudou a dar uma "cara" mais popular ao partido no município, mas trouxe consigo um debate que seria sustentado daí em diante por várias de suas lideranças: a contraposição entre o "PT dos bairros" e o "do Centro", como se apenas os primeiros fossem os reais interessados em construir a legenda, em uma espécie de reedição, em Pelotas, da divisão entre os "verdadeiros" petistas e aqueles que tinham "duas camisas", questão fartamente trabalhada pelos sindicalistas fundadores do PT – como visto no capítulo anterior. Este embate prenunciava um modelo de relações internas bastante conflituadas, que apresentou várias situações de crises no futuro.

As mudanças ocorridas no PT, tanto na questão do "giro" ideológico realizado por algumas tendências partidárias, como o PRC, quanto ao tema das modificações estatutárias (ambos abordados no capítulo 1), abriram caminho para que o PT pelotense também sofresse transformações profundas.

Em 1999, o Encontro Municipal, realizado sob as novas regras definidas pelo partido (voto em urna), elegeu uma direção predominantemente formada pelo campo majoritário, o que desconstituiu a hegemonia que a esquerda partidária vinha mantendo até então. Neste Encontro, Jorge Mallmann, membro da corrente Nova Esquerda, em chapa formada juntamente com o PT Amplo e Democrático², venceu

² - Trata-se de uma tendência de âmbito regional, organizada naquele período e identificada com a maioria nacional do partido. Mais informações serão apresentadas no capítulo 3.

Renato Della Vechia, candidato à reeleição apoiado pelo conjunto da esquerda partidária.

De lá para cá, os grupos ligados à maioria nacional garantiram superioridade na correlação interna de forças. Em 2001, foi eleito presidente Paulo Oppa, então da corrente PT Amplo e Democrático, e em 2005 e em 2007, Milton Martins.

Ano	Presidente	Corrente
1999	Jorge Mallmann	Nova Esquerda
2001	Paulo Oppa	PT Amplo e Democrático
2005	Milton Martins	PT Amplo e Democrático
2007	Milton Martins	Unidade na Luta

Quadro 1 – Presidentes do Diretório Municipal do PT, em Pelotas, e correntes a que estavam vinculados na época

2.2 – O Percorso eleitoral

No entanto, apesar dos problemas internos, das dificuldades estruturais e financeiras do PT em Pelotas – e que eram comuns na grande maioria dos municípios –, o Diretório Municipal acompanhou os passos do partido no país e no estado, credenciando-se junto a grandes faixas do eleitorado.

Se nas eleições para Prefeito, em 1982, obteve pouco mais de 1% dos votos, esta votação cresceu de forma sucessiva em praticamente todos os demais pleitos.

Tabela 1 - Votação do PT para Prefeito de Pelotas, no primeiro turno ou turno único nas eleições de 1982 a 2004

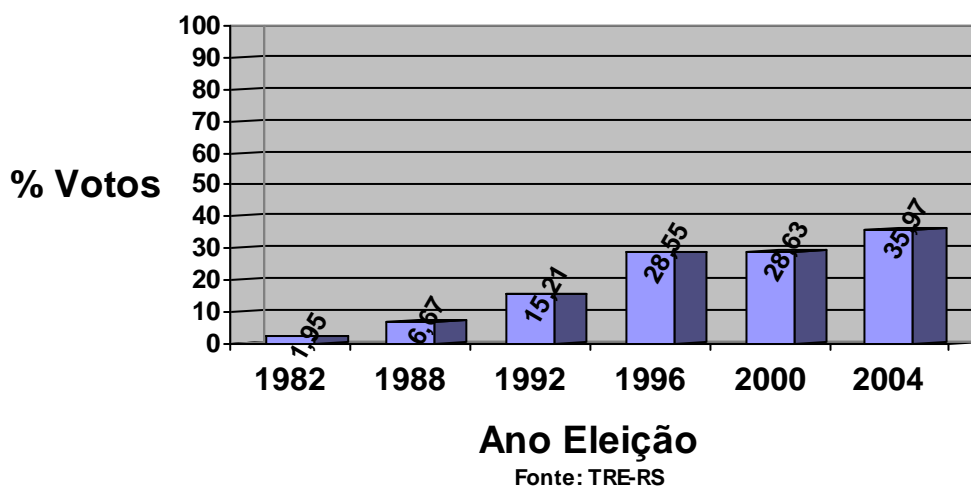


Tabela 2 - Votação do PT em Pelotas no primeiro turno ou turno único, nas eleições para Governador, no período 1982-2002

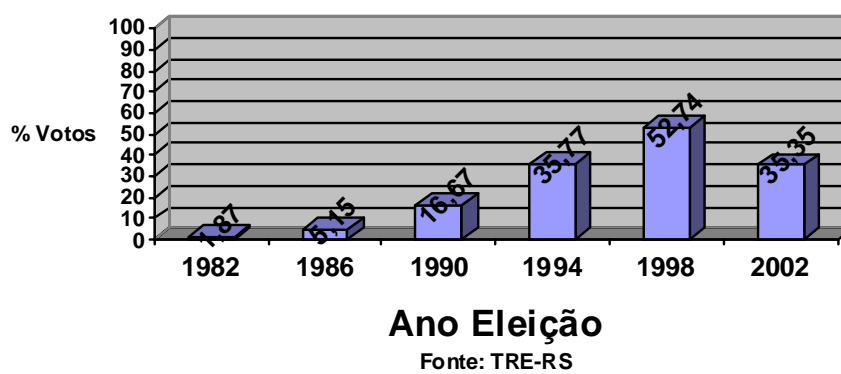
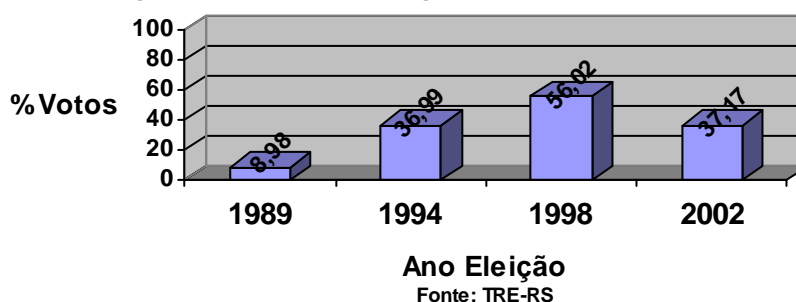


Tabela 3 - Votação do PT em Pelotas, no primeiro turno nas eleições para Presidente, no período 1989-2002



Neste processo de crescimento eleitoral, o partido adquiriu uma razoável força institucional. Quanto à participação do PT na Câmara Municipal, BARRETO (2008a, p. 90-91) afirma que:

depois de não eleger nenhum vereador em 1982, garantiu duas vagas em 1988 e em 1992, quatro em 1996 e em 2000. O desempenho nestes dois pleitos fez dele o maior partido da Câmara, em substituição a, respectivamente: PMDB (que deteve o posto em 1982 e em 1988) e PP (1992). [...] Em síntese, o PT mostrava trajetória ascendente: cresceu quatro cadeiras ao longo do período (duas em 1988 e outras duas em 1996, em ambas as oportunidades com ampliação de 100% no número de cadeiras conquistadas). Tal melhoria fez com que o partido respondesse por 9,5% da Câmara em 1988-1992, e por 19%, em 1996-2000. Contudo, perdeu uma cadeira em 2004, tendo eleito três vereadores. Esse fato estancou a trajetória ascendente apresentada até então. Paradoxalmente, essas três vagas correspondem a 20% da composição da Câmara. Ou seja, em termos relativos, o PT manteve, sim, o crescimento contínuo.

Nas eleições majoritárias, destaca-se o grande crescimento obtido em 1992 e em 1996, quando o partido disputou o 2º turno das eleições, além da vitória em 2000. Sobre os dois primeiros anos, SCHWARZ (2000, p. 77) ressalva o “*avultamento do partido como novo ator político*” no município. Conforme a autora:

no que tange ao Partido dos Trabalhadores, observa-se que este viria a ampliar significativamente a sua base eleitoral em Pelotas, verificando-se um substancial crescimento das manifestações de voto no candidato do partido ao cargo executivo municipal, em particular nos pleitos de 1992 e de 1996. Nesta última eleição, o candidato do partido viria a participar da disputa pela Prefeitura no segundo turno eleitoral. O resultado final das eleições levou à vitória o candidato concorrente por pequena margem de votos. A derrota do candidato petista nas urnas apesar de ter impedido o partido de chegar ao executivo municipal, não foi impedimento para que o PT assumisse um lugar de destaque no cenário político municipal, desbancando legendas e atores políticos tradicionais na região.

Durante este período, o PT de Pelotas também conquistou importantes espaços na representação estadual e federal. Em 1994, Cecilia Hypolito ficou como suplente de deputada estadual, veio a assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa em 1997 e garantiu a permanência nas eleições de 1998. Enquanto isso, Fernando Marroni foi eleito deputado federal em 1998, cargo ao qual renunciou para ser Prefeito. Em 2006, ficou como primeiro suplente da bancada petista na Câmara Federal, vindo a assumir a titularidade em 2009. Mesmo quando não elegeu representante (2002), o partido teve candidatos bem votados tanto à Assembléia Legislativa quanto à Câmara dos Deputados.

2.3 – A Disputa de 1996

Se a trajetória que Marroni apresentava no partido até então for comparada com a expressão política de outros membros, e, principalmente, se for levada em conta que, até aquele momento, a esquerda partidária tinha hegemonia no município, é surpreendente que, em 1996, ele tenha sido indicado candidato a Prefeito pelo PT.

Engenheiro elétrico, formado pela UCPel, e desde 1978 funcionário da UFPel, ele também atuava como dirigente sindical da categoria, tanto em nível municipal quanto nacional. Filiado ao PT desde 1989, ele era presidente da Associação dos Servidores da UFPel (ASUFPEL), quando, em 1992, concorreu a vereador. Naquela oportunidade, obteve 1.283 votos e ficou como primeiro suplente na Câmara Municipal. (TRE-RS, 1992) Após, ocupou cargos na direção executiva do partido e em 1996, foi o candidato à Prefeitura.

Para entender como isso aconteceu, é importante apontar a conjuntura interna da legenda naquele período. Conforme Renato Della Vechia, o PT de Pelotas passava, entre 1994 e 1995, por um período de “*desagregação das correntes partidárias*”, no qual poucas pessoas identificavam-se com os grandes grupos internos e as instâncias de direção estavam sendo comandadas muito mais pelo compromisso individual de alguns militantes. (DELLA VECHIA, 2008)

No momento em que o PT iniciava o debate sobre o processo eleitoral surgiram dois movimentos, classificados por ele de “*oportunistas*”: o grupo que veio a construir a Nova Esquerda, e o outro, o Coletivo Socialista, que tinha como base

uma série de ex-militantes da corrente Democracia Socialista. Conforme o entrevistado, o oportunismo estaria evidenciado na forma como os grupos portaram-se em relação ao debate naquele momento, não compreendendo a especificidade que o partido vivia com a alegada desestruturação, o que levou a que a maioria dos militantes que compunha a Executiva tenha resolvido “se articular” para intervir no processo de discussão da campanha eleitoral, e organizado um grupo que veio a ser conhecido como Manifesto. (Idem)

Neste processo, foram indicados cinco nomes como pré-candidatos: Fernando Marroni (Nova Esquerda); Milton Martins, na época em segundo mandato na Câmara Municipal (PT Amplo e Democrático); Ademir Soares, primeiro presidente do Sindicato dos Bancários de Pelotas após a vitória da oposição sindical cutista, em 1988 (Coletivo Socialista); Arilson Cardoso, médico, neste ano foi candidato a vereador, tendo sido coordenador adjunto da Coordenadoria Regional de Saúde durante o governo de Olívio Dutra (grupo de independentes); e a ex-vereadora Cecilia Hypolito (Manifesto), que havia sido a candidata à Prefeitura em 1992, quando ficou em terceiro lugar, com 15,21% dos votos. (TRE-RS, 1992) Naquele momento, Cecilia estava sem mandato e atuava como professora no Colégio Municipal Pelotense.

Della Vechia destaca que o grupo Manifesto também aventou, durante o processo, a indicação do nome do vereador Ivan Duarte. Todavia, a partir da confirmação da disposição de Cecilia de disputar a indicação, o nome de Ivan não foi apresentado. (Ibidem)

Durante o processo de preparação das prévias que indicaria o candidato, Arilson Cardoso, Ademir Soares e Milton Martins se retiraram da disputa e, no momento em que as prévias seriam marcadas, Cecilia também anunciou a decisão de não concorrer à indicação.

Sobre sua desistência, Cecilia afirma que, naquele momento, o PT estava crescendo em Pelotas e que havia boas possibilidades de construir a proposta em torno de seu nome, já que ela havia sido candidata em 1992 e o partido tinha alcançado uma importante votação. Porém, “[...] *quando temos a possibilidade de ganhar, se constrói uma relação de disputa no PT*”, referindo-se à questão abordada acima por Della Vechia, notadamente quanto ao grupo Coletivo Socialista. Desta forma, afirma que não teve condições de se manter na disputa, pois havia saído da corrente à qual pertencia, a Democracia Socialista, e estava sem grupo interno de

sustentação, o que determinou a desistência da candidatura, pois o partido estava desmobilizado e boa parte da “militância histórica” não estava informada sobre o processo de prévias. Diz ela: “*o Marroni entrou com todo o mundo para dentro do PT, um monte de fichinhas, mais de cem filiados novos, os antigos filiados não estavam sabendo que iria ter prévias e eu desarticulada*”. Cecilia conclui afirmando que se mantivesse a candidatura nestas condições, “*seria candidata de mim mesma*”. (HYPOLITO, 2008)

DELLA VECHIA (2008) concorda em parte com essa avaliação. Ele afirma que Cecilia era o “nome natural” para a disputa e que o fato de o Coletivo Socialista não referendar o apoio a ela levou à retirada da candidatura. Porém, critica o fato de a decisão ter se dado sem consultar o grupo que a estava apoiando. Para ele, toda a esquerda é “*um pouco culpada*” neste processo. Ivan Duarte acentua esta crítica, dizendo que “[...] *o nome mais forte era o da Cecilia. Se ela quisesse, teria sido candidata*” e ao desistir, “*deixou o campo aberto para o Marroni*”. Conforme o vereador, “[...] *eu atribuo essa responsabilidade à Cecilia*”. (DUARTE, 2008)

Lair de Mattos, que foi candidato a vice-prefeito naquela oportunidade, afirma que “[...] *sem candidato [a esquerda] perdeu espaço que até hoje não recuperou*” (MATTOS, 2008), avaliação com a qual concorda o dirigente partidário Dione Manetti, para quem esse processo marcou “*o momento da virada*” na hegemonia do partido na cidade. De acordo com ele, “[...] *a esquerda cometeu um equívoco de avaliação política*”, pois tanto Cecilia quanto Ivan teriam feito “*contas políticas*” neste processo: “[...] *a esquerda foi muito pragmática*”. (MANETTI, 2008) Para Paulo Oppa, “[...] *a Cecilia preferiu se eleger vereadora... acho que se a Cecilia tivesse se apresentado, ela teria ocupado esse espaço*”. (OPPA, 2008)

Sobre a iniciativa de Marroni lançar-se candidato, Cecilia afirma que “[...] *eu entendo que [ele] queria mais era se fortalecer para vereador*”. (HYPOLITO, 2008) Salvador Martins, coordenador de campanha ao longo da trajetória política de Marroni, nega esta estratégia e afirma que a intenção era realmente disputar a Prefeitura para “*fortalecer o PT*”, pois “*não houve a intenção de concorrer nas prévias para fortalecer para vereador, até porque quando o Marroni decidiu participar, nossa corrente decidiu lançar o nome da Miriam para vereadora e aí já não havia a possibilidade de ele ser candidato a vereador*”. (MARTINS, 2009)

Para Dione Manetti, ao se lançar candidato, “[...] *Marroni teve uma postura partidária [...] ele fez uma opção importante de construção partidária*” (MANETTI,

2008), enquanto Miriam Marroni afirma que “[...] *nem nós [corrente Nova Esquerda] queríamos que ele fosse*”, mas, segundo a vereadora, “[...] *a Cecilia não quis ir*”, por isso ele foi candidato. Para ela, essa candidatura “[...] *foi muito boa para o partido*”, já que “[...] *o PT não era nada, era 2, 3% no período anterior à campanha*”. (MARRONI, 2009) Finalmente, Paulo Oppa, Secretário Municipal e presidente do partido durante a gestão, afirma que Marroni “*aproveitou o momento*”, oportunizando-se da ascensão do PT na sociedade e da crise da esquerda partidária. (OPPA, 2008)

Outro elemento, ressaltado por vários entrevistados, era a expectativa de que o ex-prefeito Bernardo de Souza, à época deputado estadual, concorresse ao executivo municipal. Nesse período, ele era filiado ao PSB, partido prioritário no leque de alianças do PT, um dos parceiros da chamada Frente Popular. Esta possível candidatura dividia o PT: setores, como os grupos ligados a Milton Martins e Marroni, defendiam o apoio a esta candidatura, enquanto outros, ligados à esquerda partidária, não viam com bons olhos a alternativa, principalmente em razão dos conflitos ocorridos, quando Bernardo esteve à frente da Prefeitura, de 1983 a 1986, e da Secretaria Estadual de Educação, durante o governo Pedro Simon.³

Salvador Martins afirma que “[...] *discutíamos dentro do partido, que o PT indicasse o vice do Bernardo, e estava praticamente certo que nós indicaríamos a Cecilia Hypolito como vice do Bernardo*”. (MARTINS, 2009) Porém, Renato Della Vecchia diz que o grupo Manifesto divergia internamente em relação ao que fazer se Bernardo fosse realmente candidato. Segundo ele, Cecilia “[...] *que tinha sido presidente do SIMP e enfrentou o Bernardo, avaliava que era muito difícil estar com o Bernardo, em razão do tipo de comportamento dele. Por isso, [ela] achava que nosso grupo não deveria apresentar candidatura*”, enquanto ele “[...] *achava que nós podíamos achar um nome que tivesse capacidade de fazer a disputa como vice*”. (DELLA VECHIA, 2008)

Porém, Bernardo decidiu não concorrer e o PSB lançou o ex-vereador Mário Filho como postulante a Prefeito.⁴ Assim, esta polêmica teve fim e ficou definido que o PT teria candidato próprio e como Marroni era o único nome que continuava à

³ - Bernardo, então no PMDB, renunciou ao cargo de Prefeito, cujo mandato duraria até o final de 1988, para se tornar secretário do governo Pedro Simon (PMDB).

⁴ - A candidatura foi retirada durante o período eleitoral para apoiar informalmente Marroni.

disposição, foi referendado em processo interno de escolha. O partido indicou Lair de Mattos como candidato a vice-prefeito.

A candidatura foi para o segundo turno, pela primeira vez disputado no município, ocasião em que se defrontou com o ex-prefeito Anselmo Rodrigues (PDT), em uma eleição muito acirrada. No primeiro turno, foram candidatos, além de Marroni (PT/PPS/PV) e Anselmo (PDT/PCdoB): Valnei Tavares (PTB/PL), Roger Castagno (PPB), Michel Halal (PSDB/PFL) e Edgar Klever (PMDB). Anselmo Rodrigues obteve 29,95% dos votos, enquanto Marroni ficou com 28,55%, uma diferença de menos de 2.500 votos. No segundo turno, Anselmo fez 51,14% dos votos e Marroni 47,51%, uma diferença de pouco mais de seis mil votos. (TRE-RS, 1996)

O acirramento da campanha existiu não só em razão de a eleição ter sido muito disputada, mas também porque foi o PT o principal partido a fazer oposição à primeira gestão de Anselmo na Prefeitura, entre 1989 e 1992. A legenda foi responsável, junto com a bancada do PSB, pela instauração de uma CPI para averiguar denúncias contra o governo, o que gerou uma série de ações judiciais a partir das quais Anselmo foi, durante a segunda gestão, afastado do cargo.

No entanto, o processo interno de condução da campanha recebeu críticas de Renato Della Vecchia, que, naquele momento, assumiu interinamente a função de presidente do partido, cargo que era então ocupado por Lair de Mattos – que se afastou para concorrer a vice-prefeito –, por intermédio de um acordo entre as correntes partidárias. DELLA VECHIA (2008), que participou da coordenação de campanha, afirma que houve naquele processo “*muita disputa*” e que o setor de Marroni construiu o que ele chama de “*coordenação paralela*”, onde só tinham acento os membros de sua corrente e de seus aliados. Para a mesma fonte, “[...] *tem alguns elementos relacionados ao processo de campanha que demonstram o método*” utilizado por este setor na condução das campanhas e do partido. (Idem). Ela cita três exemplos que, em sua opinião, deixam claros estes métodos.

O primeiro é que, no início da campanha, foram contratadas oito pesquisas de opinião pública e, na primeira delas, “[...] *perguntava quem seria um bom administrador, um advogado, um empresário, um sindicalista [...] aí sindicalista teve 2% da opinião, aí o pessoal da TV, que veio de fora da cidade, botou terno e gravata no Marroni e apresentou o engenheiro Marroni*”. (Ibidem) Neste período, as indicações de voto para Marroni estavam caindo e um dia o próprio candidato falou

em uma reunião da coordenação que “*não estava se reconhecendo*” nos programas eleitorais da TV e que um dos coordenadores do programa, que não era da cidade, dizia que “[...] *vocês tem que entender que o muro já caiu, nós temos que ter outra postura*”. Esta questão acabou sendo elucidada, diz o entrevistado, com a realização da segunda pesquisa, em que a maioria dos entrevistados afirmava não ter rejeição a um sindicalista como candidato. (Ibid.)

O segundo exemplo citado é em relação ao 2º turno da eleição, quando Marroni enfrentou Anselmo Rodrigues. Para ele, a campanha centrava o discurso na questão do Orçamento Participativo e não fazia o enfrentamento com a situação de Anselmo, envolvido em processos judiciais durante seu mandato na Prefeitura. “*Nós dizíamos que tinha que fazer esse enfrentamento, que as pessoas não sabiam o que era Orçamento Participativo, e o pessoal do outro lado dizia que nós não podíamos entrar na discussão com o Anselmo, que seria baixaria e que a nossa avaliação era uma avaliação militante*”. (Ibid.)

Na intenção de auxiliar nesse debate, Della Vechia convidou a professora Celi Pinto, da UFRGS, doutora em Ciência Política e especialista em análise do discurso, para vir a Pelotas analisar a questão. O entrevistado afirma que a professora assistiu à gravação de todos os programas de TV e que alertou para a questão de que o partido deveria fazer o enfrentamento com o outro candidato. Porém, na manhã seguinte, quando estava marcada reunião da coordenação de campanha para discutir o tema com a professora, “[...] *só uma ou duas pessoas ligadas ao Marroni apareceram, as pessoas mais de frente da coordenação de campanha simplesmente não foram, simplesmente não quiseram nem ouvir*”. (Ibid.)

Como último exemplo, Della Vechia afirma que, no segundo turno, a Executiva Estadual destacou um dirigente para acompanhar a eleição. Em um almoço com a coordenação de campanha e a equipe de TV, ele relatou a este dirigente a situação política da cidade e que, em um momento, um membro da equipe de TV afirmou que não sabia daquelas questões. Então, questiona: “*como alguém consegue conduzir um processo de campanha sem saber os adversários que estão envolvidos?*” (Ibid.)

2.4 – O “Caso Miltinho” e a campanha de 1998

Em 1997, durante o Encontro Municipal, ocorreu um fato que marcou o processo de confronto interno no PT. Foram apresentadas três chapas ao Diretório: uma liderada pelo candidato à Prefeito em 1996, Fernando Marroni, da corrente Nova Esquerda; outra pelo futuro vereador, Paulo Oppa Ribeiro, apoiado pelo vereador Milton Martins, do PT Amplo e Democrático; e uma terceira, tendo como candidato à presidente Renato Della Vechia, apoiado por todas as correntes da esquerda partidária. Quem venceu foi a última, uma vez que as forças ligadas à maioria nacional – as outras duas chapas – apresentaram-se divididas.

Sobre esta divisão, Della Vechia afirma que a motivação foi a forma como a campanha de 1996 foi conduzida pelo setor ligado a Marroni, segundo ele *“muito centralizada”* e com uma *“coordenação paralela”*, na qual *“quem efetivamente coordenou a campanha foram pessoas muito ligadas ao Marroni”*. O fato fez com que *“o Milton e o pessoal dele ficassem com muita resistência ao Marroni”*, o que os levou a procurar o campo de esquerda para propor uma composição. O acordo não se efetivou, de acordo com o entrevistado, pelo fato de a proposta envolver o compromisso com candidaturas para outras eleições. (Ibid.)

Para Paulo Oppa, a decisão de sair com chapa própria do grupo dele, deveu-se à avaliação de que ele *“[...] tinha sido nosso candidato à Prefeito, quase eleito [...] não deveria tentar ocupar todos os espaços, não deveria tentar monopolizar o partido”*. (OPPA, 2008)

Sobre os acontecimentos deste Encontro, transcreve-se abaixo a fala de DELLA VECHIA (2008), por considerar-se que ela é capaz de proporcionar um melhor entendimento em relação ao caso:

Nós terminamos a campanha com uma dívida muito grande e nós tivemos que construir uma proposta, onde os membros das forças políticas, do Diretório, outros apoiadores, tínhamos que conseguir dinheiro para saldar as dívidas. Isso para que não fizéssemos o processo tradicional de bater nas portas de empresários. O problema era que o pessoal do Milton, ele nunca disse não, mas também nunca contribuiu. Aí no Encontro nós propusemos que todos assumissem essa dívida, e aí nós tínhamos a resolução de que para participar todos deveriam estar em dia. Tinham se passado dois anos do último Encontro, aí nós resolvemos que, como a grande maioria não teria como pagar dois anos de contribuição, isso poderia ser dividido em três vezes. Como já tinha havido problemas no Encontro anterior, de pessoas darem cheques sem fundos, nós fizemos notas promissórias onde as pessoas se comprometiam a pagar. No Encontro aconteceram os problemas, como transporte de pessoas e tal, mas não demos muita bola. Até o momento em que o Pica-Pau e o Lauro [Tesoureiro do Diretório Municipal e Assessor de Finanças do partido, respectivamente] nos procuram para dizer que o pessoal do Milton estava pagando por uma porção de gente, e a dívida era quem assinava as promissórias da outra parcela. Aí foi resolvido deixar passar o Encontro e levar para a Executiva, para discutir o que fazer. Quando fomos analisar o que realmente tinha acontecido, vimos que surgiram núcleos que não existiam na cidade, o núcleo do Monte Bonito com 89 pessoas e o núcleo da Zona Norte com 120 pessoas. Como uma regra do partido dizia que onde houvesse núcleo, os núcleos ficariam com 50% da arrecadação, eles fizeram a listagem das pessoas e dividiram o pagamento em três vezes. A proposta que fizemos foi de que como não existia núcleo, aquela parte teria de ser passada para o partido também.

Como consequência desses acontecimentos, o Diretório Municipal resolveu suspender o direito de voto de seu grupo na instância, em virtude do não pagamento das contribuições extras, bem como destituir o vereador Milton da liderança da bancada na Câmara e instaurar uma Comissão de Sindicância, com a atribuição de averiguar os fatos ocorridos e, então, remeter ao Diretório Municipal, para este decidir que encaminhamentos deveriam ser feitos.

No entanto, conforme a mesma fonte, na primeira reunião realizada pela Executiva Municipal após o Encontro, apesar das questões colocadas, houve a tentativa de encerrar a discussão. Segundo ele, “[...] *a proposta que fizemos era de aceitarmos aquilo, desde que eles pagassem o valor correto. Isso para encerrar a discussão*”. Porém, “[...] *o Milton parecia que estava recuando, queria aceitar, quando, no outro dia, que tinha encontro do grupo deles, eles voltaram com a posição de radicalizar, de não pagar a contribuição e não pagar as dívidas do partido também*”. (Idem)

Durante o processo, dirigentes estaduais participaram de reunião do Diretório Municipal em Pelotas e o caso acabou sendo levado à reunião da Executiva Estadual. Nessa instância, o direito de voto do PT Amplo e Democrático foi

restabelecido, em uma decisão que teve o apoio das principais correntes, inclusive da esquerda partidária (Democracia Socialista e Articulação de Esquerda), que, assim, contrariavam a opinião dos colegas do município.

A decisão de punir o vereador Milton Martins foi tomada por unanimidade do Diretório Municipal. Porém, quando da discussão sobre se o processo, que estava sendo realizado por uma Comissão de Sindicância especialmente constituída, deveria ser remetido ou não à Comissão de Ética, e se o vereador deveria sofrer algum tipo de punição, como suspensão de seus direitos políticos ou expulsão do partido, o grupo ligado a Marroni votou pelo arquivamento do processo, juntamente com o PT Amplo e Democrático, o que permitiu a aprovação deste encaminhamento.

Quanto à Comissão de Sindicância instalada pelo Diretório Municipal, ela foi nomeada pela Executiva Municipal e tinha cinco integrantes, sendo dois deles ligados à Nova Esquerda (João Paulo Adamoli e Milton Xavier), dois da esquerda partidária, sendo um da DS e um da BS (Luciano Lima e Leandro Hoffmann, respectivamente) e um do PT Amplo e Democrático (Paulo Azambuja). Lima ficou como coordenador e Adamoli como relator da referida Comissão, sendo os outros integrantes designados como membros vogais. Logo após a realização da segunda reunião da Comissão, porém, a Nova Esquerda solicitou a substituição de Milton Xavier por Salvador Martins.

A Comissão recolheu a documentação referente ao Encontro que envolvia os dois núcleos citados e procedeu à tomada de uma série de depoimentos. Após este processo, foi feita análise de toda a documentação arrolada e dado prazo para que o relator se manifestasse e, depois, aquela instância pudesse discutir o relatório, votar e encaminhar a decisão ao Diretório Municipal.

O relatório foi apresentado pelo membro vogal da Comissão, Salvador Martins, e não pelo relator, João Paulo Adamoli, conforme consta na ata desta Comissão e é confirmado pelo próprio Salvador, que diz: “[...] *eu participei desta Comissão, inclusive fiz o relatório dela*”. (MARTINS, 2009) O texto desconsidera as 13 acusações feitas à chapa do PT Amplo e Democrático e, ao final conclui:

[...] a chapa 'PT Democrático, Popular e Alternativo' não promoveu nenhuma irregularidade ou prática fraudulenta no Encontro Municipal do Partido dos Trabalhadores, realizado no dia 25 de maio de 1997, não havendo recomendação de que a matéria seja encaminhada à Comissão de Ética do Partido dos Trabalhadores. É o relatório conclusivo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PELOTAS, 1997)

A partir deste texto, aprovado pela Comissão, por três votos favoráveis e dois contrários, o presidente da Comissão e o membro vogal, Leandro Hoffmann, apresentaram declaração de voto em separado, no qual expressaram a discordância com as conclusões do documento e denunciaram o que consideraram “vício de origem”, uma vez que este “[...] *foi elaborado não pelo relator nomeado pelo diretório do partido, e sim por Salvador Mandagará Martins*”. (Idem) A declaração dos dois membros da Comissão ainda afirma:

salienta-se ainda que logo ao ser designado como membro substituto desta Comissão, Salvador Martins, ferindo posturas de conduta partidária, declarou aos órgãos de imprensa locais que Milton Martins, o principal filiado investigado por esta comissão, não teria cometido nenhuma irregularidade que ferisse a ética partidária. É mister salientar que no momento desta declaração não havia sido juntado aos autos da Comissão a documentação necessária e nem havia sido colhido nenhum depoimento, o que demonstra o comportamento tendencioso e desprovido de isenção necessária à constituição do relatório conclusivo. (Ibidem)

A referida declaração de voto afirma também que “[...] *o relatório está em contradição com os autos*” e “[...] *opera visível deturpação dos fatos presentes nos documentos e depoimentos dos autos*”. (Ibid.) Deste modo, o relatório também foi aprovado pelo Diretório Municipal.

Sobre este tema, Cecilia Hypolito, Ivan Duarte e Lair de Mattos afirmam que o fato patrocinado pelo PT Amplo e Democrático foi uma quebra no padrão de relações estabelecido pelo PT. Cecilia afirma que “[...] *ele [Milton Martins] foi, ao longo do tempo, estabelecendo outros padrões que não os padrões éticos do PT*”, e lembra que “[...] *ele esteve sempre dentro desse grupo maior do Zé Dirceu*”. (HYPOLITO, 2008) Para Ivan, o fato foi uma “[...] *forma pragmática e antiética de fazer política*”, que utilizou os filiados como “massa de manobra” (DUARTE, 2008), enquanto para Lair aconteceram “*irregularidades graves*”, que “*já mostrava para onde estava indo o partido*”. (MATTOS, 2008)

Já Dione Manetti, afirma que esta questão está ligada a dois processos maiores: o primeiro seria a definição de que o PT seria um partido de massas, e não

de quadros, o que faz com que traga em si “[...] *as virtudes e os defeitos da sociedade*”; e o segundo, a decisão de realizar eleições diretas para a escolha dos dirigentes partidários, com a flexibilização nas normas de contribuição financeira dos filiados. Para ele, o fato “[...] *não foi um problema do Milton, e sim do PT*”, lembrando que o vereador tem um “*histórico de lutas*”. (MANETTI, 2008)

Porém, Paulo Oppa diz que “*faz autocrítica*” em relação ao processo e afirma que “[...] *houve uma certa forçação de barra dos núcleos da Zona Norte e do Monte Bonito, ligados ao Milton*”. Entretanto, afirma que as irregularidades apontadas neste processo não foram “*inventadas*” por eles, dizendo que “*outras correntes já faziam*”. “*Não diria que só nós fizemos isso aqui, muitas outras correntes já vinham fazendo aquilo [...] a política de carregar pessoas, de pagar por núcleos, não acho que foi uma coisa criada naquele momento, praticada por nós*”. (OPPA, 2008) Sobre esta questão, Cecilia Hypolito afirma que estas práticas se tornaram “*corriqueiras no PT, passando de um grupo para outro*”. (HYPOLITO, 2008)

Outro ponto desta polêmica refere-se à atuação da esquerda no processo, uma vez que Cecilia diz que houve “*precipitações*”, pois Milton foi afastado da liderança da bancada “[...] *sem ter tido oportunidade de ter o processo concluído*” e conclui que: “*a gente colocou o debate para fora do partido sem ele ter sido concluído na Comissão de Ética*”. (Idem)

Della Vechia discorda desta afirmação, ao dizer que foi o vereador Milton quem publicizou a questão: “[...] *eu, como presidente do partido, fiquei mais de um mês, ao ser perguntado pela imprensa sobre o que estava acontecendo, dizendo que não ia me posicionar antes do julgamento da Comissão de Ética*”. No entanto, ele critica o posicionamento de algumas correntes da esquerda, por terem insistido até o último momento em defender a expulsão do vereador Milton do partido, quando deveriam ter concordado com uma punição menor, como a suspensão dos direitos políticos por alguns meses. De acordo com ele, esta posição fez com que a Nova Esquerda (corrente de Marroni) tivesse legitimidade para votar a absolvição de Milton. (DELLA VECHIA, 2008)

Lair de Mattos concorda com essa avaliação e afirma que “[...] *faltou habilidade dos que queriam a punição*”, pois “*punição é punição*” e qualquer uma a ser aplicada, já marcaria a posição do partido. (MATTOS, 2008) Entretanto, Ivan Duarte indica outro elemento, ao afirmar: “[...] *o problema é que as pessoas que fizeram este tipo de práticas conseguiram levar para a instância estadual e aí a*

questão perdeu a contundência da disputa, entrou na questão da negociação de espaços”, o que, de acordo com o vereador, é prática comum naquela instância, uma vez que para lá são levados problemas referentes a vários municípios e das mais diversas correntes do partido, e onde acontecem acertos do tipo “[...] não me prejudica aqui que eu não te prejudico lá”. (DUARTE, 2008)

Um desdobramento deste episódio ocorreu em 1998, na definição da direção da campanha para governador do estado no município. Foi mais um momento de acirramento entre os grupos ligados à maioria nacional e aqueles situados à esquerda no espectro partidário.

A escolha do candidato se deu pela realização de prévias entre os filiados. Em um processo bastante polarizado, Olívio, apoiado pelas correntes de esquerda, venceu Tarso Genro, candidato da maioria nacional, e depois se tornaria o governador eleito. A disputa interna implicou momentos de forte confronto e criou uma conjuntura complexa para o partido, o que fez com que os dois campos se acusassem mutuamente. Essas feridas se estenderam pela campanha e prosseguiram durante a gestão de Olívio no governo.

Em escala local, o processo foi igualmente bastante disputado, mas o resultado diferiu da escolha estadual e Tarso venceu as prévias. Tal divisão refletiu-se claramente nas relações internas do PT, levando à disputa entre os campos no processo de escolha da coordenação de campanha no município. Houve desacerto em relação a quem deveria exercer a função e o campo ligado à maioria nacional fez valer, em um primeiro momento, sua maioria no Diretório Municipal, e escolheu o vereador Milton Martins para ser o coordenador geral de campanha. A decisão foi tomada sem a participação da esquerda partidária, que se retirou da reunião do Diretório, em razão da ausência de um acordo em torno da questão.

De acordo com Renato Della Vecchia, este imbróglio só se resolveu com a mediação da direção estadual do partido. Assim, a coordenação foi composta pelas principais correntes: ele ficou como coordenador geral e Milton como coordenador executivo da campanha. (DELLA VECHIA, 2008)

2.5 – A Campanha vitoriosa à Prefeitura

Apesar de derrotado na disputa para a Prefeitura em 1996, Marroni havia se firmado como uma figura importante no PT, especialmente em razão de ter chegado ao segundo turno. A estratégia dele e do grupo a que se vinculava era, desde então, credenciar-se a uma nova disputa majoritária e a própria tentativa fracassada de garantir o controle sobre o Diretório Municipal apontava nesse sentido.

Nas eleições de 1998, Marroni concorreu a deputado federal, elegendo-se com 47.051 votos, tendo ficado como quinto colocado na nominata do PT. (TRE-RS, 1998) A partir do mandato, o primeiro em cargo político eletivo, organizou a campanha para ser o candidato em 2000. Um material editado pelo gabinete do então deputado demonstra que a perspectiva principal do mandato era a disputa pela Prefeitura em Pelotas, ao apresentar um discurso proferido na Câmara, no qual aborda somente questões relativas à cidade. Internamente, a corrente do deputado preparava a candidatura, com a filiação de várias pessoas e com a organização sistemática de atividades.

Porém, uma série de fatores fez com que o partido indicasse o candidato a Prefeito por meio de prévias. Destacam-se: a disputa interna mantinha-se acirrada, pois os grupos da esquerda partidária estavam mais bem organizados do que há quatro anos; o fato de Cecilia Hypolito ter se eleito deputada estadual em 1998, o que a credenciava a pretender a indicação, além de a conjuntura partidária evidenciar o crescimento do PT na sociedade e a possibilidade concreta de eleição de um candidato à Prefeitura, o que ampliava o interesse pela indicação.

Nestas prévias, que tiveram como candidatos: Fernando Marroni, Cecilia Hypolito e Ivan Duarte, Marroni venceu no primeiro turno, obtendo mais de 50% dos votos. Todavia, o processo envolveu momentos de forte confronto e tensão, como a reação das outras duas pré-candidaturas a um material de campanha lançado por Marroni, no qual estimulava a escolha do nome dele baseado em pesquisas de opinião que o mostravam como o mais forte para vencer as eleições municipais. Além disso, houve denúncias de compra de votos – por meio do pagamento da contribuição partidária – e prática de transporte de eleitores no dia da realização das prévias. Tais denúncias foram registradas nas atas das urnas que funcionaram na sede do partido, na Zona Norte e no Fragata, sem que, no entanto, tenham sido levadas adiante por nenhum filiado ou corrente partidária.

A partir da definição do PT, estabeleceram-se as negociações para a composição da coligação, as quais resultaram na formação da Frente Popular, da qual participavam: PSB, PCdoB e PCB. O primeiro indicou o candidato a vice-prefeito, Mário Filho, vereador entre 1988 e 1992, eleito pelo PMDB, e que, durante o mandato, migrou para a legenda. Em 1996, o PSB o havia lançado como candidato a Prefeito, mas renunciou à indicação no início da campanha e apoiou Marroni, como já foi indicado.

As avaliações internas sobre a campanha à Prefeitura indicavam que a estratégia adotada quatro anos antes seria repetida em 2000: o fechamento do círculo daqueles que efetivamente tomavam as decisões, e conformavam a já citada “coordenação paralela”, assim como afastavam o restante do partido das principais deliberações. Entretanto, a linha principal da campanha junto à população foi a defesa da participação popular enquanto método de governo. No material intitulado “Projetos e propostas”, que foi a principal propaganda impressa pela Frente Popular, a candidatura Marroni apresentava 19 propostas para seu governo, onde surge em destaque, em uma página especial, a participação popular. Nesta página, na apresentação, lê-se:

você escolhe, a Prefeitura Faz! Todas as ações de nosso governo têm a marca da participação popular. O Orçamento Participativo, espaço onde a população decide em que obras será investido o dinheiro público, é apenas um exemplo. (FRENTE POPULAR, 2000)

Nesta mesma página, vê-se ainda:

uma cidade para todos se faz com participação. O primeiro verso de nossa música indica aquilo que é uma prática nos governos da Frente – a construção, com honestidade, de uma Pelotas solidária, democrática e popular. (Idem)

Também durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), o tema da participação popular foi recorrente e mereceu grande destaque. No material impresso, consta a referência a outras experiências da Frente Popular na questão da participação, como Porto Alegre e Caxias do Sul, por exemplo.

Em trabalho anterior (BORGES JÚNIOR, 2007), foram analisados diversos programas apresentados na televisão, sendo oito deles referentes ao primeiro turno e quatro referentes ao segundo turno das eleições. Pôde-se notar uma mudança na

linha de campanha entre os dois turnos, pois a conclamação à participação popular foi substituída por uma ênfase na promessa de implantação de projetos. No HGPE, Marroni repetia várias vezes a frase: “eu vou fazer”.

Os resultados eleitorais foram muito bons para o PT, que venceu os dois turnos da eleição. No primeiro, Marroni (PT/PSB/PCdoB/PCB) enfrentou as candidaturas de Leila Fetter (PPB/PFL/PTB/PL), Nelson Härter (PMDB/PTdoB), Anselmo Rodrigues (PDT), Alexandre Britto (PSDB), Luiz Marques (PPS/PHS/PTN/PST) e Nelson Ribeiro (PV). Fez 28,63% dos votos, enquanto Leila, sua adversária no segundo turno, somou 26,77%. No segundo turno, obteve 52,94% dos votos, tendo vencido com uma diferença de mais de 10 mil votos. (TRE-RS, 2000) Desta forma, pela primeira vez em sua história o Partido dos Trabalhadores conquistava a Prefeitura do terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul.

* * *

Como visto anteriormente, o PT consolidou-se em Pelotas com o predomínio das tendências de esquerda, fato que o levou a uma trajetória de maior resistência frente aos desafios impostos pela inserção institucional e causou uma série de conflitos internos. No entanto, as mudanças nas regras para eleição das direções do partido possibilitaram a vitória dos setores ligados à maioria nacional, que já vinham crescendo e organizando-se no município.

A vitória desses setores marcou uma nova hegemonia no PT de Pelotas e possibilitou o advento de Fernando Marroni como uma liderança, o que o levou a disputar o pleito de 1996 como candidato a Prefeito, ocasião em que chegou ao segundo turno, e ser novamente indicado em 2000, dessa vez em um processo de prévias. Nessa oportunidade, foi eleito para o executivo local.

Os desafios, os impasses, as dificuldades e as ambiguidades da administração Marroni na relação com o PT serão abordados no próximo capítulo.

Capítulo 3

O Governo Marroni e o PT (2001-2004): elementos de uma convivência difícil

O capítulo anterior abordou alguns tópicos referentes à história do Partido dos Trabalhadores em Pelotas, sua origem e sua construção, os momentos de conflitos entre as diferentes correntes que o compõem, bem como a forma como Fernando Marroni transformou-se em uma liderança política até vencer a eleição para Prefeito, em 2000.

O foco do atual capítulo recai sobre o governo liderado por Marroni. Haverá ênfase às principais polêmicas que envolveram a administração e o partido, assim como dela com outras instituições e movimentos que tinham petistas envolvidos e que geraram controvérsias nas instâncias partidárias. Ele apresenta questões que envolveram o debate do PT sobre o governo, desde a escolha dos secretários, a reforma do secretariado e os processos de avaliação interna do partido sobre a administração.

Para a realização desse esforço de pesquisa, foram feitas consultas a documentos da legenda e, principalmente, procedeu-se à realização de entrevistas com pessoas que, entre 2001 e 2004, exerceram funções no governo e/ou nas instâncias de direção do PT.

Para facilitar a leitura, tendo em vista o elevado número de entrevistas, indica-se a seguir o nome dos depoentes e o cargo que ocupavam na época. São eles: Alexandre Melo (Secretário Municipal de Qualidade Ambiental); Antônio Carlos Cleff (Secretário Municipal de Obras); Antônio Carlos Soler (Secretário Municipal de Planejamento Urbano); Cecília Hypolito (Deputada Estadual); Clóvis Ramos (membro do Diretório Municipal); Carlos Delevati (Secretário Municipal de

Desenvolvimento Econômico); Dione Manetti (membro do Fórum de Tendências), Eduardo Abreu (Vereador); Ellemar Wojahn (Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Secretário Municipal de Governo); Gilmar Pedreira (secretário-geral do Diretório Municipal do PT e coordenador geral da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos); Hilbert Souza (Secretário Municipal de Administração); Ivan Duarte (Vereador); Jacira Porto (Vereadora); Lair de Mattos (Vereador); Marco Adiles (Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo); Marcelo Albuquerque (membro do Fórum de Tendências); Marcos Bósio (Secretário Municipal de Finanças); Mauro Del Pino (Secretário Municipal de Educação); Miriam Marroni (Vereadora, Secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, e esposa do Prefeito); Paulo Oppa (presidente do Diretório Municipal do PT e Secretário Municipal de Habitação); Renato Della Vechia (membro do Fórum de Tendências e Chefe da Pedreira Municipal) e Salvador Martins (Procurador Geral do Município, Secretário Municipal de Governo e membro da Executiva Municipal).

3.1 – A Formação do governo: o Fórum de Tendências

Após a vitória eleitoral, iniciou-se o processo para formação do governo e, imediatamente, o Prefeito eleito anunciou a indicação de Salvador Martins, seu coordenador de campanha, como responsável pela condução das negociações com o PT. Salvador solicitou a formação de um grupo, constituído por um representante de cada corrente partidária, para que este realizasse o debate com vistas à indicação dos nomes do partido para o secretariado de governo.

Diante disso, o Diretório Municipal aprovou a constituição do Fórum de Tendências, para que este indicasse os nomes do PT para o secretariado¹, ao passo que os outros partidos que compunham a coligação (PSB, PCB e PCdoB) fizeram suas indicações diretamente para Marroni.

¹ - Apesar de autorizado pelo Diretório, o Fórum não teve a sua composição formalizada por uma resolução ou portaria. Procurou-se identificar quem teriam sido os componentes, mas, na falta de documentação e diante da dificuldade de os entrevistados darem essa informação de modo preciso, tornou-se inviável definir todos os participantes. No entanto, a investigação conseguiu a confirmação de alguns desses nomes, a seguir discriminados: Salvador Martins (Rede), Milton Martins (PT Ampla e Democrático), Dione Manetti (Democracia Socialista), Renato Della Vechia (Brasil Socialista), Marcelo Albuquerque (cisão da BS, depois veio a se incorporar à Esquerda Democrática), Abner Gomes (Fórum de Ação Socialista) e Christian da Silva (Articulação de Esquerda).

Nesse ponto, é importante descrever as principais tendências representadas no partido em Pelotas, quando este venceu as eleições para a Prefeitura, e indicar aquelas que já estavam formadas ou vieram a ser constituídas logo em seguida.

A Rede era a corrente a que pertencia o Prefeito, tinha a liderança estadual de Tarso Genro e, no plano nacional, compunha o setor majoritário. Outra das tendências era o PT Amplo e Democrático, que apoiou Marroni desde o processo de prévias. Entre aquelas ligadas ao setor da esquerda partidária, tinham representação: Democracia Socialista, Brasil Socialista, Articulação de Esquerda e Fórum de Ação Socialista (FAS). Esta foi fundada a partir do gabinete da então deputada estadual Cecília Hypolito e tornou-se uma tendência organizada em várias cidades do estado. A BS, logo após as eleições de 2000, sofreu um processo de cisão interna e os dissidentes ingressaram na Esquerda Democrática (ED), tendência de representação estadual, formada a partir do gabinete do então deputado estadual Flávio Koutzii. Também a DS teve, neste período, uma cisão em Pelotas e os militantes que saíram formaram o Movimento Oposição de Esquerda (MOE). Todos estes grupos tinham representação no Diretório Municipal do partido e no governo, sendo que a ED e o MOE não tinham secretários, apenas membros de escalões menores e a AE teve representação no secretariado a partir de 2003.

Tanto Marcelo Albuquerque quanto Dione Manetti ressaltam que o Fórum foi uma “decisão do partido”. MANETTI (2008) afirma que “[...] *existe uma tradição de discutir a composição dos governos*”, enquanto, para ALBUQUERQUE (2008), “[...] *o PT discutiu no Diretório que iria compor esse Fórum. No ideal, acho que o Diretório é que deveria fazer essa discussão, mas como tem as correntes, é uma forma de viabilizar de forma mais prática e rápida o esforço de composição do governo*”.

Para Salvador Martins, a proposta de constituição do Fórum deveu-se a, principalmente, “[...] *um histórico de muito conflito interno no PT*”, o que dificultava a discussão e o estabelecimento de acordos entre as correntes partidárias. Por isso, acreditava que era necessário “[...] *fazer um trabalho prévio, antes que o Diretório discutisse as indicações do PT*”. (MARTINS, 2009)

Na opinião de MANETTI (2008), o resultado dos trabalhos deste Fórum “[...] *foi uma composição final que minimamente contemplou as forças envolvidas na discussão [...] me pareceu bastante razoável*”. ALBUQUERQUE (2008) concorda com esta avaliação, ao dizer que “*este Fórum teve um papel importante, definiu algumas coisas, definiu uma parcela das questões*”, enquanto para Salvador esta

instância “[...] *foi uma questão importante na história do PT. Não era um fórum deliberativo e foi um espaço que permitiu o diálogo e a formação de um acordo, para além das questões de maioria que se tinha no PT*”. (MARTINS, 2009)

Porém, Renato Della Vechia, Cecilia Hypolito e Mauro Del Pino, ao referirem-se ao funcionamento do Fórum, falam em “*problema de método*”. O primeiro diz que a forma utilizada para a discussão dos nomes foi “*ruim*”, pois estes eram debatidos em alguns blocos e já anunciados, dificultando o trabalho de composição final da equipe. Conforme ele, “[...] *primeiro vieram os nomes do Marroni, e foram aprovados, para depois se fazer a discussão do que sobrava, ao invés de se fazer a discussão global*”. (DELLA VECHIA, 2008) Para Del Pino, “*a forma como foi construído inicialmente o governo, a forma como as correntes apresentaram os nomes para formar o governo, apontava uma grande preponderância do governo sobre o partido*”. (DEL PINO, 2008) Sobre esta questão, Cecilia é bastante enfática ao afirmar que “[...] *desde o primeiro momento [a decisão sobre as secretarias] sempre foi com base na acomodação, quem definiu os secretários foi o Prefeito e pronto*”. Ela aponta que as reuniões do Fórum serviam apenas para referendar questões decididas separadamente pelo representante do Prefeito e as diferentes correntes (HYPOLITO, 2008), com o que concorda Della Vechia, cuja afirmação é de que várias questões que apresentavam divergências em uma reunião, “[...] *na outra já chegava tudo decidido*”. (DELLA VECHIA, 2008)

Outro problema apontado por Cecilia é que, a partir deste método implementado por Marroni, as correntes eram constrangidas a aceitar as secretarias sugeridas por ele. E exemplifica: “[...] *nossa reivindicação era a Secretaria de Desenvolvimento e o SANEP, que era onde tínhamos acúmulo, mas aí teve a imposição da Educação*”.² Ela viu nesta “imposição”, a tentativa de o governo aproveitar a liderança dela entre os municipais para tentar neutralizar futuras cobranças da categoria. (HYPOLITO, 2008)

Della Vechia aponta também para a prática da utilização de vetos em relação a alguns nomes sugeridos no Fórum e exemplifica com o seu próprio caso. No relato, o nome só foi aceito depois de muita negociação e em um espaço como a Pedreira Municipal, não priorizado pela corrente. O mesmo ocorreu com Abner Gomes, que compôs o governo somente a partir do terceiro ano de administração,

² - O secretário de Educação, Mauro Del Pino, era membro do FAS.

apesar de ter sido indicado desde o início, e também com o vereador Ivan Duarte, que teve o nome sugerido várias vezes pelas correntes de esquerda. (DELLA VECHIA, 2008)

A participação de Della Vechia e da sua corrente – a Brasil Socialista (BS) – no governo é importante neste processo de avaliação sobre as relações estabelecidas entre governo e partido. Militante histórico do PT e dirigente com várias participações em instâncias municipais, regionais e estaduais, teve sua participação questionada já na coordenação de campanha, pelo representante de Marroni, Salvador Martins. Durante o processo de formação do secretariado, ele afirma que foi procurado por um grupo de sindicalistas que queriam indicá-lo para a Secretaria de Transportes. Isso ocorreu, mas a indicação não foi aceita. (Idem)

Na mesma medida, destaca que também foi procurado por pessoas ligadas à área da cultura, que tinham indicado Deogar Soares para aquela secretaria e que, a partir da negativa do ex-vereador em aceitar a indicação, defenderam o nome dele para a pasta. Novamente a indicação não foi aceita. Sobre a Secretaria da Cultura, diz que o representante do Prefeito no Fórum deixou claro que o secretário seria o músico Vitor Ramil ou alguém indicado por ele.³ (Ibidem)

Após estas indicações e a insistência da BS em ter Della Vechia no governo, Salvador Martins propôs que Lair de Mattos, membro da corrente, assumisse uma secretaria. Lair, candidato a vice-prefeito em 1996, havia ficado como primeiro suplente da bancada em 2000 e iria assumir uma cadeira, em vista da indicação da eleita Miriam Marroni para o secretariado. A proposta visava a contemplar a BS no governo e, ao mesmo tempo, possibilitar que outros nomes de mais confiança do Prefeito assumissem na Câmara.

No entanto, a BS não aceitou a sugestão, pois considerava mais importante ter um vereador do que um secretário. Então, Salvador propôs que Della Vechia fosse o Chefe da Pedreira Municipal e que Lair fosse indicado líder do governo na Câmara. Conforme o próprio, “*nesse momento, nós não tínhamos mais como recuar. Eu era presidente do partido e o Lair tinha sido candidato a vice na outra eleição e era vereador*”. (Ibid.) Porém, os problemas começaram muito cedo:

³ - O nome anunciado foi o da professora universitária Renata Requião, que não tinha filiação partidária.

no dia da posse, quando a imprensa estava presente, os secretários foram chamados e eu fui o único a não ser chamado. Disseram que, em razão de a Pedreira estar em liquidação, não teria como eu ser nomeado. No caso da Secretaria de Obras, ela foi criada em uma situação igual. Ao não ser nomeado, eu dependia de uma pessoa da direção anterior inclusive para receber, era ele que assinava cheques e tal. Eu não tinha como administrar, não tinha recursos, não podia viajar para ver outras experiências que tinham na área, como Porto Alegre e Lajeado. Eu estava fazendo algumas discussões para a recuperação da Pedreira, mas durante dois meses não houve uma solução jurídica para o caso. Aí aconteceu o seguinte: eu fazia 50 quilômetros todos os dias, aí fui falar com o Marroni e o Mário Filho para que eles liberassem um CC, que poderia ser do partido no Capão do Leão, para fazer o acompanhamento mais direto, fiscalizar e tal. Tinha problemas de segurança lá dentro. Teve denúncias de que estava havendo corrupção na Pedreira, estavam vendendo um tanto de pedras e saindo bem mais que isso. Aí quando eu fui falar com eles e pedir a liberação, o Marroni disse que não, que quando a carga chegasse, eu deveria subir no caminhão e medir a carga. (Ibid.)

A partir desse momento, a BS reavaliou sua participação no governo e, como também havia o descontentamento de Lair com o papel desempenhado na Câmara Municipal, resolveu sair do governo, menos de dois meses após a posse. Della Vechia afirma que “[...] *foi um limite nosso, ali já acabava a questão da discussão de espaços e já entrava um problema de outra ordem, de desmoralização política*”. E complementa ao destacar que “[...] *como não havia condição política de não nos deixar entrar no governo, então fizeram isso de nos jogar num canto. Mas fomos empurrados a sair do governo*”. (Ibid.)

De acordo com Salvador Martins, estes vetos não aconteceram: “[...] *o que possivelmente tenha ocorrido foi uma opinião de que determinado nome não se adequaria à determinada pasta, em relação às questões técnicas*”. Sobre as críticas apresentadas, afirma que “[...] *a definição se dava por acordo*” e que todos os nomes definidos pelo Fórum foram “[...] *uma proposta da participação do PT, consensuada [sic]*”, acrescentando que “[...] *não teve isso de o Prefeito definir uma coisa e o Fórum outra*”. (MARTINS, 2009) No entanto, Dione Manetti contradiz essa afirmação, ao declarar que “[...] *quando não era possível construir acordo, as propostas eram enviadas para o Prefeito e o Prefeito decidia o que fazer*”. (MANETTI, 2008)

Independentemente das eventuais divergências indicadas acima, o Fórum serviu como um espaço em que a participação do PT na composição do secretariado do futuro governo foi discutida pelo próprio partido. Feitos todos os ajustes, o gabinete do governo Marroni ficou com a composição que é apresentada, a seguir, pelo quadro 1.

Secretaria Municipal	Titular	Part.	Tendência
Governo	Mário Medeiros Filho	PSB	-
Procurador Geral do Município	Salvador Mandagará Martins	PT	Rede
Finanças	Marcos Bósio	PT	Rede
Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social	Miriam Marroni	PT	Rede
Obras	Antônio Carlos Cleff	PT	Rede
Desenvolvimento Econômico	Carlos Humberto Delevati	PT	Rede
Educação	Mauro Del Pino	PT	FAS
Serviços Urbanos	Milton Martins	PT	PT Amplo e Democrático
Habitação	Paulo Oppa	PT	PT Amplo e Democrático
Saúde e Bem Estar	Luiz Fachini ¹	PT	-
Cultura	Renata Requião ²	-	-
Transportes e Trânsito	Horácio Oliveira	PT ³	-
Administração	Jorge Madruga	PT ³	-
Desenvolvimento Rural	Ellemer Wojahn ⁴	PT	-
Planejamento Urbano	Antonio Carlos Soler	PT	DS
Meio Ambiente	Alexandre Melo	PT	DS
COINPEL (Empresa Municipal de Informática de Pelotas)	Paulo Rosa	PT	DS
EMPEM (Empresa da Pedreira Municipal)	Renato Della Vechia	PT	BS
ETERPEL (Empresa do Terminal Rodoviário de Pelotas)	Sidney Salengue Gomes	PSB	-
SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas)	Cleber Videira	PSB	-

Quadro 1 – Composição do secretariado no início do governo Marroni (2001)

Fonte: SABBADO (2007); PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS (Lei 4.630, de 5 fev. 2001); elaboração do autor

1 – Indicação do Prefeito, filiado ao PT, sem estar vinculado a nenhuma tendência.

2 – Indicação do Prefeito, mas não era filiada ao PT, nem a ele formalmente se vinculou no decorrer do mandato.

3 – Indicação do Prefeito, não se tem a certeza se, neste momento, estava filiado ao PT. De qualquer modo, filiou-se ao partido ao longo do governo.

4 – Não se tem informação sobre a qual tendência estava vinculado no período.

3.2 – A Relação com o secretariado

Neste ponto, serão indicadas apenas algumas questões que foram apontadas pelos entrevistados, principalmente quanto ao perfil do secretariado, a forma de organização por ele adotada e o conteúdo dos temas que veio a discutir ao longo do governo.

Sobre o perfil da equipe, Renato Della Vechia afirma que “o Marroni optou por uma composição de governo técnico, e não político [...] eram pessoas que internamente ao PT não tinham posições”. Porém, Manetti e Salvador Martins discordam desta visão. Para o primeiro, “[...] existia a preocupação de compor, a partir da observação dos critérios técnicos e políticos”, enquanto o segundo afirma que os critérios eram “[...] representatividade do indicado perante a sociedade,

qualificação técnica para a área indicada e trânsito político junto às forças que compunham a Frente Popular.” (BORGES JÚNIOR, 2007).

Hilbert Souza afirma que existiam dois setores, sendo que “[...] *um grupo de secretários era de uma tradição mais ligada ao movimento social, e outro grupo era diferente. Era perceptível a capacidade de interação e de ação conjunta em relação a esse grupo [primeiro], tinha mais experiência de militância*”. (SOUZA, 2008) Entretanto, na opinião de Mauro Del Pino, a principal diferença era entre aqueles secretários ligados às correntes da esquerda partidária e os demais. Para ele, os primeiros conseguiam dialogar mais com a sociedade, enquanto nas outras secretarias havia uma “*supremacia da técnica*”, com pouca preocupação política. (DEL PINO, 2008)

Sobre a forma de organização, as opiniões dos ex-secretários são destoantes. Enquanto Antônio Cleff afirma que “[...] *o secretariado se reunia permanentemente*” e Paulo Oppa, que “[...] *a experiência aqui era de, pelo menos uma vez por mês, realizar reuniões*”, Antônio Soler diz: “[...] *não lembro muito bem se existia um planejamento prévio, acho que não existia, lembro que num período tinham reuniões mais seguidas e em outros havia menos reuniões*”. (CLEFF, 2008; OPPA, 2008; SOLER, 2008)

Em relação ao caráter dessas reuniões, também se pode notar opiniões divergentes. Para Della Vechia, os debates no secretariado eram “[...] *normalmente questões práticas, não havia discussão coletiva onde se pudesse intervir nas questões gerais de outros temas*”. (DELLA VECHIA, 2008) De acordo com SOLER (2008), “*não entrava o político*”, avaliação com a qual concorda Alexandre Melo, ao dizer que “[...] *[no secretariado] não havia grandes discussões políticas*”. (MELO, 2008) Já para Hilbert Souza “[...] *muitas discussões eram de caráter político, mas não eram de caráter deliberativo, não eram assembleias, eram reuniões de caráter informativo*”. (SOUZA, 2008)

Para Marcos Bósio, a crise financeira permanente da Prefeitura foi a responsável pelo tipo de relação estabelecida entre a equipe de governo. Para ele, “[...] *a realidade concreta era tão complicada que nunca houve proposta divergente nestes fóruns, a crise financeira era tamanha que as pessoas sequer tinham coragem de fazer alguma elaboração*”. E complementa: “*então, a pauta era com temas de questões mais políticas, que não tinha maiores divergências e temas que precisavam de mais colaboração*”. (BÓSIO, 2008)

Conforme Mauro Del Pino, o secretariado era “*um fórum bastante tranquilo [...] [em que] discutiam as principais questões a serem assumidas pelo governo. Esse fórum dava a oportunidade de se fazer ali as discussões entre as diferentes visões*”. Entretanto, afirma que “*sinceramente, nunca houve grandes divergências neste fórum*”. (DEL PINO, 2008) Segundo Antônio Cleff, “[...] *a maioria das questões passava pelo secretariado*”, porém, diz: “[...] *claro que não teve grandes polêmicas e discussões, grandes divergências, mas foram bem democráticas, as pessoas tinham a liberdade de expressar e colocar opiniões, [mas] não havia uma disputa mais acirrada neste fórum*”. (CLEFF, 2008)

De acordo com Marco Adiles, que passou a compor o governo a partir do início de 2003, “*na época já estavam estabelecidas coordenações setoriais, então no secretariado essas questões já chegavam encaminhadas por essas coordenações*”. Assim, “[...] *as questões já chegavam democraticamente resolvidas*”. (ADILES, 2008)

Para concluir este tema, aborda-se outra questão que evidencia bastante controvérsia nas análises dos entrevistados, aquela relativa à coordenação de governo ou o “Centro de Governo”, como ficou conhecido em Pelotas, tema que foi vários vezes discutido no PT, como se pode ver, inclusive, nas resoluções do Encontro Municipal Extraordinário, de 2001, a ser apresentado no item 3.7.

Conforme Alexandre Melo, o “Centro de Governo” “[...] *era mais formado pelo Procurador e pelo Secretário de Finanças, o Salvador e o Bósio. E os outros secretários participavam num nível abaixo*”. (MELO, 2008) Para Della Vechia, ele exercia a função de tomar a decisão final sobre os principais temas do governo: “[depois de os temas serem levantados nas reuniões do secretariado] o ‘*Centro de Governo*’ se reunia e fazia as definições mais globais, estratégicas e tal”. (DELLA VECHIA, 2008)

Esta avaliação tem a concordância de Mauro Del Pino, que evidencia como as discussões “*mais complicadas*” eram debatidas pelo “Centro de Governo”, que, segundo ele, era onde se davam as “*maiores divergências*”. (DEL PINO, 2008) Carlos Delevati também afirma que os principais debates eram feitos por este Centro e pondera: “[...] *as grandes decisões que envolviam temas da minha secretaria, muitas vezes eu também não tomava conhecimento, elas passavam pelo ‘Centro de Governo’*. Por serem grandes decisões, elas eram tomadas num pequeno núcleo, o ‘*Centro de Governo*’. E complementa: “[...] *muitas coisas que eram centrais não*

foram discutidas [pelo secretariado], também se mantiveram no centro de poder”. (DELEVATI, 2008)

Paulo Oppa, apesar de enaltecer algumas tentativas do governo de fazer um debate de forma mais coletiva, afirma que “[...] *muitas vezes o governo se fechou e através do ‘Centro de Governo’ acabou dirigindo a Prefeitura*”. (OPPA, 2008) Conforme Jacira Porto, “[...] *o ‘Centro de Governo’ teve uma figura muito importante nas Finanças, como definidor de possibilidades*”. (PORTO, 2008) Sobre isto, Soler afirma que, além da centralização política, havia uma “*centralização econômica*” muito forte, logo, “[...] *não havia nada que pudéssemos comprar dentro do governo que não tivesse que passar pelo ‘Centro de Governo’, as coisas não passavam sem ter um aval político do Secretário de Finanças*”. (SOLER, 2008)

Ao discordar das avaliações relatadas acima, Marcos Bósio destaca que o “Centro de Governo” não existia. Para ele, “*o Centro se chamava crise*”, uma vez que o governo passou o período de gestão apenas respondendo aos problemas financeiros e administrativos. (BÓSIO, 2008)

3.3 – A Reforma do secretariado

Entre o final de 2002 e o início de 2003, o governo realizou mudanças na equipe, que ficaram conhecidas como a “reforma do secretariado”. Tal reforma atingiu alguns dos setores reclamados pelo partido nas resoluções do seminário de dezembro de 2002 – a ser destacada adiante –, como a Coordenação de Juventude. No entanto, ela foi extinta, ao invés de ser reformulada, como propunha o partido. A principal crítica, todavia, o Orçamento Participativo, teve uma pequena alteração na forma de funcionamento, mas a equipe coordenadora foi mantida sem alterações.

As principais mudanças realizadas ocorreram no Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP), na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e na Secretaria de Planejamento Urbano (SEURB). Especialmente a alteração do titular da SEURB foi muito polêmica e alvo de divergências, como será visto a seguir.

A primeira polêmica levantada pelos entrevistados trata do caráter da reforma. Desde o momento de sua realização, foi grande a discussão sobre se era um ato administrativo, em função das necessidades de funcionamento da Prefeitura, ou se se tratou de uma atitude política. Nesse caso, havia duas possibilidades: se se deu

em razão de necessidades de o governo compor um bloco partidário mais sólido, capaz de garantir maior apoio interno, ou, ainda, se havia sido uma espécie de “troco” em correntes internas que lhe faziam críticas, notoriamente a Democracia Socialista, a quem pertenciam Antônio Soler, da SEURB, e Alexandre Melo, da SQA.

No entendimento de Antônio Cleff, embora a reforma tenha elementos políticos e administrativos, estes últimos preponderaram na atitude do governo (CLEFF, 2008), avaliação que é compartilhada por Marcos Bósio e Miriam Marroni. O primeiro afirma a importância da reforma no sentido de levar para o governo algumas pessoas que “[...] *já deveriam estar desde o começo, pela sua qualidade*”, e substituir outras que “*não tinham perfil administrativo*” (BÓSIO, 2008), enquanto para Miriam, “*a reforma ocorre porque era preciso acelerar as ações*” do governo. A vereadora diz ainda que “*reforma do secretariado acontece em qualquer governo [...] isso não tem nada de mais*”. (MARRONI, 2009)

Para Salvador Martins, a reforma foi “*essencialmente administrativa*”, pois “[...] *nós tínhamos dificuldades administrativas em vários setores da Prefeitura e não se conseguia solucionar essas dificuldades com a equipe que estava no governo*”. Todavia, também afirma que

[...] as relações políticas que se estabelecem numa Prefeitura, num governo, são fruto da dinâmica que existe naqueles grupos que de alguma forma fazem parte daquele processo [...] não é possível pensar, por exemplo, que se tenha um partido que tem relações absolutamente viciadas, que tem tendências internas que não conseguem pactuar acordos mínimos, e não imaginar que isto não se reflita na experiência administrativa. (MARTINS, 2009)

Assim, várias avaliações contrariam as opiniões que dão um caráter apenas administrativo às mudanças feitas pelo governo em sua equipe. Conforme Clóvis Ramos, “[...] *2002 foi o ano da eleição estadual, que o Tarso perdeu. No início do ano houve a prévia [em que Tarso venceu Olívio Dutra] e acho que isso teve a ver com a questão aqui*”. Ramos afirma também: “*a reforma do governo tem a ver com isso, pega as questões internas, a política deles sempre se deu pela cooptação, nunca houve espaço para as pessoas criticarem o governo e a partir daí construir alternativas*”. (RAMOS, 2008)

Para Cecília Hypolito, assim como a constituição da equipe de governo em 2000, a reforma foi “*outro arranjo*”, pois “[...] *em um momento interessava compor*

com alguns grupos políticos, em outro momento interessava compor com outros". (HYPOLITO, 2008) Hilbert Souza entende não terem sido somente critérios técnicos aqueles observados na reforma. Apesar de afirmar que estes critérios são importantes, pondera que *"não é só isso"*, pois *"[...] tenho claro que não se tratou de retaliação política"* e, ainda, que *"[...] não é desconsiderado esse arranjo geral para a participação e sustentação do governo"*. (SOUZA, 2008)

Sobre a questão da retaliação ou não, Antônio Cleff afirma: *"[...] não vejo que [a reforma] seja em função de uma corrente ter sido mais crítica ou menos crítica"*. (CLEFF, 2008) Embora diga que *"[...] havia problemas na gestão do governo, algumas áreas funcionavam e outras não"*, Dione Manetti destaca: *"[...] acho que não podemos dizer que a dinâmica interna do partido não influenciou nisso, claro que influenciou"*. (MANETTI, 2008)

O presidente do Diretório Municipal na época, Paulo Oppa, avalia que havia, naquele momento, uma forte tensão entre o partido e o governo, em função das críticas que aquele vinha fazendo, e que a reforma foi uma iniciativa para *"[...] [fazer com que] diminuíssem as críticas e aumentasse o apoio ao governo"*. (OPPA, 2008) Esta avaliação é acompanhada pelo então secretário-geral do Diretório, Gilmar Pedreira, para quem *"[...] houve uma reestruturação do governo para contemplar as correntes e o governo ter uma relação menos estressante com o partido e não ter que se preocupar tanto com o partido"*. (PEDREIRA, 2008)

Também para Antônio Soler esta foi a causa da reforma, pois *"[...] no momento que houve a crítica, houve a reforma e a crítica diminuiu"*. (SOLER, 2008) Ellemar Wojahn igualmente considera que *"a reforma não foi só administrativa, ela foi política também"* (WOJAHN, 2008). O ex-Secretário de Qualidade Ambiental do município, Alexandre Melo, diz que *"houve revanchismo, acerto de contas em relação às críticas que havia"*. (MELO, 2008)

3.3.1 – As Relações com a DS

O "revanchismo" a que se refere o entrevistado seria o resultado de uma resposta do governo às críticas que vinham sendo apresentadas pela Democracia Socialista e por seu vereador, Ivan Duarte, que várias vezes demonstrou inconformidade com posições e atitudes tomadas pelo governo. Tanto Melo quanto

Manetti, membros daquela corrente, avaliam, porém, que as posições da DS e, principalmente, os métodos utilizados para expressá-las, eram equivocados.

Manetti afirma que “[...] *o fato de estarmos no governo, não nos negava o direito de fazer a crítica, mas nos impunha a responsabilidade de fazer a crítica de forma que esta crítica não fragilizasse o governo externamente*”. Ele evidencia também que “[...] *em alguns momentos, quadros da DS faziam críticas públicas ao governo [...] quando uma força interna do partido constrói sua crítica de forma pública, isso passa a pesar internamente, e é isso que aconteceu com a DS*”. (MANETTI, 2008)

Alexandre Melo concorda com estas avaliações, ao afirmar que “[...] *a DS carregava nas tintas em relação às críticas ao governo*”. E salienta que o conteúdo destas críticas era “*correto*”, mas não a forma de fazê-las, que, segundo ele, eram realizadas “[...] *com certo isolamento em relação ao partido*”. Ele diz que, com sua política, a DS não conseguiu ter aliados internamente, que lhe permitissem fazer valer suas posições. “*Não conseguimos formar um bloco que desse continuidade, que desse consequência a essas críticas dentro do governo*”. (MELO, 2008)

Em relação às críticas quanto ao posicionamento da Democracia Socialista feitas pelos dois entrevistados, elas indicam um momento vivido pela corrente, em que se formaram internamente dois grupos com visões opostas. Um deles tinha como principal referência o vereador Ivan Duarte e defendia a manutenção de uma linha crítica ao governo, enquanto o segundo grupo tinha em Dione Manetti e Luciano Lima seus principais articuladores, os quais defendiam uma posição de reaproximação com Marroni.

Um dos momentos-chave desse processo de disputa interna na DS aconteceu entre o fim de 2003 e o início de 2004, quando se iniciavam as discussões sobre as eleições municipais e a corrente lançou a pré-candidatura de Ivan Duarte para as prévias do partido, dispondo-se a enfrentar o então prefeito Marroni. Sobre esta iniciativa, Alexandre Melo afirma que

[...] a DS ficou no isolamento. E eu achava que a nossa política de, por exemplo, lançar o Ivan, nos colocava em mais isolamento ainda, eu penso que o Ivan não mediu as consequências naquela política de supervalorização do nome dele, de crítica ao Marroni. (MELO, 2008)

Contudo, Ivan Duarte diz que o lançamento de seu nome como pré-candidato do PT nas eleições de 2004 *“foi de todo um campo do partido que entendia que era necessário implantar uma nova dinâmica no partido, no governo, na relação com os movimentos sociais e, então, uma candidatura que teria condições de enfrentar isso seria o meu nome”*. Esse movimento *“vinha inclusive de fora das correntes do partido, vinha de gente dos sindicatos, de outros movimentos [...] militantes mais antigos também”*. (DUARTE, 2008)

Após um período de campanha interna, porém, Ivan retirou sua candidatura, em um ato promovido na sede do partido, que contou com a participação de alguns dirigentes e de figuras públicas do PT no estado, como os deputados Raul Pont e Estilac Xavier. Em relação a este fato, Ivan afirma que houve ações da direção estadual do PT para que isto acontecesse: *“todos os dias tinha algum contato com alguém da direção estadual, que pedia que tentasse negociar, que retirasse o nome”*. (Idem)

Sobre as condições que levaram a esta decisão, o vereador diz que:

é importante registrar o seguinte: eu, particularmente, nunca participei de nenhuma negociação de troca, de dizer ‘olha, se vocês me derem isso, eu retiro o nome’, nunca participei de nada disso [...] fiquei sabendo depois que isso aconteceu, por parte de algumas pessoas que foram lá no partido [...] no Marroni, nos seus articuladores, e disseram: ‘quem sabe a gente negocia’. Gente da DS. (Ibidem)

Conforme Ivan, o importante neste processo de discussão era *“forçar uma mudança de atitude”* em relação à democratização do governo e ao funcionamento do Orçamento Participativo, entre outros, e *“[...] não uma composição de governo, que para mim ficaria para outro momento”*. No entanto, conclui, *“[...] infelizmente aconteceu assim, e o meu nome acabou sendo retirado”*. (Ibid.)

Durante o período em que pleiteava a indicação para concorrer, Ivan Duarte teve o apoio apenas da corrente Brasil Socialista, a mesma que havia rompido com o governo nos primeiros meses da administração e que, naquele momento, discutia a validade da permanência no PT, sendo que muitos de seus militantes já havia se desfilado. Outras correntes da esquerda partidária, como o FAS e a Articulação de Esquerda, não anunciaram o apoio a esta pré-candidatura.

Segundo Clóvis Ramos, a AE era contra o processo de prévias por dois motivos. O primeiro deles era *“[...] porque achávamos que não tinha elementos, não*

tinha debate, não tinha tido consulta, o que se construiu até aquele período não permitia a prévia” e o outro motivo era que o apoio à outra candidatura que não a do então Prefeito sinalizaria que “[...] o governo foi muito ruim”. Para ele, isto seria “repetir o problema de Porto Alegre”.⁴ (RAMOS, 2008) Este argumento também é utilizado por Cecilia Hypolito, que afirma não ter aceitado mais disputar a indicação do partido para concorrer, pois “[...] depois que ele foi eleito Prefeito [Marroni] [...] eu não queria desautorizar ele como acho que o Tarso desautorizou o Olívio”. (HYPOLITO, 2008)

No contexto do episódio da tentativa de lançamento da pré-candidatura de Ivan Duarte, no início de 2004 houve a reaproximação de um dos grupos internos da DS com o governo Marroni. Como consequência, a corrente, que na reforma do secretariado tinha perdido influência na administração e visto vários de seus quadros serem exonerados, teve o nome de Luciano Lima indicado para coordenar o Programa de Economia Solidária da Prefeitura.

Para MANETTI (2008), *“a partir de 2004 começamos a mudar essa política [de enfrentamento com o governo]. A DS passou a ter uma postura diferente, mudou seu método de relação com o PT e com o governo. Isso ajudou a recompor o espaço da DS no governo”*. Para Melo, esta reaproximação foi o resultado de uma política levada a efeito por um grupo na DS, de *“fortalecer as políticas temáticas”* em que membros da corrente tinham militância. Segundo ele, *“[...] tiramos um pouco o foco desta questão interna”* e como consequência desta política, *“a DS saiu do campo minoritário e hoje compõe o campo majoritário aqui em Pelotas”*. Ainda de acordo com o entrevistado, *“[...] essa reaproximação com o núcleo central do governo com certeza criou uma tensão entre a corrente, dificultando um pouco até a identidade da DS”*. (MELO, 2008)

Entretanto, Ivan Duarte tem uma avaliação bastante diversa e crítica sobre a mudança no comportamento político da corrente. Para ele, as pessoas que a construíram, que *“constituíram maioria”* na DS de Pelotas, *“caíram naquela máxima de se tu não podes derrotar o adversário, te junta com ele, rebaixa o teu programa, reduz, e ocupa o espaço do jeito que a maioria está ocupando”*. Conforme o vereador, esta modificação na linha política da Democracia Socialista foi efetivada a partir de três elementos:

⁴ - Ramos faz referência ao processo de prévias realizado no PT gaúcho em 2002 para definir o candidato ao governo estadual, no qual Tarso Genro venceu Olívio Dutra, que era o governador.

[...] esse pessoal acabou constituindo maioria na DS e partiu pra negociação, pra aliança com a maioria interna do partido e junto com isso vieram outras questões, de relação com o governo federal. Eu tava falando até agora dos movimentos locais, mas junto com isso teve uma guinada na avaliação do governo federal e isso contribuiu muito pra que esse processo se acirrasse, porque a análise que se tinha era que o governo Lula tinha enveredado muito [...] por esse caminho [de negociação com outras forças políticas, substituindo a mobilização social] e essa mesma parte da DS que constituiu maioria em Pelotas, passou a ter uma aceitação muito grande, uma avaliação muito positiva do governo Lula no âmbito geral [...] e o terceiro elemento, talvez o mais complicado deles, foi que, além de uma mudança na política local, além de uma mudança na avaliação do governo federal, houve posturas de ocupar espaços, mesmo fora do governo, mas com verbas do governo, e isso passou a condicionar alguns comportamentos, passou a distanciar. Então, aqui, em Pelotas, se criaram dois núcleos da DS, um núcleo que era em torno do mandato do vereador e outro, que era o espaço onde se construíam políticas públicas, através de ONGs ou através de outras formas, também com verba federal, verba pública. (DUARTE, 2008)⁵

3.3.2 – A Mudança na SEURB

Principal alvo de discussões sobre a reforma do secretariado, a atuação de Antônio Soler à frente da SEURB provocou grandes polêmicas na época e mantém vivas até hoje as discordâncias em relação ao tema. Para iniciar esta discussão, cita-se declaração de Soler que deverá contribuir para uma melhor compreensão das questões que serão tratadas aqui:

⁵ - Ainda sobre o processo de confronto interno da Democracia Socialista, ressalva-se que ele teve desdobramentos importantes para o PT em Pelotas. O tensionamento seguiu por longo tempo e aprofundou-se cada vez mais. Em 2007, durante o PED, Ivan Duarte foi candidato à presidente do Diretório Municipal e o setor da DS ligado a Luciano Lima apoiou Milton Martins, sendo que Lima fez parte da chapa do presidente do PT e foi por ela indicado vice-presidente do Diretório. Já nas eleições municipais de 2008, Duarte e Lima foram candidatos a vereador, sendo que o primeiro reelegeu-se para seu quinto mandato, com 2.954 votos, enquanto o segundo fez 1.771 votos e ocupou a segunda suplência da bancada na Câmara Municipal. (TRE-RS, 2008) Após todos estes acontecimentos, no início de 2009, Lima – que hoje é um dos coordenadores do gabinete do deputado federal Fernando Marroni – se afastou da corrente. Ao comentar estes fatos, Paulo Oppa afirmou que, no momento de sua entrada no governo Marroni, no último ano de mandato, Lima foi “cooptado” pelo governo. Esta cooptação trouxe reflexos para a vida partidária do PT em Pelotas até hoje. Para o ex-vereador, “foi nesse momento que o Luciano foi guindado ao governo, e foi acabar nisso que a gente está vendo hoje, na influência direta que tem, que conduz o partido hoje”. (OPPA, 2008)

aquela secretaria era uma bucha, tinha corrupção, todo tipo de malefícios que pode ter a administração pública, os processos eram uma bagunça, ninguém achava nada, não tinha caneta, não tinha banheiro, era um caos. O nosso primeiro trabalho foi montar a secretaria, que apesar de ser antiga, de fato não existia. O primeiro ano foi para organizar essa bagunça toda e achar processos perdidos há anos. Procurávamos fazer tudo dentro da legalidade, mas claro que dentro da nossa proposta de esquerda. Havia desde pequenas corrupções, como o presente, uma garrafa de vinho, até grandes corrupções. (SOLER, 2008)

Ao dizer que procurava estabelecer as políticas da SEURB a partir da “*nossa proposta de esquerda*”, Soler relata que isto significava modificar a sistemática de procedimentos para a concessão de alvarás, licenças, e que isso encontrou muita resistência por parte dos setores envolvidos, pois

[...] tinha muita gente que não gostava do nosso jeito de trabalhar, as pessoas precisavam esperar os procedimentos para ter as liberações e antes não acontecia isso, dependendo do empreendedor. Isso, apesar de proibido, acontecia. A gente quebrou esse processo de questões ilícitas e, mais ainda, colocamos a questão da sustentabilidade, o que era mais difícil ainda. O espanto foi tão grande com relação a essa mudança que, numa reunião que eu fui com o SINDUSCON [Sindicato das Indústrias da Construção e Mobiliário de Pelotas e Região], eles perguntaram para mim se, a partir daquele momento, eles iriam ter que passar a acatar o que estava previsto na Constituição Federal, como, se em Pelotas, nós estivéssemos fora dessa legalidade. Claro, esses processos eram liberados rapidamente e agora precisava esperar 10, 15, 20 dias, isso atrasa a lógica do capital. Então, criou-se um ambiente de que a Secretaria atrasava as licenças. Nós começamos a pedir, por exemplo, o alvará de proteção contra incêndio, que era obrigatório e que não era pedido. Claro que fazer essas exigências têm um custo, têm um tempo. (Idem)

O ex-Secretário afirma que foram estas políticas assumidas pela gestão que o levaram à demissão. “[...] Isso [a política da SEURB] *não atendeu interesses de setores da cidade*”. E diz que “*essa reestruturação, na qual houve a minha saída, talvez o principal seja porque desde o primeiro dia de governo a gente tinha uma política diferente do que vinha sendo implementado antes*”. (Ibidem) Este descontentamento começou a expressar-se no governo:

esse processo desagradou também membros da coligação que apoiava o governo, em razão de interesses que foram contrariados, de pessoas que tiveram atividade autuada ou não tiveram um alvará liberado. Essas pessoas passaram então a procurar outros caminhos para atender seus interesses, por fora da Secretaria. Aí então, vereadores telefonavam para pessoas do ‘Centro de Governo’, pressionavam, num primeiro momento mais suave, mas no final, de uma forma mais efetiva, no sentido de fazer com que determinadas coisas não fossem feitas dentro dos parâmetros legais. (Ibid.)

Entretanto, alguns entrevistados contradizem as avaliações de Soler, a partir de um mesmo argumento: a mudança na SEURB se deu por problemas administrativos. Salvador Martins afirma que “*nós não tínhamos na SEURB uma dinâmica administrativa que correspondesse à demanda social que tínhamos*”. Diz ainda o ex-Procurador: “*nós não conseguíamos dar uma resposta a um segmento social importante da cidade que demandava da Prefeitura a aprovação de projetos, precisávamos de uma dinâmica administrativa que desse conta disso*”. (MARTINS, 2009)

Marco Adiles, que substituiu Soler no cargo, aponta: “[...] *havia problemas de ordem, de desempenho na Secretaria*” (ADILES, 2008), ao passo que Miriam Marroni afirma que “*havia avaliação geral de que aquela Secretaria não tinha perfil para aquele momento*”. Conforme Miriam, “*o Soler toma isso [sua demissão da SEURB] passionalmente, pessoalmente, ou com uma visão de perseguição daquela tendência*” e, de acordo com ela, “*isso não tem procedência, uma vez que no governo não se refletia essa disputa de tendência*”. A mesma fonte destaca que a deficiência de quadros competentes para as diversas áreas do governo é tão grande que “*se a secretaria estivesse bombando, com aprovação, não seria tirado. Pelo tamanho do desafio, não seria retirado, fosse de que tendência fosse*”. (MARRONI, 2009)

Marcos Bósio e Carlos Delevati são mais incisivos. O primeiro afirma que Soler “*travava as atividades*” e o segundo, que ele “*travou todo o processo*”. Bósio sustenta que a SEURB, quando dirigida por Soler, sempre apresentava dificuldades para negociações que a Prefeitura julgava importantes com setores do empresariado ligados à construção e apresenta o seguinte exemplo para justificar sua posição:

[...] na questão do PAR [Programa de Arrendamento Residencial], nós nos reunimos com os empresários da cidade e dissemos para eles que iríamos fazer o projeto e eles não queriam porque alegavam que teriam pouco lucro, estavam acostumados a fazer poucas unidades, mas terem um lucro maior, e o PAR é exatamente o contrário, você tem pouca margem, mas faz bem mais unidades, acaba tendo um resultado melhor para a empresa. E aí, qual era a posição da Secretaria? ‘Ah, nós temos que ter cuidado com os empresários, não podemos negociar muito’ [...] então era isso, sempre criando dificuldade, esse tipo de perfil não é para a administração pública. (BÓSIO, 2008)

Sobre os resultados da troca de secretário, Bósio afirma: “*quando assumiu o novo secretário, eu disse ‘resolve a questão dos alvarás’ e ele resolveu, não sei o*

que fez. Pronto, acabou o problema". (Idem) Conforme Salvador Martins, *"com a troca, nós conseguimos estabelecer um sistema administrativo muito mais ágil. Então, do ponto de vista do gestor, a troca foi absolutamente fundamental"*. (MARTINS, 2009)

Soler, no entanto, afirma que, na sua gestão, a SEURB tinha *"indicadores positivos"* do ponto de vista administrativo, e reafirma os propósitos políticos de sua demissão, ao dizer que ela expressou a opção do governo pela manutenção do *status quo*. Ele ainda afirma que este processo significou uma vitória de um setor da construção da cidade, por meio do SINDUSCON:

deu para perceber claramente que ser, por exemplo, secretário de governo, não se sobrepõe, por exemplo, ao presidente do SINDUSCON. É ele quem efetivamente decide na questão do urbanismo. Após a minha saída, isso aconteceu, pois toda a questão da sustentabilidade e outras questões colocadas por nós desapareceu da Secretaria. Voltou para lá aquela história de liberação urgente de processos. Eu vejo que não basta ter na mão poder político público estatal, isso não é suficiente para fazer mudanças, é preciso ter um outro tipo de poder, que é o poder econômico, que é quem gerencia as relações. (SOLER, 2008)

3.3.3 – A Negociação com o FAS

Uma questão que chama a atenção, ao observar-se a distribuição dos espaços no governo após a reforma realizada, é o considerável aumento na representação do Fórum de Ação Socialista. Durante os dois primeiros anos de governo, o FAS tinha Mauro Del Pino como Secretário de Educação e Jacira Porto como líder do governo na Câmara Municipal. Após a reforma, a corrente manteve estes postos e acrescentou a eles a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a presidência do SANEP, com Daniel Aquini e Nilo Goularte, respectivamente, além de Gilmar Pedreira como coordenador geral da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e de Abner Gomes na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. É importante observar que, durante o período de 2001 e 2002, Cecilia foi deputada estadual e, neste ano, disputou a eleição para deputada federal, não tendo se eleito.

Sobre esta questão, Alexandre Melo associa a maior participação do FAS no governo às eleições de 2002, ao afirmar que

o grupo da Cecília, por exemplo, tinha muitas críticas, mas quando o PT perdeu o governo do estado, eles compuseram com o Marroni [...] o interesse maior, acho que era realmente mais uma questão prática desse grupo da Cecília, de manter sua estrutura, pois perdeu o espaço de deputada e o que tinha no governo do estado. (MELO, 2008)

Conforme Paulo Oppa, que entende a reforma do secretariado como um movimento para ampliar a base de apoio interna, “o governo, diante das críticas, sentiu a necessidade, foi buscar dentro daquelas correntes que tinham mais críticas e que pudessem ter maior número de filiados, que pudesse ter maioria dentro do Diretório”. E conclui: “daí o crescimento do grupo da Cecília”. (OPPA, 2008)

Porém, Gilmar Pedreira, que foi secretário-geral do PT de Pelotas e era membro do FAS, é quem faz as críticas mais pesadas à postura da corrente naquele processo:

o FAS tinha uma postura de uma crítica forte ao ‘Centro de Governo’, junto com a DS e a Articulação [de Esquerda], e aí eu digo, por uma forma de enxergar a política e o futuro do governo, o governo optou por fazer a recomposição, privilegiando o FAS, em troca de um comprometimento que hoje eu entendo por um quase ‘eu vou te dar e tu me ajuda’, só que, na medida em que tu participas mais, que tens mais espaço político, fica comprometido, porque a discussão não se deu na questão ideológica, e sim na questão dos cargos, e é aí que eu digo que o FAS, em grande medida, foi comprado pelo governo, eu digo isso com todas as letras. Houve um rateio dos cargos, mais secretarias para o FAS, mais cargos, mais apoio, o FAS em certa medida parou, não é que parou de criticar, até criticava, mas não operava nada em relação à crítica, ficou uma coisa de faz de conta. Isso aconteceu com várias correntes, não só com o FAS. (PEDREIRA, 2008)

No entanto, Jacira Porto afirma: “acho que, no FAS, houve somente uma conversa com o governo no sentido de garantir mais espaços”. A ex-vereadora diz ainda que “esse espaço maior do FAS veio pelas tarefas que a gente assumiu também na liderança do governo e acho que a gente qualificou mais o trabalho”. (PORTO, 2008)

Por último, ao avaliar os resultados desta reforma, Antônio Soler afirma: “houve uma desaceleração das propostas iniciais do governo, o governo tirou o pé do acelerador. Em muitas coisas nós retrocedemos”. (SOLER, 2008) Ao ressaltar que “[...] muitas vezes a gente lida mal com as opiniões diferentes”, Hilbert Souza afirma que “as reformas feitas aqui não foram capazes de resolver os problemas de relação existentes”. Para ele, “nós deveríamos ter sido mais profundos em algumas

mudanças". (SOUZA, 2008) Também para Clóvis Ramos: "[...] *isso [a reforma] não resolveu a principal questão, a relação do partido com o governo. Continuou o partido sem reunir, com reuniões esvaziadas, com o governo sem prestar contas ao partido*". (RAMOS, 2008)

3.4 – O Relacionamento com a bancada

As relações estabelecidas entre os governos e as bancadas do PT são, em não poucos casos, cheias de conflitos e de desacertos, nas quais se observam acusações de "patrolamento" de parte dos parlamentares e de indisciplina de parte dos governos.

Pelotas não fugiu a este perfil. Eduardo Abreu, Ivan Duarte, Jacira Porto, Lair de Mattos e Miriam Marroni, os vereadores do PT na Câmara, afirmam que as relações do governo com a bancada foram problemáticas, embora evidenciem diferenças entre eles na avaliação desses fatos.

Eduardo Abreu afirma que "[...] *não conseguimos afinar o discurso político com a Prefeitura*" (ABREU, 2008), enquanto, para Ivan Duarte, não havia preocupação do governo em estabelecer uma relação de debate com a bancada. Ele afirma que "[...] *mesmo os vereadores mais alinhados, não eram chamados*" e critica os colegas que aceitavam este tipo de tratamento: "*a Jacira, por exemplo, que era líder do governo, aceitava em nome do projeto a questão de votar sem discutir*". (DUARTE, 2008)

Jacira Porto, por sua vez, entende que "[...] *havia diferenças políticas [entre os vereadores e o governo], mas havia questões corporativas também*", o que explicaria o comportamento mais oposicionista de alguns. Ela vê uma série de complicadores nesta relação e afirma que, com o tempo, as relações deterioraram-se: "*a relação com a bancada começou melhor e acabou muito ruim, nós tivemos uma discussão entre governo e bancada difícil*". Concluindo, evidencia que "[...] *volta e meia acontecia de o Prefeito não aceitar a proposta colocada ali, aí havia um tensionamento [...] os vereadores começaram a não participar mais das reuniões*". (PORTO, 2008) Também para Lair de Mattos esta relação foi ruim, pois "[...] *o governo tomou várias decisões sem consultar a bancada, inclusive de temas que posteriormente seriam discutidos e até votados na Câmara*". (MATTOS, 2008)

Entretanto, Miriam Marroni considera que, apesar de as relações terem sido, no início, marcadas por conflitos e de os embates no partido e no governo “se refletirem” na Câmara, “a Jacira teve a habilidade necessária para juntar as pontas”. Desse processo, teriam surgido relações mais qualificadas entre ambos, sendo que “a bancada se reunia com o ‘Centro de Governo’ no mínimo duas vezes por semana”. (MARRONI, 2009)

Quanto às relações estabelecidas com seus mandatos, as divergências entre os vereadores afloram com mais força. Jacira afirma que construiu um “*mandato mais coletivo*” e que se preocupou mais em “*tocar*” as questões do governo do que aquelas relacionadas a seu mandato. (PORTO, 2008) Ivan Duarte diz que foi “[...] *solenemente ignorado pelo governo, nunca fui chamado para discutir nada*” (DUARTE, 2008), enquanto Lair é taxativo: “*apresentei quatro projetos na Câmara. Três foram vetados pelo Executivo, sem que o mandato fosse consultado. Acho que basta*”. (MATTOS, 2008)

Sobre a forma de relação institucional do governo com a Câmara, os vereadores do PT avaliam que, em geral, mantiveram-se as relações tradicionais, que envolvem negociações em separado com vereadores, visando à aprovação de projetos do Executivo. Eduardo Abreu ressalva que, no começo do governo, os vereadores discutiram a necessidade de o governo estabelecer “*relações programáticas*” com eles, propondo que participassem do projeto como um todo, e não de negociações pontuais, que reforçam a possibilidade de favores pessoais. No entanto, afirma que isso não aconteceu, o que constituiu um “*erro político*”. Ao falar nestas negociações com os vereadores, o vereador questiona: “*o que era negociado era o programa da Frente Popular ou a vontade de algum vereador?*” (ABREU, 2008)

Lair de Mattos, mesmo ao opinar que houve uma “*relação respeitosa*” entre os poderes, afirma que “[...] *em determinados momentos houve negociações fisiológicas com vereadores da oposição em busca de apoio, em outras – raras, infelizmente –, os projetos foram apresentados e foi-se para o debate político e ideológico*”. (MATTOS, 2008) Já para Ivan Duarte, esta relação com a Câmara foi “[...] *a parte mais terrível, os vereadores fisiológicos encontraram um campo fértil para fazer negócio com o governo*”, e complementa sua avaliação: “[...] *vereadores que empregam gente na Prefeitura mantiveram esta prática no governo da Frente Popular, a mesma coisa que faziam nos outros governos*”. (DUARTE, 2008)

No entanto, Jacira Porto pondera que estas negociações se deram por conta da forma como a política está estabelecida na Câmara, onde imperam interesses particulares, que ultrapassam a questão dos partidos. Para ela “[...] [a relação com a Câmara] *começou com os partidos mesmo, [mas] tem a questão pessoal, a Câmara que nós temos expressa a cidade, nós temos caciques*”. A vereadora diz ainda que “[...] *isso aconteceu no governo, vereadores que vem para negociar pessoalmente. Tem os interesses corporativos da cidade e eles estão muito bem representados na Câmara*”. (PORTO, 2008)

Já Miriam Marroni afirma que as relações do governo com os vereadores dos outros partidos “*eram a líder da bancada [Jacira Porto] e o vice [-prefeito Mário Filho] que faziam, a maioria não participava*” e que, por isso, não sabe “[...] *o que ficava por trás, se tinha algum favor*”. No entanto, afirma haver diferença entre a “*troca por cargos*”, em que os vereadores conseguem a nomeação de apoiadores para cargos na Prefeitura e votam projetos de interesse do governo – o que ela condena –, e a negociação que envolve a aprovação de projetos dos vereadores para que estes votem nos projetos da Prefeitura. Segundo Miriam, “[...] *se o vereador está batalhando por alguma coisa, um projeto para iluminação em uma comunidade e diz ‘vou votar tal projeto, mas vocês aprovem meu projeto’ [...] não é nenhuma coisa espúria*”. (MARRONI, 2009)

Neste mesmo âmbito, uma questão que vem à tona é sobre o Conselho Político, uma das formas de participação recomendadas pelo PT e que já foi empregada em várias de suas administrações. O Conselho é o espaço onde devem se expressar os partidos que compõem o governo e, conforme algumas formulações, representações de movimentos sociais e da sociedade civil. Em Pelotas, pode-se observar desde o Encontro Municipal do partido, em outubro de 2001 – conforme problemática apresentada a seguir –, a discussão relativa ao tema, no qual o partido reclama a existência do Conselho.

Entretanto, as manifestações dos entrevistados em relação ao assunto demonstram certa confusão quanto à sua existência, conformação e papel que caberia a este organismo. Para Cecilia Hypolito, “*não teve Conselho Político*”. (HYPOLITO, 2008) Também para Eduardo Abreu, este Conselho não existiu: “[...] *nós [a bancada de vereadores da Frente Popular] desde o início defendemos internamente a necessidade de um Conselho Político, que faria a relação entre o*

partido, o governo, a nossa bancada e a sociedade, principalmente os movimentos sociais". (ABREU, 2008)

Já para Alexandre Melo, "[...] se criou um Conselho Político, mas esse Conselho não tinha uma dinâmica". (MELO, 2008) Jacira Porto evidencia que a "[...] incapacidade maior [do governo] para mim foi o Conselho Político, que era a possibilidade de abrir o debate", pois ele "[...] só funcionava em um momento de desespero, acho que na questão da catraca⁶, se chamou o povo [membros dos partidos], mas já no meio do conflito. Não criamos as condições para construir. Ninguém chamou para discutir o modelo e sim para dizer sim". (PORTO, 2008)

Na mesma linha, Paulo Oppa afirma que

[...] o governo tentou constituir este Conselho com os partidos, com os presidentes, se percebeu alguma tentativa, mas também foi algo que era chamado em alguns momentos de crise, não conseguiu prosperar, não conseguiu achar seu tempo e muitas vezes o governo acabou passando por cima, atropelando. (OPPA, 2008)

3.5 – O Orçamento Participativo

Uma das principais bandeiras do Partido dos Trabalhadores e vitrine de muitos governos comandados por ele, o Orçamento Participativo em Pelotas foi a causa de diversas polêmicas internas e com os movimentos sociais.

Nos documentos partidários, principalmente naqueles que serão analisados no item 3.7 (as resoluções do Encontro Municipal de 2001 e do seminário de 2002), vê-se uma forte crítica do partido ao modo de funcionamento do OP no município e a recomendação da mudança na equipe de coordenação do programa.

Entre os entrevistados, embora existam divergências quanto aos motivos, é unânime a avaliação de que o Orçamento Participativo foi uma experiência negativa no governo da Frente Popular no município.

Para Gilmar Pedreira:

⁶ - A reforma do sistema de transporte coletivo proposta pela Prefeitura e que consta na discussão sobre a relação com os movimentos sociais, presente neste capítulo.

O Orçamento Participativo foi muito mal conduzido, ele não criou o que se espera, que é ampliar as relações do partido com a sociedade organizada, e isso não aconteceu, o Orçamento Participativo não se constituiu enquanto forma de organização popular, e acho que esse era fundamentalmente o papel político do governo. (PEDREIRA, 2008)

Cecilia Hypolito diz que “[...] *participei de várias reuniões do Orçamento Participativo, a assembléia cheia, as pessoas vieram para fazer discussão política, no primeiro ano, e depois, no segundo, nós tivemos um arremedo de Orçamento Participativo*”. Para ela, em relação ao OP, o governo “*criou a expectativa e não cumpriu, e foi um dos motivos que fez a gente perder a eleição*”. (HYPOLITO, 2008)

De acordo com Eduardo Abreu, o OP tem como finalidade organizar a população em defesa das mudanças que os governos devem realizar. Isto “[...] *foi colocado pelo PT no país [e] aqui não teve esse papel*”. (ABREU, 2008) Também para Ellemar Wojahn, em Pelotas ele não cumpriu o papel de contribuir na organização popular, “[...] *o OP não dava muito apoio nessa discussão*”. (WOJAHN, 2008)

Clóvis Ramos, ao criticar a relação do Executivo com a sociedade, diz que “*essa relação era toda ela permeada pela cooptação, e não pela organização. O Orçamento Participativo, por exemplo, era o palco para o Prefeito dar discurso, a proposta já vinha de cima para baixo meio pronta*”. (RAMOS, 2008) Paulo Oppa tem avaliação semelhante, ao afirmar que “[...] *o Prefeito nunca abriu mão de ter na mão dele o Orçamento Participativo, de ter alguém da sua confiança, de ter as lideranças sob controle*”. (OPPA, 2008)

Em relação ao tema, BORGES JÚNIOR (2007, p. 105) afirma:

[...] a metodologia manteve-se a mesma, com a seguinte organização: na primeira rodada de assembleias regionais, o coordenador geral do OP apresentava os objetivos da assembleia, em seguida o Prefeito fazia uma análise dos principais problemas enfrentados pela Prefeitura naquele momento e apresentava os projetos que estavam sendo executados pela administração, em uma fala que teve o tempo médio (considerando-se todas as assembleias assistidas) calculado em cinquenta e três minutos e após são chamadas cinco pessoas da plenária, já inscritas no início da assembleia e definidas pela ordem de inscrição, para utilizarem a palavra e fazerem perguntas ou defenderem propostas. Em seguida, o Prefeito retomava a fala para responder às questões colocadas pelo público e então iniciava-se a última parte da assembleia, com a eleição de delegados para a composição do Fórum de Delegados.

No entanto, a crítica mais forte sobre o OP de Pelotas é feita por Lair de Mattos, para quem o insucesso foi um *“fracasso deliberado”*. Segundo ele, “[...] *foi uma traição imposta aos filiados do PT pelo governo e um prejuízo irreparável para o povo da cidade, que perdeu uma oportunidade histórica para a prática da democracia direta*”. Por último, o ex-vereador complementa: *“este foi o maior ‘erro’ do governo Marroni em relação às bandeiras históricas do PT”*. (MATTOS, 2008)

Ao classificar o OP em Pelotas como um “caos”, Marcos Bósio, no entanto, centra sua crítica na forma como foi realizado no município, pois a falta de capacidade financeira da Prefeitura é que foi a responsável pelo não funcionamento: “[...] *o Orçamento Participativo, no conceito que tem no PT, jamais ia funcionar nesse quadro*”. A realização do OP fez com que existisse “[...] *uma pressão para assumir compromissos que a Prefeitura não tinha capacidade [para atender]*”. (BÓSIO, 2008)

Esta mesma linha de argumentação é seguida por Salvador Martins. Ele afirma que, apesar de haver uma “opinião unânime” no governo e no PT de que “[...] *a experiência do OP não foi uma experiência bem sucedida*”, existe uma forte divergência quanto à origem deste problema. Enquanto

a maioria das tendências do PT tende a ver o pequeno sucesso dessa experiência na dinâmica da coordenação, na forma como as pessoas da coordenação trabalhavam o processo [...] o grande problema foi de trabalhar o Orçamento Participativo nos moldes como se fez em Porto Alegre, numa cidade totalmente endividada como Pelotas. [...] Em Porto Alegre há o que discutir, porque há recursos para fazer investimento. Em Pelotas, no período em que nós tivemos no governo, era essencialmente diferente, nós não tínhamos dinheiro para investimento. (MARTINS, 2009)

Para Hilbert Souza, “[...] *o formato inicial [do OP] [...] acabava sendo um agregado de demandas de vários setores, não era um projeto de organização da sociedade*”. Para ele, este processo foi modificado com a discussão do “Pelotas Metrópole”.⁷ Este projeto foi discutido no Orçamento Participativo e, segundo o ex-Secretário da Administração, “[...] *ali a gente inverteu as coisas, formulou uma proposta a partir de uma visão. Formatou dentro do OP aquelas políticas. Foi discutir com a comunidade*”. (SOUZA, 2008)

⁷ - Foi um projeto apresentado pela Prefeitura ao Banco Mundial, para uma série de obras de infraestrutura na cidade (com destaque a asfaltamento, urbanização e reordenação das vias). O projeto foi encaminhado pelo governo Marroni, mas só foi assinado durante a gestão de Fetter Júnior (PP), em 2007, e foi o principal tema da campanha eleitoral do ano seguinte.

Também o ex-Procurador do município enfatiza o processo de participação popular desenvolvido a partir do “Pelotas Metrópole”, pois “[...] *foi um projeto decidido pela comunidade*”. Segundo Salvador Martins, “[...] *ao contrário do que Porto Alegre fazia, de decidir todos os anos o que investir, nós, em determinado momento, decidimos investir no futuro da cidade, a partir de um programa para atrair recursos*”. (MARTINS, 2009)

Apesar dos problemas em relação ao OP em Pelotas, ele considera que “[...] *a nossa administração baseou-se na participação popular*”, ao passo que “[...] *a atual administração não considerou qualquer possibilidade de participação popular*”, compara. (Idem)

3.6 – O Governo, o PT e os movimentos sociais

Nascido das lutas de uma série de movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores teve, na sua origem, um grande número de militantes ligados a estes movimentos nas suas direções e muitos deles foram eleitos para mandatos parlamentares e executivos.⁸ Entretanto, conforme o partido via crescer sua participação institucional, diminuía a influência dele nestes movimentos e não são raros os momentos de tensão entre governos do PT e esses movimentos, inclusive aqueles hegemônicos por militantes petistas, como a CUT, por exemplo. Este debate permanece e a relação entre o PT e os movimentos sociais é pauta permanente de reuniões e encontros partidários, como pode-se ver em suas resoluções no decorrer dos anos.

Entre os entrevistados, Mauro Del Pino diz que: “[...] *um dos principais papéis de um governo [do PT] é criar pontes com os movimentos sociais, criar uma situação de longo prazo*” (DEL PINO, 2008), enquanto Eduardo Abreu aponta para a necessidade de os governos do PT constituírem conselhos para “*discutir com a sociedade*”. (ABREU, 2008) Antônio Cleff afirma que deve existir uma relação “*mais efetiva e direta com os movimentos sociais*” por parte dos governos do PT. (CLEFF, 2008)

⁸ - Sobre a modificação no perfil social dos dirigentes do PT, ver: RODRIGUES (1990).

Durante o governo em Pelotas, houve vários momentos de confronto da administração com movimentos organizados da cidade, sendo que, em algumas situações, a CUT organizou reuniões e atos de apoio a estes movimentos. Três exemplos são bastante fortes e emblemáticos, por terem se constituído em momentos de disputa na sociedade e no PT.

3.6.1 – A Relação com os municipais

O primeiro deles é a questão das relações estabelecidas entre o governo e o SIMP (Sindicato dos Municipários de Pelotas). O relacionamento entre os governos e servidores são normalmente complicadas em qualquer governo, e nas administrações dirigidas pelo PT isto não é diferente. Neste caso, a distinção é que o partido, por sua origem e sua história, tem profunda ligação com o movimento sindical. Se, por um lado, este fato pode aproximar as diferentes visões de governantes e servidores, por outro, pode suscitar mais conflitos.

São vários os exemplos de confrontos de servidores com administrações petistas, nas quais são comuns as acusações de autoritarismo, por parte dos governantes, e de intransigência, por parte dos servidores. Pesam nestas questões o fato de que os papéis muitas vezes se confundem, e vários dirigentes sindicais não raro “passam para o outro lado”, o que gera expectativa e confusão na categoria, ou, ainda, fazem com que os dirigentes sindicais e a base da categoria pensem que as demandas serão resolvidas sem um processo de mobilização.

Sobre esta questão, Renato Della Vechia e Hilbert Souza opinam que a tensão é natural. O primeiro afirma: “*naturalmente, há tensão entre administração e funcionalismo, mas este fato não é um problema, o problema é a relação que se estabelece*”. Ele prossegue: “[...] *a administração com mais capacidade de resolver os problemas estabelece a relação, chama para negociar, mostra as contas, coloca a necessidade da responsabilidade social, ou seja, demonstra capacidade de negociação e coloca o sindicato em outra situação*”. (DELA VECHIA, 2008) Para o segundo, “[...] *o conflito não é o problema, o problema é como a gente trata o conflito*”. (SOUZA, 2008)

Já Salvador Martins discorda das opiniões que afirmam esta “naturalidade”. Diz ele: “*discordo desse pressuposto, de que é uma relação entre patrão e*

empregado. Esse é o grande problema do movimento sindical no setor público”, pois “[...] no setor privado, a luta que se dá é para tirar o excedente, passar parte do lucro da empresa para os empregados, mas no setor público não acontece assim”. Ele complementa: “atender algumas demandas dos servidores públicos pode, em determinadas situações, prejudicar o atendimento a pessoas que são carentes”. (MARTINS, 2009)

Em Pelotas, estas relações foram igualmente tumultuadas e dividiram o partido em vários momentos, sendo que, em um deles, durante a campanha salarial de 2003, a Executiva do partido reuniu-se algumas vezes com a direção do SIMP e uma com o Prefeito, com a intenção de tentar mediar as relações, uma vez que elas estavam muito desgastadas.

Um dos pontos que mais gerou polêmica, tanto na sociedade como internamente ao PT, foi a retirada de algumas vantagens, o que atingiu cerca de mil municipais. Essas vantagens foram retiradas pelo governo com base em relatórios do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que apontavam irregularidades na concessão destes benefícios. Sobre a questão, Salvador Martins afirma:

na nossa experiência administrativa, pegamos uma época em que o Tribunal de Contas apertou muito a cobrança sobre as prefeituras. Nas administrações anteriores, os administradores tinham concedido uma série de vantagens ilegais, que não tinham amparo legal, e o Tribunal vinha apontando essas irregularidades e mandando os prefeitos reconstituírem as vantagens concedidas, mas não aplicavam aos prefeitos qualquer penalidade. Quando tivemos a nossa experiência administrativa, o Tribunal teve uma posição muito mais dura, não só com Pelotas, mas com todos, e indicando penalidades, inclusive a não aprovação de contas porque o Prefeito não estava corrigindo aquelas irregularidades. O Prefeito Fernando Marroni teve, em determinado momento, suas contas rejeitadas por que não atendia às determinações do Tribunal de Contas de corrigir aquelas irregularidades. Num determinado momento, foi insustentável para nossa relação com o Tribunal de Contas, nós não tínhamos alternativa senão fazer aquelas correções. (Idem)

Hilbert Souza corrobora a análise de Salvador, ao dizer que este processo, que qualifica como *“momento crítico”*, foi estabelecido a partir destes apontamentos do TCE. Segundo ele, “[...] [houve] uma série de apontamentos, algumas pessoas estavam tendo seus salários pagos duplamente”. (SOUZA, 2008)

Porém, Jacira Porto pondera que, apesar de ter sido apontado pelo TCE, o corte foi feito sem debate com os municipais, sendo que, posteriormente, muitos deles têm conseguido reaver na Justiça as vantagens retiradas. Ela afirma: “[...] o

que está acontecendo é que só estão aumentando os precatórios, medidas tomadas pelo governo e que estão sendo derrubadas”. (PORTO, 2008)

Sobre as relações em geral travadas entre governo e SIMP, Salvador Martins avalia que o foco principal da tensão foi o fato de a Prefeitura não ter condições financeiras para conceder os reajustes solicitados pela categoria e que, segundo ele, eram “justos”. Porém, o ex-Procurador afirma que o governo tinha de “[...] *fazer uma opção. Ou dá retorno para estas pessoas [população carente do município], que contribuem financeiramente e tem o direito legal de receber estes serviços, ou atende os servidores*”. (MARTINS, 2009)

Outra questão diz respeito ao processo de negociações entre a Prefeitura e o SIMP durante os dissídios. De acordo com ele:

O SIMP tem uma dinâmica que na verdade não permite grandes processos de negociação. O SIMP tem uma tradição de fazer uma mesa de negociação com a Prefeitura e apresentar demandas e a cada resposta ou cada sugestão da Prefeitura, eles remetem para uma assembléia. Então, de fato, não há uma negociação. O que há é um processo de pressão política, onde a Prefeitura apresenta sugestões que são avaliadas pela categoria, se aceitam ou não aceitam. Essa negociação com o SIMP não é uma negociação que se dá em outras esferas da política e da economia, não é assim que acontece. Então, sempre quando tínhamos uma reunião de negociação, era basicamente um ato político de pressão sobre o governo, porque não havia qualquer possibilidade de o governo apresentar uma alternativa que os negociadores pudessem considerar se era viável ou inviável. Eles não respondiam a isso, não havia possibilidade de eles apontarem para qualquer coisa que pudesse ser menor do que aquilo que a categoria tivesse apontado. (Idem)

Para Hilbert Souza, o processo de negociações entre Prefeitura e SIMP foi problemático principalmente porque o Sindicato não concordou com uma proposta apresentada pelo governo, de negociação permanente. “*Nós propusemos a estruturação do sistema de negociação, apresentamos de forma transparente todos os dados na primeira negociação*”. Mais adiante, afirma que “*o movimento não topou essa lógica*” e falta “[...] *cultura de negociação no município, em particular no setor público*”. (SOUZA, 2008)

Já para Marcos Bósio, o principal problema nas relações com os municipais foi o fato de o governo ter estabelecido uma relação de solidariedade com os membros do SIMP, e estes não terem correspondido. “*O Prefeito e todo mundo estavam extremamente condoídos e solidários com os companheiros e quando se faz isso tu esperas que os caras também sejam solidários e compreensivos contigo,*

e isso não aconteceu”. Ele afirma também que “*nós resolvemos a situação dos municipais, quando começamos a ser governo. Minha posição era de, quando houve a primeira manifestação, [ocorresse] desconto dos dias parados, imediatamente*”. O ex-Secretário de Finanças afirma ainda que “[...] esse acochamboamento entre governo e Sindicato não tem como dar certo” e, para concluir, faz uma acusação ao SIMP: “*o que eles faziam, de deixar fechar creches, não era movimento, era sabotagem. Muitos têm interesse pessoal de não trabalhar*”. (BÓSIO, 2008)

Entretanto, vários entrevistados apresentam avaliações diferentes, em relação a esta questão. Conforme Cecilia Hypolito, a prática do governo era de pressão aos municipais, pois, se estes não concordavam com todas as questões propostas, este ameaçava retirar outras vantagens que já havia oferecido. Para ela, a prática do governo era de “[...] *se não fecha comigo, eu não discuto*”, o que considera como “*infantilidade*”. A ex-deputada critica também a postura em uma greve dos municipais, quando o Prefeito ameaçou cortar o ponto se não houvesse a volta às atividades, e indaga: “*como um sindicalista que virou prefeito vai cortar o ponto?*” (HYPOLITO, 2008)

Para Mauro Del Pino, o governo, por meio da Secretaria da Administração, impôs políticas para o SIMP que confrontavam com o movimento da categoria. (DEL PINO, 2008) Para Gilmar Pedreira, “[...] *o governo não respeitou o servidor [...] foi um governo ruim para o servidor municipal, pessoas ganhando menos que o salário mínimo, isso não existe*”. Ele afirma ainda que “[...] *o Plano de Carreira, promessa de campanha, não aconteceu*”. (PEDREIRA, 2008) Sobre este Plano, Marcos Bósio também tem avaliação negativa quanto ao papel da Prefeitura: “[...] *a Secretaria de Administração pecou de forma terrível, atrasou o Plano de Carreira*”. (BÓSIO, 2008)

Já para Ivan Duarte

os métodos [da relação entre governo e SIMP] foram os mais tradicionais possíveis [...] a questão do gasto com o funcionalismo não foi colocado no Orçamento Participativo, ninguém foi chamado para discutir essa questão, ficou uma relação tradicional entre governo e trabalhadores. (DUARTE, 2008)

Antônio Cleff entende que “[...] *as relações com os servidores, nos prejudicou inclusive a vitória na reeleição*” (CLEFF, 2008) e Miriam Marroni que “[...] *tivemos [o governo] pouca habilidade e o SIMP também teve pouca habilidade*” nas relações.

Conforme a vereadora, “*alguns setores do governo*” não souberam como conduzir as negociações com os municipais da melhor maneira e por sua vez, o SIMP agiu na perspectiva de que “[...] *quem é patrão é inimigo*”. (MARRONI, 2009)

3.6.2 – A Polêmica do transporte coletivo

No que tange ao transporte coletivo, no primeiro ano de mandato, o governo apresentou um projeto em que previa a licitação das linhas de ônibus do município, o que não era feito há bastante tempo. Este projeto previa a formação de “bacias”, mesclava em todas elas linhas de determinada região da cidade e do interior do município, e garantia a unificação do valor das passagens em todos os itinerários, sendo que cada empresa só poderia atuar em uma dessas “bacias”. O projeto continha também a adoção do sistema de bilhetagem eletrônica (catracas eletrônicas) nos ônibus, o que o tornou um dos mais polêmicos durante o governo, tanto na sociedade como internamente ao partido e aos movimentos sociais.

A proposta teve a oposição do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, a partir da alegação de que as catracas eletrônicas iriam colocar em risco o emprego dos cobradores de ônibus. A entidade apresentou à Câmara um projeto de iniciativa popular que proibia a instalação das catracas, o qual foi aprovado pelos vereadores. O Prefeito vetou o projeto, mas a Câmara derrubou o veto.⁹ (RESEM, 2002) Sobre este processo, veja-se a opinião de Salvador Martins:

[...] nós tivemos, na minha opinião, uma disputa falsa com os rodoviários. O problema dos rodoviários nunca foi a catraca eletrônica. Nós tivemos, no início do processo, quando nós iniciamos uma discussão sobre licitação do transporte coletivo, uma visita dos rodoviários. Eles demandavam que não se fizesse a licitação, sob o seguinte argumento: com a licitação, as empresas que estão podem não ganhar a licitação e novas empresas virão. As novas empresas irão contratar empregados e, não necessariamente, aqueles que estão empregados agora. A opinião deles é que isso, de alguma forma, constituía um perigo para os empregados que estavam empregados nas empresas de transporte coletivo. [...] O Sindicato, a partir desse argumento, para o pessoal do Sindicato era muito complicado fazer uma discussão pública onde eles pediam a permanência das empresas sem licitação, a partir disso, o sindicato se apegou na questão do sistema de bilhetagem eletrônica. O sistema de bilhetagem eletrônica não cria e nunca criou, em lugar nenhum, risco ao emprego. (MARTINS, 2009)

⁹ - Entretanto, a Prefeitura impediu na Justiça que esta lei fosse aplicada, sob a alegação de inconstitucionalidade. Permaneceu, todavia, o desgaste político de ter de vetar um projeto de iniciativa popular e ver o veto derrubado pelo legislativo.

Vários entrevistados evidenciam a importância que o projeto tinha para a sociedade e o acerto quanto às propostas apresentadas. Porém, é feita uma crítica à forma como ele foi divulgado e discutido junto à população. Clóvis Ramos afirma que *“o grande projeto, das bacias de transporte, não foi discutido a contento, fomos atropelados, e no fundo, tinha a questão das catracas eletrônicas, que foi mal debatida e usada pelos rodoviários”*. Ele diz que um projeto dessa magnitude, e que tinha a contrariedade dos empresários do setor, precisava ser mais bem apresentado à população: *“fundamentalmente, não se estabeleceu um processo, uma estratégia, não se construiu aliados, tinha que ter chamado primeiro os sindicatos, as populações que seriam mais atingidas, colocar isso no Orçamento Participativo. Tem que construir o processo”*. Sobre a campanha conduzida pelos rodoviários contra o projeto, afirma que *“[...] quem pode falar sobre isso é o Ivan Duarte, ele se apercebeu disso muito cedo e alertou sobre isso. Ninguém deu bola e quando se viu já tava constituída militância contra”*. (RAMOS, 2008)

Também para Jacira Porto o projeto necessitava dessa construção junto à sociedade.

acho que esses temas têm que criar um desejo, construir junto da população a ideia, fazer com que aquilo seja uma demanda muito mais dela que do governo, a população precisa conquistar. [...] E o que apareceu? Só apareceu a questão do cobrador. Agora, não conseguimos mostrar como aquele projeto ia afetar o bolso de todos nós, a integração entre a cidade, isso nunca apareceu. (PORTO, 2008)

A ex-vereadora afirma ainda que o projeto não deveria ter sido apresentado de uma vez só, e sim de forma separada, para evitar que os trabalhadores fossem “cooptados” pelos empresários, opinião que tem a concordância de Miriam Marroni, para quem faltou “estratégia” ao governo nesta questão. (Idem; MARRONI, 2009)

Também para Cecilia Hypolito, de uma só vez, discutir a licitação das linhas do transporte coletivo e a implantação das catracas eletrônicas foi um erro, pois *“[...] permite que, sem discutir com ninguém, o setor empresarial se junte com o movimento dos trabalhadores”*. Conforme Cecilia: *“quando se trabalha com uma categoria que o empresário chega nos trabalhadores e diz ‘a gente não sabe se vai manter vocês porque não sabe se vamos ser nós que vamos ganhar’, tinha que fazer separado o processo”*. A ex-deputada complementa ao afirmar que *“o projeto*

foi pra Câmara sem ter discussão com os vereadores, e quando não se ouve ninguém, é certo que vai dar problema”. (HYPOLITO, 2008)

3.6.3 – A Relação com os comerciários

Na discussão com os comerciários, a polêmica se deu por conta do trabalho aos sábados à tarde. Esta era uma reivindicação antiga dos lojistas e que encontrava enorme resistência na categoria dos trabalhadores do setor, que há muito tempo realizavam campanha com o objetivo de impedir a abertura do comércio naquele turno. Durante o governo Marroni a medida acabou por ser implantada e o Sindicato dos Comerciários fez uma série de acusações ao governo, por este ter se posicionado ao lado dos empresários e, segundo a entidade, prejudicado os trabalhadores.

Conforme trabalho anterior (BORGES JÚNIOR, 2007, p. 98), pode-se ver:

sobre a relação da Prefeitura com sua categoria, a maior do município e que hoje tem cerca de cinco mil funcionários, o comerciário [presidente do sindicato, José Luiz Porto Ferreira] afirma que o Prefeito, quando candidato, havia comparecido a uma assembléia e comprometido-se com a luta contra a abertura do comércio nos sábados à tarde e na Prefeitura sua postura foi de apoio aos empresários, afirmando inclusive que quando uma lei municipal, que não permitia a abertura do comércio aos sábados à tarde foi questionada na Justiça pelos empresários, o Procurador Geral do Município faltou à audiência em que deveria fazer a sustentação oral da referida Lei, fazendo aí um contraponto com a postura da Prefeitura de Porto Alegre, onde, segundo ele, as administrações do PT sempre agiram no sentido de fazer cumprir as leis sobre proteção dos direitos dos comerciários.

Salvador Martins afirma que para a cidade era importante o funcionamento do comércio o maior tempo possível, “[...] *a necessidade que a cidade tem de incrementar seu comércio é uma necessidade vital, para atender demandas sociais*”. O ex-Procurador afirma ainda que existia uma “demanda” por parte dos comerciantes das outras cidades da região, que compram em Pelotas, para que o comércio abrisse aos finais de semana e, também, que uma pesquisa feita naquela época indicava que a categoria comerciária estava dividida quanto ao tema: “[...] *50% da categoria entendia que não tinha que trabalhar nos finais de semana e 50% da categoria dizia que tinha que trabalhar, para ter ganhos maiores*”. Diz que houve acordo entre os sindicatos patronal e dos empregados estabelecendo as bases para

o trabalho nos sábados à tarde, logo “*o conflito dos comerciários não foi um conflito que nós criamos, porque de fato tinha um acordo. A Prefeitura simplesmente ratificou isso, estabelecendo horários*”. (MARTINS, 2009)

Conforme Salvador, o atrito com o Sindicato da categoria foi por outro motivo: “*muito mais em função de uma demanda política. Logo depois veio o processo eleitoral e o presidente do Sindicato foi candidato por determinado partido político*”.¹⁰ Ao final, afirma que “[...] *essa polêmica foi uma polêmica solucionada via consenso entre as partes, não houve uma imposição da Prefeitura nesse sentido*”. (Idem)

Sobre isto, Carlos Delevati, embora afirme que a posição pela abertura do comércio era “*praticamente unânime*” entre a população, entende que “[...] *o governo não pode ficar resolvendo essa questão da relação capital e trabalho, é uma questão sindical, de uma categoria com o sindicato patronal*”. (DELEVATI, 2008) Entretanto, para Ivan Duarte, este processo demonstrou “*uma falta de habilidade absoluta do governo*”, pois “[...] *não é do âmbito do município e o governo apresentou posição contra os trabalhadores*”. (DUARTE, 2008)

3.7 – A Centralização

Em relação à avaliação sobre os principais problemas ocorridos no governo Marroni e que geraram mais atritos com o Partido dos Trabalhadores, um dos que se destacam é a avaliação sobre a “centralização” do governo, que pode ser observada nos principais documentos do partido e das suas correntes internas. Abaixo, apresentam-se dois momentos em que esta crítica se manifesta.

Em outubro de 2001, pouco mais de 10 meses após a posse, foi realizado um Encontro Municipal do partido em que, além de outros temas em debate – conjuntura internacional, conjuntura nacional, conjuntura estadual, construção partidária e plano de ação – foi discutido o governo, cujo ponto tinha como título “Conjuntura municipal: enfrentando os desafios de uma estratégia de poder”.

Sobre este debate, pode-se ver no “Caderno de resoluções do Encontro”, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação dá conta da situação encontrada pelo governo, quando assumiu a Prefeitura, ressalva as

¹⁰ - O entrevistado se refere a José Luiz Porto Ferreira (PMN), que concorreu pela Aliança Liberta Pelotas, formada por PMN, PHS e PTdoB, que ficou em último lugar, com 1,29% dos votos válidos.

péssimas condições estruturais e financeiras encontradas, elogia as medidas administrativas tomadas para recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada a preocupação quanto à “[...] *excessiva centralização por parte do ‘Centro de Governo’*”, como se pode ler no seguinte parágrafo:

no que se refere às relações internas de governo, vê-se que são permeadas por exagerada centralização das definições, isolando parcelas do partido e do próprio governo. A ausência de uma real democracia interna traz conseqüentes distorções e contradições com o nosso projeto histórico. (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PELOTAS, 2002, p. 11)

Das sete resoluções aprovadas no Encontro, cinco dizem respeito ao tema. São elas:

O PT em seu Encontro Municipal indica ao governo municipal a instituição de uma coordenação de governo, composta da seguinte forma: Prefeito, Secretário de Governo, Secretário de Finanças, Procurador Geral, Líder de governo e líderes do PT e do PSB na Câmara Municipal. (RESOLUÇÃO 01)
O PT em seu Encontro Municipal propõe a formação de um Conselho Político, formado por representações dos partidos da Frente Popular e da sociedade, cuja composição deverá dar-se até o final deste ano. (RESOLUÇÃO 02)

A construção das políticas do governo Democrático e Popular de Pelotas deverá priorizar o debate junto aos partidos da Frente Popular e suas bancadas na Câmara de Vereadores, bem como os movimentos sociais e a população em geral, em detrimento das relações clientelistas junto a agentes políticos adversos ao nosso projeto. (RESOLUÇÃO 03)

O governo deve apresentar ao partido – que realizará amplo debate a respeito – os eixos políticos de ação do governo, fundamentalmente no que diz respeito à questão da participação popular, política financeira, política de desenvolvimento e políticas sociais. (RESOLUÇÃO 04) [...]

O Encontro Municipal do PT de Pelotas estabelece que o processo de avaliação do primeiro ano do nosso governo municipal deve ser conduzido pelo Diretório Municipal, através de: debates no próprio Diretório Municipal; contribuições, por escrito, elaboradas por qualquer militante ou grupo de militantes do PT, antes dos debates nos bairros e setoriais; pelo menos um debate em cada núcleo e setorial de PT de Pelotas; pelo menos uma plenária por região do OP no nosso município. Este processo deve concluir-se até o final de novembro. Desta forma, estaremos fazendo uma reflexão séria e responsável, construindo a condição de acumularmos para o PT, para o governo e para a luta socialista. (RESOLUÇÃO 07) (Idem, p. 14-15)

No entanto, apesar das deliberações tomadas, o partido não chamou nenhum evento para fazer a avaliação do primeiro ano de governo da Frente Popular.

Somente em dezembro de 2002, o Diretório Municipal realizou um seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido e propor políticas para ele.

Em relação ao Seminário, aliás, existiram divergências inclusive sobre sua realização, que foi aprovada por maioria em reunião do Diretório Municipal. Estas divergências se mantiveram também em relação à forma a ser seguida. O então presidente do Diretório Municipal do PT, Paulo Oppa, afirma, em relação à questão:

[...] em alguns momentos nós tivemos a questão de fazer avaliações e infelizmente o Prefeito não queria fazer avaliação do governo com a participação dos secretários de administração, não queria que eles viessem ao partido para fazer o debate. Ele achava que o PT deveria se reunir e fazer sua avaliação à parte do governo, e depois remeter essa avaliação para que o governo pudesse tomar as providências. A resolução que nós tomamos foi chamar os secretários para que se pudesse fazer a discussão, eles darem o seu relato, mas o Prefeito foi contra, me lembro dele na reunião, foi um momento de constrangimento, isso acabou não contribuindo para uma melhor análise do governo [...] o Seminário não conseguiu fazer uma boa avaliação e o governo não ajudou para isso. Mas teve um simbolismo, uma resistência que o partido fez ao governo naquele momento, a gente conseguiu realizar o Seminário. (OPPA, 2008)

Porém, em relação à questão colocada por Paulo Oppa, Salvador Martins afirma: *“não lembro disso”*. Segundo ele, *“[...] eu acho que ele [Marroni] possivelmente tenha falado na importância de a administração ter a sua avaliação. Não conheci nenhuma manifestação do governo de que o partido não deveria discutir essa questão”*. O ex-Procurador defendeu, inclusive, a importância dos secretários naquele Seminário, pois, segundo ele, *“[...] o partido fazia avaliações do governo sem ter elementos que ajudassem numa boa avaliação e havia a necessidade de um processo de apropriação do partido em relação aos temas do Executivo”*. Este desconhecimento do partido em relação ao governo fazia com que fossem feitas *“[...] avaliações políticas com completa ignorância em relação aos temas da administração”* daí *“[...] a importância de ter secretários no Seminário”*. (MARTINS, 2009)

No seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Eles têm uma simetria grande em relação às deliberações tomadas no Encontro de 2001, pois criticam a centralização realizada pelo Prefeito e seu grupo político, bem como as políticas empreendidas em algumas

áreas, especialmente o Orçamento Participativo. O documento final, aprovado pela maioria dos membros do Diretório faz uma série de propostas ao governo e indica alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do governo.

Sobre a avaliação do partido quanto à questão da centralização, apontam-se as opiniões dos entrevistados. Antônio Soler afirma que *“vivenciamos uma centralização”*. Esta, somada à pouca força que teve o partido no processo de discussão sobre os rumos do governo, agiu no sentido de *“[...] neutralizar a pressão dos movimentos sociais”*. Deste modo, conforme o ex-Secretário, foi possível *“[...] a efetivação de políticas particulares como, por exemplo, colocar dentro de tal secretaria pessoas ligadas a determinados interesses”*. (SOLER, 2008)

Renato Della Vechia diz que *“uma coisa é bastante clara para mim, que foi o processo de centralização que, para mim, existiu, sim”*. (DELLA VECHIA, 2008) Para Carlos Delevati, *“[...] houve, sim, centralização das decisões, principalmente das mais importantes”* (DELEVATI, 2008) e, conforme Gilmar Pedreira, o governo foi marcado por atos de *“autoritarismo”*. (PEDREIRA, 2008)

De acordo com Paulo Oppa, *“[...] por ter se fechado muito, [o governo] acabou fazendo avaliações erradas da conjuntura, das prioridades e da política que deveria ser implantada. Erramos e tanto é que erramos, que perdemos a eleição”*. Oppa afirma: *“as correntes que vinham fazendo críticas na época estavam com razão, olhando agora vejo que as razões eram maiores do que eu percebi naquele momento. Infelizmente foi isso, se fechou o governo, se centralizou demais”*. (OPPA, 2008)

Para Ivan Duarte, *“o governo trabalhava na ótica de um pequeno grupo, que centralizou o governo”*. Segundo ele, esta centralização ficou evidenciada pelo *“controle absoluto do fluxo do dinheiro da Prefeitura. O grupo do prefeito tinha o controle sobre os cargos principais”*. (DUARTE, 2008) Quanto a esta questão, também Della Vechia evidencia que a indicação dos principais cargos permitiu ao Prefeito o controle administrativo e financeiro da Prefeitura. (DELLA VECHIA, 2008)

Entretanto, para alguns entrevistados, esse processo tem outras formas de explicação, ou sequer existiu. Para Dione Manetti, o que levou a um processo de fechamento por parte do governo foi a situação financeira e administrativa em que a Prefeitura se encontrava. Ele afirma que houve *“[...] tendência à centralização principalmente no início e, na minha opinião, isso decorria da preocupação em tocar a gestão pela primeira vez em uma cidade importante como Pelotas”*. O entrevistado

também afirma que, em razão da “*situação difícil*” em que se encontrava a Prefeitura, o normal é que “[...] o gestor chame a tarefa para si” e por isso, referindo-se à esquerda partidária, avalia que “[...] talvez não fizéssemos diferente”. Complementando sua avaliação, “*houve momentos de diálogo, a partir do segundo ano de governo*”. (MANETTI, 2008)

Para Marco Adiles, em razão de haver “*várias visões sobre a forma de governar*”, era necessário que o governo tivesse “[...] uma coordenação de ação, aproveitar os recursos, que são muito pequenos”. Por isso, afirma ser “[...] obrigação do prefeito, do seu gabinete, priorizar, hierarquizar, acho isso natural”. Por conta disso, o ex-Secretário entende que “[...] há de se ter uma centralidade, e essa centralidade às vezes é confundida com centralização”. E conclui: “*reconheço que tivemos questões internas fortes, houve essa centralidade, acho que tivemos problemas, mas que são naturais e benéficos até para fazer a escolha, houve espaço para todo o mundo*”. (ADILES, 2008)

Embora afirme que a relação do governo com o PT e os outros partidos da Frente Popular foi “*excessivamente centralizada*”, Ellemar Wojahn entende que “[...] sempre é necessária uma centralização, sempre vai existir um centro de governo”. Segundo ele, a existência deste centro de governo “*é o problema*”, pois “*as correntes que ficaram de fora sempre vão dizer que existe centralização*”. Contudo, deixa claro seu posicionamento em relação à prerrogativa de governar: “[...] o Prefeito é quem tem a palavra final, afinal, foi ele quem se elegeu [...] tem uma hierarquia”. Para o entrevistado, “[...] a gente mistura muito as coisas, a questão da concepção de administração, temos então que discutir no partido, não querer trazer essa discussão para dentro da Prefeitura”. (WOJAHN, 2008)

Já para Marcos Bósio, o governo esteve envolvido com uma grave crise administrativa e financeira, o que marcou todo o mandato e inviabilizou um planejamento administrativo efetivo por parte da administração. Neste quadro, afirma que o Diretório Municipal do PT “*não compreendeu o momento*” e pressionava para que o governo tomasse iniciativas que não tinha condições de cumprir. Em razão disso, o ex-Secretário de Finanças afirma:

quanto à centralização, acho que o grande problema do governo foi de nunca ter tido um centro de governo [...] nós estávamos permanentemente em crise, então isso nunca possibilitou um planejamento, dos 48 meses que nós estivemos na Prefeitura, nenhum pagamento saiu ao natural. Em um processo como esse, necessariamente precisa ser centralizado, se não, não tem como. O PT naquela época não compreendeu isso, as intervenções numa reunião do Diretório que eu fui eram de que tinha que dar aumento para o funcionalismo e azar. Nesse quadro, o que fazer? Necessariamente tinha que se fechar um pouco para conseguir dar conta. (BÓSIO, 2008)

Outro aspecto que apareceu constantemente nas falas dos entrevistados, embora não houvesse nenhum questionamento específico sobre o tema, dizia respeito ao “perfil” do Prefeito, entendido como a forma de ele se relacionar e se posicionar na condição de Chefe do Executivo. Como pode-se notar a partir das opiniões abaixo, vários entrevistados destacam este perfil como decisivo em vários momentos.

Conforme Marcos Bósio, Fernando Marroni tem um estilo que, muitas vezes, “dificultou” o funcionamento do governo. O ex-Secretário cita entre estes momentos o fato de ele ter se “*metido*” na questão do comércio (conforme já debatido no item 3.6.3) e, também, seu comportamento em relação à imprensa. De acordo com Bósio, “[...] *a gente tinha toda uma relação com a imprensa, mas aí vinha uma crítica e o Prefeito se indignava*”. (Idem)

Segundo Alexandre Melo, este perfil do Prefeito se manifestava na forma de promover as políticas da Prefeitura, pois “[...] *tinha uma dinâmica mais pessoal do Prefeito do que uma prática de pensar uma política para a cidade*”, o que, para o ex-Secretário, criou alguns problemas na implementação de determinadas políticas, como a coleta seletiva. Segundo ele, por determinação do Prefeito, ela foi implementada muito no início do governo, “[...] *o que criou alguns problemas, pois não tínhamos uma maior organização para isso*”. (MELO, 2008)

Carlos Delevati, ao fazer a avaliação sobre o processo de centralização do governo e criticar o fato de várias questões ligadas à pasta terem sido discutidas sem a presença dele, destaca que “[...] *aí entra também o perfil de cada governante, e conciliar isso é difícil*”. (DELEVATI, 2008) Jacira Porto, ao avaliar as dificuldades nas relações estabelecidas pelo governo, diz que “[...] *o centro político teve dificuldade, um pouco pela questão do perfil, o Marroni*”. (PORTO, 2008)

Clóvis Ramos cita que “[...] *a melhor definição que eu ouvi sobre a pessoa do Marroni foi de uma companheira vinculada aos movimentos: é de ‘um adolescente*

deslumbrado". Sobre o momento testemunhado por Clóvis, tratou-se de uma reunião entre o Prefeito e membros da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) da cidade, sobre o processo de destinação de uma área do município para um assentamento: *"eu vi uma reunião com o Marroni e o MTD, em que ele bate na mesa e quase pula em cima das pessoas"*. (RAMOS, 2008)

Em relação a esta afirmação, BORGES JÚNIOR (2007) registra que:

o assessor jurídico do Sindicato dos Municípios [Samuel Chapper], à época da entrevista filiado no Partido dos Trabalhadores (desfilou-se algum tempo depois) e antigo militante de esquerda [...] cita como momento símbolo desta dificuldade de relacionamento (entre governo e servidores municipais) a campanha salarial de 2003, quando em uma rodada de negociação, após inquirir o presidente do Sindicato sobre um pronunciamento seu em uma manifestação da categoria e este ter confirmado tal manifestação, o Prefeito socou a mesa e retirou-se da reunião.

3.8 – O Esvaziamento do partido

Os entrevistados também evidenciaram que um dos efeitos da experiência administrativa na Prefeitura de Pelotas foi o "esvaziamento" do partido, tanto em relação às políticas implementadas, quanto em relação aos quadros partidários. O fato teria acontecido em razão da prioridade dada à institucionalidade.

Sobre a questão, Clóvis Ramos diz que "[...] *o partido foi colocado de lado*" nas discussões sobre as políticas a serem implementadas pelo governo: "[...] *durante muito tempo, o Diretório sequer reunia, só reunia quando era interesse do governo aprovar alguma coisa*". Ele afirma que os dirigentes do partido "[...] *pecam ao acumular cargos [no governo e no partido] e por tirar do partido os seus principais dirigentes*", colocando-os na administração. (RAMOS, 2008)

Para Ellemar Wojahn, o "ideal" de ter um "[...] *partido dirigente, que orientasse a ação*", não se concretiza porque, entre outras razões, "*a grande maioria dos quadros mais dirigentes são absorvidos pela administração*". Algumas vezes "[...] *esses quadros também continuam como dirigentes partidários e aí embola o meio de campo*". (WOJAHN, 2008)

Por conta dessas questões, Mauro Del Pino entende que "[...] *o partido não conseguia funcionar no sentido de ajudar a administração*", porque "*grande parte dos dirigentes partidários estava dentro do governo. A dinâmica estabelecida levou a*

este quadro e fez com que a grande maioria dos dirigentes priorizasse as questões do governo". (DEL PINO, 2008)

Jacira Porto avalia que "[...] *quando elege o governo, o partido se esvazia*". Para ela, um dos principais problemas nesta questão é o acúmulo de cargos por parte de alguns dirigentes: "[...] *o presidente do partido era secretário, eu acho complicado [...] se alguém assumir um cargo público tem que passar para outro [o cargo no partido], se não as coisas se confundem*". (PORTO, 2008) De acordo com Hilbert Souza, "[...] *o processo de formação do governo não pode implicar a desorganização do partido*", mas afirma: "[...] *a gente traz para dentro do governo os quadros históricos e quando você olha, vê que não ficou ninguém no PT para fazer o trabalho*". (SOUZA, 2008)

Conforme Antônio Cleff, a experiência no governo em Pelotas "[...] *demonstra um pouco o esvaziamento do partido, a maior parte das pessoas que fazia parte da direção do partido começou a fazer parte do governo*". Para ele, "[...] *é difícil trabalhar no Executivo e ter funções no partido, isso deixava o partido enfraquecido*". O entrevistado opina que "[...] *a gente deveria trabalhar de forma diferente, ter pessoas que tocassem o partido independentemente de estar assumindo cargos no Estado*". (CLEFF, 2008)

Para finalizar, pondera-se que, conforme Alexandre Melo, "[...] *é desejável que os dirigentes do partido não componham a administração, pelo menos no primeiro escalão, para não confundir as instâncias*". O ex-Secretário afirma que o fato de Paulo Oppa ter sido ao mesmo tempo presidente do Diretório Municipal do PT e Secretário de Habitação do governo foi prejudicial à autonomia partidária: "[...] *a direção do partido, principalmente o presidente, criou uma dinâmica de só reunir o partido para aprovar o que o governo queria*". Esta atitude se justificaria porque "[...] *o Paulo [Oppa] tinha interesse de ser candidato a vereador e tinha necessidade de ter trânsito interno no governo*". (MELO, 2008)

3.9 - A Esquerda partidária e o governo

As correntes da esquerda petista marcaram sua trajetória no partido pela defesa de linhas programáticas e de disciplina partidária mais radicais do que aquelas indicadas pelos setores majoritários. Questões como a defesa de uma

participação política mais efetiva por parte da sociedade nos governos administrados pelo PT e o controle do partido sobre estes governos são questões defendidas por estes grupos. No entanto, a participação nas administrações petistas têm sido cada vez mais discutidas, seja quando o governante pertence à esquerda ou quando alguns desses grupos integram as coordenações destes governos, pois, muitas vezes, as práticas dos militantes destes grupos nos governos não se diferenciam daquelas de que são acusados os grupos majoritários.

Em Pelotas, durante bastante tempo as correntes de esquerda tiveram a tradição de participar unificadas dos processos internos. Em vários processos para eleição das direções partidárias, elas apresentaram candidatos escolhidos de modo consensual, e ainda que em outros processos essa unificação não tenha acontecido, as políticas do cotidiano partidário eram costumeiramente compartilhadas por estes grupos. Essa característica deixou de existir durante o governo da Frente Popular, segundo todos os entrevistados ligados a algum grupo da esquerda partidária.

Cecilia Hypolito afirma que, por discutir separadamente desde a formação do governo, a esquerda partidária “[...] *não conseguiu propor outro método*” àquele implementado por Marroni, durante a administração (HYPOLITO, 2008), afirmação com a qual Gilmar Pedreira concorda, ao dizer que “[...] *isso [a não unificação das esquerdas] deu liberdade para a direita do partido ditar o funcionamento da esquerda através do processo de compra, compra no sentido de cargo no governo*”. (PEDREIRA, 2008)

Antônio Soler diz que a esquerda “*não fez o debate*” sobre o que considera um desvio na linha programática do partido, ao permitir, por exemplo, que os empresários do setor de construção decidissem sobre a política urbanística da cidade. Para ele, “[...] *a esquerda recuou, negociou salários*”. (SOLER, 2008) Também para Lair de Mattos, “[...] *movidas pelo interesse de garantir o maior espaço possível no governo, forças da esquerda abstiveram-se do confronto em momentos decisivos*”. (MATTOS, 2008)

Para Renato Della Vechia, “*aqui em Pelotas existiram vários momentos em que a esquerda se unificou e foi vitoriosa*”, no entanto, neste processo “[...] *em nenhum momento a esquerda se sentou para discutir, tipo definir, bom, nós vamos ter um espaço menor um pouco do que se discutíssemos em separado, mas vamos manter a unidade*”. Ele diz que, ao invés disso, “[...] *as esquerdas participavam do Fórum e depois negociavam em separado. Aí, conseguia um espaço, ferrava outro*

grupo". Ao concluir sua fala sobre o tema, afirma que "[...] *uma parcela da esquerda se revela muito oportunista nos seus métodos e na sua política*". (DELLA VECHIA, 2008) Eduardo Abreu faz eco a essa afirmação: "*quanto à esquerda partidária, não consigo sinceramente ver muitas diferenças [em relação ao grupo majoritário], porque foi difícil durante o governo afirmar algumas propostas mínimas*". (ABREU, 2008)

Conforme Clóvis Ramos, "[...] *o papel da esquerda no governo foi de manter nichos de poder, de correr atrás da máquina*". (RAMOS, 2008) Ivan Duarte concorda com as avaliações sobre a dispersão da esquerda, mas diferencia a atuação destes grupos durante o governo, afirmando que houve "[...] *três formas de agir nesta questão*". De acordo com o vereador, "[...] *uma parte [da esquerda partidária] aderiu, uma parte fez a crítica e depois aderiu e outra parte ficou isolada, um grupo muito pequeno, sem condições de fazer a crítica*". (DUARTE, 2008)

Porém, para Dione Manetti, a esquerda se dispersou porque "[...] *nós tínhamos diferenças em relação a como tratar os problemas do governo*", apesar de, segundo ele, terem ocorrido tentativas de unificação dos grupos de esquerda em Pelotas. (MANETTI, 2008)

Contrastando com o tom negativo das avaliações sobre o papel da esquerda do PT no governo, Mauro Del Pino cita que foram nas secretarias comandadas por membros deste setor que aconteceram as principais políticas de participação popular da administração. "*Quem conseguiu construir políticas participativas foi a esquerda partidária. As outras secretarias faziam um papel mais burocrático, sem gerar debate*". (DEL PINO, 2008)

3.10 – A Avaliação geral sobre o governo

Por último, vão-se apresentar algumas outras avaliações dos entrevistados sobre as questões referentes às relações políticas estabelecidas pelo governo. Sobre o caráter destas políticas, Jacira Porto avalia que, apesar dos problemas apontados por ela, a Frente Popular governou "[...] *mais para os pequenos que para os grandes*" e afirma ainda que "[...] *não teve, por exemplo, a questão de o governo fazer coisas para um determinado setor, para agradá-lo*". Como exemplo desta

prioridade aos “pequenos”, cita a política da merenda escolar, articulada junto aos pequenos agricultores do município. (PORTO, 2008)

Porém, estas afirmações contrastam com a avaliação de Antônio Soler, que considera que o governo manteve “[...] *a lógica da submissão do poder central ao capital, a lógica eleitoreira de trocar políticas por votos, essa lógica de evitar contrariar interesses para manter as relações de poder como estão*”. Ele vai mais além: “*não se trabalhava pela lógica pública da legalidade, se trabalhava mais pela lógica eleitoral pragmática. Se determinada política fosse contrária a interesses e isso fizesse perder votos, então não se fazia*”. Complementando, o ex-Secretário afirma que a experiência do PT em Pelotas “[...] *foi um governo bem diferente daquele que a gente queria [...] se a gente comparar os planos de governo a gente vai ver que a grande maioria das coisas não foi realizada [...] decepcionou*”. (SOLER, 2008)

Carlos Delevati aponta como uma questão positiva na avaliação final sobre o governo, a ampliação das camadas da sociedade com as quais a gestão estabeleceu contato. Para ele, “[...] *o governo conseguiu transitar por setores da cidade em que eu não acreditava*” (DELEVATI, 2008), enquanto Cecilia Hypolito afirma que “[...] *não conseguimos comprometer a população com o nosso projeto e assim fazer com que ela garantisse a nossa reeleição*”. Cecilia completa: “*as instâncias de participação democrática não se efetivaram e, muitas vezes, a população se sente traída. São coisas que vão acontecendo no meio do caminho, que vão somando e que faz com que a gente não se diferencie dos outros*”. (HYPOLITO, 2008)

Para Clóvis Ramos, a administração do PT em Pelotas foi “*um governo de conciliação, sem lado, sem compromisso com o povo e o povo sabe que quando um governo não tem um lado, ele privilegia os mais ricos*”. No entanto, liga as questões vivenciadas na experiência de governo do PT em Pelotas com o momento político do partido em nível nacional, “[...] *não podemos descolar isso do momento em que vivia o PT, eram momentos em que estava ascendendo uma maioria da Unidade na Luta [corrente majoritária] em nível nacional*”. De acordo com o entrevistado, o reflexo maior deste momento é que “[...] *não se tinha posição política, era ganhar a eleição a qualquer custo. Então, cresceu no PT essa visão pequeno-burguesa, diminuiu o compromisso com a classe trabalhadora [...] Isso não tinha como não ocorrer aqui em Pelotas*”. (RAMOS, 2008)

Antes de encerrar este capítulo, serão apresentadas algumas avaliações feitas pelos entrevistados em relação às políticas administrativas da Prefeitura. Embora não componham a preocupação central deste trabalho, entende-se que é importante salientar a visão de alguns atores deste processo sobre o papel do governo na execução de políticas públicas.

As críticas presentes em muitos depoimentos dos entrevistados podem gerar a impressão de que o governo foi visto como fracassado e incapaz de administrar o município. No entanto, eles não deixaram de evidenciar que, apesar dos problemas – e muitos deles estão sendo largamente explorados pelo trabalho, notadamente aqueles relativos ao relacionamento com o PT –, avaliam positivamente o saldo da experiência de governar Pelotas.

Assim, Cecilia Hypolito afirma ter “[...] *absoluta certeza de que nós fomos o melhor governo que teve na cidade*” (HYPOLITO, 2008), enquanto Clóvis Ramos diz que “[...] *do ponto de vista dos serviços públicos, a cidade melhorou [...] [em] limpeza pública, meio ambiente, cultura, foi bom*”. (RAMOS, 2008) Conforme Mauro Del Pino, “[...] *nós tínhamos uma cidade completamente desestruturada e acredito que nesse quadro tivemos um bom resultado, recuperando-se boa parte dos salários dos funcionários*”. (DEL PINO, 2008) Já de acordo com Dione Manetti, “*o primeiro governo do PT em Pelotas mudou a cara da cidade*”, pois “[...] *tivemos uma política ambiental importante, fizemos um trabalho de reorganização urbana da cidade, melhoramos e qualificamos a saúde de Pelotas [...] várias mudanças também na educação [...] fizemos a regularização da relação com o funcionalismo público*”. (MANETTI, 2008)

Ao passo que Gilmar Pedreira afirma que “[...] *houve, com toda a certeza, um grande avanço no trato da coisa pública. Acho que tivemos alguns avanços significativos na organização da cidade*”. (PEDREIRA, 2008) Para Salvador Martins, “[...] *a nossa experiência em Pelotas foi absolutamente importante para a cidade, a cidade ganhou muito com a nossa administração, do ponto de vista dos regramentos [...] da estruturação administrativa [...] das políticas sociais, etc.*” (MARTINS, 2009)

Porém, estes aspectos positivos não foram capazes de garantir a continuidade do governo. Nas eleições de 2004, ao buscar a reeleição, Marroni (PT/PL/PCdoB) enfrentou no primeiro turno as candidaturas de: Bernardo de Souza (PPS/PP/PTB/PV), Gilberto Cunha (PSDB/PFL), Adriane Rodrigues (PDT), Luiz Eduardo Longaray (PMDB), Mário Filho (PSB) e José Luiz Porto Ferreira

(PMN/PHS/PTdoB). O Prefeito venceu o primeiro turno, ao somar 35,97% dos votos válidos e teve como adversário na etapa decisiva o ex-Prefeito Bernardo de Souza, que obteve 30,11%. No segundo turno, Bernardo recebeu o apoio da maioria dos candidatos derrotados, ultrapassou Marroni e venceu com 52,38% dos votos válidos. (TRE-RS, 2004)

No capítulo seguinte, busca-se analisar mais detidamente os principais aspectos relativos às difíceis relações que se estabeleceram entre o PT e o governo Marroni, assim como elementos vinculados à trajetória do partido como um todo, desenvolvidos especialmente no capítulo inicial.

Capítulo 4

O PT e a institucionalidade em Pelotas: reflexão sobre as relações perigosas

Neste capítulo, serão apresentadas algumas das questões levantadas ao longo dos capítulos anteriores, sendo que se fará o diálogo entre estes pontos, evidenciando-se, também, o entendimento do autor acerca das questões tratadas.¹

4.1 – Os Impasses na trajetória do PT

Apesar dos óbices apresentados por alguns autores, como OLIVEIRA (s/d), GURGEL (1989) e RODRIGUES (1990), que levantam diversas questões pertinentes acerca da propriedade ou não de caracterizar-se o PT como uma “novidade” no cenário político brasileiro, parece correto afirmar que, pelo menos sob alguns ângulos de análise, o seu surgimento foi um acontecimento novo na política brasileira. Longe de menosprezar a luta e a iniciativa de gerações de militantes sociais do país, que fundaram o PCB e várias outras organizações, ao longo da história do movimento operário no Brasil, o Partido dos Trabalhadores representou um novo momento nesta história, seja pelo contexto histórico do final da década de 70 e início da década de 80, seja pelas peculiaridades de sua organização.

Assim, o PT foi gestado no ápice de um processo de industrialização e de urbanização, que deixava suas marcas com a ocupação desordenada do espaço

¹ - Sem dúvida, muitas outras questões contidas nas discussões feitas ao longo do trabalho e igualmente importantes, não estarão presentes. Serão privilegiadas aquelas que se entende como aquelas que têm ligação mais direta com o tema central do trabalho.

das grandes cidades e uma conseqüente procura por novos direitos, como: habitação, transporte e iluminação pública. A isto, soma-se o fato de tais acontecimentos desenrolarem-se sob uma ditadura militar enfraquecida política e economicamente, com dificuldades de conter as diversas lutas e protestos que tomavam conta do país.

Por outro lado, vê-se um partido nascido desta conjunção de atores em luta, capitaneados por sindicalistas que negavam a tradição de atrelamento estatal sobre as entidades e sem uma ideologia comum que unificasse seus membros, que também incluíam militantes da grande maioria das organizações de esquerda do país, fato que fez com que o PT fosse considerado como um exemplo positivo e antagônico à atomização da esquerda europeia.

Durante o processo de formação e de consolidação, o PT defrontou-se com debates internos profundos e que, em vários casos, permearam toda a sua história. Um desses temas foi saber se o partido deveria ter um caráter de massas ou de quadros, debate que perpassou a história da esquerda mundial, principalmente a partir das elaborações de Lênin para a ação dos bolcheviques durante o processo da revolução russa.

A formulação adotada durante o 5º Encontro Nacional (1987) apontava para uma conexão entre as duas alternativas, ao proclamar a necessidade de construir um partido que atingisse as massas e que tivesse como agentes desse processo “quadros organizadores”. Tal formulação mostrava-se bastante adequada para a realidade de um país de extensões continentais e com distintas realidades.

Porém, a história demonstra que o PT apostou decisivamente nas massas e restritamente na formação de seus quadros, uma vez que se jogou com muito mais ímpeto na luta pelo voto para garantir-lhe espaços institucionais cada vez maiores e apostou pouco na política de formação de militantes. Desse modo, à luz do modelo de DUVERGER (1987), não se apresentou como um pleno “partido de massas”.

Apesar das reiteradas resoluções em que, ao longo dos anos, demonstravam preocupação com a política de formação, o que se pode ver é que o partido não teve uma estratégia preferencial de apostar na qualificação de quadros em todo o país. Mesmo que, em algumas gestões, seus secretários de formação tenham adotado planos neste sentido, a preocupação com este tema nunca mereceu uma mobilização do partido, inclusive com a liberação de recursos financeiros apropriados.

Outro elemento importante neste tema é que tais políticas de formação atingiam ínfimas parcelas de seus membros, enquanto que a formação de fato a que os filiados tinham acesso era aquela da militância cotidiana, cada vez mais pautada pela institucionalidade. Assim, pode-se entender que o PT é hoje um partido formado por poucos quadros com grande poder de decisão e por considerável parcela do povo – levando em consideração os baixos índices de filiação partidária no país – que tem cada vez mais a participação limitada à escolha de seus dirigentes. Paradoxalmente, então, aproxima-se do modelo de “partido de quadros”, formulado por DUVERGER (Idem).

Também movimentou os petistas a polêmica em torno dos núcleos de base. Concebido desde os primeiros documentos do PT como a principal ferramenta de organização de seus militantes e tema recorrente dos encontros partidários, entende-se que a adoção deste tipo de organização era a principal inovação do PT, pois demonstrava o comprometimento com a construção desde a base, o que poderia ser um diferencial extremamente significativo para um partido ideologicamente comprometido com a classe trabalhadora.

Entretanto, a decisão da maioria partidária durante os encontros que davam forma ao novo partido, de que os núcleos não teriam poder deliberativo, parece demonstrar um receio com a perda de controle por parte de seus dirigentes. A questão colocada por KECK (1991), de que esta decisão estava ligada ao medo dos sindicalistas de que as tendências organizadas exercessem grande poder por meio dos núcleos, devido a seu poder de organização e de mobilização, deve ser relativizada, uma vez que o grupo majoritário tinha amplo controle sobre o partido em praticamente todo o país e, conforme este foi conquistando espaços institucionais, aumentou este controle, tendo a maioria dos parlamentares nos seus quadros.

Desta forma, pode-se ponderar que este receio não tinha a ver propriamente com a questão das outras correntes, e sim com o temor de que a própria base exercesse um controle indesejável sobre os dirigentes. Logo, não desejavam afirmar um partido com amplo controle das bases militantes.²

Por outro lado, pode-se discutir a ação das correntes da esquerda partidária, que sempre defenderam conjuntamente a proposta de dar aos núcleos um caráter

² - Esta é uma problemática clássica no estudo dos partidos políticos, em especial no que tange às legendas de esquerda, evidenciada por MICHELS (1982).

deliberativo, mas que, de forma geral, não colocaram como centro de sua ação a construção de núcleos nos quais tinham militância organizada.

Para um partido nascido com uma proposta de participação política da sociedade, o exercício democrático dentro da própria organização partidária, apresentou-se como um desafio. Assim, o tema da democracia interna sempre foi motivo de disputas entre as diversas correntes e se acirrou à medida que o partido crescia.

A partir deste crescimento, o avanço na institucionalidade fez com que o poder das instâncias partidárias fosse se deslocando para gabinetes de executivos ou de parlamentares, tornando cada vez mais frequentes os “coletivos” partidários comandados por detentores de mandatos que, assim, tinham um grupo formado para defender seus interesses. Estes “centros paralelos de poder”, como denominados por IASI (2006), atingiram seu ápice com a criação do Instituto da Cidadania entre 1993 e 1994, uma ONG presidida por Lula e que tinha como principal objetivo discutir propostas para o país. No momento em que a esquerda partidária ganhava pela primeira vez o comando nacional do PT, esta proposta não pode ser encarada de outra forma que não seja como uma deliberação de afastar da influência dos membros das tendências de esquerda a elaboração dos programas de governo presidenciais, conforme afirmam AMARAL (2003) e IASI (2006).

Conforme as questões levantadas acima iam se sucedendo, as resoluções do partido apontavam a necessidade de revitalizar e democratizar as estruturas internas, mas a solução apontada era de “abrir o partido para a sociedade”, ao invés de apontar soluções para combater a proliferação destes centros paralelos e de afirmar as instâncias partidárias como canal legítimo para a tomada de decisões.

Ainda sobre o tema da democracia interna, uma política relevante adotada pelo PT era a contribuição financeira dos filiados para a manutenção do partido. Todo filiado tinha a obrigação de ajudar a sustentar a agremiação e a direção nacional indicava que esta contribuição fosse de 1% do salário recebido pelo filiado, e aqueles que não tivessem como contribuir deviam solicitar isenção à direção de seu município, que se manifestava individualmente sobre estas solicitações.

No entanto, a obtenção de outras fontes de arrecadação (como a contribuição de parlamentares e de seus assessores, mandatários executivos, detentores de cargos de comissão e dirigentes partidários), aliado ao fato de que, cada vez mais, o PT apostava em filiações junto às massas desorganizadas, fez com que esta política

de contribuições fosse radicalmente modificada. Desta forma, a contribuição passou a ser feita sob a forma de anuidade, com valores bem mais baixos do que os fixados anteriormente e, apesar de terem sido criadas três faixas de contribuição, o que se popularizou no partido nos últimos encontros realizados foi a contribuição indiscriminada de R\$ 5,00 de anuidade – a faixa mais baixa – para a grande maioria dos filiados.

Em relação ao controvertido tema da participação das tendências no PT, vê-se que o debate que percorre a trajetória do partido é marcado, em um primeiro momento, pela desconfiança dos setores majoritários quanto à integração destes grupos. Depois, com a consolidação da organização do partido tendo passado principalmente pelas tendências políticas – inclusive com a transformação oficial do grupo majoritário em uma – o partido, ou, como prefere LACERDA (2002), a Articulação, regrou o funcionamento dessas correntes, exigiu uma série de requisitos políticos e administrativos para que elas fossem reconhecidas pelo PT.

Estas iniciativas, postas em prática a partir do 5º Encontro Nacional (1987) e complementadas pelo Diretório Nacional em 1990, deram o aval para que a maioria partidária enquadrasse os grupos adversários e tivesse sustentação administrativa para a decisão política de excluir os grupos Causa Operária e Convergência Socialista, este participante desde as primeiras reuniões pró-PT e detentor de mais ou menos 10% dos delegados aos encontros nacionais do partido.

Quanto à posição reticente em relação à participação das tendências no início do PT por parte de seus setores majoritários, é bastante provável que, realmente, boa parte dos sindicalistas e das lideranças populares, que há pouco tempo tinham iniciado sua militância política e possuíam pouca familiaridade com o tema, tivessem certo receio quanto à esta aproximação, inclusive pelo motivo de o país estar em uma ditadura militar. Porém, uma não desprezível parcela de lideranças do partido, influentes nas discussões internas, era formada por pessoas que tinham um passado de militância em grupos clandestinos, como AP, POLOP, ALN e outras.

Assim, o que parece estar por trás de boa parte desta “desconfiança” era um pensamento hegemônico e pouco propenso a maiores disputas. Como sintoma disto, vê-se que o setor majoritário teve dificuldades em assumir-se como tendência partidária, pois, durante certo tempo, utilizou o discurso de que representava o PT “genuíno”, nas palavras de SILVA (s/d).

Outro ponto extremamente debatido e polêmico no PT versou sobre o tipo de sociedade a ser construída, pois, se os seus primeiros documentos proclamavam a oposição à sociedade capitalista e afirmavam a defesa do poder aos trabalhadores, o que seria construído em seu lugar era bastante difuso. A imprecisão persistia mesmo quando a defesa do socialismo foi adotada em seus documentos, pois esta era utilizada sem maiores adjetivações e quase sempre acompanhada pela exaustiva afirmação de que o socialismo do PT seria obra do próprio povo, e não a cópia de outros países ou a “receita” de algum teórico, como Lula afirmou no discurso à 1ª Convenção Nacional (1981).

Porém, como sustenta IASI (2006), se, nas resoluções dos primeiros documentos, o PT vinculava a esta proposta de socialismo medidas de caráter radical e que levavam ao controle estatal e popular sobre setores estratégicos, o 7º Encontro Nacional e o 1º Congresso – realizados em 1990 e 1991, respectivamente – mudaram radicalmente este rumo e o socialismo petista passou a ser apenas uma “marca”, sem conexão com as propostas políticas do partido, como constata AMARAL (2003), em relação ao programa da campanha de Lula em 1998.

Como centro desta mudança, pode-se apontar a crise do socialismo real e as bruscas modificações estruturais no Brasil, que atingiram com força o movimento sindical e todo o movimento de esquerda brasileiro. Assim, a crise e a desintegração dos regimes do Leste Europeu levaram a que o PT, assim como grande parte da esquerda mundial, vissem no projeto socialista o responsável pelo autoritarismo que caracterizou aquelas experiências. Então, o PT negava o “autoritarismo socialista” para abraçar a democracia capitalista – mesmo que recheada de discursos e afirmações de comprometimento com a construção de uma nova sociedade – e comprometer-se com a manutenção das regras do mercado e das instituições do capitalismo, e com a defesa da alternância de poder.

Na sequência, serão apresentadas algumas considerações acerca da inserção do PT na arena institucional. Como destacado, nos primeiros anos, o PT apresentava um forte discurso de negação da institucionalidade como palco para resolver os problemas da classe trabalhadora. A participação em eleições estava fortemente vinculada à estratégia de apresentar o partido à população e de eleger parlamentares que teriam funções muito mais de denúncia e de auxílio à mobilização, e não a de solucionar problemas por meio da ação legislativa propriamente dita. No entanto, os primeiros documentos falem também em

apresentação de propostas pontuais para alcançar objetivos dos trabalhadores, como: aumentos salariais, legislação sobre greves e demais direitos trabalhistas.

Entretanto, pode-se afirmar que o PT nunca teve uma visão anti-institucional, de negação da participação no jogo político, uma vez que desde a “Tese de Santo André-Lins” era dito que o partido iria participar de eleições para apresentar sua visão. O que era negado era a institucionalidade como um fim em si, ao passo que era afirmada a participação institucional como acessória ao objetivo central, a organização do povo para a prática da democracia direta.

A utilização da democracia direta aparece, principalmente, como uma meta geral, que servia mais para a propaganda do partido e pouco para o acúmulo com vistas a ser realmente aplicada, quando o PT assumisse postos executivos. Defende-se aqui a ideia de que este rechaço à institucionalidade e a proposta de participação institucional atrelada à organização popular não foi – como denunciam os documentos oficiais do partido – trabalhado profundamente pelo PT. Assim, os primeiros passos na participação institucional já serviram para balançar as convicções petistas.

Em relação às representações parlamentares, o primeiro grande teste aconteceu, em 1985, quando a legenda tinha apenas oito parlamentares. Destes, três saíram do PT por não concordarem com o boicote à eleição no Colégio Eleitoral. A partir dali, muitos foram os confrontos entre parlamentares e o partido, que podem ser divididos entre aqueles que se davam a partir de divergências em relação a propostas políticas e aqueles relativos à tentativa de os parlamentares de se desamarrarem do controle partidário sobre seus mandatos, exercendo uma pressão permanente sobre o partido. Entre as questões referentes a este segundo ponto, podem-se citar os conflitos em relação às contribuições financeiras dos parlamentares, que eram tabeladas pelo partido e que foram responsáveis por vários momentos de tensão.

Sobre as resoluções do PT quanto às relações com os parlamentares, elas nunca abandonaram o discurso de controle sobre suas ações, mesmo que fossem cada vez mais apenas intenções, longe da “vida real”. Isso porque vê-se atitudes que denotam grande dose de autonomia dos parlamentares em relação ao partido, ainda que a bancada petista mantenha alto índice de fidelidade às indicações partidárias, como enfatiza LEAL (2005).

No entanto, a “evolução” em relação a alguns temas demonstra a mudança nestas relações em prol da autonomia dos parlamentares, como a escolha dos líderes partidários das bancadas. Se, em um primeiro momento, as resoluções afirmavam que os líderes deveriam ser escolhidos em conjunto pela bancada e a executiva partidária correspondente, logo depois, esta afirmação viria acompanhada do adendo de que a “palavra final” seria da bancada, para, finalmente afirmar que a decisão da bancada deveria ser “informada” ao partido.

Quanto às administrações conquistadas pelo PT, alguns casos emblemáticos foram destacados no capítulo 1 deste trabalho. E, embora uma grande variedade de problemas tenha acontecido, entende-se que a questão central gira em torno da definição sobre a quem cabia a iniciativa e o controle das ações dos governos.

A primeira administração realizada pelo partido, em Diadema (SP), a partir de 1983, foi um indicativo importante sobre esta batalha, como ressalva KECK (1991). Naquela experiência, duas questões devem ser destacadas: a luta entre o Diretório Municipal e o Prefeito, e a fragilidade das concepções participativas do partido, quando defrontadas com a realidade. A questão inicial foi resolvida administrativamente, com a imposição da força da máquina da Prefeitura, que culminou com a vitória do Prefeito no Encontro Municipal do partido, em 1984. Já em relação à segunda, tal fragilidade fica patente ante a incapacidade do partido e da administração em construir uma proposta que pudesse fazer frente ao predomínio das forças tradicionais nas associações de bairro do município.

Assim, os enfrentamentos entre o PT e suas administrações tiveram vários rounds, sendo que alguns deles levaram à saída ou à expulsão dos governantes, como em Vitória (ES) e em Fortaleza (CE). A demonstrar a preocupação do partido com estes acontecimentos, e em como eles interferiam nas suas pretensões de apresentar-se como alternativa de governo, várias resoluções partidárias apontam para as questões referentes às administrações, e indicam o deslocamento do eixo central do PT, que passa a ser cada vez mais a obtenção de fatias de poder institucional.

No 7º Encontro Nacional (1990), refletindo o enorme avanço conseguido nas eleições municipais de 1988, pode-se ver a afirmação de que “linhas políticas distintas” daquelas indicadas pelas resoluções partidárias estavam sendo implantadas em algumas dessas administrações, enquanto o 10º Encontro (1995)

reclama uma maior abertura dos governos do PT à participação e ao controle popular.

Ao afirmar ter como principal objetivo a discussão, a elaboração e o acompanhamento das ações dos seus diversos governos, o PT lançou, a partir do início dos anos 90, o “Modo petista de governar”, mas que serviu apenas como divulgador de propostas administrativas adotadas pelas diversas prefeituras petistas, uma vez que o PT não estabeleceu políticas de controle sobre as ações destes governos.

Por fim, o 13º Encontro (2006) realizou uma autocrítica quanto à priorização do governo Lula à governabilidade por meio do jogo de apoios no Congresso e afirma que esta política deve ser combinada com o “apoio da esquerda e dos movimentos sociais”, chamando a uma prática política que, àquela altura, já estava bastante distanciada do PT.

No percurso institucional do PT, a questão das alianças foi outro tema bastante polêmico no debate interno. A negativa do partido em realizar coligações nas eleições de 1982 indicava o momento de sua afirmação enquanto proposta partidária, nas primeiras eleições das quais participava. Porém, as resoluções do 2º Encontro Nacional (1982) deixavam claro que esta decisão não era uma questão de princípio para o partido. Então, a partir de 1985, o PT passou a debater em sua estratégia eleitoral as relações com outros partidos e o 4º Encontro Nacional (1986) afirmava a necessidade de superar o “receio” em relação à formação de alianças, estabelecendo sua realização no campo da esquerda.

Durante boa parte de sua história, o PT apontava esta demarcação em suas resoluções e estabelecia quais os partidos que fariam parte do campo de esquerda. As alianças com partidos como PMDB e PSDB foram reiteradas vezes negadas. Porém, a “vida real” corria em linha oposta às resoluções e tensionava permanentemente o partido, pois, desde o primeiro momento – inclusive em 1982 – existiram propostas para o alargamento do campo de alianças. Tornou-se prática, então, a apresentação de recursos às instâncias diretivas, feitos separadamente por municípios e estados, no sentido de permitir a realização de alianças fora do campo estabelecido. Como observa IASI (2006), cada vez mais esta política foi utilizada, servindo para pressionar o partido a afrouxar suas deliberações. Como mostra o trabalho de MIGUEL e MACHADO (2007), estas “exceções” foram se tornando regra, pois o PSDB, que sempre foi negado como parceiro – primeiro por questões

ideológicas, depois em razão da disputa com o governo de FHC – foi admitido em centenas de municípios, e o PMDB, que se localizava entre aqueles que deveriam ser discutidos “caso a caso”, foi parceiro em um terço dos municípios, em 2004.

A partir destas questões, entende-se que a discussão sobre as alianças eleitorais no PT migrou do debate ideológico para o administrativo, transformando a obtenção de melhores condições políticas para governar na questão central deste debate, sendo que as políticas estabelecidas pelo governo Lula ultrapassaram as últimas barreiras que ainda persistiam nesta questão.

Outro debate revelador em relação ao avanço do PT no caminho inverso àquele que trilhou em seus primeiros anos é a questão do marketing eleitoral. Como se viu, OLIVEIRA (s/d) apresentava, no final da década de 80, uma forte crítica ao que chamou de “padrão Globo” de campanha eleitoral, que diluía as propostas políticas em programas leves e bem humorados. Todavia, este tipo de programa virou uma “marca” do partido e ajudou muito para a aceitação das propostas petistas entre o eleitorado, como por exemplo, a “Rede Povo”, criada em 1989.

O grande problema que se vê aqui é que, na medida em que o PT foi modificando suas políticas e sua postura ideológica, estes programas refletiram tal mudança de maneira incisiva, transformando-se, em muitos casos, em uma sequência de cenas engraçadas, sem qualquer conteúdo político e ideológico.

Um elemento central neste processo é a dimensão que tomaram as campanhas políticas em nível mundial, transformadas em grandes shows, onde o conteúdo deu lugar à forma. Este fenômeno, denominado por RIBEIRO (2004) como “padrão americano” de fazer política, aposta no lado emocional dos eleitores. Este processo teve terreno livre para prosperar, a partir do momento em que o “campo socialista” desintegrou-se e a ideologia cedeu lugar à competência administrativa. Desta forma, eleger um prefeito, governador ou presidente tornou-se cada vez mais parecido com escolher um gerente para administrar políticas que já estavam estabelecidas pelo *status quo*.

O PT não fugiu a esta regra e entrou na guerra mercadológica, como demonstram de forma contundente as resoluções do 13º Encontro Nacional (2006), inclusive ao citar cifras gastas com a contratação de artistas de apelo popular, que se tornaram as grandes atrações dos antigos comícios, agora rebatizados de showmícios.

Todavia, é importante diferenciar a questão da utilização profissional de métodos de comunicação e de marketing desta padronização mercadológica. Como afirma RIBEIRO (Idem), o PT, em suas primeiras campanhas, utilizava basicamente o trabalho de militantes na produção de programas para o HGPE e, depois, passou a utilizar-se de equipes profissionais. Entende-se que existe uma grande diferença entre, por um lado, contar com profissionais para realizar um trabalho coordenado politicamente por dirigentes partidários e que irão comunicar a mensagem do partido e, por outro, utilizar o marketing como fim em si, o que implica delegar a “marqueteiros” sem compromissos políticos o poder de passar à população a mensagem em nome do partido, que é o que mais acontece nos dias de hoje.

No entanto, esse caminho parece ter sido inevitável ao PT, diante dos rumos tomados pelo partido, orientados basicamente pela disputa eleitoral e pelo pragmatismo cada vez maior nessa disputa, que impedia qualquer tipo de postura que pudesse ameaçar seu sucesso eleitoral.

Neste debate sobre as transformações do PT, um elemento revelador é quem faz as campanhas. O partido iniciou sua história a proclamar a importância da militância partidária e, em seu 2º Encontro Nacional (1982), afirmava “combater” o cabo eleitoral. Então chamava para seus militantes a tarefa de levar às ruas a mensagem. No entanto, também aí as pressões iniciaram cedo e, principalmente em grandes centros, como São Paulo, alguns candidatos utilizaram-se de métodos tradicionais de campanha e passaram a contratar pessoas.

De modo geral, desde as primeiras campanhas, houve a utilização de militantes que estavam desempregados e que, comprometidos com o projeto partidário, recebiam uma contribuição para manterem-se. Entretanto, com o crescimento do partido e a necessidade de ter mais pessoas liberadas para as campanhas, este círculo aumentou e transformou-se, também, a forma de se relacionar com estas pessoas. Agora, muitas recebiam salários e não eram mais vistos como militantes a contribuir para a construção de uma proposta política, e sim funcionários com responsabilidades e metas a serem cumpridas.

Deste tipo de procedimento, migrou-se rapidamente para a generalização das campanhas pagas e para a contratação de “profissionais” de campanha, que poderiam não ter nenhum vínculo partidário. Logo, os “abanadores de bandeira” foram substituindo os militantes e este foi um dos fatos que contribuíram para grandes confrontos no partido.

Em Pelotas, até as eleições do ano 2000, o partido ainda não havia se utilizado deste expediente, pelo menos de forma ostensiva. Até então, alguns candidatos a cargos proporcionais tinham se servido de trabalho pago para certas tarefas, de preferências as menos visíveis, enquanto o trabalho de corpo-a-corpo era feito pela militância. Por isso, foi muito criticada no PT a iniciativa da coordenação de campanha de Marroni, de contratar um grande número de pessoas não militantes do partido, no dia de votação do 2º turno das eleições, para “fazer visual de campanha” junto aos locais de votação. As críticas ocorreram, inclusive, em plenárias e reuniões do Diretório, quando muitos militantes afirmaram que não mais fariam campanha de rua. Porém, a partir desse momento, a prática de utilização de cabos eleitorais tornou-se comum em Pelotas.

Ainda sobre a questão da integração do PT à institucionalidade, um fator bastante determinante para as mudanças em seu perfil foi a profissionalização de quadros, seja nos gabinetes de parlamentares e de ocupantes de postos executivos, seja no partido. Este fato provocou uma profunda transformação nas formas de definição das políticas partidárias, uma vez que os centros de decisão foram cada vez mais deslocados dos militantes “comuns” para estes círculos, conforme evidenciam LEAL (2005) e IASI (2006).

Uma amostra do peso que os profissionalizados passaram a ter no PT pode ser vista com a pesquisa realizada por CESAR (2002), e que, entre outros dados importantes e que foram destacados no capítulo 1, demonstra como, em 1991, o total de militantes participantes do 1º Congresso e que ocupavam algum posto no estado ou na estrutura partidária era de 28,8%. No 11º Encontro Nacional, em 1997, este total atingia 60% dos delegados. Esta conquista de postos institucionais fez, também, com que a média salarial dos profissionalizados aumentasse significativamente e se distanciasse da média salarial da base de filiados do partido e da população brasileira.

4.2 – As Ambiguidades do PT em Pelotas

Viu-se que, em Pelotas, o partido teve, em seu início, uma presença majoritária dos setores de esquerda, minoritários em nível nacional. Este fato trouxe características que determinaram a trajetória do PT no município e a forma como ele

se posicionou nos debates que marcaram a história partidária. Desta forma, entende-se que tal conformação fez com que o PT de Pelotas tenha tido conflitos intensos em relação a temas referentes à ética e ao desenvolvimento institucional do partido, como demonstram a crise envolvendo a chapa ao Diretório Municipal apoiada pelo vereador Milton Martins, no Encontro Municipal de 1997, e as reações à introdução de pagamento de cabos eleitorais nas campanhas partidárias.

Outro exemplo refere-se à insistência do PT pelotense no controle sobre as filiações ao partido, mantendo a prática da realização de “plenárias de novos filiados”, quando já deixara de ser uma prática do conjunto do PT, embora o Estatuto, aprovado em 2001, e ainda hoje em vigor, preveja estas plenárias.

A partir da metade dos anos 80, a disputa entre as forças majoritárias em escala nacional e a esquerda petista equilibrou-se em Pelotas, principalmente a partir da organização mais sólida da Articulação e do giro realizado pelo PRC, que levou à construção da Nova Esquerda. Neste quadro, os conflitos internos aumentaram e, com eles, as pressões para que o PT pelotense atenuasse as características citadas no tópico acima.

Em 1999, os encontros do PT foram realizados com várias mudanças em suas regras, sendo as principais delas o voto em urna, sem a exigência de realização de debates, e a votação em separado para presidente, que antes era vinculada à eleição das chapas dos diretórios. Apesar da não obrigatoriedade do debate, em Pelotas, os setores da esquerda do partido exigiram a sua realização. Porém, os debates só foram abertos próximo ao meio-dia, devido ao grande número de pessoas que se aglomeravam nas filas para votar, desde antes das 9h, horário previsto para o início do Encontro, que marcou a vitória dos setores majoritários do PT nacional, com a eleição de um membro da Nova Esquerda para a presidência, tendo Milton Martins como vice – e que algum tempo depois assumiria como presidente, devido ao afastamento do titular.

Sobre este Encontro, vale ainda destacar três questões. A primeira é que o número de votos brancos e nulos para o Diretório foi bastante superior à votação para presidente, o que indica que muitas pessoas foram com a pretensão (ou a incumbência) de votar no candidato à presidente, sem importar-se com os demais cargos. A segunda é que um dirigente partidário afirmou que um serviço de mototáxis foi contratado para transportar filiados. (BORGES JÚNIOR, 2007) Por fim, os debates realizados durante o Encontro tiveram pouquíssima participação de

filiados e a esquerda partidária tinha maioria durante todo o período que duraram esses debates, aprovando todas as propostas que colocou em plenário.

Dentre os conflitos vivenciados pelo PT em Pelotas, afirma-se que aquele ocorrido no Encontro Municipal de 1997, envolvendo o vereador Milton Martins, foi o mais tenso, devido à gravidade das denúncias e aos desdobramentos que teve, com a interferência da direção estadual do partido. Quanto ao tema, serão feitas quatro observações.

A primeira delas diz respeito às denúncias feitas, já detalhadas no capítulo 2: a análise da documentação referente ao processo, juntada pela Comissão de Sindicância, indica que, em nenhum momento, os dois núcleos conseguiram comprovar o funcionamento regular e nem que, alguma vez, tenham reunido aquele número de pessoas. Reforçam esta perspectiva os depoimentos de membros daquela chapa e a entrevista de Paulo Oppa, fornecida para este trabalho.

A segunda questão a ser abordada é em relação às características das práticas políticas do vereador Milton Martins na sua trajetória partidária. Como afirmado no segundo capítulo, o vereador tem uma trajetória ligada às comunidades católicas, principalmente da Zona Norte da cidade, e sempre pautou sua atuação no PT no intuito de reforçar os vínculos com os setores pobres da sociedade. Entretanto, isto sempre foi feito ao declarar-se como o único representante destas camadas no partido em Pelotas, adjetivando aos outros setores como “os do centro” e que “não colocam o pé no barro”, como mostram vários discursos realizados em reuniões partidárias. Neste confronto, o vereador utilizou-se fartamente deste expediente para dizer que estava sendo vítima de preconceito, devido às origens dos seus apoiadores, que não teriam dinheiro para contribuir na campanha financeira do partido, realizada naquele momento para pagar as dívidas da campanha eleitoral de 1996.

A outra questão refere-se à mudança de posição da Nova Esquerda, corrente de Marroni. A posição inicial de apoio às investigações do partido e de substituição de Milton da liderança da bancada na Câmara Municipal pode ser atribuída ao fato de o então futuro Prefeito pertencer à Executiva do Diretório Municipal e, em virtude de ter acompanhado todo o desenrolar do processo, não ter condições políticas de contrapor-se às questões colocadas. Além disso, o tesoureiro do partido também era membro da corrente e foi ele que informou a direção partidária sobre as supostas irregularidades, ainda durante a realização do Encontro.

Entende-se que esta mudança deveu-se à intervenção de dirigentes estaduais, ligados ao campo majoritário, para recompor as relações entre os dois grupos e ao papel desempenhado por Salvador Martins, que foi indicado pela Nova Esquerda para a Comissão, quando esta já estava formada, o que obrigou o grupo a substituir um dos membros indicados anteriormente. Isto parece ficar comprovado, a partir do fato de que foi Salvador quem fez o relatório final da Comissão, sem ter sido para isso designado.

A quarta questão diz respeito ao comportamento do PT no caso, primeiro de todos os setores – excetuando-se, é claro, o PT Amplo e Democrático, a que pertencia Milton Martins – e, depois, da esquerda partidária. O comportamento adotado foi o de encaminhar a situação do ponto de vista ideológico e ético, e não aceitar fazer concessões, o que obrigou à intervenção da direção estadual partidária.

Sobre a indicação de Marroni como candidato a Prefeito em 1996, quando era primeiro suplente de vereador e pouco conhecido publicamente, além de estar vinculado ao campo até então minoritário em Pelotas, viu-se que ela aconteceu em um período classificado por Renato Della Vechia como de “crise das correntes” do PT no município, uma vez que havia uma desestruturação geral dessas organizações. Especificamente em relação à Nova Esquerda, destaca-se que esta tendência havia entrado em crise a partir de 1992, com a não eleição de nenhum de seus dois candidatos a vereador naquele pleito – Marroni e Carlos Todeschini – e que estava praticamente sem atuação no partido naquele momento.

Embora as entrevistas realizadas não tenham confirmado, é possível que, durante algum tempo, o grupo estivesse preparando seu retorno, prevendo, pelo menos, a indicação de um candidato a vereador, para ajudar na recomposição da tendência. Porém, com a retirada de todos os demais nomes inscritos para a prévia partidária, vê-se que a corrente aproveitou a oportunidade, manteve o nome de Marroni e buscou as condições para fazer a campanha.

Por outro lado, a esquerda partidária, também envolvida em séria crise, não conseguiu construir as condições possíveis para ter uma candidatura às prévias. O principal problema parece ser a cisão ocorrida na Democracia Socialista, que praticamente deixou de existir por um período na cidade, uma vez que Cecilia Hypolito retirou-se da corrente e, junto com outros militantes, passou a formar o grupo Manifesto, enquanto outros conformaram o Coletivo Socialista.

Entende-se que as discordâncias entre os dois grupos foram as principais responsáveis pela não manutenção de nenhuma das pré-candidaturas lançadas pelas correntes de esquerda ao processo de prévias. Entretanto, a esquerda parecia não acreditar na possibilidade de sucesso eleitoral de Marroni, levando em conta os problemas estruturais internos vivenciados naquela época.

Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que o PT vinha em um processo de crescimento eleitoral desde as primeiras eleições que disputou e havia, em 1992, obtido mais de 15% dos votos e se transformado em alternativa aos partidos tradicionais do município (PDS, PMDB e PDT). Este fator, somado ao crescimento do partido no estado, principalmente devido ao sucesso na Prefeitura de Porto Alegre, ajudou para o resultado obtido naquela oportunidade, quando chegou ao segundo turno e perdeu por pequena margem de votos.

Concorda-se com as análises dos entrevistados que destacam este como o momento central na perda da hegemonia das tendências de esquerda do PT em Pelotas, uma vez que o processo permitiu ao grupo de Marroni organizar a atuação no partido e consolidar a influência no Diretório Municipal.

Desta forma, o PT chegou às eleições de 2000 fortalecido, tanto interna como externamente. Devido aos resultados das últimas eleições, credenciou-se como alternativa de governo e as correntes internas estavam, agora, muito mais articuladas. Neste quadro, o candidato à Prefeito foi decidido através de prévias, ocasião em que Marroni, então deputado federal, venceu Cecilia Hypolito e Ivan Duarte, ainda no primeiro turno. Esta vitória consolidou a hegemonia dos setores ligados ao campo majoritário nacional, tendo Marroni como sua principal figura pública e o vereador Milton Martins como força acessória fundamental para esta hegemonia, em razão da grande quantidade de votos que tem no partido.

A campanha realizada por Marroni nas prévias serviu para consolidar também o “novo” modo de fazer política no PT, mais adequado à média geral dos filiados já naquele momento e à forma como ele relacionava-se com esta base. Assim, o argumento central de Marroni para convencer os filiados de que ele deveria ser o candidato era uma pesquisa que o apontava como o mais conhecido pela população, dentre os três pré-candidatos que disputavam as prévias.

4.3 – O Governo Marroni

A partir de agora, serão feitas considerações relacionadas ao capítulo 3 do trabalho, sobre o governo Marroni e suas relações com o Partido dos Trabalhadores de Pelotas. A primeira questão é a forma adotada para a composição dos secretários de governo. Viu-se que os partidos coligados apresentaram suas propostas diretamente ao Prefeito eleito e que os secretários indicados pelo PT foram discutidos pelo Fórum de Tendências, composto por um representante de cada uma das correntes organizadas no partido em Pelotas.

A adoção deste tipo de instância é uma prática comum no PT e tem como objetivo principal procurar garantir um acordo mínimo que permita iniciar a gestão com o máximo de unidade possível. Esta prática pode ser vista também como uma estratégia do comando partidário para proteger os eleitos e o partido das pressões que acontecem nestes períodos, seja de militantes, seja de movimentos organizados. Outro aspecto neste processo é que ele valoriza as tendências internas do partido, que, conforme a forma com que atuam, podem aumentar sua base de influência, ao contatar pessoas e movimentos interessados em apresentar sugestões aos governos e servir como interlocutores durante o período de indicações de nomes.

Entende-se, portanto, que este processo é legítimo. Logo, o que interessa é a forma como ele foi conduzido e como se estabeleceram as relações entre seus participantes, se houve espaço para convencimentos ou se os resultados já estavam definidos de antemão. As informações referentes à experiência local indicam que, em Pelotas, o processo partiu de uma base já praticamente definida, com pouco espaço para discussão, uma vez que não apontam, em nenhum momento, que as vontades do Prefeito eleito tenham sido contrariadas durante a discussão.

Aponta-se para o fato de que Marroni tinha estabelecido um perfil de equipe e nomes para preenchê-lo e que seu projeto tinha pouco espaço para concessões, principalmente nos postos-chave do governo, com o intuito de ter o controle sobre o essencial da administração, como apontam alguns entrevistados, como Renato Della Vechia, Ivan Duarte e Jacira Porto.

Para corroborar esta idéia, observa-se, também, que esforços foram feitos para manter afastados da equipe de secretários aqueles elementos históricos do partido, ligados a tendências da esquerda e que poderiam estabelecer, no futuro

governo, um processo de disputas em torno das políticas a serem implantadas. Deste modo, tem-se que o objetivo do grupo mais ligado ao Prefeito eleito era o de demarcar uma clara divisão entre partido e governo, demonstrando que este não trabalhava com a hipótese de ser pautado por aquele.

A composição final do secretariado do governo Marroni apontava para um perfil marcado por pessoas, em sua maioria, não comprometidas com o debate partidário. Para justificar esta posição foi adotado o discurso do critério técnico para compor a equipe. Faz-se uma ressalva: se faz sentido que as pessoas indicadas para as secretarias tenham algum conhecimento sobre a área em que irão atuar, faz sentido também afirmar que os secretários têm uma função eminentemente política e devem ter respaldo perante a sociedade e, ainda, que uma das tarefas deles é coordenar as diferentes áreas da pasta.

Chama a atenção, no debate apresentado no trabalho, a polêmica em torno do conteúdo das relações estabelecidas pelo secretariado, pois alguns ex-secretários afirmam que esta instância não realizava as discussões de cunho mais políticos e de fundo da administração, limitando-se à discussão dos temas técnicos relativos às políticas de cada área. Entretanto, outros apontam para a realização de debates amplos, em que as questões centrais do governo eram debatidas por eles. Na mesma medida, afirmam que não havia grandes divergências entre eles nestes debates, o que parece estranho, ao tratar-se de um partido político forjado no debate entre as diversas correntes políticas.

Surgem, então, algumas possibilidades: de fato, estas grandes discussões não tinham espaço no secretariado ou os secretários, mesmo com esta abertura, optavam por não estabelecer o debate, ressaltando-se a questão já aventada acima, de que estes secretários tinham pouca ligação com o debate partidário.

Um dos pontos mais polêmicos nos confrontos entre o partido e o governo foi a reforma do secretariado, ocorrida entre o final do segundo e o início do terceiro ano de gestão (2002 e 2003). Em relação ao caráter desta reforma, se ela foi “essencialmente” administrativa, como afirma Salvador Martins, ou política, conforme vários outros entrevistados, o mais provável é que ela realmente tenha elementos dos dois componentes. Aliás, o que é perfeitamente normal em uma gestão de governo, como assinala Miriam Marroni, tendo como objetivos “azeitar” a máquina onde administrativamente um governo não está bem e também recompor internamente com os grupos internos.

Porém, a questão é saber com quais objetivos esta reforma foi feita e se este processo foi fruto de um acúmulo dos principais agentes que sustentavam a administração ou se, pelo contrário, de ações isoladas do setor que tinha o poder administrativo. No caso da reforma levada a efeito pelo governo Marroni, vê-se que ela segue o rumo das ações tomadas desde o início do governo: a decisão passou apenas pelo então Prefeito e pelos membros de seu suposto “Centro de Governo” (Salvador Martins e Marcos Bósio).

Tal afirmação pode ser apreciada, ao serem analisados os documentos preparatórios ao Seminário de Avaliação do Governo, realizado pelo Diretório Municipal do PT, em dezembro de 2002, apresentados por quatro tendências internas, assim como o documento oficial do Diretório, aprovado ao final do evento. Neles, manifesta-se a divergência do partido em relação ao governo no que tange ao espaço de participação do PT e as políticas que ele vinha realizando.

Dois exemplos mais emblemáticos da distância entre as perspectivas do governo e do partidos: o Orçamento Participativo e a SEURB. Enquanto o primeiro teve seu modo de funcionamento e a equipe coordenadora criticados, a Secretaria de Planejamento Urbano não é citada em nenhum dos documentos apresentados. No entanto, o OP não sofreu alterações, ao passo que o comando da SEURB foi modificado pelo governo. Esta modificação foi, sem dúvida, o aspecto mais polêmico da reforma, uma vez que atingiu um espaço comandado por um militante da Democracia Socialista, que era o grupo mais crítico ao governo.

Sobre esta modificação, o que parece mais claro, a partir da análise dos fatos e das entrevistas dos atores envolvidos, é que a demissão de Antônio Soler foi, mais do que uma retaliação à DS – como também parece ter acontecido –, uma resposta ao setor da construção civil, via SINDUSCON, que demonstrava contrariedade aos ritos estabelecidos pela gestão da Secretaria.

Para sustentar esta afirmação, utiliza-se principalmente as declarações de Salvador Martins e Marcos Bósio. O primeiro, quando diz que “[...] *nós não conseguimos dar uma resposta a um segmento social importante da cidade que demandava da Prefeitura a aprovação de projetos*” (MARTINS, 2008), e o segundo, quando afirma que “[...] *quando assumiu o novo secretário, eu disse ‘resolve a questão dos alvarás’ e ele resolveu, não sei o que fez*” (BÓSIO, 2008). Chama atenção a afirmação do ex-Secretário Bósio, um dos membros centrais do governo, de que não sabe o que foi feito em termos específicos, mas que isso não importava,

desde que o objetivo maior fosse atingido. Nesse sentido, parece que o que deveria ser feito, e o foi, era atender ao setor empresarial da construção civil.

Em relação ao Orçamento Participativo, as evidências apontam para um processo deliberadamente centralizado, em que a preocupação era o controle de todas as etapas por parte da Prefeitura, como demonstram os depoimentos dados neste trabalho e as observações feitas em reuniões e assembléias do OP. (BORGES JÚNIOR, 2007) Este fato demonstra a utilização da “marca” OP – consagrada principalmente pelo governo do PT em Porto Alegre –, tendo como principal objetivo dar uma aparência de participação popular ao governo, e não um processo que estimulasse, de fato, a organização popular e que servisse como germe para a adoção de princípios de democracia direta no município.

Assim, entende-se que podem ter razão aqueles entrevistados que ressaltam uma frustração da população com estes acontecimentos, uma vez que existia uma expectativa quanto à gestão do partido na cidade, alimentada pela propaganda eleitoral, ao prometer um governo participativo na cidade.

Por último, em relação à comparação que Salvador Martins faz entre a gestão da Frente Popular e o atual governo, no que tange à participação popular, parece não haver possibilidades de comparação, uma vez que o governo de Fetter Júnior (PP) nunca apresentou a participação popular nas decisões de governo como bandeira.

Referente à relação com os movimentos sociais, viu-se que houve processos bastante tumultuados, que confrontaram militantes petistas, e mesmo o Diretório e a Executiva do partido, com o governo. Com o SIMP, os conflitos foram permanentes, e, para além dos momentos de reposição salarial, o episódio do corte de vantagens de aproximadamente mil funcionários talvez tenha sido o momento mais tenso. O que parece mais certo nesta questão é que foram mantidos os processos tradicionais de enfrentamento ao serviço público, sem que tenha sido estabelecida uma proposta diferenciada de relações entre Prefeitura e servidores municipais. Inclusive, repetiu-se a opinião tradicional em relação aos movimentos reivindicatórios de uma categoria, como se pode ver na afirmação de Marcos Bósio, para quem o ato de fazer greve demonstra a atitude dos municipais de “sabotar” o governo, além de ser uma prática de pessoas que “não querem trabalhar”. (Idem, 2008)

Já em relação à questão do projeto de transporte coletivo, que ficou conhecido como a polêmica das catracas eletrônicas, parece ser correto o que afirma Salvador Martins, de que a questão levantada pelo Sindicato dos Rodoviários, quanto à ameaça de desemprego por causa da adoção das referidas catracas, serviu como cortina de fumaça para esconder a real intenção, de não deixar acontecer o processo de licitação do transporte coletivo.

Desta forma, mais se justifica a questão levantada por alguns entrevistados, de que houve falha do governo, ao não preparar-se para fazer a disputa do projeto junto à sociedade, já que este trazia benefícios à população. No entanto, o caminho escolhido pelo governo foi o de gerenciar a questão de uma forma exclusivamente administrativa, sem mobilização popular.

Sobre as relações da Prefeitura com os vereadores, abordam-se duas dimensões: aquelas estabelecidas com a bancada petista e com a instituição. Sobre a primeira, vê-se que as opiniões de quatro dos cinco vereadores são de que estas relações deterioraram-se com o passar do tempo, devido à postura do governo de não estabelecer um debate permanente com a bancada, obrigando-a a uma atitude de defender os projetos para não rachar o partido. Quanto à relação com a Câmara, os depoimentos apontam para o fato de que ela não se diferenciou da prática tradicional de negociação individual com os vereadores, uma vez que a postura alternativa, que seria a mobilização popular para que os moradores da cidade defendessem suas demandas no Legislativo e que poderia ser realizada por meio da organização advinda do Orçamento Participativo, não foi adotada nem incentivada pelo governo.

Um dos temas mais debatidos pelos petistas em relação ao governo em Pelotas e que serviu para nominar de forma geral as atitudes da Prefeitura foi a centralização da gestão nas mãos do Prefeito e de alguns poucos dirigentes. Viu-se que tal definição foi utilizada pelo Encontro Municipal do PT, em outubro de 2001, quando a gestão recém completava 10 meses. O texto de avaliação afirmava que “[...] *as relações internas de governo [...] são permeadas por exagerada centralização das definições*” e aprovava, ainda, cinco resoluções que tinham como tônica a democratização das discussões e das decisões do governo.

Embora a contundência destas definições, foi somente em dezembro de 2002, mais de um ano depois, e após colecionar uma série de atritos, que o PT realizou o Seminário para avaliar o governo. O conteúdo dos documentos

apresentados pelas tendências e a resolução do Diretório deixam clara a opinião do partido sobre a forma de Marroni conduzir o governo.

No entanto, duas questões devem ser ressaltadas sobre este processo. A primeira é que, no início do Seminário, quando a mesa abriu os trabalhos e chamou o Prefeito para que desse início ao processo de avaliações, ele dirigiu-se à plenária e afirmou que não iria fazer tais avaliações, pois entendia que o governo deveria fazê-las em seus próprios fóruns, e não no partido.

Segue-se que as correntes que apresentaram documentos preparatórios ao Seminário foram a DS, a BS, a AE e o PT Amplo e Democrático. Portanto, vê-se que nem a Rede (então corrente do Prefeito), nem o FAS apresentaram documentos. O fato de a corrente a qual pertenciam o Prefeito e os principais quadros da administração não apresentarem um documento para a avaliação partidária é sintomático quanto à importância dada ao processo. Em relação ao FAS, por ter sido a corrente que mais ganhou espaço com a reforma realizada logo após o Seminário, a ausência de manifestação indica que as negociações com o governo já estavam em andamento e passaram ao largo do processo de discussão partidária.

Sobre as opiniões dos entrevistados acerca desse tema, algumas questões chamam a atenção. A primeira delas são as afirmações de que “quem manda é o Prefeito” e de que “foi ele que foi eleito”. Este é um debate histórico para as esquerdas: durante seus primeiros anos, o PT afirmava a supremacia do coletivo sobre os detentores de cargos, visão esta que parece ter sido vencida com o avanço institucional do partido. Assim, quanto mais ganhava governos municipais e estaduais, mais se consolidava entre os dirigentes do PT a visão de que era preciso dar mais “liberdade” aos governantes.

Outro item levantado refere-se às afirmações de que era preciso centralizar para “dar certo”, devido à responsabilidade do Prefeito com o projeto, como se esta responsabilidade fosse somente dele (ou mais dele), e não do partido. Entende-se que o caminho poderia ser o inverso, de, junto ao partido e aos demais apoiadores do projeto, planejar e organizar a ação.

Por último, vê-se que alguns entrevistados afirmam que o que aconteceu durante o governo petista em Pelotas não foi um processo de centralização, entendida como uma ação autoritária, e sim a existência de uma “centralidade”, com o objetivo de estabelecer prioridades e gerenciar sua execução. Porém, entende-se que estas duas questões são absolutamente distintas, pois, realmente, não se pode

conceber que uma administração não exerça o gerenciamento sobre os órgãos e as políticas sobre sua responsabilidade.

No entanto, o que se evidencia são as críticas apresentadas por vários entrevistados (e também pelo partido) relativas à forma de organização política adotada pelo governo. Logo, a centralidade das ações poderia ser garantida da mesma maneira com um processo diferenciado de gestão, articulada por uma coordenação de governo que representasse os diversos setores participantes da administração e fosse conduzida por um conselho político, o qual representaria os partidos componentes da gestão e aqueles setores dos movimentos sociais defensores do projeto.

A estas formulações – que sempre fizeram parte das orientações do partido – a crítica que normalmente é apresentada é de que “engessariam” as administrações, devido ao tempo que demandaria para que as decisões fossem tomadas. Entretanto, o papel do conselho político seria o de apontar as diretrizes políticas a serem implantadas, enquanto que à coordenação de governo caberia o papel de acompanhamento destas, preservando-se o papel do Prefeito como o coordenador de todo o processo.

Outra questão com grande relevância no debate sobre a experiência do PT em Pelotas é em relação ao “esvaziamento” do partido, com a ida de muitos de seus quadros para a administração municipal. Este também é um tema que perpassa a história do PT e que parece ter acontecido na quase totalidade dos governos exercidos pelos petistas, conforme indicam os trabalhos analisados e vários documentos partidários. Este fato evidencia, uma vez mais, o poder da força institucional sobre o partido, pois, a partir da vitória em uma eleição, não existe um processo de planejamento que coordene a ação partidária e que possa determinar aqueles quadros que irão compor o governo e aqueles que irão priorizar o trabalho partidário.

Também deve-se evidenciar a problemática do acúmulo de funções, como ocorreu em Pelotas, onde o presidente do partido era também secretário do governo. Parecem ter razão aqueles entrevistados que indicam que este fato produziu uma forte dependência deste em relação ao governo, ao mesmo tempo em que não lhe deu as condições necessárias para que pudesse conduzir com a isenção devida o processo de discussão entre partido e governo.

Quanto ao comportamento das tendências da esquerda partidária, viu-se que estas tinham uma prática de agir o mais unificadamente possível, tanto nas disputas de encontros e congressos, quanto na vida cotidiana do partido. No entanto, esta unificação ruiu, tão logo o partido venceu as eleições municipais, o que pode ser notado desde o processo de discussão para a composição do secretariado, com o funcionamento do Fórum de Tendências, e prosseguiu por toda a gestão.

Ao invés de um processo de reuniões dos grupos de esquerda para discutir a postura política a ser defendida no governo, o que aconteceu foi a prática de reuniões em separado para a garantia de espaços, sem a preocupação com a linha política e com os métodos de aplicação desta linha executados pela administração.

A lógica de ocupar espaços na institucionalidade foi mais forte do que a preocupação em preparar as condições para realizar a disputa de projetos no governo. Esta política da ocupação de espaços parece atender a uma dupla finalidade: a partir do trabalho realizado nas secretarias, aproximar-se do centro político do governo; ocupar mais espaços e, assim, ter mais força para bancar-se perante as outras forças de esquerda, procurando garantir a hegemonia deste campo partidário.

As questões indicadas acima parecem ser a resposta mais evidente para as causas da divisão das esquerdas no PT em Pelotas. Elas demonstram que o histórico de lutas conjuntas não foi suficiente ante a disputa por espaços institucionais e refletem, também, conforme afirmam alguns entrevistados, o momento de crise em que viviam as correntes a nível nacional, envolvidas em uma dinâmica na qual pesavam muito mais os temas relativos ao jogo das disputas institucionais do que as questões ideológicas.

Chama atenção uma afirmação de Dione Manetti, quando diz que não foi possível estabelecer um trabalho conjunto entre as esquerdas, em Pelotas, devido às diferenças de visão sobre como se posicionar frente ao governo. Diante disto, cabe questionar se estas diferenças seriam maiores do que aquelas que se expressavam em relação ao campo majoritário do partido, de tal modo que não permitissem um processo de debates entre estes grupos, como aconteceu em diversos momentos da história petista em Pelotas.

Dessa maneira, vê-se que foram exitosas as estratégias adotadas por Marroni, segundo vários entrevistados. Primeiro, a de estabelecer negociações em separado com as demais tendências do partido, durante a formação do governo, e

de utilizar-se da prática de vetos a nomes históricos ligados à esquerda partidária. Depois, a de construir alianças com as diferentes correntes em momentos distintos da gestão. Foi por meio dela que foi garantido o objetivo maior do governo, em relação aos grupos internos do PT: controlar todos os processos do governo e, assim, impedir qualquer possibilidade de ação conjunta da esquerda. Ou, em outras palavras, autonomizar-se o mais possível em relação às pressões do PT sobre a administração e, assim, poder implementar as próprias concepções sobre os rumos a serem seguidos pela gestão.

Diante deste quadro de dispersão da atuação da esquerda partidária em Pelotas – processo que foi aprofundado durante o exercício do governo e praticamente congelou as relações entre as diversas correntes –, vê-se que a iniciativa da Democracia Socialista de lançar a pré-candidatura de Ivan Duarte e enfrentar Marroni nas prévias em 2004 tinha poucas possibilidades de prosperar. A DS lançou a candidatura apenas com o apoio da tendência Brasil Socialista que, naquele momento, tinha pouca força, uma vez que vários de seus militantes já tinham saído do partido. Já as outras correntes de esquerda, optaram por não fazer o enfrentamento, inclusive porque naquele momento a reeleição de Marroni era tida como certa entre a grande maioria dos dirigentes partidários.

Em relação a isto, as declarações de Clóvis Ramos e de Cecília Hypolito sobre o desgaste perante a população que significa enfrentar internamente alguém que já tem mandato, demonstram mais uma vez os dilemas que se colocam para uma organização de esquerda frente à institucionalidade. De um lado, essas afirmações têm a sua lógica e cobram um preço caro para o partido como um todo, como pode-se especular em relação à derrota do PT nas eleições para governador em 2002, quando Tarso Genro derrotou internamente o então Governador Olívio Dutra. Por outro lado, o fato de não colocar-se na disputa pode ser a renúncia a uma tentativa de mudança de linha política, se os métodos adotados pelos setores que têm o controle do governo e do partido não permitem este debate.

Se a iniciativa de lançar a pré-candidatura de Ivan Duarte às prévias não provocou alterações no quadro partidário, o mesmo não se pode dizer em relação à DS, internamente. No início do governo municipal, a Democracia Socialista ocupou na equipe da administração um espaço maior do que aquele que seus dirigentes poderiam imaginar, ficando à frente de duas secretarias (SQA e SEURB) e de uma autarquia (COINPEL), esta por muito pouco tempo. Porém, ao mesmo tempo, numa

clara tentativa de adquirir forças que lhe permitissem disputar a hegemonia entre os setores da esquerda partidária e assumir a ponta na disputa política com os setores majoritários, a DS conseguiu a integração do vereador Ivan Duarte em seus quadros, que, naquele momento, encontrava-se “independente”, ou seja, sem participar de qualquer tendência. Este fato, com certeza, não foi bem visto entre os dirigentes do governo, uma vez que as relações políticas entre Marroni e Ivan sempre foram conturbadas.³

Assim, a DS, ao mesmo tempo em que ocupava as secretarias que conquistou e fazia o trabalho institucional, apresentava internamente ao PT muitas críticas ao governo, principalmente em relação aos métodos políticos implementados por seus dirigentes, utilizando-se do mandato de Ivan Duarte para apresentar estas críticas à militância petista. Com a manutenção desta postura, a corrente viu seus espaços serem profundamente diminuídos na reforma implementada pelo governo.

Porém, a desistência de Ivan Duarte de concorrer nas prévias partidárias marcou uma profunda mudança política de boa parte de seus militantes. Embora os argumentos dos dois lados estejam expostos no capítulo 3, não se pode deixar de evidenciar que esta mudança de postura política aconteceu a partir da ocupação de um espaço de um militante da tendência no governo federal e que esta mudança trouxe como resultado imediato a nomeação de outros militantes da corrente na Prefeitura.

Mais do que isso, como setores da DS voltaram a compor com o governo e, assim, recuperaram algo do espaço que haviam perdido, quando da reforma do secretariado, pode-se considerar que a pré-candidatura não tinha a efetiva pretensão de vencer Marroni, e sim a de servir como um estímulo a que o governo encaminhasse, novamente, um dos processos de negociação/cooptação que se dispunha a empreender com vistas a neutralizar as correntes críticas e a manter a autonomia da gestão. O episódio também expõe, mais uma vez, a divisão entre a esquerda do partido, nesse caso, divergências internas à DS, visto que outro setor da tendência pensava que o lançamento da pré-candidatura não serviria para a obtenção de cargos, e sim como um espaço para discussão sobre os rumos que o governo tomara.

³ - Sempre estiveram em posições diferentes no partido e, em 1992, quando Marroni ficou como primeiro suplente de vereador, ele perdeu o cargo para Ivan por 13 votos.

Quanto ao “Fórum de Ação Socialista”, que, naquele momento, era uma das duas maiores tendências da esquerda petista pelotense, junto com a DS, vê-se que iniciou o governo à frente de espaços importantes, como a Secretaria de Educação e a liderança da bancada, embora possa ser considerado modesto, se comparado com a expressão adquirida pela DS. Todavia, a reforma no secretariado deu ao FAS uma forte participação na Prefeitura, ao passo em que a DS teve seu espaço reduzido.

Pode-se argumentar que a estratégia de Marroni foi, em um primeiro momento, buscar equilibrar o peso das duas maiores correntes da esquerda e, assim, neutralizar o grupo da sua maior adversária interna (Cecilia Hypolito). No momento posterior, quando a DS colocava os maiores entraves à sua ação, apoiou-se no FAS para garantir maior respaldo partidário e governar com o menor atrito possível. Posteriormente, às vésperas do processo eleitoral de 2004, voltou a negociar com setores da DS.

Parece ser este raciocínio que embasa a afirmação feita por Cecilia de que a composição de forças no governo era um arranjo dirigido por Marroni, que escolhia os parceiros conforme a conveniência política do momento. A destacar que, sempre que promoveu esta política frente à esquerda partidária, Marroni encontrou parceiros dispostos a aceitar a negociação.

Sobre os motivos que possibilitaram este avanço institucional do Fórum de Ação Socialista, pode-se creditar, como afirma Jacira Porto, às relações estabelecidas com o governo, a partir do papel desempenhado por ela na liderança da bancada, o que garantiu uma relação de confiança entre os dois grupos. Porém, outro fator que pode ter estimulado esta aproximação foi o comportamento do FAS durante os primeiros dois anos da administração, ao não estabelecer um processo de confronto com o governo, inclusive quando as críticas foram mais fortes (o final de 2002, no Seminário do Diretório Municipal).

A respeito desta forma de agir do FAS, pode-se levantar a possibilidade de que, conforme afirmam alguns entrevistados, eles tenham sido motivados pelo momento político que vivia a corrente no início de 2003, quando foi realizada a reforma, uma vez que Cecilia não conseguira eleger-se deputada federal e o PT acabara de perder o governo do Estado, no qual a corrente tinha espaços de atuação.

Conclusão

O trabalho principiou com a apresentação de uma série de elementos que compuseram o debate sobre os períodos de origem, de formação e de consolidação do Partido dos Trabalhadores, desde os primeiros movimentos reivindicatórios que levaram vários setores da sociedade brasileira às ruas contra o regime militar até sua afirmação como um dos principais atores da cena política brasileira.

Assim, em que pese a origem, a base social, as forças que o compunham – que reuniam a grande maioria da esquerda brasileira – e o fato de ter sido construído com uma série de elementos que incentivavam o controle da base sobre as direções, o PT não resistiu à inserção institucional e, principalmente, a partir dos anos 90, pautou sua atuação por uma lógica que condenava firmemente nos seus primeiros anos e com a qual construiu boa parte de seu capital político.

Desta maneira, a eleição de parlamentares, de governos municipais e estaduais, o grande número de assessores e de dirigentes liberados, e a proliferação de “coletivos” comandados por detentores de cargos públicos modificaram o ambiente interno do partido, que, cada vez mais, se distanciou do controle de suas bases e viu o poder ser de fato exercido por essa burocracia partidária.

A partir deste controle estabelecido pelo campo majoritário, o objetivo central do partido deslocou-se definitivamente para a obtenção de vitórias eleitorais e foi o jogo de interesses nesta arena que orientou as suas principais definições. O PT, conforme afirmou PALERMO (2003), preparou o caminho para chegar à Presidência da República, ao modificar radicalmente seu programa para obter apoio em setores sociais até então refratários, não se furtando a mergulhar no universo das milionárias campanhas eleitorais e financiá-las a partir das contribuições do grande

empresariado, como todos os partidos que disputavam com alguma chance de vitória.

Caracterizada a trajetória histórica e os dilemas institucionais do PT, passou-se a apresentar a trajetória do partido em Pelotas. Viu-se que, por conta de sua origem ligada às correntes de esquerda, e em razão de uma dinâmica estabelecida por estes grupos, o partido manteve, por algum tempo, uma resistência maior às pressões da institucionalidade. Porém, as transformações a nível nacional, que garantiram o alargamento da política de filiações e as modificações nas regras dos encontros partidários, levaram os setores ligados ao campo majoritário à vitória, o que consolidou Marroni como o principal nome deste setor e possibilitou sua indicação à Prefeitura, inicialmente em 1996, quando ficou em segundo lugar, e, depois, em 2000, quando o partido conquistou o governo municipal.

Na sequência, notadamente por intermédio de entrevistas com membros do governo e/ou da direção partidária, mostrou-se que, durante os processos de campanha, montagem da equipe de governo e exercício do mandato, o Prefeito e seu grupo de confiança seguiram uma mesma linha com bastante coerência e objetividade: afastar qualquer possibilidade de disputa de linha política e de influência nas decisões, impedindo ou dificultando a participação de petistas históricos da esquerda partidária e montando uma equipe de governo majoritariamente composta por pessoas não ligadas às disputas internas.

A condução desta linha política manifestou-se internamente no governo, com a centralização das definições da administração, no PT e nos demais partidos componentes da Frente Popular, ao não dividir com estes a formulação das orientações políticas gerais do mandato, na relação com os movimentos sociais aliados e na relação com a população, não apostando na sua organização.

Sobre as relações com a sociedade, vê-se que tal linha manifesta-se principalmente: na preocupação em manter o Orçamento Participativo sob seu restrito controle; no episódio do projeto de licitação do transporte coletivo, quando não estabeleceu a disputa na sociedade em relação à questão das catracas eletrônicas, mesmo diante da ofensiva do Sindicato dos Rodoviários contra o projeto; e, ainda, ao não buscar a mobilização da sociedade para a defesa de projetos com apelo popular junto à Câmara Municipal e apostar unicamente na negociação individual com os vereadores.

Quanto às ações do governo em relação ao PT, podem-se apontar duas questões centrais: a primeira é o reflexo sobre ele na corrida pela ocupação de postos na Prefeitura, que resultou na saída de vários quadros importantes da estrutura partidária e também no acúmulo de funções de alguns destes, que eram cargos de confiança na administração e, ao mesmo tempo, exerciam funções diretivas no partido. Este fato trouxe como consequências mais visíveis a debilidade do PT para manter sua organização e o atrelamento deste ao governo, garantido pela sobreposição de funções indicada acima.

A segunda questão diz respeito à forma como o governo agiu para controlar o partido e sufocar as reações das correntes mais críticas. Assim, “jogou duro” com estes grupos, apostou na divisão das esquerdas e manteve o apoio do PT Amplo e Democrático que, no momento do Seminário de Avaliação do Diretório, mostrou-se também muito crítico. As medidas adotadas pelo governo parecem ter tido um “efeito pedagógico” sobre os críticos, uma vez que a partir deste Seminário e da reforma do secretariado levada a efeito logo depois, as reações à centralização política implementada por Marroni de fato diminuíram e a DS – tendência confrontada naquele momento – ficou isolada até iniciar um processo interno de fragmentação e ter um de seus setores incorporado à lógica do governo.

Portanto, a forma como o PT reorientou sua ação, ao construir, internamente, as condições para fugir ao controle das bases e, externamente, firmar compromissos que lhe permitissem ser aceito por setores das elites antes refratários ao seu projeto radical, abriu caminho para os governantes eleitos pelo partido terem ampla liberdade para agirem de forma a garantir as condições necessárias para governar com o mínimo de enfrentamento possível.

Com isto, o PT procurou intervir cada vez menos nas disputas internas ocasionadas por sua participação em governos e estas disputas passaram a ser resolvidas localmente, seja com a incorporação dos setores “rebelados”, seja com a deles exclusão da dinâmica institucional, o que cada vez mais significava perda de espaço no partido. Assim, os problemas ocorridos em Pelotas, em que pese suas especificidades, tanto em relação aos temas quanto em relação aos atores envolvidos, fazem parte de um problema geral vivido pelo partido, a partir das opções políticas construídas por ele e foi “resolvido” – com a dúvida de que este seja o termo correto – também da forma que se tornou mais usual, com a força administrativa a substituir o debate político.

Referências

1. Bibliografia

ALMEIDA, Jorge; VIEIRA, Maria Alice; CANCELLI, Vitória (Org.). *Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política do PT / Fundação Perseu Abramo, 1998.

ALTMANN, Cristina. *O Contexto multipartidário em Pelotas – RS (1979-1982): atores, expectativas e disputas*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2007.

AMARAL, Oswaldo E. do. *A Estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçonni, 2003.

ANGELO, Vitor Amorim de. *A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: UFSCAR, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do Orçamento Participativo no Brasil In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARBEIRO, Heródoto. *O Que pensam os presidentiáveis: Luiz Inácio Lula da Silva*. São Paulo: Harbra, 1989.

BARRETO, Alvaro. *À espera de um novo tempo: Pelotas (RS), as eleições de 1986 e a futura Constituinte*. 27ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Mapeamento da distribuição de cadeiras de vereador em Pelotas (RS), entre os partidos políticos, conforme as eleições do período 1982-2004 In: Idem (Org.). *Sistema partidário em Pelotas (RS): organização, eleições e trocas de legenda (1979-2004)*. Pelotas: UFPEL, 2008a.

BITTAR, Jorge (org.). *O Modo petista de governar*. São Paulo: Teoria e Debate, 1992.

BORGES JÚNIOR, Lauro Luis. *A Questão da democratização da gestão na Prefeitura de Pelotas durante o mandato da Frente Popular*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2007.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível*. Base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUI, Marilena. PT “Leve e suave”? In: SADER, Emir (Org.) *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DANTAS, Altino. *Lula sem censura*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DIAS, Márcia Ribeiro. *Sob o signo da vontade popular*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo, 2000.

FERREIRA, Jorge Luiz; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FILOMENA, César Luciano. *O Agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da administração popular em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2006.

GERCHMANN, Léo. Ministro das Cidades ocupou os dois cargos mais importantes do RS. *Folha Online*. 23 dez. 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43858.shtml>. Acesso em 16 mar. 2009.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2000.

GOMES, Angela Quintanilha. O PT e a Construção do Novo. *Cadernos de Ciência Política*. Série: Teses e Dissertações. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

IASI, Mário Luis. *As Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a unidade partidária como problema. *Dados*. Rio de Janeiro, 45 (4), 2002, p. 39-76. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2009.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MENEGUELLO, Raquel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MELO, Carlos Ranulfo. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio R. (Org.). *Reforma Política - lições da história recente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006,

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um Equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*. Rio de Janeiro, 50 (4), 2007, p. 757-793. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n4/v50n4a05.pdf>. Acesso em: 05 maio 2008.

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. *PT: comunismo ou social-democracia?* Porto Alegre: Soles/Novo Século, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Partido de massas: democrático e socialista In: SADER, Emir. (Org.). *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir. (Org.). *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

PALERMO, Vicente. El PT desde la oposición al gobierno y las gestiones de Fernando Henrique Cardoso In: Idem (Org.). *Política Brasileña Contemporánea: de Collor a Lula en años de transformación*. Argentina: Siglo XXI, 2003.

PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980.

POMAR, Valter. (Org.) *Socialismo ou Barbárie: Documentos da Articulação de Esquerda (1993 – 1999)*. São Paulo: Viramundo, 2000.

PONT, Raul. *Democracia, participação, cidadania*. Uma visão de esquerda. Porto Alegre: Palmarinca, 2000.

RESEM, Quênia Lopez. *A Relação entre Executivo e Legislativo no ano de 2001 em Pelotas*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2002.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um Partido em mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989 e 2002)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2004. Disponível em: http://www.bdttd.ufscar.br/tde_busca/arquivo.phd?codArquivo-207. Acesso em: 12 maio 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de Sociologia e Política*. São Paulo: Ática, 1990.

ROMÃO, Wagner de Melo. *O PT, os movimentos sociais e a questão da participação*. Preocupações metodológicas no estudo das experiências de São Paulo e Porto Alegre. Disponível em: http://www.geocities.com/politicausp/instituicoes/grupos_interesse/ROMAO.pdf. Acesso em: 10 jul. 2009.

SABBADO, Laís Soares. *Produção legislativa e poder de agenda: uma análise comparativa do primeiro ano dos governos Marroni e Bernardo/Fetter Júnior na Prefeitura Municipal de Pelotas (2001 e 2005)*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *O Que é que está escrito na estrela?* In: Idem (org.) *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHWARZ, Vera Lúcia dos Santos. *Eleições e eleitores no Rio Grande do Sul: a experiência do Partido dos Trabalhadores no município de Pelotas (1992-1996)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2000.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag, s.d.

_____. Trabalho e política. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da tendência Articulação – PT). *Revista Espaço Acadêmico*, (22), mar. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. A Esquerda marxista e o PT (I). *Revista Espaço Acadêmico*, (87), ago. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/087/87ozai.htm>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. A Esquerda marxista e o PT (II): A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma Tendência Marxista do PT (MTM-PT). *Revista Espaço Acadêmico*, (89), out. 2008a. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. A Esquerda marxista e o PT (III): Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS). *Revista Espaço Acadêmico*, (94), mar. 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/094/94ozai.htm>. Acesso em: 28 maio 2009.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SKROMOV, Paulo. Entrevista. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, (63), jul.-ago. 2005.

2. Documentos

CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL. Manifesto dos 113. Disponível em: <http://www.construindounovobrasil.com.br/site/quemsomos.asp>. Acesso em: 15 jan. 2009.

FRENTE POPULAR. *Projetos e propostas*. Panfleto de campanha. Pelotas, 2000.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Bases do Programa de Governo: Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994.

_____. *Resoluções do 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *Concepção e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Resolução do Diretório Nacional sobre política de alianças*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

_____. *Resoluções do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006a.

_____. DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PELOTAS. Comissão de Sindicância. *Ata 11*, 1997.

_____. Resoluções do Encontro Municipal. 2001. *Cadernos de Formação*. Pelotas. Diretório Municipal de Pelotas. Secretaria de Formação Política. (1), 2002.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO PT. Dados sobre eleições de parlamentares e executivos do PT de 1982 a 2008. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Lei 4.630, 05 fev. 2001. Disponível em http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2001/lei_4630.pdf. Acesso em: 22 jul. 2009.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-RS. Eleições. Resultados. 1992, 1996, 1998, 2000, 2004. Disponível em: www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=278. Acesso em: 17 mar. 2009.

3. Entrevistas

ABREU, Eduardo Spanier. Entrevista concedida em 08 set. 2008.

ALBUQUERQUE, Marcelo Quadro Medeiros de. Entrevista concedida em 01 out. 2008.

BÓRIO, Marcos Antônio. Entrevista concedida em 02 out. 2008.

CLEFF, Antônio Carlos. Entrevista concedida em 30 set. 2008.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. Entrevista concedida em 27 ago. 2008.

DELEVATI, Carlos Umberto. Entrevista concedida em 18 set. 2008.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. Entrevista concedida em 17 set. 2008.

DUARTE, Ivan Admar Dorneles. Entrevista concedida em 01 set. 2008.

GARCIA, Marco Adiles Moreira. Entrevista concedida em 01 out. 2008.

HYPOLITO, Maria Cecília Moreira. Entrevista concedida em 18 out. 2008.

MANETTI, Dione Soares. Entrevista concedida em 16 set. 2008.

MARRONI, Miriam Paz Garcez. Entrevista concedida em 14 maio 2009.

MARTINS, Salvador Mandagará. Entrevista concedida em 16 jan. 2009.

MATTOS, Lair de. Entrevista concedida por escrito em 17 set. 2008.

PEDREIRA, Gilmar dos Santos. Entrevista concedida em 19 set. 2008.

RAMOS, Clóvis Madureira. Entrevista concedida em 08 set. 2008.

RIBEIRO, Paulo Ricardo Oppa. Entrevista concedida em 17 set. 2008.

SANTOS, Jacira Porto dos. Entrevista concedida em 17 out. 2008.

SOARES, Alexandre Melo. Entrevista concedida em 11 set. 2008.

SOLER, Antônio Carlos Porciúncula. Entrevista concedida em 02 set. 2008.

SOUZA, Hilbert Davi de Oliveira. 19 set. 2008.

WOJAHN, Ellemar. Entrevista concedida em 23 set. 2008.

Apêndice

Roteiro geral de entrevistas

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Pergunta: Levando em consideração a origem do Partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo Partido? Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo Partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do Partido em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do Governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do Partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada

pelo Partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do Partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do Partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do Governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo Governo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realiza um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o Governo dirigido pelo Partido e propor políticas para o mesmo. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do Governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao Governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base, nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Pergunta: Pouco depois do seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do Secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Urbanismo e Planejamento, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o Governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao

passo que membros do Governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com alguns movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do Município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o Governo e o Sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo Governo?

Pergunta: Levando em consideração que as correntes de esquerda do Partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e das críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao Governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o Governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo Governo ou não?

Pergunta: Em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no Partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Quais as razões que levaram a esquerda a não ter um pré-candidato que disputasse as prévias? O que este fato alterou a vida partidária em Pelotas?

Pergunta: Em 1997, durante Encontro Municipal do Partido, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por

diversos filiados ao Partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembras do que aconteceu? Que conseqüências entendes que este fato trouxe para o Partido?

Pergunta: Qual a avaliação que fazes da relação do Governo com o teu mandato, com a bancada da Frente Popular e com a Câmara enquanto instituição, como entendes que se deram as discussões visando a aprovação de projetos do Executivo?

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas. O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para esta nova gestão?

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do Governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do Secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões e como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

ENTREVISTA ALEXANDRE MELO

DIA 11/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a me envolver em 89, durante a campanha Lula Presidente e depois em 91, quando foi criada a Comissão Provisória do PT em Herval. Em 97, passei para o PT de Pelotas e comecei a militar no movimento estudantil. Comecei a militar no movimento ambiental em 93, tendo atuação nos movimentos estudantil e ambiental.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Em primeiro lugar, é desejável que os dirigentes do partido não componham a Administração, pelo menos no primeiro escalão, para não confundir as instâncias. Pelo menos na Executiva, pois no Diretório é mais difícil. O segundo ponto é que o partido apresente demandas e apresente para o Governo. O terceiro ponto seria a discussão entre partido e governo sobre o balanço do que está sendo feito. A outra questão é que o partido esteja sensível aos movimentos sociais, para que estes pressionem o governo e o partido atue como meio de campo.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: Em primeiro lugar, parece que a SQA não era e acho que por muito tempo não vai ser uma secretaria central para o governo, a ponto de participar do centro de governo. Esse Centro de Governo era mais formado pelo Procurador e pelo Secretário de Finanças, o Salvador e o Bósio. E os outros secretários participavam num nível abaixo, mas tinham uma certa liberdade para colocar as discussões. Tinha uma dinâmica mais pessoal (do Prefeito) do que uma prática de pensar uma política para a cidade, e passar direto para os secretários. Tinha uma dinâmica própria de Pelotas, de fazer as coisas mais rapidamente, como por exemplo, a questão da coleta seletiva, que em outros lugares demoravam para implantar e nós implantamos no início, o que criou alguns problemas porque não tínhamos uma maior organização para isso. E quando era definido pelo Prefeito e pelos secretários do Centro de Governo era para fazer. Pelo que me lembre não havia grandes discussões políticas, e na questão das catracas, por exemplo, não houve a possibilidade de discussão por parte do secretariado, nem sei se os secretários poderiam ajudar, mas não houve essa discussão. E teve também a relação com o SIMP, não só questão do Plano de Carreira, mas toda a discussão.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas

administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Isso realmente aconteceu, houve problemas na relação, depois se criou um Conselho Político, mas esse Conselho não tinha uma dinâmica, como por exemplo, o Governo Lula, que toda semana reúne para discutir a macro política. Mas aqui realmente as coisas foram difíceis, acabou criando um clima de disputa, um revanchismo em relação ao debate interno do PT dentro do governo, isso aconteceu muito e com certeza prejudicou o partido e o governo. O partido não conseguiu criar um processo de discussão, mas a direção do partido, principalmente o presidente, criou uma dinâmica de só reunir o partido para aprovar o que o governo queria. O partido não conseguiu exercer influência no governo, não reunia

para tentar influir no debate das pautas negativas na cidade, como rodoviários, municipais, e posso citar até o caso da orla na secretaria que eu estava, que foi um erro de encaminhamento nosso, deveríamos ter retardado algumas ações um pouco. No primeiro momento, o governo tocou a vida e o partido ficou esperando, e depois a direção do próprio PT acabou prejudicando um pouco, porque o Paulo (Oppa) tinha interesse de ser candidato a vereador e tinha necessidade de ter trânsito interno no Governo. Quando alguma tendência criticava o governo, o governo devolvia com revanchismo na secretaria daquela corrente. Para o próximo período, acho que deve se fazer o debate, o partido ter relações, ter autonomia em relação ao governo.

Pergunta: A DS, corrente a qual pertences, foi, durante boa parte do governo, uma das correntes mais críticas à dita “centralização” por parte do Prefeito. Assim, na reforma do secretariado, ocorrida no início de 2003, a DS teve um de seus secretários demitidos, assim como boa parte dos seus militantes que atuavam na Prefeitura. Porém, durante o ano de 2004, último ano do governo, houve uma recomposição da DS com a administração, que passou a ocupar uma coordenação de área do governo (economia solidária), voltando a indicar mais pessoas para participar dele. Qual a avaliação que fazes desse processo? Como aconteceram essas modificações?

Resposta: Em relação às reformas do governo em 2002, concordo que houve revanchismo, acerto de contas em relação às críticas que havia. Eu tinha uma posição pessoal de que a DS carregava nas tintas em relação às críticas ao governo. Acho que o jeito como a gente fez as coisas, com conteúdo correto, mas na forma, com um certo isolamento em relação ao partido, não conseguimos formar um bloco que desse continuidade, que desse consequência a essas críticas dentro do governo. Acho que o método do governo, que se expressou no partido, principalmente através do Paulo Oppa na presidência, foi muito ruim. Não discutiu com ninguém, poderia, ao trocar o secretário, ter negociado para ele que pudesse tocar a vida política dele, como se faz, por exemplo, com os ministros. Quem entra na vida política não tem vontade de sair no outro dia, o Governo poderia ter construído e isso. Acho que o que aconteceu com o Soler, em relação a alguns conflitos ele pode ter colocado as questões corretas, mas a forma como fez (...) mas poderia ter sido construída uma saída mais normal, sem queimação, acho que esse

foi um erro muito grave do Centro de Governo. Depois, eu achava que nós tínhamos que ter uma aproximação com o governo no sentido de melhorar as políticas públicas e melhorar também internamente as relações. A BS tinha um outro caminho que não era o de disputar o partido e nós ficamos no isolamento. A Esquerda Democrática, que era mais acessível, naquele momento tinha uma política mais próxima do Marroni. A DS ficou no isolamento. Eu defendi, achava que a nossa política de, por exemplo, lançar o Ivan, nos colocava em mais isolamento ainda, eu penso que o Ivan não mediu as consequências naquela política de supervalorização do nome dele, de crítica ao Marroni. Muitas pessoas pensam que essa política que ele fez dá voto, pode até ter dado, mas acho que a médio prazo, com certeza, ele perdeu politicamente, por que os militantes do partido não viviam essa divisão interna, essa tensão com o governo era muito mais dos setores organizados, de quem milita mais. Depois, quando se deu este processo de aproximação entre DS e governo, foi um sinal positivo do governo, mas também criou uma tensão interna na corrente, normal. Essa reaproximação com o núcleo central do governo com certeza criou uma tensão entre a corrente, dificultando um pouco até a identidade da DS. Depois disso, nós entendemos, pelo menos o nosso o grupo, que defendia essa reaproximação com governo, que o que mais interessa nesse momento é fortalecer as nossas políticas temáticas, como a questão ambiental e da economia solidária. Entendíamos que ganhar o governo de Pelotas poderia nos ajudar nisso, essa é a nossa política hoje, tiramos um pouco o foco dessa questão interna. A DS saiu do campo minoritário e hoje compõe o campo majoritário, aqui em Pelotas.

Pergunta: Qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Não sei se ainda tem muita coisa em relação ao governo, mas quero fazer um destaque em relação ao programa de governo, acho que estamos perdendo um pouco a capacidade que o partido tinha de orientar a discussão e isso depois se reflete no governo, a maioria das ações do governo saiu mais das questões do dia-a-dia e menos do programa, acho isso uma perda considerável. O

partido se preocupa mais com o programa de TV, e se tem uma perda de influência do partido na disputa eleitoral que é bastante importante.

Pergunta: Para terminar nossa conversa, levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo ou não?

Resposta: Eu falei antes que nosso conteúdo estava correto, na DS, mas que não tinha ferramenta para atrair outros grupos, cada um tinha seu motivo, o grupo da Cecília, por exemplo, tinha muitas críticas, mas quando o PT perdeu o governo do Estado, eles compuseram com o Marroni. Preferimos ter uma política mais preparada e contribuir para que o governo se abrisse. O interesse maior, acho que era realmente mais uma questão prática desse grupo da Cecília, de manter sua estrutura, pois perdeu o espaço de deputada e o que tinha no governo do Estado. A Articulação de Esquerda é um grupo muito pequeno no partido, ensaiou algumas críticas ao governo como um todo, inclusive com a DS, mas nunca se conseguiu unificar uma crítica em relação ao governo. Por exemplo, na questão da prévia só ficou a DS e a BS. Só a BS apoiou e sem fazer muito esforço. A DS pagou um certo preço por fazer o que deveria fazer, que era ter uma relação crítica com o governo, mas como não conseguiu juntar um grupo, acho que se aprendeu um pouco para outros processos. Ninguém queria perder a autoria das políticas para outros grupos.

ENTREVISTA MARCOS BÓRIO

DIA 02/10/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a militância nos movimentos sociais com a Pastoral da Juventude em 82 e depois com o sindicato dos trabalhadores rurais, participei do início do MST e em 84 entrei para o PT, o Partido não existia naquela região antes (interior do Paraná). Depois, entrei para o movimento estudantil e fui o primeiro presidente eleito, e também o único, da União de Secundaristas. Depois entrei para o DCE. E em Porto Alegre, comecei a ter mais militância, fui para o sindicato dos economistas, e depois fui para Pelotas. Dentro do PT nunca assumi posto de direção.

Pergunta: Como se deu tua ida para Pelotas? Como fosses convidado pelo Marroni para ser o Secretário de Finanças do Município?

Resposta: Quando o Olívio foi eleito governador, o Tarso ficou numa espécie de limbo e eu era articulado com ele. Aí nós fizemos um movimento para convencer o Tarso a disputar a prévia para a prefeitura, e quando ele ganhou, participei ativamente, aí iniciou um movimento para que eu fosse o Secretário da Fazenda, mas eu já sabia que o escolhido seria outra pessoa, muito amigo dele. Nesse ambiente, o Tarso me indicou para o Marroni. Isso criou uma situação constrangedora para mim, de pressão. Aí resolvi passar por essa experiência, pensei que pela situação de Pelotas, uma situação praticamente insolúvel, poderia ser uma boa para mim.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Você recriar uma relação institucional entre um movimento político e uma estrutura de Estado é sempre um movimento de caráter utópico, tem-se uma instância de Estado que tem que racionalizar decisões e o partido (...) é sempre uma questão complicada, que só vai se resolver quando um for cooptado pelo outro, não tem como ser diferente. Os problemas específicos do PT se dão por conta de questões que no meu entender tem que ser revisadas, entre elas a questão da visão de que a participação de uma instância em outra deve se dar pela participação de membros do partido nas instâncias do governo. Esse é o ponto central do desastre. A pessoa deixa de ser líder de movimento e em geral passa a ser um péssimo quadro de governo. Isso não é automático. São atributos diferentes. Uma liderança comunitária exige uma série de atributos e um dirigente de governo exige outros atributos. Isso gera um problema sério, por que o que a comunidade quer? Quer eficiência e aí se dá o conflito. A outra questão é o conceito, ou ausência de conceito, sobre o que a gente chama de orçamento participativo. Implementar uma lógica política e social em termos teóricos é difícil e sem essa teoria é impossível, e o orçamento participativo não está amparado em conceitos ideológicos, o que é contraditório. O sucesso do OP aqui em Porto Alegre foi por uma questão muito específica, havia um governo desastroso, com autoritarismo, e assume um governo com pessoal técnico altamente qualificado, muito acima da média, pessoas com capacidade de execução e sensibilidade social e mais, em 90 entra em vigor a reforma tributária do governo federal. Isso dobrou a renda do município e permitiu que por um período de 6, 7 anos, você pudesse atender todas as demandas colocadas. Na sequência, vieram as dificuldades financeiras e aí o Orçamento Participativo passou a ser um problema seriíssimo. Em Pelotas isso foi um caos, tinha uma pressão para assumir compromissos que a Prefeitura não tinha capacidade. E tem uma questão mais importante que é a seguinte, quando você

sugere que quem decide é o povo, você acaba lavando as mãos. Isso implica em decisões de pouca qualidade. Em Pelotas, por exemplo, nós asfaltamos uma rua no Laranjal. Isso não tem lógica. Quando você tem condições de atender todas as demandas, como foi em Porto Alegre durante o primeiro período, tudo bem, mas quando você tem que racionalizar, a idéia de passar o poder de decisão para a maioria não funciona. Outro aspecto, em termos políticos, você cria um conceito, você pega um conjunto de lideranças estabelecidas que em geral não têm representatividade nenhuma... mas aí quem acaba substituindo essa liderança são os conselheiros, aí você elege conselheiros que não tem esse papel de liderança, ele não tem capacidade para chegar na comunidade e explicar o que está acontecendo. Então o que acontece? O orçamento é pressionado pelas lideranças antigas e as novas acabam não defendendo. Isso implica nas relações terríveis que a gente acaba tendo com as comunidades. Isso gera problemas sérios na relação com o partido. Esse para mim é o cerne dos problemas, que tivemos em Pelotas, em Porto Alegre, isso foi um grande motivo para a derrota do PT em Porto Alegre. Você se organiza de uma forma que não tem solução, isso precisa ser repensado.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faça suas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concorda com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de

uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: A tensão que ocorreu tem diversas origens. A primeira foi a não participação de algumas pessoas no Governo. A segunda foi a colocação de pessoas com perfil inadequado no governo. O Soler, por exemplo, com o perfil que tem jamais poderia ter sido Secretário de Planejamento. Quanto à centralização, acho que o grande problema do governo foi de nunca ter tido um Centro de Governo. Tinha um Prefeito. Nós estávamos permanentemente em crise, então isso nunca possibilitou um planejamento. Dos 48 meses que nós estivemos na Prefeitura nenhum pagamento saiu ao natural. Em um processo como esse, necessariamente precisa ser centralizado, se não, não tem como. O PT naquela época não compreendeu isso, as intervenções numa reunião do Diretório que eu fui eram de que tinha que dar aumento para o funcionalismo e azar. Nesse quadro, o que fazer? Necessariamente tinha que se fechar um pouco para conseguir dar conta. Tinha uma pressão absurda em relação a conceder aumento de salários. Nós nunca trabalhamos com reajuste linear, sempre com aumentos escalonados. As críticas que vinham eram por questões políticas mais genéricas, por exemplo, o Orçamento

Participativo. O Orçamento Participativo, no conceito que tem no PT, jamais ia funcionar nesse quadro. E tinha uma porção de problemas políticos. Por exemplo, na saúde tinha uma série de militantes do PT que combatiam o Secretário, um negócio maluco, nunca entendi aquilo. Na educação, por exemplo, que foi o setor que mais teve investimentos, que símbolo nós deixamos? Melhoramos a merenda, colocamos professores em todas as escolas, reformamos todas as escolas, mas não criou um símbolo, não tem um reconhecimento de que melhoramos a educação. Toda a questão era aumento salarial. Aí não tinha solução, tinha que centralizar. Aí a discussão era, vou reformar a escola ou vou aumentar salários? Claro, acho que a Secretaria de Administração pecou de forma terrível, atrasou o plano de carreira, mas nós tínhamos um bom projeto de plano de carreira e o funcionalismo rejeitou por pura ignorância, dentro do PT também tinham funcionários do município que acabavam pressionando. Os dirigentes petistas do Sindicato, ao invés de encarar a massa e defender suas posições, ficavam com medo. Tive uma experiência como Presidente do Sindicato dos Auditores durante o Governo Olívio, em que defendi reajuste zero. Queriam me matar, mas eu encarei. Então tinha que partir para a discussão concreta. Quer que corte a merenda? Esse viés nunca foi compreendido e isso se refletiu nas discussões do partido. E depois melhorou porque houve uma reforma e várias pessoas que faziam críticas vieram para o governo e aí viram como funcionava. Passaram a compreender, o partido acabou sendo contaminado pela base. Ficou mais tranquilo, mas não tinha como fazer a articulação, como discutir com a sociedade, e como a gente estava sempre em crise, não tinha tempo para isso. Sobre como nós conseguimos sempre saudar os pagamentos, eu vou falar depois que fizer sessenta anos. Nós acabamos cumprindo as obrigações através de operações financeiras e tinha que estar concentrado para fazer isso. Isso prejudica enormemente qualquer tipo de discussão. Você está preocupado em pagar a folha no fim do mês e vai numa discussão no partido, (e ouve) “ nós não estamos aí para resolver a crise capitalismo, tem que pagar e tal”, o que eu faço? Eu vou embora e nem ouço. E acho que talvez a gente tenha errado, se nós não tivéssemos pago a folha em dia desde o início, tivéssemos deixado atrasar, talvez tivesse sido pedagógico, mas como a gente sempre deu um jeito, as pessoas achavam que era só pressionar que a gente dava um jeito.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: Politicamente não tem como eu avaliar, porque eu participei muito pouco. Eu não tinha tempo e não tinha estrutura. Toda vez que ia participar de uma reunião, dentro deste ambiente, não podia me contaminar com o ambiente, senão corria o risco de parar a máquina. Sobre a relação com o partido, a impressão que eu fiquei, foi de que alguns nomes, não entendi porque não participaram desde o início, como o Luciano e o Zelmute, extremamente qualificados, não entendi por que não participaram, tem perfil. Quando tínhamos umas duas semanas de governo conversei com o Soler e disse para ele que se quisesse fazer alguma coisa na Secretaria de Urbanismo, teria que fazer a coisa essencial da Secretaria, liberar alvarás, senão não ia conseguir fazer nada, e ele travava as atividades. Por exemplo, na questão do PAR, nós reunimos com os empresários da cidade e dissemos para eles que iríamos fazer o projeto e eles não queriam porque alegavam que teriam pouco lucro, estavam acostumados a fazer poucas unidades, mas terem um lucro maior, e o PAR é exatamente o contrário, você tem pouca margem, mas faz bem mais unidades, acaba tendo um resultado melhor para a empresa. E aí, qual era a posição da Secretaria? “Ah, nós temos que ter cuidado com os empresários, não podemos negociar muito”. Então era isso, sempre criando dificuldade, esse tipo de perfil não é para administração pública. Nos alvarás, por exemplo, não havia acompanhamento. Mas também não é só ele, a postura do Prefeito também foi terrível, se meter naquela discussão dos comerciantes, a Prefeitura não tem nada a ver com aquilo. Nós produzimos símbolos políticos que nos atrapalharam muito. Por outro lado, não tinha resolutibilidade. Quando assumiu

o novo Secretário, eu disse “resolve a questão dos alvarás” e ele resolveu, não sei o que fez. Pronto, acabou o problema. Na questão da saúde também, o secretário era super reconhecido na área, mas não sabia administrar. A Secretaria da Administração sempre teve uma relação hostil com os funcionários, não pode ser assim, já tem o financeiro que se atrita, tem que ter um diálogo. Em Porto Alegre, por exemplo, a cidade não votava na gente porque a gente era de esquerda, votava porque tinha resultados, quando não teve mais, acabou. Muito objetivo. O status que teve o Mário Filho no Governo, um cidadão completamente despreparado, isso foi um desastre. Boa parte dos problemas na Câmara foi em função dele, e quem acabava intervindo lá era eu, que não conhecia as pessoas e não tinha qualificação para isso. Então, quando o financeiro acaba tendo que intervir nestas questões (...) na área de comunicação, chegou um momento, em 2003, se contratou uma pesquisa e o Marroni perdia até para o Harter, a Prefeitura bem avaliada e Prefeito perdia. Aí nós começamos a bolar um plano de comunicação. Ou seja, quando o cara das finanças vai se ocupar da questão da comunicação (...) depois melhorou com o Charles, fui eu que indiquei ele, nem o conhecia, o conheci quando ele fez uma matéria sobre o IPTU, quem faz uma matéria como aquela tem competência. Aí a gente tinha toda uma relação com a imprensa, mas aí vinha uma crítica e o Prefeito se indignava. A discussão do PT era uma discussão muito intramuros, não refletia a dinâmica da cidade.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: O problema é que a realidade concreta era tão complicada que nunca houve proposta divergente nestes fóruns. Uma vez eu disse que não ia mais participar das reuniões porque você acaba com a reunião. A questão é simples, as pessoas estavam assustadas com a situação, ficavam amedrontadas. A crise financeira era tamanha que as pessoas sequer tinham coragem de fazer alguma elaboração. Um exemplo disso é uma reunião que estávamos fazendo, todos muito cordiais, e eu recebo um telefonema avisando que a Prefeitura teria um milhão de reais bloqueado. Expliquei ao Prefeito o que estava acontecendo, as pessoas

ouviram, as pessoas perguntavam o que nós iríamos fazer, e eu disse “não sei, vamos ter que pensar”. Nós decretamos uns 8 contingenciamentos. Então a pauta era com temas de questões mais políticas, que não tinha maiores divergências e temas que precisavam de mais colaboração. Essas divergências que tinham dentro do PT, não tinham dentro do governo, fora com alguns secretários que não tinham a menor idéia de como fazer as coisas, isso se deu com a Secretaria da Saúde e com o Soler. A crise, quando é real, ela tem um poder de aglutinação violenta. A possibilidade concreta de atrasar salários, de atrasar fornecedor, é tão cruel e dramática, que o ambiente fica solidário. Talvez por isso não tivemos problemas. Com a maioria dos secretários, não tive problemas.

Pergunta: Então, não existia o tal “Centro de Governo”?

Resposta: O centro se chamava crise. Teve um momento que se criou um centro financeiro, o pessoal achava que tinha muita centralização na Fazenda, que tinha muita centralização, enfim, que estávamos mandando demais. Teve um momento que eu disse “chega, acabou, se gastou demais”. Nós demos aumentos demais, que não podia. Em relação ao transporte coletivo, todas as pessoas que eu conversava no Brasil, sempre foi uma solução negociada, e em Pelotas, sempre confronto. Então, essas coisas, como a crise financeira era grave, elas acabaram não sendo trabalhadas, quem tinha que administrar a crise era o mais pragmático possível e quem não tinha que administrar a crise, ou ficava numa postura que não fazia nada, ou partia para posições messiânicas.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: A proposta que a Prefeitura fez do transporte coletivo era errada, ainda bem que não foi aprovada. Para ser certa tu tens que apresentar elementos de

racionalidade e não aconteceu isso. Em relação ao funcionalismo, era errada, e por quê? O Prefeito e todo mundo, estavam extremamente condoídos e solidários com os companheiros municipais. Quando se faz isso, tu esperas que os caras também sejam solidários e compreensivos contigo e isso não aconteceu. Nós resolvemos a situação dos municipais, quando começamos a ser governo. Minha posição era de, quando houve a primeira manifestação, desconto dos dias parados, imediatamente. O que eles faziam, de deixar fechar creches, não era movimento, era sabotagem. Muitos têm interesse pessoal de não trabalhar, a forma com que se trabalhou as questões, foi complicado. Esse aconchambramento entre governo e sindicato não tem como dar certo. Cada um tem que ter o seu papel. O SIMP criava expectativas e vinham para a gente resolver. Não é correta essa análise de que tínhamos propostas corretas e que não foram implantadas, não eram corretas, não houve diálogo e elas não tinham a menor chance de ser implantadas.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Pelo que eu tenho conversado com o Marroni, nós temos um prefeito completamente diferente, ele aprendeu muito, como todos nós aprendemos como as coisas realmente acontecem. O tipo de experiência que tivemos não se repetiria. Quando se fala em pontos positivos, tem os negativos, que são a contraparte deles. Conseguimos terminar o governo em clima de normalidade. Nós criamos um ambiente solidário e construtivo de trabalho. Nós conquistamos muitos funcionários de carreira e eles viraram petistas. Quem conseguiu produzir soluções no governo passado, naquele ambiente, foram eles, nós criamos um processo que aproveitamos a capacidade das pessoas que estavam ali, e estas pessoas é que salvaram a pátria, que muitas vezes vinham com propostas que a gente conseguia criar soluções. Isso salvou nossa administração, nós criamos uma lógica de serviço público, fizemos funcionar. Num segundo governo, dificilmente teríamos esse ambiente, porque as pessoas que entraram nessa onda foram muito perseguidas. Houve sacanagem com muita gente. Num próximo governo a questão central é criar

uma lógica de funcionamento administrativo. Construir uma lógica que permita que o partido entenda esses problemas, seja menos messiânico, mas também não governista. O momento nacional agora é muito favorável, tem centenas de projetos federais.

ENTREVISTA CECILIA HYPOLITO

DIA 18/10/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Na verdade, minha militância começou no PT. Muita gente veio do movimento estudantil ou do movimento sindical, e aí entravam no PT. Eu fiz exatamente o contrário. Eu tive uma vivência em casa, tive uma educação socialista, tanto por parte da minha mãe como do meu pai. Eles tinham uma visão de mundo, pregavam isso, do ponto de vista social e religioso também, eles eram espíritas. Nós tínhamos uma educação de sociedade libertária. Quando o PT estava sendo formado, nós debatíamos muito em casa, meu pai achava que aquela visão de partido sem padrões era muito radical. Eu compreendi aquele debate e entrei no partido. Todo movimento quando inicia tem a tendência de ser bastante sectário, até para poder se firmar. Então, a militância se deu dentro do PT, e no PT, nos grupos de esquerda. Eu entrei para a AVALU, de tendência trotskista. A partir daí eu comecei a discutir o movimento sindical, era professora, militei no movimento e participei da fundação da CUT. Já em 82 fizemos a discussão sobre candidaturas e aí nós decidimos que eu seria candidata. Eu sou professora de educação física, dava aula no Colégio Pelotense. Participei do sindicato, depois do Parlamento, mas em muitos momentos eu voltei para a sala de aula, que acho que é uma coisa muito boa, te permite fazer uma avaliação sobre o trabalho que está se fazendo, tendo uma visão de fora. Me liguei também de maneira mais específica no movimento de mulheres, logo que assumi como vereadora estava começando em Pelotas o Grupo Autônomo de Mulheres, em razão de Pelotas ter um índice de violência muito grande contra a mulher. Participei da fundação do GAMP, participei também de movimentos na área artística, que foram muito importantes na época da ditadura

militar, isso resultou em uma série de projetos do mandato, como a casa de acolhida a mulheres vítimas de violência, a transformação do posto da mulher para a delegacia de Pelotas, e depois também, mais na área ambiental, foi uma área que comecei a ter atuação, acho uma área estratégica para o país, e que infelizmente ainda não tem sido conseguido ser colocado no patamar que merece, que é a primeira linha. Para falar em desenvolvimento, tem que falar em movimento ambiental. Trabalhei essa questão no IBAMA, eu hoje estou na CGTEE, na Coordenadoria de Responsabilidade Social. Essa questão hoje acho fascinante, estou afastada do debate sobre a questão parlamentar, esse debate hoje não me agrada, acho que tem muita coisa, continuo como militante do PT, mas tenho certeza de que continuo socialista, continua a necessidade da gente trabalhar a questão da igualdade social.

Pergunta: Gostaria que tu me falasses mais sobre o momento da fundação do PT em Pelotas.

Resposta: Diferente do que muitas pessoas falam, o PT não foi constituído em Pelotas somente por estudantes, é que nós éramos muito jovens, no meu caso mesmo, eu já era professora. O PT começou aqui com os jovens que militavam no movimento estudantil, com jovens que começavam a militar no movimento sindical, os sindicatos tinham passado por uma brutal repressão na ditadura e começavam a surgir novas lideranças, tinha oposição nos municipais, na construção civil, nos motoristas, e trabalhávamos para a composição de chapas em outros, como na alimentação. Então, a pessoa militava nesses movimentos e estava no PT. Tinha também grupos políticos vinculados à Igreja e grupos vinculados a grupos trotskistas, muitos aqui em Pelotas: o grupo vinculado à AVALU, que eu participava, a Libelu, eram grupos com diferenças, mas todos ligados ao trotskismo. Posteriormente vieram os grupos vinculados ao PRC, que era vinculado ao PMDB e que veio para o PT. E aí a organização do partido em Pelotas se deu mais ou menos como em outros lugares. Aí se dá a fundação do PT, em 79 a gente começou com o movimento e em fevereiro de 80 nós criamos o PT aqui também.

Pergunta: Levando em consideração a origem do Partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização

bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Eu acho que o PT, tenho certeza, o PT não se construiu como outros partidos, como o PCB, que já tinha um programa pronto, o PT surge de uma crítica à visão que os PCs tinham sobre a questão do governo e das sociedades, a questão da União Soviética, a burocracia que estava se formando. Se quiséssemos só entrar para um partido, tinha vários que tinham história na esquerda no país, mas não era isso, tinha a questão da independência de classe e a questão de construir no programa a tua visão. E então, no PT, sempre tudo foi muito discutido, nós tínhamos nossas diferenças, mas tínhamos momentos ricos de debate, de formação política, de estabelecer políticas, como por exemplo, qual a nossa visão sobre o Parlamento, mostrar a concepção petista de legislar. Nós vamos propor que os governos tenham participação democrática, a questão do orçamento participativo, cheguei a apresentar em Pelotas um projeto neste sentido. Nós tínhamos algumas questões, como não permitir a aposentadoria de parlamentares com 8 anos de mandato, não receber diárias, o modo petista de governar, a visão de ir construindo, até a defesa do socialismo. Então a visão que a gente sempre teve sobre a institucionalidade, é de que nós sempre deveríamos trabalhar nela visando a democratização. Trabalhamos pelas eleições diretas, mas não era só a eleição, era também trabalhar pela democratização. Nós temos muito que trabalhar na questão da conscientização, a média política da sociedade é muito baixa. Então, vejo que nós somos pioneiros na luta pela democratização, a população deve dizer como os recursos vão ser utilizados, é uma forma de dividir o poder, de dizer para as pessoas, “estou chamando a participar”. O problema foi o de cair em algumas contradições, a gente tinha como programa a defesa do orçamento participativo, mas nem todos os nossos governos trabalharam com ele, foi muito forte no Rio Grande do Sul, inclusive no Governo do Estado, mas por exemplo, no Governo Federal, nós não tivemos nenhum processo no sentido dessa democratização, de garantir a participação das pessoas, embora tenha melhorias na questão econômica, na questão da distribuição de renda, e também a questão, que antes tudo o que acontecia nos EUA chegava muito forte aqui, e agora estamos vendo que é diferente, tem uma crise forte lá e

aqui está devagar. Nossa economia se estruturou de uma forma, antes estavam entrando 113.000 estudantes por ano na universidade e agora são 227.000, e isso é a inclusão social. Agora, do ponto de vista (...) o PAC foi imposto para a população, não foi discutido, a gente não chamou o debate com a sociedade como um todo. A valorização democrática não tem sido a marca do governo Lula. A gente tem visto um monte de governo do PT que ou não fizeram orçamento participativo ou começaram e não seguiu. Qual é o modo petista de governar? Em Porto Alegre teve, em Bagé não teve, em São Lourenço está tendo desde o primeiro ano. O que está havendo é que hoje tem muito mais peso os mandatos, eles é que acabam decidindo, e aí passa uma visão deles.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem

implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base, nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Eu acho assim, democracia é democracia, é que nem aquela história, não tem meio grávida. Nós temos problemas no PT hoje, em graus diferentes, dependendo do lugar. Eu tenho como base a relação que se estabeleceu na Prefeitura de Porto Alegre, eu pude como deputada presenciar. No governo Olívio, eu fui relatora do orçamento, nós tivemos que reunir com a sociedade organizada, e tive que tratar com todo mundo sobre isso. Tudo tem se que discutir com todo mundo e não pode querer que as pessoas vão para o debate para concordar contigo, acho que na Prefeitura de Porto Alegre e no Governo do Estado foi a mesma coisa. Se não houver a tensão, é porque o partido está se omitindo. Eu vi isso no Diretório Nacional, o Partido se omitindo, aí dizem: “o governo é maior que o Partido”. É claro que é, mas o PT tem que estar discutindo. Nós não podemos perder a identidade no meio do caminho, se a gente está no governo e vai lá discutir com os arroteiros, por exemplo, a gente tem que saber que nós representamos a agricultura familiar, os sem-terra. O partido não é o governo, o partido é o partido com seu programa e com a responsabilidade que construiu junto aos movimentos sociais. Depois que a gente está no governo, tem muita gente que se aproxima para também compor, e tem que participar, mas tem que saber que tem os partidos que fizeram parte da composição. Os partidos têm que estar no Conselho Político e todos devem ter o mesmo espaço, e o nosso governante tem que estar mais afinado com o que foi decidido pelo partido. Essa polêmica sempre vai acontecer. O segundo momento dessa relação deve ser o conselho dos secretários, das pessoas

do governo, para fazer o debate, os secretários colocarem o debate feito pelo movimento social. Tem que ter uma coordenação e não pode ser de uma, duas pessoas. As decisões do governo devem ser tomadas por uma instância, senão isso não é democracia. Esse encontro do partido que te referes, as propostas feitas, elas não foram implementadas. Se tu só és chamado para ouvir que é para fazer (...) aí a democracia maior deveria ser garantir espaço de discussão do orçamento com a sociedade, que é de todos e todo o mundo tem o direito de participar dele. Todo mundo tem direito a participar da discussão. Tem que ter o espaço de discussão. E aqui em Pelotas, participei de várias reuniões do Orçamento Participativo, a assembleia cheia, as pessoas vieram para fazer discussão política (...) no primeiro ano, depois no segundo nós tivemos um arremedo de Orçamento Participativo. Naquele período eu voltei para a escola e ali conversava com os colegas, o pessoal falava isso. Ali na escola eu pude perceber, as pessoas diziam “aqui no bairro a gente deliberou que o melhor é fazer um muro mais alto na escola”, aí a Prefeitura não quer fazer um muro porque diz que o muro vai aumentar a violência, tem que ir lá conversar com as pessoas, tem uma comunidade que se organizou e pediu um muro. Eu acho que aqui a gente criou a expectativa e não cumpriu, e foi um dos motivos que fez a gente perder a eleição. Porque, com certeza, nós fizemos o melhor governo que Pelotas já teve, mas não foi suficiente para ganhar a eleição. Em Porto Alegre tinha um diferencial de comprometer as pessoas, as pessoas estavam comprometidas com aquilo.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema? Nesse processo, o FAS teve sua

representação aumentada, principalmente no primeiro escalão do governo. Como isso aconteceu?

Resposta: Acho que teve um problema de método desde o início, acho que na eleição, na coordenação de campanha, esses métodos já se expressavam. Desde o primeiro momento, o que se acompanhou não foi uma discussão do Prefeito com o partido, desde a primeira vez que houve a decisão das secretarias, sempre foi com base na acomodação, quem definiu secretários foi o Prefeito e ponto. Chama a corrente tal e propõe a secretaria para assumir. Tivemos alguns compromissos anteriores ao processo eleitoral, algumas pessoas afirmam isso, como o Arilson na Secretaria da Saúde. Quando fui conversar com ele sobre as prévias, ele me pediu um compromisso de que seria ele o Secretário e eu disse, “isso não dá para fazer”. Na Secretaria da Educação acho que também tinha isso, por isso acho que de certa forma foi por isso que o Adinho foi para o PPS. A nossa reivindicação era a Secretaria de Desenvolvimento e o SANEP, que era onde nós tínhamos acúmulo, mas aí teve a imposição da Educação. Acho que é importante isso, os grupos políticos reivindicarem espaço onde têm acúmulo. Nosso grupo político tinha experiência nessas questões, nós tínhamos feito esse debate, o desenvolvimento da metade sul. A Secretaria da Educação, tentar nos colocar ali, a ideia era pela questão da minha liderança nos municipais, utilizar para isso. Por exemplo, o Ivan foi proposto para ser Secretário de Transportes, mas aí tinha incompatibilidade do prefeito com o Ivan, tinha a proposta do Renato, com toda a experiência dele, mas aí indicam para administrar a Pedreira. Aí as coisas se dão por arranjo, o que aconteceu foi que os grupos discutiram direto com o governo, e o que aconteceu dois anos depois, foi outro arranjo. O partido tem que fazer o debate, e não ser uma correia de transmissão do Prefeito. Aí chegou em um determinado momento, aquela célebre frase do Golbery, de dividir para governar. Em um momento interessava compor com alguns grupos políticos, em outro momento interessava compor com outros.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura

do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: A gente volta para o problema do método, porque para estabelecer um governo democrático, tem que ter método de participação. Quando o diálogo com determinado setor não é aquele que está se pretendendo, aí parte para o autoritarismo. Com os municipais, além de ter tido posições autoritárias, claro, não é questão de ter que atender todas as reivindicações, senão não vai estar sendo democrático. Nós não pensamos isso, mas aí é a questão “se não fecha comigo eu não discuto”. Isso é infantilidade, coisa de criança. Acontece quando eu quero, aí não é a democracia. Com os municipais, algumas questões autoritárias, como ameaçar cortar o ponto, ameaçar tirar coisas que já haviam sido garantidas. Não se faz isso. Eu vi em Porto Alegre, o Olívio dizia que não tinha condições de oferecer mais, aí a categoria não queria, mas ele dizia que ia continuar oferecendo aquilo, mas aqui, quando dizia que não queria, aí dizia, “então não ofereço mais nada”. A questão do corte do ponto, eu era deputada e me posicionei, como um sindicalista que virou Prefeito vai cortar o ponto? Se faz toda uma luta pela democratização, pela sindicalização dos funcionários públicos, e aí vem o Prefeito do PT e diz que vai cortar o ponto. Participei do processo que levou à negociação, aí quando chega o contracheque vem um monte de descontos, um monte de vantagens tiradas, sem avisar. Aí não tem como esta categoria não se sentir traída. Aí tem coisas como, por exemplo, soco na mesa, que não precisava, essa arrogância não leva a lugar nenhum. E o Bernardo, na época dele a relação também não era nenhuma maravilha. Passei por isso, uma vez conversando com operários da Prefeitura, quando vi entrou a Brigada, dizendo que tinha motim. Mas nós fizemos 29 dias de greve sem ter ponto cortado. Aí na hora de colocar na balança não tem como achar que os municipais não têm consciência política porque não votaram no candidato do PT. Em relação ao comércio, colocaram a culpa no secretário, mas a gente sabe que num governo centralizado quem decide não é o secretário. Em relação às catracas, nós cobrávamos desde o governo Anselmo, que as empresas de ônibus estavam com os contratos vencidos. Então, isso tinha que ser renovado, mas não colocando junto as pautas da questão dos contratos com a questão das catracas, que permite que, sem discutir com ninguém, o setor empresarial se junte com o

movimento dos trabalhadores. Quando se trabalha com uma categoria que o empresário chega nos trabalhadores e diz “a gente não sabe se vai manter vocês porque não sabe se vamos ser nós que vamos ganhar”, tinha que fazer separado o processo. Porque para os empresários não interessa o controle da catraca, mas para a população interessa. Acho que o que faltou aqui em Pelotas foi ter uma empresa como a EPTC em Porto Alegre, que pode controlar esse debate, ter acesso aos gastos, arrecadação. Mas aí não fizeram o debate com ninguém, o projeto foi pra Câmara sem ter discussão com os vereadores, e quando não se ouve ninguém é certo que vai dar problema. A falta de método, se propõe tudo junto, permite que os trabalhadores se juntem com a patronal.

Pergunta: Concluindo nossa conversa sobre a questão do governo, porque tem outros temas que quero ver contigo, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas para esta nova gestão? Junto com isso, levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo, ou não?

Resposta: Tenho absoluta certeza que nós fomos o melhor governo que teve na cidade, mas não conseguimos ir bem foi na questão da relação com os movimentos, não teve Conselho Político, a relação com a Câmara era feita pelo Vice-Prefeito de maneira ocasional, o Orçamento Participativo não deslanchou, teve a questão de “só chama se concordar comigo, senão não chama”. Nós não conseguimos comprometer a população com o nosso projeto e assim fazer com que ela garantisse a nossa reeleição. As instâncias de participação democrática não se efetivaram e muitas vezes a população se sente traída. São coisas que vão acontecendo no meio do caminho, que vão somando e que faz com que a gente não se diferencie dos outros. E na questão da esquerda partidária, penso que desde o início nunca foi

discutido com o partido, foi sempre discutido com os grupos políticos, separadamente. Não houve a possibilidade de a esquerda se fortalecer, de propor outro método para o processo, e quando propôs não teve força. No período do PED, quando se propôs uma atuação conjunta, não se teve competência para ganhar aquele processo. Não soubemos utilizar as questões, teve aquela questão de 2005 (crise do “mensalão”), muita gente ficou descontente, muitos se afastaram. Nunca houve mobilização de fato, do campo da esquerda, consistente. E aí se tem uma maioria no partido, que não reúne o Diretório, que é o mesmo campo político que coordena a campanha, é o mesmo grupo político que vai estar coordenando o Governo (...) tem uma falta de vontade política de chamar a todos para participar. Têm práticas muito complicadas dentro do Partido que o Diretório Estadual não conseguiu ajudar a mediar, chega ao exagero de atitudes como me desautorizar a falar em nome do partido. Esse método é ótimo para destruir o partido e a esquerda não teve competência para propor outro projeto.

Pergunta: Em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Quais as razões que levaram a esquerda a não ter um pré-candidato que disputasse as prévias? O que este fato alterou na vida partidária em Pelotas?

Resposta: Quero começar isso por uma avaliação um pouco maior daquele período. Têm situações que levam o partido a ter grandes derrotas. Quero começar por Porto Alegre. Quando o partido conseguia não ir dividido para o processo eleitoral, sempre vencia. O partido foi derrotado quando os interesses particulares começaram a se sobrepor ao partido. Sempre teve a questão de o vice ser o candidato a prefeito da outra vez. Naquela vez, naturalmente seria o Fortunatti o candidato a prefeito, aí o que aconteceu? Eu estou aí também fazendo uma crítica à nossa posição, eu apoiei a candidatura do Raul, mas o que aconteceu? Nós nos perdemos pela linha de fundo, nós éramos contra a reeleição, me lembro de um panfleto do nosso mandato em que a gente colocava a reeleição como rei (no período do governo de FHC), mas aí nós éramos contra, aprovou e nós começamos a querer disputar o processo, e aí

começa a contradição a falar mais alto. O Tarso criou um processo para não deixar o Fortunatti ser o candidato, criaram uma falsa polêmica, dentro de uma falsa visão de que o Tarso era melhor de voto, embora o Raul tenha vencido no primeiro turno com um monte de candidatos. Não quero defender o Fortunati, mas que ele se sentiu traído e a partir daí foi pra outro projeto (...) o Tarso disse que não ia sair da Prefeitura e saiu depois. Nós começamos a ser um partido que não merecia mais a confiança, porque a população de Porto Alegre tinha uma relação de confiança com o PT. E aqui nós estávamos num processo de crescimento, vínhamos de candidaturas em crescimento. E aí, quando temos a possibilidade de ganhar, se constrói uma relação de disputa no PT. O Marroni, eu entendo que queria mais era se fortalecer para ser candidato a vereador naquela prévia. Nós elegemos 4 vereadores, então tinha crescimento partidário. Naquele processo, muita coisa do debate se dava esperando que o Bernardo fosse o candidato, então a disputa é para quem seria o vice. Aí se construiu uma falsa polêmica. Aí eu tinha saído da DS, não tinha sustentação, eu disse: “ou sou a candidata para fazer essa disputa e para levar o PT à vitória, ganhar a prévia, ou não”. O Marroni entrou com todo o mundo para dentro do PT, um monte de fichinhas, mais de cem filiados e os antigos filiados não estavam sabendo que iria ter prévias e eu desarticulada. Aí eu fiz uma opção pessoal, se o partido está nessa confusão, então eu caí fora e para minha surpresa, quando eu saí fora, todo o mundo retirou o nome e só ficou o Marroni, tive a impressão que estavam brincando de prévias. Aí o Bernardo não veio, tinha certeza que ele não viria, e o Marroni teve que ir, não dá pra desconsiderar a ousadia dele. E depois que ele foi eleito Prefeito eu não aceitei mais disputar a eleição, eu não queria desautorizar ele como acho que o Tarso desautorizou o Olívio. Entendo que todo o mundo pode julgar e fazer sua avaliação, mas eu tava no meu limite, tava sem grupo, iria ser candidata de mim mesma.

Pergunta: Em 1997, durante Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembra do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: Acho que tem coisas que se faz na política, que se pode estar tapado de razão, mas, acho que naquele momento a esquerda teve uma série de precipitações, naquele momento ainda se tinha uma cultura da questão partidária e das pessoas votarem no Encontro, ainda existia disputa. Que houve a atitude do Milton de pagar para uma série de militantes, também aconteceu isso, mas acho que as precipitações foram as seguintes: quando se soube que um cheque do Milton iria pagar todas as contribuições, o Renato foi para o plenário e fez a denúncia e ele acabou escondendo o cheque. O fato de ter sido afastado da liderança da bancada, ali ele começou a construir a questão de não ter tido direito a defesa, isso a gente não pode cair em contradição, a gente tem que ter aquela visão de manter a coerência. Ele foi afastado da bancada sem ter tido oportunidade de ter o processo concluído. A gente colocou o debate para fora do partido sem ele ter sido concluído na Comissão de Ética. Uma terceira coisa que me dei conta um bom tempo depois, todo o mundo afirmava que o cheque era do Milton, eu me dei conta depois que naquele período o Milton não tinha cheque, ele estava com problemas no banco, quando ele colocou o cheque no bolso e permitiu que se dissesse que o cheque era dele, ele encobriu alguém, e assim ficou de Joana D'Arc perante o grupo dele, assumiu para ele. Teve uma série de erros no nosso encaminhamento. A própria Comissão de Ética, o relatório de Salvador, acho que ali começou a se construir a relação do Salvador com o Luciano, o Luciano faltou na reunião da Comissão de Ética. E assim, ele (Milton) foi ao longo do tempo estabelecendo outros padrões que não os padrões éticos do PT. Ele esteve sempre dentro desse grupo maior do José Dirceu. Acho que determinadas práticas passaram a ser corriqueiras dentro do partido, passando de um grupo para outro. Essa é uma crise que o PT tem hoje, da essência do programa do partido, da relação com a sociedade. Como o PT trabalha hoje a questão do socialismo e da democracia? Essa é uma página que o partido tem que resgatar ou então nós vamos continuar vendo que a sociedade considera o PT um partido como os outros.

ENTREVISTA CLÓVIS RAMOS

DIA 08/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Eu era um atleta de handebol e treinador da seleção de Rio Grande de handebol feminino, entre os anos de 69 e 74. Em 75 passei a me aproximar da Igreja Católica, por conta dos grupos de juventude, numa militância que durou por volta de 15 anos, a Pastoral da Juventude, encontro de jovens. Nós fizemos um tipo de encontro de jovens que focava mais a questão social, por conta de uma grande amiga minha, uma irmã. Ela começou a fazer cursos em Caxias do Sul e quando ela voltou para Rio Grande, nós começamos a conversar e ver aqueles materiais, constituindo comunidades de base. Em 76 eu fiz vestibular e em 79 comecei a militar na Viração. Embora fosse da Igreja, eu tinha respeito pelo pessoal do PCdoB. Não era dirigente, mas era o principal aliado no movimento estudantil de Rio Grande. Depois, comecei a ter bastante ligação com o movimento operário, com o pessoal do Porto. Em 82 passei em Recife e em 83 me filiei no PT. Não quis ser candidato porque tinha uma visão, e ainda tenho, de que tem que privilegiar quadros mais antigos. Em 88 me elegi vereador, um mandato de muita luta. Naquela época elegemos o Prefeito e seis meses depois nós o expulsamos do Partido, por conta de uma série de atritos. Era um governo meio a meio, metade de secretários escolhidos por ele e metade escolhidos pelo Partido. Ele, na verdade, ficou com medo de ser PT, começou a dar demonstração de afastamento do PT, disse que não iria apoiar o Lula em 89, não queria contribuir com o partido e depois de uma série de debates internos, o PT resolveu expulsá-lo. Tínhamos dois vereadores na bancada, eu e o Vladimir Guimarães, do PCdoB. Nesse período, eu era um meio prefeito, pois fazia a ligação entre as secretarias, as secretarias se emprestavam materiais e

equipamentos entre si, fizemos um mandato bem interessante. Uma secretaria tinha o veículo, mas não tinha a roda, outra tinha a roda, mas não tinha o veículo. Eu fazia esse trabalho e também o trabalho de articulação em vilas e tal. A minha vida sempre foi essa, sempre fiz reuniões de noite, por isso nunca estudei à noite. Depois do mandato, fui assessor do PT na Câmara, fui dirigente da Articulação de Esquerda, fui coordenador do Orçamento Participativo na região sul no Governo Olívio, fui assessor do deputado Adão Pretto em Brasília.

Pergunta: Levando em consideração a origem do Partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Já tive uma experiência na Prefeitura de Rio Grande, mas acho que o PT, na época, quando assumia as prefeituras, havia uma tendência de tentar fazer tudo, não havia um movimento no sentido de centralizar mais o esforço, de fato o exercício do poder toma muito tempo e acaba que o partido acaba se tornando uma coisa que se choca com um envolvimento mais direto na administração. Lá em Rio Grande, nós tínhamos muito claro que o PT era metade do governo e nós reuníamos todas as semanas e depois passávamos o que havia sido discutido para o Prefeito. Eu acho que o partido não pode de modo algum ser colocado de lado e aqui em Pelotas houve isso. Aqui, durante muito tempo, o Diretório sequer se reunia, só reunia quando era interesse do governo aprovar alguma coisa. O pior nisso é a perda do sentido da luta de classe, para que se quer assumir o poder, se não para fortalecer a luta dos trabalhadores? Os nossos dirigentes pecam por isso, uma por acumular cargos e outra por tirar do partido os seus principais dirigentes, levando-os para uma administração que vai sugá-los por muito tempo e muito pouca coisa revolucionária se consegue fazer. A gente se atira na burocracia e acabo fazendo muito pouco na questão do compromisso social. É uma questão que tem de se ter um certo grau de maturidade para entender, tanto do lado do governo quanto do lado do partido. Tem que ter dirigentes partidários com um tempo para visitar as

secretarias, para visitar os movimentos sociais, para se relacionar com o povo, e com isso tu vais democratizar o partido, pois esse processo vai burocratizar o partido também. E aí vai precisar estar organizado para isso, pagar os dirigentes que vão fazer esse trabalho. Para que se quer ganhar uma prefeitura? Não é para prestar melhores serviços, é para construir uma ferramenta de lutas e quando nós ganhamos o poder nos esquecemos disso. Quando o partido começa a crescer, faz um discurso centrado na questão ética e na questão da excelência administrativa e não na questão da luta. Se começa a ter um discurso mais amplo. Por exemplo, “Pelotas para todos”, e isso se transforma num trunfo para o Prefeito, várias vezes eu vi ele dizer em reuniões do Diretório: “o governo não é do PT, é um governo para todos”. Sem dúvida, essa é uma questão difícil de resolver, mas só vai se resolver quando se priorizar o partido.

Pergunta: Mas, Clóvis, sobre isto queria aprofundar um pouco mais contigo. Agora há pouco, conversando com o Eduardo Abreu, ele fazia uma clara distinção, por exemplo, entre a gestão do Olívio Dutra no Governo do Estado, vendo nela um exemplo de gestão exercida com mais critérios democráticos e classistas, e a gestão do Marroni, por exemplo. Como vês isto?

Resposta: Isso às vezes se dá pelos próprios inimigos que se tenha, a burguesia pelotense é muito parada, pouco dinâmica, então eles entraram numa linha de cooptação do governo, puxando para acordos, muito mais do que a burguesia gaúcha fez com o Olívio. Teve, por exemplo, a FARSUL como o grande inimigo do governo, em momentos em que a agricultura nunca teve tanto incentivo. Ideologicamente, eles não aceitavam isso e travavam uma disputa, junto com a RBS. Isso levou o governo Olívio a ter bandeiras de confrontação bem claras, como a questão da reforma agrária, o que levantava os ruralistas contra. Algumas questões do governo Olívio levaram ao confronto com o *status quo* gaúcho, ao mesmo tempo em que alguns setores não podiam ser contra, pois várias iniciativas lhes eram favoráveis. Não eram a favor, mas também não podiam ser contra. Esses setores passaram a ter contradição. Aqui em Pelotas também houve algumas contradições, como a questão ambiental, por exemplo. Acho que teve mais caráter de disputa, a falta de inimigos é um problema sério para um governo popular, não ter quem combater, não aglutina forças, para quem pensa que um governo é para aglutinar forças para o lado dos trabalhadores. Em Rio Grande, o partido tirou apoio

na defesa do Porto e o Prefeito não veio para essa luta. Aqui em Pelotas também faltou isso, ao mesmo tempo que se faz política inclusiva, tem que ter organização social. Aqui se tinha não sei quantos ranchos distribuídos por semana, sem nenhuma organização social. Uma das coisas que a Articulação de Esquerda fazia crítica era na relação do Executivo com a sociedade. Essa relação era toda ela permeada pela cooptação, e não pelo organização. O Orçamento Participativo, por exemplo, era o palco para o prefeito dar discurso, a proposta já vinha de cima para baixo, meio pronta. Uma outra questão, e isso foi o Beletti quem me falou, que trabalhava na Secretaria de Habitação, era que as propostas apresentadas, não se dialogava com a população, havia poucas pessoas nas assembleias, tanto é que este processo não apagou com o Todo Poder Emana do Povo, do Bernardo, que poderia ter ficado na história, apenas. Não havia grande diferença entre eles. O Beletti criticava também aquela coisa do “Prefeito no Bairro”, se vê hoje a propaganda eleitoral e vê que é o que o Fetter propõe, diz que é participação popular, e o Marroni usou isso, e isso é a coisa mais anti-participação que existe. Em quatro anos de governo nós fomos incapazes de propor uma reorganização do movimento popular de bairros. O centro do nosso debate na Articulação de Esquerda era esse, o governo não tinha de fato uma comunicação com a sociedade, porque não tínhamos um projeto e nem firmeza nos nossos propósitos. Nós não tínhamos lado e não tendo lado ficávamos em cima do muro, fazendo reuniões com SINDUSCON, Associação Rural, e no outro dia ia reunir com os trabalhadores. Tivemos vários erros de comunicação mesmo. Por exemplo, a questão das catracas eletrônicas, os funcionários municipais. O Marroni deu aumentos muito maiores dos que estavam sendo dados naquele período, mas ao mesmo tempo tirou um monte de vantagens, no mesmo dia. É falta de comunicação, mas também falta de firmeza de propósitos, falta de eleger um projeto, de trazer o partido e os movimentos sociais para o centro do debate. Eu vi uma reunião com o Marroni e o MTD, em que ele bate na mesa e quase pula em cima das pessoas. Não ajuda o movimento durante quatro anos e depois vai para a briga com o movimento, um movimento que é aliado ideológico do partido.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faça suas

observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base, nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Exatamente isso eu posso observar olhando as minhas anotações sobre as reuniões daquele período. Mas passou muito tempo sem ter reuniões, que só via acontecer no processo eleitoral, quando os estrategistas do governo anunciaram o “golpe de mestre” sobre o Bernardo, que era colocar aquele cara do PPS na Secretaria de Desenvolvimento Rural, o cara que queria fazer as mini-hidrelétricas na zona rural. 2003, principalmente, é um ano em que o governo se fecha, o partido não aparece nos movimentos sociais, mas isso era uma tática. Estava chegando a época eleitoral, tinha de se aproximar de outros setores, tinha que ter uma posição moderada, um governo para todos. Quando chega a eleição, os CCs do governo não fazem campanha, a maioria não se envolve na campanha, a militância segurando bandeira nas ruas e os CCs no centro fazendo compras. A desconexão que existia, o cara chega na secretaria tal e é atendido por um CC do Ornel, o mesmo que alguns anos antes chamou o Marroni de tudo, para todo mundo ouvir. Isso começa a afastar a militância, aí não tem partido que resista. Em quatro anos, isolou o partido, os dirigentes do partido estão envolvidos com o governo. Na nossa corrente houve um problema onde os dirigentes que votavam no Diretório eram aqueles que estavam no governo e que tinham rachado com a corrente na época da prévia ao Governo do Estado, apoiando o Tarso Genro. Faltou ao governo essa capacidade para aglutinar as forças internas do partido. Era um governo de conciliação, sem lado, sem compromisso com o povo e o povo sabe que quando um governo não tem um lado, ele privilegia os mais ricos. Era um governo que fazia políticas, mas não tinha políticas. Não se construiu na educação, não se construiu na saúde. Alguns setores tinham uma rede construída, no nosso caso, que tínhamos dois companheiros na Secretaria de Desenvolvimento Rural, essa Secretaria tinha trabalho institucional, onde as decisões passavam pelos conselhos, o secretário Ellemar priorizou os conselhos, mas esses conselhos não tinham ligação com o Orçamento Participativo, que fazia outras reuniões, com outras pessoas. Quem decidia os serviços era aquele conselho do distrito, e claro que aí se faz política, faz o debate ideológico. (Nesse momento, a entrevista é interrompida em razão de compromissos do entrevistado.)

CONTINUAÇÃO ENTREVISTA CLÓVIS RAMOS

DIA 17/10/2008

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: 2002 foi o ano da eleição estadual, que o Tarso perdeu. No início do ano houve a prévia e acho que isso teve a ver com q questão aqui. Me lembro que uma semana antes da eleição, eu era membro do governo, estávamos praticamente sem ter o que fazer, tinha uma coordenação de campanha que nos alijou do processo. O Tarso não gostava de falar no governo, tentava se constituir como um terceiro elemento, e quem fez isso foi o Rigotto. A reforma de governo tem a ver com isso, pega as questões internas, a política deles sempre se deu pela cooptação, nunca houve espaço para as pessoas criticarem o governo e a partir daí construir alternativas. Acho que o Soler, no fundo, pagou o preço disso também, foi a bola da vez. Deixa eu ver, outros secretários que assumiram nesse período...

Pergunta: Nilo no SANEP, Daniel no Desenvolvimento Econômico.

Resposta: Isso. O Delevati, na verdade, foi um secretário muito fraco durante todo o período do governo. Não é fácil trabalhar nas secretarias que não são de ponta. Isso o Governo Lula tem de bom, tem muito projeto, que permite ir construindo, conquistando vitórias. Nossa crítica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico era a falta de um projeto. Estávamos tentando retomar projetos que não fecham mais com a realidade. A saída do Delevati veio nesse sentido, não tinha projeto. A

entrada do Daniel deu outra cara, mas naquele período era difícil, o país não crescia.

Pergunta: E o crescimento do FAS neste processo, como vê?

Resposta: Isso tudo começou em 2002. Teve um acordo lá em 2002. A questão das candidaturas, que se expressaram no governo depois. Tanto que no ano passado, para não deixar o Círio ser Vice-Presidente do partido, o Salvador cobrava isso dizendo que eles haviam rompido o acordo. Nós éramos um setor praticamente latindo à margem. Mas isso não resolveu a principal questão, a relação do partido com o governo. Continuou o Partido sem reunir, com reuniões esvaziadas, com o Governo sem prestar contas ao Partido. E isso vai desaguar em 2004, com um erro clamoroso, a tentativa de inchar o PPS, pessoas das cooperativas de limpeza sendo filiadas ao PPS, a forma mais escrachada de fazer política. Isso levou à derrota. Isso tudo funcionou por fora do Partido, sem ter no partido o apoio fundamental. Aí tem toda a questão geral do PT, o Marroni se aproxima desse grupo nacional do PT, ele está vinculado à Unidade na Luta. Essa aproximação, (o Marroni) sai do PRC, da CUT Pela Base, o Marroni tem um discurso que tem um fundo de esquerda. Nós dizíamos que estávamos perdendo na comunicação, não conseguíamos construir. Aí se perde o contato com municipais, comerciários, perde a base histórica fundamental, que te levou a essas vitórias. Houve o abandono do partido, o abandono do debate, e deu no que deu.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: O grande projeto, das bacias de transporte, não foi discutido a contento, fomos atropelados. E, no fundo, tinha a questão das catracas eletrônicas, que foi mal debatida e usada pelos rodoviários. Isso dá que, passei na frente do sindicato

esses dias e tava lá com bandeiras do Fetter, os mesmos companheiros que estão nas lutas. Ali foi uma derrota fundamental, e é inimaginável o tamanho dela. Fiquei apavorado com a ação dos cobradores, era uma militância todo dia, falando contra o projeto. Mas ali estava demonstrada a forma como se apresentavam os projetos. O outro projeto, chamado de Pelotas Metrópole, da onde tiraram isso? Um nome burguês, que não diz nada para o povo. Fundamentalmente, não se estabeleceu um processo, uma estratégia, não se construiu aliados. Tem que ter presente que um projeto como esse vai ter que enfrentar a questão das concessões, vai ter que enfrentar as empresas, que são financiadoras eleitorais, que pagam a todos os candidatos, e se pagar os nossos, isso vai ser complicado na hora de construir o projeto. Tinha que ter chamado primeiro os sindicatos, as populações que seriam mais atingidas, colocar isso no Orçamento Participativo. Tem que construir o processo. E vai ter um resultado que não é só a melhora do transporte, mas o aumento da consciência. Vai se meter a mão na cumbuca, e tem que meter mesmo. Quem pode falar sobre isso é o Ivan Duarte, ele se apercebeu disso muito cedo e alertou sobre isso. Ninguém deu bola e quando se viu já tava constituída militância contra, um projeto que já foi aprovado em outras cidades e agora está aqui. Tem que construir as políticas com a população, incentivar. Nós tivemos alguns exemplos positivos aqui na região no Governo Olívio. E o “Pelotas Metrópole” teve muito a ver com a questão eleitoral, que claro que tem que ter, mas, o projeto do transporte poderia ter um grande resultado, revolucionar, o interior com mesmo preço da cidade.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas. O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão? E ainda, levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes

durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo ou não?

Resposta: Minha avaliação é que do ponto de vista dos serviços públicos, a cidade melhorou. Se formos ver amiúde, vamos ver problemas, mas se tem questões gerais, limpeza pública, meio ambiente, cultura, foi bom. A melhor definição que eu ouvi sobre a pessoa do Marroni foi de uma companheira vinculada aos movimentos: “é um adolescente deslumbrado”. Tomara que amadureça, mas acho difícil, acho que outro governo do PT vai ser pior. Mas não podemos descolar isso do momento em que vivia o PT, eram momentos em que estava ascendendo uma maioria da Unidade na Luta em nível nacional, não se tinha posição política, era ganhar a eleição a qualquer custo. Então, cresceu no PT essa visão pequeno-burguesa, diminuiu o compromisso com a classe trabalhadora, sem dúvida. Isso não tinha como não correr aqui em Pelotas. Outra coisa é que o governo desloca o partido, tira os melhores quadros e coloca no governo, e aí é essa loucura, se está sempre tapando furos, parece que é a coisa mais importante e não é. Quando eu atuava no Orçamento Participativo no Governo estadual, a gente fazia reuniões para avaliar isso e discutia de como se perdia tempo com várias questões e isso não trazia resultados. Aí eu vejo, por exemplo, a Prefeitura de São Lourenço, questões da cultura pomerana e tal, que elemento isso traz de socialismo? Um partido onde as pessoas ficam bravas quando se critica, quando se critica é quando está se procurando o melhor, é o momento que mais deveria ser aprimorado. Se for um partido para gerir o capitalismo, tudo bem, aí tá certo. Então, não podemos tirar o elemento do partido nacional. Acho que a esquerda partidária aqui não conseguiu perceber isso, teve um esforço de prévia interna e a nossa corrente resolveu ser contra porque achávamos que não tinham elementos, não tinha tido debate, não tinha tido consulta, o que se construiu até aquele período não permitia a prévia. Houve um esboço de candidatura do Ivan e depois foi retirada, acho que mais por pressão do pessoal de Porto Alegre. Isso seria repetir o problema de Porto Alegre, quando se derrota o governo, está se dizendo que foi muito ruim. O papel da esquerda no governo foi de manter nichos de poder, de correr atrás da máquina. E aí a gente esquece do principal, da política. Eu acho que as condições para o segundo governo são bem piores, uma questão é essa recessão mundial que pode bater no país gravemente e a outra é aqui nós não temos hoje a força da militância social, da organização política.

ENTREVISTA CARLOS DELEVATI

DIA 18/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: A militância dentro do PT se deu por volta de 1982. Minha atividade no movimento estudantil começou em 1980, em Bagé. Quando a gente começou não tinha eleição direta para o DCE e não existiam centros acadêmicos. O presidente do DCE era nomeado pelo reitor. Nesse primeiro ano nós fizemos uma alternativa, que foi constituir o Diretório Acadêmico do Direito e através dali nós adotamos uma postura de DCE através do DA. A partir dali nós tocávamos as lutas de todos os cursos e conseguimos criar vários diretórios acadêmicos no ano seguinte. No ano seguinte tivemos eleições para o DCE e eu fui o primeiro presidente eleito. Tínhamos um pequeno grupo, o Mainardi, o João Motta, mais tarde o João Ferrer, e a partir dali nós aglutinamos uma série de companheiros. Nesse período começamos a militar no PRC, a gente usava o PMDB para atuar. Em 82 elegemos o primeiro vereador e nós já tínhamos uma discussão com o PT. Em 1983 nós entramos no PT. No ano seguinte, eu tive uma crise pessoal, abandonei a Universidade e fui morar para fora. Depois disso vim para Pelotas, não tinha uma militância ativa diária no PT, era mais participação em períodos eleitorais. E depois tive a participação no governo quando o Marroni se elegeu.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me

falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Acho que tem um problema muito sério quando o partido começa a ocupar o poder. Acho que se cria uma confusão, que não se tem muito claro essas questões. Tem uma questão, tem companheiros que tem uma militância muito forte e que é importante que estejam no governo, até por uma questão de fidelidade com as lutas, mas por outro lado, também tem um problema muito sério, que é preencher a maioria dos cargos com elementos filiados ao partido. Acho que isso cria uma confusão muito grande, porque deixamos de ser eficientes por ter que adotar essa prática. Tem uma outra questão muito séria que é que o próprio governo se afasta da discussão do partido, isso é uma coisa que eu sentia, o governo fica autônomo em relação partido. Deveria existir mais discussão, uma conexão direta entre partido e governo e me parece que isso não acontece, ao contrário, parece que o poder desaglutina o partido, é uma sensação que eu tive. E também, esse problema não é só quando o partido governa, esse problema já vem da estrutura partidária. Nós presenciamos nas últimas eleições em Pelotas, tinha um nome já bastante consagrado, e outro, vereador, sem a mesma condição, querendo ser candidato. Mas também não se pode proibir as pessoas de querer uma coisa, não pode dizer que ela é incapaz de exercer determinada função. Então essa questão é relevante e ao mesmo tempo extremamente complexa.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para

que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Na verdade, eu acho que houve sim, centralização das decisões, principalmente das mais importantes. No governo, tive liberdade de determinadas ações que não posso deixar de reconhecer, enquanto membro do governo, de autonomia. Nossa secretaria tinha uma composição de vários companheiros de várias correntes e a gente conseguia trabalhar bem e com certa autonomia, dentro das condições estruturais em que a Prefeitura se encontrava. Mas tinha momentos, nas grandes decisões, eu sempre me senti afastado. Lembro de um episódio, acho que não cabe detalhar, fui chamado para discutir uma ação junto com o Prefeito e alguns secretários, onde foi apresentada uma proposta de ação e eu fui contrário e acabei, na minha defesa, acabei convencendo os companheiros, que aquele

caminho não seria o melhor, que poderíamos adotar outra prática, mas a decisão final foi do Prefeito. Acho que isso é uma demonstração de centralização, apesar de que não podemos esquecer de que dosar isso é difícil, eu na empresa também tenho situações como essa e tenho que decidir. Mas acho que sempre que se pode dividir a responsabilidade é interessante. Criou-se um estigma na sociedade de que o PT era o partido da reunião, da discussão, que passava dias discutindo a mesma coisa. Acho que o complexo é criar formas de fazer a discussão e que ao mesmo tempo não engesse o Governo, que tem uma rotina diária e que muitas vezes atropela o processo administrativo. Mas acho que tem questões maiores, mais amplas, que tem que ter esse processo de discussão. É um problema complexo e difícil de encontrar um meio termo, mas acho que exageros não podem acontecer e acho que dentro do partido sempre houve exagero na discussão e dentro do governo houve exagero de centralização. Eu vivi momentos difíceis, me senti afastado das discussões maiores, que eram relevantes. Aí entra também o perfil de cada governante, e conciliar isso é difícil. Sobre os problemas de algumas secretarias, vejo que numa, por exemplo, tinha um companheiro que eu respeito muito a sua capacidade intelectual, mas, tem coisas que a gente tem desde criança, de querer alguma coisa sem interessar o resto. Então, tem coisas que são complicadas, o coletivo é complicado. Mas acho que temos sempre que estar discutindo. O Governo Lula, por exemplo, várias vezes se faz críticas, e é um governo de composição, tem várias outras forças nele. Se faz, por exemplo, uma discussão sobre a saúde, e aí a saúde acaba indo para o PMDB. Tu tens pouco controle.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao

passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: Na verdade, esse processo eu não participei, já estava fora do governo, tinha abandonado minha empresa por dois anos e estava tentando recuperar. Nunca soube fazer duas atividades ao mesmo tempo. Quando saí do governo mergulhei na empresa. Então, não participei profundamente deste processo, mas essa discussão sobre as forças, é aquilo que eu falei, acho que às vezes isso é um risco, se faz alterações, determinadas pessoas assumem cargos no governo para resolver um conflito do partido. Muitas vezes tu indicas pessoas que não estão capacitadas para aquela área e isso é um problema. E porque, no espaço de discussão, o partido não disse que não tem alguém para a área e vai ajudar a achar alguém? Já viu isso dentro do partido? Eu acho que isso acaba travando o avanço do governo enquanto possibilidade de resultado. São temas complexos. Por exemplo, na troca de secretarias, tinha um companheiro que tenho todo o respeito por ele, mas é um companheiro que travou todo o processo. Apesar de ter um discurso idealista, da sociedade que a gente quer, não se muda as coisas na porrada, não se muda a cultura de um dia para outro porque a gente tem poder. A gente muda com ação permanente, com educação, com gestos e não na porrada. Acho que nós pecamos muitas por isso, de achar que na porrada se resolvia. Essas experiências devem ser utilizadas para amadurecer. Existe uma disputa muito grande no partido e isso deveria ser mais tranqüilo do que é.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: No cotidiano da secretaria a relação era tranqüila, ela tinha determinada função, não tinha a estrutura necessária, mas eu sentia que as grandes decisões que envolviam temas da minha Secretaria, muitas vezes eu também não tomava conhecimento, elas passavam pelo Centro de Governo. Por serem grandes decisões elas eram tomadas num pequeno núcleo, o Centro de Governo. Isso me deixava amarrado no processo. Eu tinha críticas a isso. Acho que nunca se pode anunciar

uma coisa sem ter a certeza disso. Me lembro de coisas do tipo “chama a imprensa para falar de desenvolvimento porque estamos trazendo uma fábrica de medicamentos para Pelotas”. Isto está registrado na imprensa, foi uma questão que não passou pela discussão, foi tomada no Centro de Governo. Eram anunciadas e não se concretizaram. Isso é uma visão de que as coisas são fáceis e elas não são fáceis, elas têm que ser muito construídas. Vou falar de um episódio que eu falei antes, quando me referi a uma decisão tomada, logo no início do governo, de ação junto aos bares da praia. Fui chamado para uma reunião e eu não sabia do que estava acontecendo. Aí o secretário Soler fez uma explicação da ação e eu me assustei com aquilo, fiz uma defesa contrária. Não para defender os bares, a minha questão era muito maior que isso, eu sempre achei que as coisas têm que ser construídas para ganhar respeito e consideração, que as pessoas possam admirar a tua capacidade de executar e entender o que tu estás querendo. Naquela oportunidade eu disse que nós tínhamos que construir muitas coisas na cidade para depois tomar uma atitude daquelas. Em relação à praia eu dizia que nós tínhamos que transformar a qualidade de vida na praia para depois tomar essa medida. Aquele não era o momento daquela ação. Lembro que na reunião alguns companheiros entenderam a minha posição, mas a decisão acabou sendo do Prefeito. Isso foi o que mais me marcou dentro do Governo. Aquela ali foi uma demonstração da centralização da discussão, porque, se independentemente do que o grupo vai defender, a decisão vai ser sempre do Prefeito, então não precisa fazer discussão. Eu não tenho mágoa, pelo contrário, as ações que eu fiz dentro do governo, algumas que eu virei a bola da vez e fui criticado, sempre tive apoio do governo. Muitas vezes, quando tinha ações que precisava de integração de várias secretarias, fui eu o escolhido para coordenar. Em alguns momentos, em algumas secretarias, eu tinha problemas para executar, o secretário não aceitava que alguém pudesse estar gerindo parte da sua secretaria. Isso demonstra que nem sempre está todo mundo aglutinado e isso é reflexo do partido, da questão das correntes que vai se refletir dentro do governo. Uma coisa que me frustrou muito é a questão da máquina emperrada, eu vinha da iniciativa privada e pensava que poderia resolver as coisas. Às vezes as coisas ficam emperradas e não é culpa do governante.

Pergunta: E quanto ao funcionamento das reuniões do Secretariado?

Resposta: Os assuntos que iam para a pauta eram discutidos e amplamente debatidos e se gerava um consenso, também não poderia se levar para uma discussão que ficasse engessando o governo. Mas muitas coisas que eram centrais não foram discutidas, também se mantiveram no centro do poder. Acho que se tivesse vindo para o debate em algumas questões a postura teria sido outra.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Nessa questão do comércio, acho que o governo não pode ficar resolvendo essa questão da relação capital e trabalho. É uma questão sindical, de uma categoria com o sindicato patronal. Se a gente for avaliar a minha posição sobre esse tema e a posição da sociedade como um todo, é uma posição praticamente unânime de abertura do comércio. É uma questão absurda eu sair daqui às onze e meia, ir numa ferragem e a ferragem estar fechada. Aí eu vou no bairro e elas estão abertas. Eu acho maravilhoso, mostra que as pessoas estão querendo trabalhar. Não é por defender isso que a pessoa é escravagista. A minha posição pessoal como cidadão é de que o comércio abra. Tem que haver uma cumplicidade no processo, porque as pessoas sabem o problema que é manter um negócio, isso faz parte do mundo dos negócios, da vida da gente. Se tu és um professor de universidade, que horas tem para resolver outras coisas? E essa relação com o comércio é a mesma coisa. O poder público pode sentar com as duas partes e tentar uma solução, mas para isso existem tantos instrumentos, o Ministério do Trabalho, existem tantos instrumentos legais para essa fiscalização. Se fala em represália, eu não acredito nisso, se for um bom profissional (...) tem o problema de pessoas que são maus funcionários e aí usam isso. O Prefeito, eu não lembro dele dizendo abertamente que era a favor, embora a posição dele tenha que ser respeitada. É uma vontade da maioria da população. A minha categoria não trabalha

sábados, é um acordo sindical, trabalha horas a mais durante a semana para não trabalhar sábados, existem instrumentos legais para isso. Pelotas é um pólo comercial, e eu não gosto de falar isso, mas o comércio de Pelotas tem vários problemas, às vezes a gente tem que comprar fora, eu não gosto disso, e isso tem que ser melhor pensado.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas. O que achas que foi acertado, quais as principais falhas, e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais as questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Acho que o governo conseguiu transitar por setores da cidade em que eu não acreditava, mas por outro lado, pequenas atitudes do governo, ficaram marcadas na população. Acho que apesar de nós termos acertado mais do que erramos, uma das questões já falei anteriormente (a questão da orla do Laranjal), aquilo ficou marcado na população, um pequeno gesto. Esses pequenos gestos para mim foram a causa dos nossos problemas. Tem lugares, como Bagé, em que o companheiro Mainardi se reelegeu, vai eleger o projeto de novo, porque conseguiu articular na cidade. E isso acontece também em outras cidades, o que me surpreende, em razão da história do PT. Assim como nós nos afastamos de setores históricos, por conta das expectativas que tinham, de que tudo poderia ser resolvido. Mas acho que o resultado final é positivo, tanto é que estamos no páreo de novo.

Pergunta: Além deste que citastes, a que “outros problemas” te referes?

Resposta: O Rabicó, a floricultura, também foram problemas. Na minha gestão, por exemplo, teve a questão do Mercado Público, era uma questão polêmica, teve problemas, teve até audiência na Câmara de vereadores, mas da forma que nós fizemos, discutindo com o pessoal, a legalização das bancas, foi muito bom. Mas o meu sucessor, acabou também esquecendo do projeto. Isso é um problema, não deveria acontecer. Eu tive liberdade para fazer isso e acho que foi uma coisa que ficou marcada, acho que hoje se for perguntar para o pessoal do Mercado, eles vão falar como uma coisa boa que aconteceu. E as questões que tiveram problemas foi

por falta de construção, e construção dá trabalho, tem que ser muito trabalhado. E isso faltou em várias ações do Governo.

ENTREVISTA DIONE MANETTI

DIA 16/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a militar na década de 90, no movimento estudantil no Colégio Pelotense, no movimento secundarista. Minha primeira filiação partidária foi no PCB. Depois, em 92, quando o PCB fez um congresso para discutir sobre seu futuro, eu estava no grupo que defendia a permanência no PCB e depois entrei no PT. Minha filiação ao PT foi em março de 92. A partir daí militei ainda muitos anos no movimento secundarista. Um ano depois ingressei numa corrente interna do PT, a DS. No meio da década de 90 passei a ingressar com mais força na militância partidária, no final da década de 90 e início do ano 2000 fui trabalhar no governo Olívio Dutra, no Programa de Economia Popular Solidária. Eu era monitor do Programa na região sul e depois passei a coordenar esse Programa na Metade Sul. Em 2002 fui para Porto Alegre dirigir o Departamento de Economia Solidária. No Governo Lula, participei da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e depois fui trabalhar nessa Secretaria. Em junho de 2003 assumi a Diretoria de Fomento da Secretaria e estou até hoje. Continuo filiado ao PT em Pelotas, mas hoje com por um papel mais nacional, nas políticas do Governo Lula e como dirigente do PT e da minha corrente.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me

falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Acho que no PT tivemos bons momentos nessa experiência e outros nem tanto. O partido, quando conquista um posto no Estado, não é um posto do candidato e sim do partido e, portanto, o partido deve ter participação ativa nas decisões que vão ser tomadas nesse governo. Por outro lado, esta é uma equação difícil de se trabalhar no conjunto da sociedade, porque em geral as pessoas têm dificuldade de entender essa questão, da importância do Partido na definição das políticas. Eu acredito e acho que o PT ainda não conseguiu encontrar a forma para isso, mas eu acredito na possibilidade de uma relação. Seria a construção de um fórum que envolvesse não só o partido que tem o governante, mas que envolvesse o conjunto dos partidos que compõem a coligação do governo. Esse fórum deveria ser um fórum onde se discutiria a acumulação programática dos partidos sobre as questões de administração. Não como uma decisão definitiva, mas para ser submetida a outras instâncias mais amplas da sociedade, porque também não podemos imaginar que somente esse fórum de partidos vai democratizar as relações, pois é necessário ter um fórum que envolva outras forças da sociedade.

Pergunta: Tu fizestes parte do chamado “Fórum de Tendências” que foi constituído com o objetivo de discutir a composição do secretariado do governo. Como era o funcionamento deste Fórum? Como eram feitas as indicações? Qual a dinâmica adotada para a definição dos nomes?

Resposta: Existe uma tradição no PT de discutir a composição dos governos, mas o candidato eleito guarda para si a responsabilidade final da decisão sobre a composição do governo, e esse método, levando em conta as discussões do partido, me parece um método razoável. Naquele período, vínhamos de uma campanha vitoriosa e de uma participação razoável do partido, e assim tomou-se a decisão de ouvir o partido e os outros partidos que compuseram a Frente Popular, juntamente ouvindo o candidato. Essa seria a composição. Nós tivemos vários momentos de reunião das forças do PT, houve momentos de tensão, indicações para um mesmo espaço. Assim, existia preocupação de compor a partir da observação dos critérios técnicos e políticos. Assim, o resultado foi uma composição final que minimamente contemplou as forças envolvidas na discussão. As sugestões do PT e as sugestões

do próprio candidato para compor os campos mais estratégicos, que me pareceu bastante razoável. Os critérios de densidade política e eleitoral de cada um.

Pergunta: Como foram tomadas as decisões? Quando não havia consenso, como era o processo de deliberação? Ou houve consenso sempre?

Resposta: O método utilizado naquele momento foi de construir uma mesa de negociação com as diferentes forças, definir a composição nas secretarias que não tinham conflitos e depois se tratar naquelas onde havia disputa, tentando esgotar todas as possibilidades de negociação, envolvendo as forças. E quando não era possível construir acordo, as propostas eram enviadas para o Prefeito e o Prefeito decidia o que fazer. Não foi instituído processo de votação, até porque me parecia que naquele momento fazer isso seria algo artificial e já seria construir um processo de disputa que não seria saudável para o governo.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças suas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes

dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Acho que nosso governo em Pelotas sofreu de um mal que outros governos nossos sofrem. Era a primeira vez que estávamos assumindo um governo, nossa primeira experiência de gestão, todos enfrentam essas dificuldades. Embora tivéssemos experiências no Rio Grande do Sul, em Pelotas era nossa primeira experiência. Acho que houve uma tendência à centralização, principalmente no início, e na minha opinião isso decorria da preocupação em tocar a gestão pela primeira vez em uma cidade importante como Pelotas. Não dá para negar que no início houve isso. Acho que é saudável para o partido separar a questão do partido do governo, a necessidade de uma participação mais independente do partido, algo que fazíamos a discussão em 89 quando Lula esteve próximo de ganhar a presidência, que o partido precisaria fazer as pressões para que o governo realizasse as mudanças necessárias. Acho que isso hoje é atual, o partido precisa comprar brigas de mudanças que são necessárias, coisa que não cabe ao governo comprar, pois o governo governa para todos e o partido, como o próprio nome diz, é de uma parte da sociedade. Acho que aprendemos com isso e com esse aprendizado teremos que melhorar para uma futura gestão. Temos o desafio de aprender como construir uma relação mais qualificada com os movimentos sociais, com os partidos e com as correntes. Acho que conseguimos construir momentos de

diálogo importantes, principalmente a partir do segundo ano de governo. Tínhamos uma realidade muito difícil, uma Prefeitura desestruturada, e isso gera um conjunto de inseguranças que faz com que o gestor que tem a tarefa de governar chame a responsabilidade para si. Minha avaliação é de que talvez não conseguíssemos fazer diferente no início do governo e muitas vezes um gestor tem que puxar a responsabilidade para si. Mas acho que é possível ter uma relação mais qualificada em uma próxima experiência.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema? E quanto à DS, corrente a qual pertences, que foi, durante boa parte do governo, uma das correntes mais críticas à dita “centralização” por parte do Prefeito? Porém, durante o ano de 2004, último ano do governo, houve uma recomposição da DS com o governo e esta passou a ocupar uma coordenação de área (economia solidária), voltando a indicar mais pessoas para a administração. Qual a avaliação que fazes desse processo? Como aconteceram essas modificações?

Resposta: Em 2003 e 2004 eu estava em Brasília e talvez tenha problemas em avaliar isso, mas acho que havia problemas na questão do governo, algumas áreas funcionaram e outras não. Acho que não podemos dizer que a dinâmica interna do partido não influenciou nisso, claro que influenciou. Acho que a DS, naquele momento, tinha um problema que se manteve até 2004, acho que o problema central não eram as críticas, mas o método que utilizava. Na minha avaliação o fato de estarmos no governo, de ser parte do governo do PT, não nos negava o direito de fazer a crítica, mas nos impunha a responsabilidade de fazer a crítica de forma

que esta crítica não fragilizasse o governo externamente. Sempre defendi a idéia de que deveríamos forçar um debate nas instâncias do partido, em alguns momentos quadros da DS faziam críticas públicas ao governo. O fato é que quando uma força interna do partido constrói sua crítica de forma pública, isso passa a pesar internamente, e é isso que aconteceu com a DS. Nós não fomos capazes de construir uma ponte entre a crítica necessária e o governo, que estava sendo bom para a população de Pelotas. A partir de 2004 começamos a mudar essa política e aqui ressalto que de todo o tempo que conheço a DS em Pelotas, ela sempre teve uma postura muito crítica, com um método que não ajudava. De 2004 para cá a DS passou a ter uma postura diferente, mudou seu método de relação com o PT e com o governo. Isso ajudou a recompor espaço da DS no governo.

Pergunta: Agora, começando a concluir as questões referentes ao Governo, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para um novo mandato, quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Estamos na iminência de reeleger o projeto em Pelotas e o fato de já termos tido um primeiro governo nos permite aproveitar a experiência que tivemos para qualificar a nossa segunda gestão. O primeiro governo do PT em Pelotas mudou a cara da cidade, tivemos uma política ambiental importante, fizemos um trabalho de reorganização urbana da cidade, melhoramos e qualificamos a saúde de Pelotas, construímos o pronto-socorro, várias mudanças também na educação, merenda escolar articulada com a agricultura ecológica, fizemos a regularização da relação com o funcionalismo público, que vinha há muito tempo com problemas e, enfim, nos possibilitou arrumar um pouco a casa. Talvez por isso as pesquisas indiquem que o governo do PT em Pelotas não teve uma grande marca, nada que marque a gestão do PT na Prefeitura. Na verdade, foram várias ações que mudaram o conjunto da cidade. Acho que precisamos melhorar bastante, devemos criar condições para que o diálogo flua melhor, seja dentro do partido ou com os outros partidos da Frente. Em relação ao PT construir um ambiente de maior independência entre o partido e os quadros que vão compor a Prefeitura, essa questão se mostrou não ser a melhor durante o primeiro mandato. Nosso candidato

já visitou todas as direções sindicais de Pelotas procurando construir essa relação. Acho que é importante termos no governo a função de construir o diálogo com os movimentos sociais e a população. Acho que o Orçamento Participativo pode ajudar muito nisso, qualificar o OP. O governo realizou mais de duas centenas de obras (então) utilizar o OP não só para definir obras, mas para politizar a discussão. Acho que num segundo governo podemos ter mais espaço para a discussão do controle da participação no governo.

Pergunta: Levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e das críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao Governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo Governo ou não?

Resposta: Na minha opinião, as correntes dentro do PT são um fato muito positivo. O fato de o PT ter reconhecido, ainda na década de 80, a importância e o direito à organização das correntes qualifica o Partido. A construção dos campos partidários que extrapolam as correntes são uma construção que passam a ter mais corpo principalmente a partir do início da década de 90. A partir do momento que chegamos ao governo municipal de Pelotas, foi exatamente o período em que esta construção de campos partidários vinha se fragilizando. Nós passamos a ter uma diversidade muito grande, não só mais de correntes, mas de aglutinação de campos partidários. Aqui em Pelotas, o chamado campo da esquerda, me parece que na campanha e na composição do governo, e depois na gestão, não conseguiu nunca ter uma posição unificada. Houve tentativa, a busca disso, mas nós tínhamos diferenças em relação a como tratar os problemas do governo, tanto é verdade isso que ao longo dos 4 anos do governo nós podemos identificar, no campo da esquerda, um deslocamento de algumas forças que se apresentavam mais críticas, mais ofensivas. Algumas correntes que faziam mais críticas passaram a fazer menos e algumas que faziam menos críticas, passaram a fazer mais. Isso talvez tenha sido um elemento que de fato fragilizou a contribuição que esse campo partidário pudesse dar ao governo nesse período. De fato, nunca conseguimos construir uma atuação mais unitária do chamado campo de esquerda.

Pergunta: Agora, quero ver contigo algumas questões referentes à história do PT em Pelotas. Em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Quais as razões que levaram a esquerda a não ter um pré-candidato que disputasse as prévias? O que este fato alterou na vida partidária em Pelotas?

Resposta: Em 96 nós chegamos a ter várias pré-candidaturas, o Ivan e a Cecília. Naquele momento, as pesquisas não indicavam um bom desempenho do PT. Naquele momento havia uma correlação de forças dentro do PT que tinha o campo da esquerda como hegemônico. O que aconteceu, na minha opinião, foi um equívoco de avaliação política muito contaminado por uma postura muito pragmática do campo da esquerda. Tínhamos uma deputada estadual que tinha uma avaliação que sua votação poderia comprometer a sua participação política e tínhamos um vereador que queria manter seu mandato. E o Marroni fez uma opção importante de construção partidária e ele não foi vereador em 92 por poucos votos. Ele teria um mandato quase garantido se fosse candidato a vereador. Acho que o Marroni teve uma postura partidária, pois se ele não tivesse se colocado, nós não teríamos candidato. Ele teve um senso de oportunidade, teve sensibilidade política porque o período não era ruim para apostar na construção de um projeto para Pelotas. Penso que talvez ali tenha sido o momento da virada dentro do partido, onde a esquerda perdeu a sua hegemonia. Acho que a esquerda fez uma avaliação muito pragmática das possibilidades de oportunidades. Acho que o desempenho do Marroni na campanha eleitoral foi que nos permitiu sair de 4% nas pesquisas e ir para o segundo turno. Sem dúvida, foi a eleição de 96 que construiu o caminho para a vitória em 2000.

Pergunta: Em 1997, durante o Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma

chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembramos do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: O PT, na década de 80, tinha uma grande discussão sobre ser um partido de massas ou de quadros e a discussão definiu ser um partido de massas. E um partido de massas traz as marcas da sociedade, as virtudes e defeitos presentes no conjunto da sociedade. Acho que o problema que vivemos em 97 não foi um problema do Miltinho ou das forças que se aglutinavam em torno dele. Foi um problema do PT. Quando decidimos ter eleições diretas dentro do PT substituindo os encontros, e se vinculou o direito das pessoas de votar mediante o pagamento de uma contribuição, nós geramos esse problema. Essa questão da contribuição financeira vem da história da esquerda e nada mais justo que a pessoa contribua para manter o Partido. Mas isso é um problema, tendo em vista os problemas das pessoas, pois R\$ 5,00 para a classe média não é nada, mas para alguém de classe baixa é muita coisa. Então, o PT convive com esse problema. O Miltinho não é o problema, ele tem um histórico de lutas e de militância. Esse problema tem que ser enfrentado pelo PT, acho que criando novos processos de participação, acompanhando esse processo de filiação com discussões, como nós tínhamos aqui em Pelotas nas plenárias de filiados. Acho que aqui em Pelotas nesta campanha nós estamos inaugurando um novo processo, estamos vivendo uma experiência diferente. O chamado campo da esquerda partidária sempre questionou a contratação de pessoas em campanhas eleitorais, eu inclusive questionava isso. Mas hoje nós temos um problema objetivo, por vários fatores econômicos e sociais do país, um momento conjuntural e político. O fato é que hoje nós não conseguimos mais sustentar uma campanha eleitoral de rua somente com a militância partidária, coisa que fazíamos nas décadas de 80 e 90. Então, hoje nós temos sim que contratar pessoas para fazer campanha política. A questão é o método que nós estamos implementando neste processo. Porque contratação de militância como a gente já viu em outras campanhas em que contrata o pessoal e eles ficam segurando a bandeira numa esquina não adianta. Então, o que nós estamos fazendo? Nós construímos um perfil de pessoas que têm alguma relação partidária, que tem algum sentimento em relação ao PT, estamos fazendo formação com essas pessoas, formação sobre a campanha e sobre o nosso projeto. Elas já reuniram com o nosso candidato. Nós não estamos fazendo campanha com pessoas para ficar

paradas numa esquina com bandeiras. Nós estamos lidando com essas coisas de forma positiva, de construir as coisas de forma que o PT cresça e que a gente aumente o nível de consciência das pessoas. Acho que os problemas originados a partir de métodos construídos pelo PT a partir da década de 90 devem nos incentivar a construir outro tipo de processo como esse que estamos fazendo aqui. Mesmo as forças de esquerda perderam também aquela questão de fazer formação política para seus militantes.

Pergunta: Por último, gostaria de saber se tens algo mais a acrescentar sobre esta conversa.

Resposta: Só quero destacar, temos aí uma história de 28 anos do PT, partido construído num contexto de lutas pela democratização do país, numa conjuntura de resistência, que ajudou a construir um processo de reorganização dos movimentos sociais, que cresceu institucionalmente, portanto, trouxe com isso muitos vícios, mas também muito aprendizado. A história do PT é uma história de fatos positivos e de outros não tão positivos. Alguns processos incorporados pela prática partidária, principalmente a partir de 2004, fizeram com que o PT perdesse o seu diálogo com a população, aquela esperança que as pessoas sentiram. Mas hoje estamos começando a retomar isso, e o governo Lula vem ajudando muito nisso, quantas pessoas hoje estão comendo e quantas pessoas estão tendo acesso à universidade. Essa experiência, na minha opinião, deve nos motivar. O PT não é o partido ideal, com certeza é repleto de problemas, mas acredito que é ainda a agremiação partidária que reúne os atributos necessários para ajudar a mudar nosso país. É uma referência histórica internacional. Acho que estudar a história do PT de forma crítica só nos ajuda a revisar essa história e qualificar nossa atuação.

ENTREVISTA EDUARDO ABREU

DIA 08/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Minha história começa quando ingresso na Caixa Econômica Estadual, em 81. Em 83, existia uma prática na Caixa de que os gerentes é que coordenavam a Associação de Funcionários. Aí exigimos da gerência eleição direta para a Associação, houve duas chapas e fui eleito presidente da Associação das agências de Pelotas. Em 85 foi reeleito para a Associação, em 86 foi para a Associação Estadual da Caixa e em 89 me elegi diretor regional do Sindicato da Caixa. Em 91 concorri na eleição estadual na oposição e perdemos por uma diferença pequena de votos, sem estrutura nenhuma. Em 95 me filiei ao Partido Socialista Brasileiro e em 96 fui eleito vereador. O primeiro vereador eleito pelo Partido em Pelotas. Em 2000 me elegi pelo PSB e em 2002 me filiei ao PT. Em 2004, apesar de ter aumentado a votação, não consegui a reeleição. Em relação ao movimento estudantil, participei no início da década de 90, me formei em Economia e fui fazer Filosofia.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Aí tem dois ângulos. O primeiro é que o governo deveria ter as ações e o partido deveria auxiliar o governo, principalmente estabelecendo diretrizes. Principalmente, acho que o partido deveria ajudar para fazer a relação entre governo e sociedade, mediar estas relações. Infelizmente, isto é muito difícil porque o governo tende naturalmente a absorver a maioria dos quadros do partido e mesmo que não absorva, esvazia a discussão. Aqui em Pelotas a gente viu isso. Grandes quadros ficaram no partido, mas o partido ficou esvaziado, as coisas giravam na órbita do governo.

Pergunta: Qual a avaliação que fazes da relação do Governo com o teu mandato, com a bancada da Frente Popular e com a Câmara enquanto instituição, como entendes que se deram as discussões visando a aprovação de projetos do Executivo?

Resposta: Quando ganhamos a eleição em 2000, pensava que conseguiríamos realizar nossas pretensões. Pensava em estabelecer relações internas que ajudassem nesse processo e que nessa relação com o Executivo, conseguiríamos criar canais para pensar junto. Isso se traduziu muito difícil. Lembro que na primeira reunião na Prefeitura entre bancada e alguns membros do governo, entre os quais o Prefeito, nós exigimos que estabelecêssemos relações programáticas, que buscássemos os votos dos vereadores programaticamente e não estabelecer as relações viciadas, comuns em Pelotas, onde são negociados cargos em comissão e outros tipos de vantagem. Para ver como é complexo isso, naquela primeira reunião, no outro dia, vazaram informações importantes e naquele momento não conseguimos cumprir aquele objetivo de buscar pessoas de outros partidos. Internamente na bancada, instituídos o rodízio na liderança, existia uma líder do governo e nós discutíamos bastante, mas não conseguimos afinar o discurso político com a Prefeitura, até porque na Prefeitura também existiam pessoas incumbidas das relações políticas e isso fez com que houvesse ingerência na bancada, principalmente nos dois primeiros anos.

Pergunta: E a relação com a Câmara?

Resposta: Aí acho que erramos duas vezes politicamente. O primeiro erro político foi a relação do governo com a Câmara, essa questão das negociações. O que era negociado era o Programa da Frente Popular ou a vontade de algum vereador? O

erro político (...) a democracia representativa que o Poder Legislativo, em determinados momentos se torna fundamental no processo, porque é ali que vai ser discutido e votado um conjunto de leis que vão alterar a dinâmica da cidade, é ali que as mudanças da lei vão acontecer. Então precisa ter uma consistência política e programática, não só para convencê-los, mas para engajá-los no processo de mudança. O segundo grande erro que eu acho é que nós desde o início defendemos internamente a necessidade de um Conselho Político, que faria a relação entre o partido, o governo, a nossa bancada e a sociedade, principalmente os movimentos sociais. Isso não excluía sindicatos de empregadores, porque Pelotas vinha num processo tão grave de vazio institucional, as acusações eram tão obscuras, que a gente precisava estabelecer relações, ampliar as relações, tipo o que o governo Lula consegue fazer muito bem com o Conselho Econômico de Desenvolvimento Social. Os grandes temas de reforma estruturais são discutidos lá, o governo Lula dá aula nisso. Pode não haver acordo nem unanimidade, e a própria derrota da proposta, mas ali se maturam as discussões e se tenta evitar o que aconteceu aqui, onde tentávamos mudanças sem o apoio da sociedade. Estabelecer relações com a sociedade, discutir, debater, nós tivemos um grande erro, não sei se é a hora de falar, tu pegas como nós conseguimos trabalhar tão errado a questão dos espaços públicos, alguns exemplos (...) a relação do Poder Público com os espaços públicos e nós sabíamos que isso era uma relação de troca. Existia aqui uma prática política, a velha tradição política deste país, de trocar o espaço público por voto. Ali teríamos como estabelecer uma relação com quem respeita os espaços que são de todos, mas teríamos com certeza o apoio do Ministério Público, e nós fazíamos enfrentamento direto. O que para mim é um problema político muito sério (...) não se travava a discussão, ali nós fomos autoritários, não discutimos para gerar consciência. Um segundo exemplo é a questão das catracas eletrônicas, todo mundo sabe a relação histórica da Prefeitura com os empresários do transporte coletivo de ônibus, todo mundo sabe, nós tínhamos tudo para ter a sociedade como parceira nesse processo de controle, para garantir que o serviço fosse de melhor qualidade. E o que nós fizemos? Fizemos enfrentamento e perdemos uma discussão que parece brincadeira dizer que se perdeu, ninguém ia perder empregos. Seria muito fácil implantar isso aí e perdemos a política por falta de maturidade política, talvez por ter sido a primeira experiência.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que

deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Vem na linha do que eu falei, qual o papel de um partido como o PT quando vai administrar uma cidade como Pelotas? O PT deveria cumprir o papel de pensar a política que o governo vai estabelecer, executar e mediar a relação entre governo e sociedade. Esse deveria ter sido o papel do PT. Agora, se a gente for colocar como isso se traduziu fielmente, embora colocando a questão da dinâmica da Prefeitura, que lida com problemas reais, a questão, por exemplo, do Orçamento Participativo, colocado pelo PT no país, aqui não teve esse papel, esse é outro erro. Nossos dirigentes ocuparam cargos no Executivo, não estou dizendo que foram cooptados, mas na verdade isso tem que ser avaliado por que aconteceu, o partido foi esvaziado, propositalmente ou não, mas foi esvaziado. Por isso acho que o governo perdeu, o partido perdeu e a sociedade perdeu o processo da própria reeleição. Tem características muito claras aí, a oposição conseguiu juntar todos e trazer o único candidato capaz de fazer frente ao PT. Esses erros, de natureza política, foram os principais responsáveis pelo governo ter errado na política.

Pergunta: Sobre essa questão do esvaziamento do Partido, achas que houve uma ação efetiva do governo para isso ou foi um acontecimento natural no processo?

Resposta: Não vou nem arriscar dizer se foi premeditado, intencional ou não, ou se foi a própria dinâmica da política. O que eu afirmo é que isso trouxe um prejuízo na discussão política, nós erramos nas relações políticas com a Câmara de vereadores e nós erramos, e essa é a dor maior, nas relações com a sociedade. E o PT, se não conseguia reunir, não conseguia cumprir um papel nesse processo, acho que todos os companheiros devem ter hoje a clareza que nós erramos muito feio e acho que hoje, se houvesse uma segunda experiência, o partido não iria errar da mesma maneira.

Pergunta: Levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o

governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo ou não?

Resposta: Fiz uma crítica ao Partido, na verdade não foi o partido que errou e sim os dirigentes, que priorizaram o governo e se esqueceram dos debates que eram importantes. Mas aí eu também quero fazer uma crítica sobre as correntes internas do PT, e aí tem erro dos dois lados. Todo mundo sabe dos erros do outro lado do partido, a questão do poder, existe muita disputa por espaço e olha o que deu em 2005. Quanto à esquerda partidária, não consigo sinceramente ver muitas diferenças, porque foi difícil durante o governo, de afirmar algumas propostas mínimas. As correntes de esquerda jogam da mesma maneira que as de direita quando se ganha a eleição, na composição do governo, e não estou dizendo que é errado compor, pelo contrário. Quando se ganha o governo, os dois lados têm que ascender, cada um na sua especialidade, onde consegue ser referência. Então, em determinados momentos, quando a gente compõe, aceitamos o que está acontecendo, porque se não aceitássemos, não aceitaríamos os cargos. As correntes que faziam essas críticas tinham limites, por causa dos cargos. Então, faço a crítica de que essa dinâmica foi responsável pelo fiasco de 2005 e as correntes de esquerda cometeram os mesmos erros, talvez não tão graves.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Em 98 ganhamos o Governo do Estado com o Olívio e em 2000 ganhamos em Pelotas. Quais as diferenças? O Governo Olívio virou uma referência nacional, a questão da democracia representativa (...) às vezes se trata de despachantes (os parlamentares) e as relações que estabelecem com os governos (...) nesse ponto, o Governo Olívio se colocou para qualificar as relações, estabeleceu a relação com a sociedade, que é ela quem vai ganhar a votação na

assembleia, não o governo. Aqui não, nós aqui entramos na relação política com a Câmara e o partido não existia nessa relação, o governo muitas vezes sequer negociou com a bancada, nós não sabíamos o que estava sendo negociado. Nós tivemos derrotas muito sérias. Se nós ganharmos aqui, o que eu seria defensor ferrenho, (seria dizer) quem quiser ser parceiro de um projeto será, encerrar o balcão de negociações, estabelecer o partido como mediador nas relações, que os partidos tenham condição de organizar um conselho, seja econômico, social, para a cidade, ou seja, cada matéria estrutural antes terá que passar pela discussão com a sociedade, as pessoas serão sujeitos do processo. E aí entra a questão dos servidores do município. O PT, pela sua história, foi cobrado de uma maneira diferente, pois havia a expectativa de que o governo do PT traria resposta melhor para os servidores, seja na questão de reformas estruturais, nós trabalhamos a questão do plano de cargos e salários e (também) não conseguimos. A cobrança é maior e tem que ser maior mesmo, porque o PT é diferente dos outros partidos. Acho que também erramos com os servidores, erramos em não criar a perspectiva de um novo Plano de Cargos e Salários, e pagar assim que tivéssemos os recursos. Assim, acho que tem erros que cometemos, a dor ensina a gemer, nós não voltaremos a cometê-los. Na questão administrativa, o Marroni é considerado o melhor Prefeito da história de Pelotas.

ENTREVISTA ELLEMAR WOJAHN

DIA 23/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Minha trajetória começa no movimento estudantil, em Pelotas, entre os anos de 77 e 81. Tive uma participação ativa no movimento estudantil, era o período da redemocratização do país, aí se deu minha opção pelo PT, sou filiado desde 86. Já atuando profissionalmente em São Lourenço do Sul, fui um dos fundadores do partido lá. Nesse período, fui me tornando um dirigente partidário, concorri a vereador em 88 e duas vezes a prefeito, em 96 e 2000. Em 86, fizemos a Comissão Provisória em São Lourenço e em 92 fundamos o Diretório. Fui várias vezes presidente do partido, até que em 2001 me mudei para Pelotas e, a convite do Marroni, fui para a Prefeitura. Em 2006, fui candidato a deputado estadual pela região e hoje sou filiado ao partido aqui em Pelotas. Antes de fazer parte da Prefeitura, fiz parte do governo Olívio. No governo Marroni fui Secretário de Desenvolvimento Rural até fevereiro de 2004 e a partir de março assumi a Secretaria de Governo.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Essa é uma equação muito complicada, todos nós sabemos. Deveríamos ter um partido dirigente, que orientasse a ação, mas na prática isso não é fácil de acontecer, porque no momento que se chega ao poder, muitos quadros são absorvidos pela administração, esses quadros também continuam como dirigentes partidários e aí embola o meio-campo. A grande maioria dos quadros mais dirigentes são absorvidos pela administração e muitas vezes as próprias reuniões do partido acontecem na Prefeitura, confundindo decisões do partido e decisões da administração, o que não é o ideal. Entendo que quando se chega na administração, deveria se garantir que uma parte dos quadros não vá para a administração. Do jeito que está hoje acho que é bastante problemático e acho que não é um problema só de Pelotas. Em São Lourenço, por exemplo, também acontece. Acho que devemos exercitar mais o diálogo, o partido e o governo conversarem, fazerem reuniões.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: Aí vou te dizer bem sincero, acho que a gente mistura muito as coisas, o Prefeito é quem tem a palavra final, afinal foi ele quem se elegeu. Lá em São Lourenço, fui secretário e várias vezes companheiros chegaram para mim reclamando de coisas do governo, mas tem uma hierarquia, a questão de concepção de administração. Temos então que discutir no partido, não querer trazer essa discussão para dentro da Prefeitura, essa é a minha posição sobre esse assunto.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do

Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Aí é diferente, a questão anterior colocada era sobre o governo, por isso a minha resposta. Mas a questão da relação do Centro de Governo com os partidos aliados, acredito que tivemos problemas, dificuldades de relação. Se a administração não consegue dialogar com as correntes internas do partido é sintoma de que não vai bem a relação, acho que também teve bastante dificuldade no diálogo com outros partidos, concordo com isso. Essa relação foi excessivamente

centralizada, sempre é necessária uma centralização, sempre vai existir um centro de governo, e esse é o problema, as correntes que ficaram de fora sempre vão dizer que existe centralização, isso é com todos. Aqui, uma corrente fica fora e critica, em outro lugar outra está fora e critica também. Espero que consiga diminuir esse problema num segundo mandato.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: É muito difícil a troca de secretários, sempre tem as correntes, metade do governo é sempre um momento de crise, acho que a reforma não foi só administrativa, ela foi política também.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para um novo mandato, quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Minha expectativa é de que em uma segunda administração nossa se consiga ter uma relação mais qualificada entre administração e partido, e também com os outros partidos aliados. Acha que o partido também tem que acompanhar mais, eu na minha secretaria, talvez por ser uma secretaria menor, não estou me lembrando de ter sido chamado alguma vez para reunir com o partido, explicar sobre nosso trabalho. Acho que isso é uma coisa importante, o partido tem que ter essa

capacidade de questionar secretários, o Prefeito e tal, porque são também militantes do partido. A minha opinião é que o OP não dava muito apoio nessa discussão. Nós tínhamos os conselhos distritais, o pessoal discutia, dava opiniões. Tem uma série de problemas no partido que não sei se vai se resolver na próxima administração. Fico chateado de ver que nós perdemos no partido aquela coisa boa de nos reunir. As reuniões hoje no partido viraram um legalismo, vê se tem maioria, soma e tal, nem discute mais. Isso para mim, que me joguei de corpo e alma no partido, aqui em Pelotas eu fico chocado de ver isso (...) fazer as contas, ver quem tem maioria, e quem é minoria nem interessa saber a sua posição. Quem tem minoria também tem posição importante, gostaria de ver essas posições contempladas na discussão. Torço para que diminuam os problemas do partido, mas não posso deixar de admitir que esses problemas podem continuar ou até se aprofundarem. Isto não é um problema só de Pelotas, é do partido mais geral, as correntes hoje não são mais grupos que se organizam para discutir, mas são para disputar o poder, perderam essa característica, então está muito difícil, ninguém é santo nessa história, mas continuo sonhando com um partido mais fraterno, um partido que tanta energia nós colocamos, para construir um partido socialista. Admito que não vai ser fácil em Pelotas, com outra administração chegar e dizer que os problemas foram resolvidos, porque eles continuam dentro do partido. Eu, quando ocupei a Secretaria de Governo, fiquei pouco tempo, foi um cargo que eu nem imaginava que ocuparia, foi para cumprir uma tarefa, dar retaguarda para o Marroni poder fazer a campanha, resolver os problemas, acho que conseguimos ter uma relação qualificada com a população, diferente das outras administrações. No primeiro turno tivemos 18% dos votos na colônia e no segundo turno, mesmo com o Bernardo, chegamos a 32%. Tivemos um avanço junto a essa população que é refratária ao partido. Nessa eleição temos candidatos na colônia, isso demonstra uma consciência relativamente tranquila do meu papel enquanto administrador, de deixar avanços para a população, mais organizada, mais participativa, e nosso partido mais forte.

ENTREVISTA GILMAR PEDREIRA

DIA 19/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Na verdade, eu comecei no momento da fundação do PT, na época fazia curso pré-vestibular e participei das reuniões de organização do PT na cidade e a partir dali tive uma militância muito pequena no partido, porque eu era inclusive menor de idade. Depois é que participei mais e minha militância começou no movimento estudantil, na Universidade Católica. Depois comecei a trabalhar, fui bancário e depois funcionário do Governo do Estado, na Caixa Econômica. Fiz movimento estudantil e depois movimento sindical. A partir da metade da década de 90, ingressei na militância política partidária, uma militância mais organizada, e cheguei a participar da Executiva do PT por alguns anos, principalmente no fim do Governo Olívio e começo do Governo Marroni.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Tenho o entendimento que há um grande problema na relação entre qualquer partido e seu governo, principalmente porque o partido tem um programa e este não é o programa de governo, então o governo vai ter uma pauta cotidiana que

vai, em vários momentos, confrontar com o programa partidário. Há uma diferença de tempo entre decisões de governo e decisões de partido, as decisões do partido envolvem a questão da democracia interna do partido e as decisões do governo são a partir da demanda da população. Claro que esse problema se dá por que no meu entendimento os partidos deveriam ter linhas mestras para os governos, linhas para as diversas áreas, como educação, administração pública etc. porque aí poderiam ser evitados vários conflitos. Nós tivemos vários conflitos em Pelotas e para evitar problemas públicos o partido várias vezes abriu mão da sua posição, e muitas vezes o partido foi atropelado pelo governo e isso não pode acontecer. Acho que não dá para o governo ficar esperando uma decisão partidária a respeito de uma questão, mas acho que muitas vezes o governo utiliza isso para evitar uma posição do partido, ficando as coisas à vontade do governo. Há muito poder concentrado nas mãos de uma pessoa com esse nosso sistema, Prefeito, Governador e Presidente.

Pergunta: Gilmar, esvaziamento das instâncias do partido durante o governo, grande participação de membros do governo no partido, o Diretório vários meses sem se reunir. Isto foi uma política deliberada ou é natural do processo?

Resposta: Com certeza isso aconteceu, durante um bom tempo fui Secretário Geral do partido e não fazia parte do governo, depois continuei secretário do partido e exerci cargo no governo, e realmente houve, não digo um esvaziamento das instâncias, acho que houve um esvaziamento da discussão interna do partido, a grande parte das discussões não eram feitas na Executiva ou no Diretório, eram feitas nas correntes políticas. O que me parece é que o fato de o PT ser governo esvaziou o partido, vários quadros estavam no governo, a maioria dos quadros militantes das correntes estavam no governo, absorvidos pela atividade pública, sem levar o debate partidário e, claro, onde o partido é esvaziado (...) acho que às vezes a Executiva se reunia uma ou duas vezes por mês e acho que isso é muito pouco, e o Diretório chegou a ficar três meses sem se reunir. E hoje que estou afastado da militância, posso avaliar que houve sim um esvaziamento e muitos conflitos entre governo e partido, e infelizmente essa discussão não foi levada com a seriedade que deveria ter.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois

momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Acho mais interessante eu fazer uma avaliação de como eu vejo as coisas hoje e não o que aconteceu. O governo tratou de acabar com todas as formas de discussão, com certeza. Eu tenho isso muito claro, as correntes que proporcionavam um debate mais duro com o governo, elas foram de forma explícita aliciadas pelo governo. O Centro de Governo, composto pelo Marroni, pelo Bósio e pelo Salvador, eles compuseram um Centro de Governo um pouco mais plural, mas de forma a nunca perder a maioria. Nesse aspecto, que acho que houve uma habilidade de cooptar as pessoas militantes, lideranças que participavam mais ativamente do debate, o Governo tratou de criar uma composição onde essas forças políticas fossem privilegiadas de alguma maneira, tendo cargos no governo, dando suporte para as futuras ações do Centro de Governo. Houve um autoritarismo do Governo, o governante tem os mecanismos necessários para evitar as discussões, tanto que a discussão do Seminário de 2002 foi bem interessante, conseguiu trazer algumas discussões, mas nenhuma delas foi implantada pelo governo. O que acontecia é que o partido fazia a crítica e o governo não escutava. O problema é a dinâmica do sistema, se eleger uma pessoa e não o partido. O eleito é quem manda, é quem efetivamente define. Mesmo as deliberações partidárias dizem que quem manda é o prefeito. Se o partido bancasse, iria rachar o governo e é claro que isso não seria feito. Algumas correntes fizeram esse enfrentamento acreditando que poderiam mudar esse processo, e eu acho, que de maneira bem concreta, o governo soube utilizá-las para centralizar cada vez mais o processo. As políticas foram cada vez mais centralizadas, mesmo com um Conselho Político.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o Governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade

administrativa. Qual tua opinião sobre o tema? Nesse processo, o FAS teve sua representação aumentada, principalmente no primeiro escalão do governo. Como isso aconteceu?

Resposta: O FAS tinha documento, me lembro de ter participado de discussão para apresentar um documento, não tenho certeza com qual corrente ele compôs, tenho certeza de que participei da elaboração do documento. O FAS tinha uma postura de uma crítica forte ao Centro de Governo, junto com a DS e a Articulação (de Esquerda), e aí eu digo, por uma forma de enxergar a política e o futuro do governo, o governo optou por fazer a recomposição de governo privilegiando o FAS, em troca de um comprometimento que hoje eu entendo por um quase “eu vou te dar e tu me ajuda”, só que, na medida em que tu participas mais, que tens mais espaço político, fica comprometido, porque a discussão não se deu na questão ideológica e sim na questão dos cargos. E é aí que eu digo que o FAS, em grande medida, foi comprado pelo governo, eu digo isso com todas as letras. Houve um rateio dos cargos, mais secretarias para o FAS, mais cargos, mais apoio, e o FAS em certa medida parou, não é que parou de criticar, até criticava, mas não operava nada em relação à crítica, ficou uma coisa de faz de conta. Isso aconteceu com várias correntes, não só com o FAS. Houve uma reestruturação do governo para contemplar as correntes e o governo ter uma relação menos estressante com o partido e não ter que se preocupar tanto com o partido, já que em 2002 a crítica foi muito forte e se ela continuasse, haveria um conflito que poderia levar a um racha muito ruim para o governo. Então, o governo compôs com as principais correntes políticas. Hoje eu tenho essa avaliação. A própria questão da Liderança do Governo, da Jacira, ela fazia parte do Centro de Governo e muitas vezes tomava bola nas costas do governo. Pela articulação política que o governo criou, praticamente todas as forças políticas tinham um comprometimento tal com o governo, que todo o mundo defendia o governo e se houvesse um racha, seria muito ruim politicamente. Daí, todo o mundo não queria criar esse problema, mas houve muito atrito, mas o governo conseguiu comprar também as instâncias partidárias, o termo pode ser forte, mas é isso.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais

as principais falhas e, tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para um novo mandato, quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas para esta nova gestão? Ainda, levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo Governo ou não?

Resposta: Foi um governo que construiu uma organização para a gestão municipal que não existia, esse é o mérito da capacidade técnica do Bósio como secretário, que trouxe um novo foco para a gestão pública em Pelotas. Acho que houve, com toda a certeza, um grande avanço no trato da coisa pública. Acho que tivemos alguns avanços significativos na organização da cidade, Pelotas era uma cidade que estava muito abandonada, com governos completamente incompetentes em todos os aspectos. Esse dá para dizer que foi o aspecto bom. No aspecto das relações sociais do governo, acho que foi um fracasso. O Orçamento Participativo foi muito mal conduzido, ele não criou o que se espera, que é ampliar as relações do Partido com a sociedade organizada, e isso não aconteceu, o Orçamento Participativo não se constituiu enquanto forma de organização popular, e acho que esse era fundamentalmente o papel político do governo. O atendimento das demandas normais, como a questão da saúde, é um papel determinado pela Constituição, o difícil é a questão da relação com os movimentos sociais e aí o governo falhou muito, tanto que não ficou uma marca do Orçamento Participativo em Pelotas. Se manteve a marca do “Todo Poder Emana do Povo” do Bernardo, de vinte anos atrás, e não havia nenhuma discussão orçamentária nesse programa, mas ele ficou com a marca para o povo. O Governo teve avanços na licitação pública, na própria organização dos funcionários, mas na minha visão uma grande falha foi a relação com os movimentos sociais, com a sociedade. Houve uma relação muito tumultuada com o funcionalismo, o governo não respeitou o servidor como um todo, não só o sindicato. Isso trouxe vários prejuízos, ainda hoje, se ouvir os funcionários públicos, vai ser a mesma avaliação, foi um governo ruim para o servidor municipal, não houve resgate de salários e o funcionalismo continuou a ser desvalorizado. Pessoas ganhando menos que o salário mínimo, isso não existe. O Plano de Carreira,

promessa de campanha, não aconteceu. A expectativa criada quando nós assumimos não se concretizou na questão das relações sociais. Sobre as esquerdas do partido, em poucos momentos as esquerdas apareceram. Vemos no Brasil que as esquerdas raramente se unem, não vi nas esquerdas uma questão de vaidade pessoal, mas elas não conseguiram ter uma articulação consistente, nem na Executiva, nem no Diretório, as esquerdas não se unificaram, e isso deu liberdade para a direita do partido ditar o funcionamento da esquerda através do processo de compra, compra no sentido de cargo no governo, cargo, por exemplo, na Executiva, cargo no Diretório. As esquerdas não conseguiram fazer frente nessa discussão. Por conta da falta de unidade, por falta de entender o momento político.

Pergunta: Concluimos meu roteiro, se tens mais alguma questão para abordar, esteja à vontade.

Resposta: O que me chama a atenção é que hoje no PT, e isso é a causa dos problemas aqui, no Governo Olívio, no Governo Lula, hoje não existem mais no PT forças políticas, são grupos de poder, gravitando em torno de mandatos, e a minha corrente política naquela época era um caso claro disso, quando o mandato acabou, a força política sumiu também. Esse é um problema da esquerda hoje, do que chamam de esquerda. Existem membros do partido que são de esquerda ainda, mas não considero o PT como partido de esquerda, porque não há mais discussão política no partido. Nós tivemos uma discussão na Executiva do partido sobre a questão das filiações partidárias, quanto eu me filiei no PT, nós tínhamos que assistir às plenárias de filiados, e foi uma discussão que nós fizemos, que isso devia continuar e hoje não existe isso. Hoje existem filiações em bloco. Todos os cooperados da Cooperativa COOPASUL, de limpeza, foram filiados ao PT pelo secretário Milton Martins, no processo de eleição municipal do PED. Então, na verdade, a discussão política se faz em torno de pessoas e não da ideologia, essa não existe mais, e quem acredita nisso hoje, acredita em Papai Noel.

ENTREVISTA HILBERT SOUZA

DIA 19/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Iniciei minha militância no movimento secundarista. Sou de Belo Horizonte e entrei no Colégio Universitário em 1977 e ali havia uma questão interessante porque havia o convívio com o pessoal da universidade. Era o período em que se dava a luta da anistia. Esse foi o primeiro envolvimento que eu tive de fato. Teve todo o processo de construção do grêmio estudantil, sempre ligado aos diretórios acadêmicos da universidade, eu não tinha filiação partidária. Depois disso, entrei para a Universidade Federal de Minas Gerais como funcionário em 1982 e comecei a me envolver com o movimento dos técnicos administrativos, ainda era uma atuação bastante periférica, enquanto base, mas ali estavam surgindo as primeiras greves dentro da Universidade. Isso foi até 1985 mais ou menos. Em 85 saí da Universidade e fui trabalhar em uma indústria. Aí as coisas começam a surgir para mim de forma mais clara, os contrastes do Brasil. Nesse momento começava o processo da Constituinte e eu participava do movimento dos ecologistas, que aí sim é a porta de entrada para mim no movimento. Era um movimento que organizava pessoas de várias entidades e locais da cidade para se organizar pela questão ambiental na Constituinte. Existiam dois grupos, o grupo que se articulava mais com o PT e o grupo que eu participava, que estava criando o PV. Nesse período, na indústria que eu trabalhava, se nós tentássemos organizar o pessoal lá dentro, comissão de fábrica e tal, seria todo mundo demitido. Aí eu estava tentando organizar um pouco a partir do esporte, reunir o pessoal e a partir daí tentar organizar. Aí eu saí em férias e quando voltei estava demitido. Aí me envolvi na campanha, coordenando a campanha de um candidato a deputado estadual pelo

PV, mas aí tínhamos bastante contato com pessoal do PT, já que era uma coligação. Depois desse período eu retornei para a Universidade, já com muito mais clareza sobre a visão de sociedade. Eu estudei no primeiro grau sempre em colégio militar, e a questão da informação era complicada, e no período depois é que fui criando mais consciência. Comecei a fazer faculdade de Filosofia e entrei para o movimento estudantil, e a grande maioria do movimento era ligado ao PRC, que estava então no período de seu segundo congresso. Tinha o pessoal que já militava no PT e mais outras pessoas que tinham contatos com outros partidos e só a partir de 87 que o PRC centralizou a militância do PT. Me filiei ao PT a convite de um vereador do PT em BH. Aí veio a campanha do Lula em 89, que abre todo um universo de possibilidades, por conta da mobilização feita a partir dali. Estive sempre muito ligado ao movimento universitário, construí o Diretório Acadêmico da faculdade. Passei por vários órgãos colegiados da Universidade. Depois, fiz novo concurso e entrei de novo para a Universidade, aí já completamente integrado ao movimento. Aí entrei direto para o movimento dos técnicos da Universidade. No PT, fui membro do Diretório Municipal e regional, trabalhei em muitas campanhas, militando também no movimento ecologista, mas já bastante ampliado. Participei de dezenas de congressos da categoria e fui eleito em 93 para a FASUBRA, permanecendo até 97. Participei de todo o processo de negociação que ocorreu nesse período, enfrentando um período muito difícil para o serviço público no Brasil. Veio o Collor e todo aquele processo de ascenso do movimento, veio um processo de fraqueza do movimento e de força do neoliberalismo. São movimentos de característica defensiva, estávamos reagindo em defesa de coisas que havíamos perdido. Mas ao mesmo tempo foi um movimento muito rico, o serviço público tem uma característica, não é propriamente de acumulação de riquezas, e foi muito importante o movimento da defesa do serviço público. Militei na CUT também, fazendo parte do Departamento Nacional de Educação da Central. A partir de 97 começo a preparação, até por entendimento pessoal sobre a renovação das direções, de preparar a saída do movimento sindical, ficando sem mandato e voltando ao trabalho. Em 98, intensifiquei o trabalho de base no PT. Aí, pude ver depois, o setor público passou por um processo muito grande de transformação e o movimento sindical não percebeu isso. Em 90, por exemplo, quando fiz concurso, havia prova de datilografia, e hoje isso parece ridículo. Em 97, houve então um corte na minha trajetória, e em 99 eu fui trabalhar na Câmara dos Deputados com o

Marroni, nós tínhamos tido uma trajetória juntos no movimento sindical, na CUT. Quando ele se elegeu deputado federal, me convidou e eu fui trabalhar com ele. A partir de 2000, com a eleição dele para Prefeito, eu vim para Pelotas e comecei na assessoria da Secretaria de Administração e depois assumi como secretário. Terminado o Governo Marroni, em abril de 2005 retornei à Brasília para trabalhar no Ministério da Saúde, no Departamento de Gestão de Regulação do Trabalho.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Localizo inicialmente o debate no PT entre duas questões, uma tensão entre partido movimento e partido institucional. Por um lado, aquela matriz teórica do PT, que juntou o novo sindicalismo e militantes da Igreja, o pessoal dos rurais, que sempre foi muito forte, é o primeiro momento do PT, a idéia do Partido movimento, que une as forças sociais para formular um projeto de transformações sociais, e (por outro lado) a questão institucional participativa. Esse é um debate para mim insolúvel, porque todo partido tem um projeto de poder e nós estamos dentro de uma institucionalidade estabelecida que impõe limites à sua capacidade de agir, então, não conheço experiência histórica em que tenha havido ruptura no próprio sistema. Então, o partido tem um projeto de poder e vai realizá-lo, mas na base, vai depender da sua capacidade de articular essas forças sociais e, principalmente, funcionar como uma instância de mediação entre os conflitos. Essa tensão, eu gosto de olhá-la pelo lado positivo, porque a institucionalidade impõe limites e vai ser a capacidade de articular que vai pesar aí. O processo social é um processo permanente de negociação. Essa é a questão do debate. Nós temos uma tradição no Brasil de partidos que nascem dentro da institucionalidade, mas é o PT que traz um processo de crítica, em um momento histórico diferente. O PT nasceu criticando o socialismo real e toda essa carga de contradições. A função do movimento social para mim é fazer avançar, tem que indicar para além de onde nos encontramos.

Essa pressão do movimento social é positiva para que você possa colocá-la nos seus compromissos, por que o governo não é o partido, ele tem que articular um conjunto de outras forças da sociedade que muitas vezes não se apresentam de forma explícita, e ser capaz de articular todos esses interesses. O governo acaba tendo uma função mais ampla nesse momento, ser governo não significa ter a capacidade de resolver tudo. Muitas vezes tem no PT o nosso voluntarismo, a nossa vontade de sonhar, e isso cria o que eu chamo de conflito de expectativas, a frustração, em alguns momentos, gerada pela incapacidade de implantar o que se fala. O PT é um grande partido, é o partido que tem condições de liderar esse processo de avanço. O debate da relação entre partido e movimento é essencial para você compreender que as sínteses são feitas cotidianamente, não existe uma síntese definida, se não você está idealizando a realidade do movimento social e do próprio governo. Em cada local, em cada espaço, as questões se colocam de uma maneira semelhante, mas com fases de desenvolvimento e de organização diversas. Por outro lado, no governo estão representados outros partidos, outros movimentos políticos que fazem parte desse movimento e que tem visões às vezes conflitantes. Então, arranjar esses interesses é um processo muito complexo, e é a partir daí que o governo tem muito mais potência ou não. Se não, você acaba não tendo força necessária e acaba tendo uma pauta imposta.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faça suas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concorda com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada

pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Vendo hoje, vejo que assumir a Prefeitura era muito pior do que a gente esperava. Quando eu via as pessoas falarem, achava que a coisa era ruim, mas ela era muito pior. Mas por outro lado, a força com que o governo entrou possibilitou realizar muito mais do que ele pensava que era capaz. Talvez poucas pessoas no governo haviam tido a oportunidade de trabalhar juntas. Poucas pessoas tinham alguma experiência na área pública e todos estavam aprendendo em um local onde as práticas históricas tinham de ser colocadas abaixo. Boa parte das pessoas vinha das lutas, mas uma coisa é organizar o movimento e outra é a gestão pública. Por outro lado, é interessante, se você vai ver o debate no Governo Lula, não é diferente, se vai ver no Governo Olívio não é diferente, independente de correntes partidárias, de quem conduz. Acho que aconteceu também uma coisa que não é só de Pelotas, que o processo de formação do governo não pode implicar na

desorganização do partido e dos movimentos sociais. A gente traz para dentro do governo os quadros históricos e quando você olha, vê que não ficou ninguém no PT para fazer o trabalho. Principalmente quando você tem um governo de coalizão, é fundamental você ter um partido forte e que saiba provocar o governo internamente, que tenha força para colocar seus pontos de vista nessa disputa. Isso é imprescindível para mim. No caso, acho que em alguns momentos de fato a gente viveu esse processo, acho que isso aconteceu sim, em alguns momentos, agora, por outro lado, também acho que o partido quer se fazer as vezes de governo. Talvez a pouca densidade enquanto projeto colabore para isso também. Acho que o PT hoje em Pelotas tem muito mais condições de realizar um governo de qualidade do que tinha naquele momento. Ele foi capaz de gerar mais quadros hoje. Acho que a gente não teve a capacidade de fazer uma reflexão sobre as práticas naquele momento. Acho que teve a característica de atuação de determinados membros do governo, a fragilidade das formulações do partido e muitas vezes o partido não conseguiu expressar essa mediação. Isso tem muito a ver com a prática do partido, na medida em que tiver mais vida democrática (...) isso tem a ver com a capacidade de o partido se organizar. O governo não conseguiu trabalhar em cima de um planejamento estratégico, não conseguiu ter prioridades em cada área e tinha um grau de autonomia das diversas áreas, mas o planejamento das ações e tal, uma coisa interessante que tinha, fazendo um paralelo entre o Governo Federal e o municipal, era um processo de solidariedade interna, alguns grupos de secretários tinham uma visão muito aberta, muito explícita, no sentido de resolver as questões entre todos. Agora, a tensão com o partido é natural e vai existir sempre, o que a gente precisa é de um modelo de governança que oriente a ação de ambos. Outra coisa, se a gente olhar também, não é incomum a tensão entre a bancada e o partido, a bancada é uma instância que tem que estar submetida ao partido, ela é a ação do partido. Talvez com a bancada a gente tenha tido dificuldades também, em alguns momentos, de articulação política. Isso que eu falo independe do local, do estado, se for entrevistar alguém em Belo Horizonte, em Recife, vão falar coisas parecidas. Estamos em um processo histórico, processo de burocratização do partido, dos movimentos, o partido tem que manter relação efetiva, de crítica. Agora mesmo, no Governo Federal, na questão dos juros, o partido tem criticado, aí eu fico pensando, se eu estivesse lá será que eu faria diferente mesmo?

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: Acho que muitas vezes a gente lida mal com as opiniões diferentes. A questão da partidarização do governo, a coisa que mais me irrita é quando começam a falar que o PT coloca seus apadrinhados no Governo. Mas claro, o PT tem que governar com os seus. Isso é do jogo, é a coisa mais normal do mundo. A questão é: “vamos montar um governo baseado em critérios técnicos”? Sim, tem critérios técnicos também, mas não é só isso. Tem a questão dos espaços, quem ganha espaço fica satisfeito, quem perde espaço não. A questão é a seguinte: o governo teve a capacidade de aumentar o nosso diálogo com a sociedade? Eu acho que ele não foi capaz disso. Nada mais natural que as forças políticas se apresentem para formar o governo. E as reformas feitas aqui não foram capazes de resolver os problemas de relação existentes. Tem alguns secretários, que tenho até constrangimento de falar, porque as pessoas erram e acertam também, só erra quem tentou fazer. Agora, tenho claro que não se tratou de retaliação política por causa de posições, acho que não. Agora, por outro lado, também não é desconsiderado esse arranjo geral para a participação e sustentação do governo. Acho que não foram exitosas plenamente as mudanças porque não foram capazes de alavancar o patamar de qualidade da base política e social do governo. O governo teve “n” problemas sim, teve dificuldades de transitar projetos dentro do Parlamento. Teve coisas que aconteceram, como a catraca eletrônica, nós perdemos o projeto na opinião pública. Não houve da parte do governo qualquer política persecutória, quer seja pessoal ou de grupos. Nós deveríamos ter sido mais profundos em algumas mudanças.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: Em alguns momentos, sobretudo no final de 2001, o governo criou quatro fóruns temáticos, que eram os grupos de gestão, infra-estrutura, social e o que tinha a função de aproximar as ações e somar esforços na ação administrativa. Então, nós tivemos que recompor a base administrativa da Prefeitura, foi um processo doloroso, a gente saía de uma situação onde quase 50% do quadro era de contratados, a estrutura orgânica da Prefeitura estava desmontada, tinha secretarias novas que não tinham um quadro, como por exemplo, a SQA. Aí foi importante o planejamento estratégico como balizador. Muitas discussões eram de caráter político, mas não eram de caráter deliberativo, não eram assembleias, eram reuniões de conteúdo informativo, se fazia os debates, mas as decisões eram tomadas no âmbito mais direto do secretário com o Prefeito. Ou de secretário para secretário. O governo conseguiu orientar o planejamento estratégico da Prefeitura. Criou-se um grupo de acompanhamento, o secretariado tinha essa função também, de acompanhar o trabalho. Mas, enfim, do meu ponto de vista, a condução do Prefeito nesse aspecto sempre foi de muita confiança com os secretários, de discutir, de cobrar, de criar espaços onde a gente pudesse dialogar. Tem uma coisa que depende muito também da atitude do agente político, se ele é mais pró-ativo, mais colaborativo, vai por um caminho, se tem um perfil mais encolhido, vai por outro caminho. A função do secretário também é uma função de liderança, de protagonismo nessas ações internas. Mas eu acho que uma reunião de secretários não é uma assembleia. Mas, no geral, no que se refere à autonomia e respaldo para trabalhar, houve tranquilidade. O que tivemos é que um grupo de secretários era de uma tradição mais ligada ao movimento social, e outro grupo era diferente. Era perceptível a capacidade de interação e de ação conjunta em relação a esse grupo, tinha mais experiência de militância. Era mais fácil conduzir algumas coisas com esse grupo. Porque tem momentos e questões, que as coisas só funcionam quando são prioridades de todos, no momento que isso foi feito no governo funcionou bem. Quando começou a se negociar as prioridades entre as áreas, a coisa funcionou

melhor. Quanto ao OP, acho que o formato inicial, e tem muito a ver também com a realidade da organização da comunidade, do perfil de atuação das associações, ele acabava sendo um agregado de demandas de vários setores, não era um projeto de organização da sociedade. Aí tivemos o “Pelotas Metrópole”, ali a gente inverteu as coisas, formulou uma proposta a partir de uma visão. Formatou dentro do OP aquelas políticas, foi discutir com a comunidade, mantendo os eixos das diretrizes da intervenção urbana na cidade. O OP certamente coloca um conflito com a Câmara. Coloca um espaço direto de participação da comunidade, a representação parlamentar perdeu um pouco a função de representar junto ao governo. Aí você vai tirando um pouco a possibilidade de manipulação. E aqui em Pelotas, você tem conselho para tudo. O que eu digo é o seguinte: é muito pouco para o projeto do PT, nos marcos que estamos hoje da racionalidade, a visão histórica do PT é conservadora sobre o Estado, por um lado tem um avanço quanto ao servidor público, por outro lado, nós estamos justificando as políticas da ditadura, defendendo a estrutura dos militares. Nós não conseguimos fazer uma crítica fundamental que temos que fazer, que é a estrutura do Estado. Nós temos um problema quanto à gestão do Estado e estamos repetindo isso, acho que aqui também. Nós temos que discutir qual a organização estrutural do Estado para que se possa cumprir o papel social. Essa discussão está malfeita do PT, não dá para destruir tudo, tem que construir a partir da experiência. Isso dentro do período histórico que estamos vivendo, ação institucional dentro do capitalismo. Como a gente muda, a estrutura tem que ser o mesmo (mudar também). Temos que mexer sempre que quisermos fazer avançar. E nessa discussão entra a questão da participação popular, o objetivo que queremos com a participação popular. Isso é muito pouco para um governo democrático e popular, o Fogaça manteve o OP em Porto Alegre, como é que eu faço OP nacional? Não tem como fazer OP nacional, o governo apostou fortemente nas conferências nacionais, mas acho que no fundo falta ainda algo mais objetivo. Essa ausência de formulação crítica mais profunda, dentro de uma economia globalizada, nós tivemos grandes conquistas, nós somos parte desse processo de mudança, o PT ajudou a construir isso e está nos faltando a visão sobre o que vamos fazer agora. E a crise que o PT viveu reflete a falta dessas formulações, por um lado tem a visão messiânica de que nós somos os bons, os puros, e por outro, tem as práticas que foram feitas, questionáveis, todas elas, mas que tem suas facetas em outras áreas de atuação.

Pergunta: Durante o governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: O conflito não é o problema, o problema é como a gente trata o conflito. Tem o conflito de expectativas, entre o sonho e a capacidade de realizar. Nós tivemos um déficit de capacidade de comunicação e de relação, tanto da parte do movimento como da parte do governo. Tem uma ausência da cultura de negociação no município, em particular no setor público. Na negociação, tem que arrancar alguma coisa e capitalizar o máximo o que conquistar, política e economicamente, para o projeto. Aqui nós tivemos dificuldade para isso. Nós propusemos a estruturação do sistema de negociação, apresentamos de forma transparente todos os dados na primeira negociação, e a gente sequer tinha o controle dos dados, do processo de gestão. A gente apresentou os dados e disse que queria discutir como gastar o que tinha na mão. Tem 50% da categoria que ganha complementação para o salário mínimo, propusemos priorizar melhorar os salários deles, e não tem jeito, quando há simetria na remuneração, a dificuldade se mantém. O movimento não topou essa lógica. Então, tivemos que fazer um processo de ajuste muito doloroso, mas foi essencial para o governo. Tínhamos salário atrasado, pressão dos órgãos de fiscalização interna, tinham várias notificações, Receita Federal, Ministério Público, INSS, tínhamos um passivo muito grande. Tinham diferenças nos procedimentos, um setor calculava vantagem de um jeito e outro setor calculava vantagem de outro jeito. Nós tomamos uma atitude, dissemos “para fiscalizar tem os órgãos de fiscalização, então nós vamos trabalhar, tocar pra frente e à medida que vão aparecendo os problemas a gente vai resolvendo”. E nós chamamos muita gente, só de professores foram mais de mil. Por exemplo, o valor da hora extra variava, e isso não existe! Optou-se por reconstruir o piso dos servidores. Mas houve sim um protesto dos servidores, nós tivemos que desvincular quase

quatrocentos servidores que estavam aposentados e que estavam trabalhando, que não saíam porque não tinham seus salários pagos, o FGTS. Nós reconstruímos o direito de crédito dos servidores, ninguém vendia a crédito para servidor público municipal, tinham agiotas na porta da secretaria esperando o pagamento. Agora, teve um momento crítico, que foi a reestruturação, tinham resoluções do Tribunal de Contas sobre a questão das vantagens, uma série de apontamentos, algumas pessoas estavam tendo seus salários pagos duplamente, mas no diálogo lamentavelmente nós não conseguimos, nós não temos a cultura do sistema de negociação coletiva. O processo de modernização administrativa veio acompanhado de um forte investimento na formação dos servidores, autorizamos o afastamento de servidores para cursos, tivemos mais de 50 servidores fazendo especialização em várias áreas do Governo, a Procuradoria funcionava há anos com contratos emergenciais. Criamos o Departamento de Saúde do Trabalhador. Mas tivemos a preocupação de fazer um trabalho com aqueles que estavam entrando, de não deixar eles terem vícios do passado. Nós fizemos 14 concursos públicos. Agora, um momento crítico foi a organização das planilhas, acho que conduzimos errado o processo, a gente potencializou o conflito. A ideia era fazê-lo junto com a organização do plano de carreira, a gente superaria aquele problema com a estruturação salarial.

Pergunta: Sobre a relação com os municipais, ainda, no meu Trabalho de Conclusão de Curso ouvi dois dirigentes do SIMP e ambos afirmavam haver grande dificuldade na relação com o governo, de estabelecer diálogo. Como era este processo?

Resposta: Nós propusemos a construção de uma mesa de negociação e apresentamos a proposta, com o Secretário de Finanças, o Secretário de Governo, o Procurador e o Secretário de Administração. Nós propusemos isso para tratar da questão do plano de carreira, e havia práticas clientelistas da parte do sindicato. Por exemplo, nós abrimos para o sindicato todas as turmas de novos funcionários que estavam em treinamento, para eles irem lá falar para os trabalhadores, e o que aconteceu? Foram uma vez e depois não foram mais. Nem sempre precisa ter contato direto com os secretários. Eles vinham para a reunião e fechavam a proposta e depois diziam que não estava fechado. A negociação estava colocada na Secretaria de Governo e na Procuradoria, era responsabilidade da Secretaria de

Administração o processo negocial. Tivemos um problema numa negociação que o comportamento foi inaceitável. Todas as vezes que o sindicato demandou um diálogo com a Secretaria de Administração, teve. Mas, a partir de determinado momento, as questões cotidianas foram deixando de acontecer, havia calendários. O conjunto de expectativas foi um fator determinante, se esperava um governo que iria cumprir com toda aquela coisa, e não é bem assim.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas. O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para um novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Essa história do PT, o processo de institucionalização, vereadores, deputados, que se completa agora com o Governo Lula, dá para a gente olhar para trás e dizer que mudou a cara do país. O processo de institucionalização mudou muito o PT também e nessa trajetória nós perdemos muito da capacidade de mediação daquela questão coletiva, a balança pendeu muito para um lado, a crise que a gente viveu ainda não foi superada e ainda vai demorar muito para ser superada. Acho que o PT tem que ir a fundo até o final neste processo. Eu olho e penso, será que nós somos iguais a todos os outros? Eu acho que não, mas temos muitas coisas semelhantes, nós temos uma geração hoje que não tem a experiência de cidadania que a minha geração teve. Tem muitos setores da sociedade que nós não conseguimos abarcar no nosso processo, a nossa forma de fazer política não consegue incluir essas pessoas. A prefeitura de BH, por exemplo, implantou o OP digital esse ano, uma nova proposta. O OP lá é setorizado por regiões e teve grandes obras para cada região da cidade. E como fazia isso? A pessoa se cadastrava na página, tinha computador no posto de saúde, em vários lugares. Mas temos que fazer um processo de reflexão mais profundo, ver até que ponto somos levados pela situação. Temos que refletir, onde estão os nossos sonhos? O que é a Frente Popular hoje? Antigamente você olhava e sabia quem era a Frente Popular, hoje você vai olhar para o Brasil, isso realmente ficou confuso, temos que tocar a questão da participação popular para além do Orçamento Participativo. Nada justifica não termos priorizado a reforma política, nada. Isso é prioridade dos

partidos, não é o governo que vai fazer. Você olha para o debate da campanha aqui, em São Paulo, em Porto Alegre, não está mais identificado, não está mais nítida aquela diferença, aí tem a minha grande crítica: em BH a coligação com o PSDB, isso ajuda para a desconstituição das diferenças. A questão é mais embaixo, não é lá onde tem um candidato do campo majoritário, você olha onde não era do campo majoritário e é a mesma coisa. Você pega hoje, por exemplo, a questão do Dantas, tudo bem que possa ter havido excesso por parte do agente investigador, mas você não pode fazer disso o grande problema, o problema é o criminoso. Isso são coisas que têm me incomodado muito no último período, a gente tem convivido muito tranquilamente com isso, a gente precisa realmente abrir um novo caminho, trazer uma nova pauta. Daqui a pouco o ACMzinho está fazendo o Orçamento Participativo, esse negócio tá muito esquisito! Aí falta o partido, e as forças sociais que compõem o partido, refletirem sobre isso. Qualquer movimento, os sindicatos estão numa discussão que reproduz as desigualdades, e aí tem muitos temas que estão longe da nossa pauta, a questão ambiental, a questão da nova tecnologia, muitas transformações para a infância, as nossas brincadeiras, a rua era um local seguro para nós. Mas estamos longe desse debate, estamos na disputa de processo eleitoral. Desse ponto de vista nós estamos devendo muito ainda à nossa base social. Mas isso não é uma responsabilidade individual, é uma crise da esquerda mundial.

ENTREVISTA IVAN DUARTE

01/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Entrei na universidade em 80, o que coincidia com o processo de abertura, anistia, reorganização do movimento estudantil e surgimento do PT. Eu tinha contato com o movimento pró-PT em 1980, articulação com União Nacional e União Estadual de estudantes. Naquela época, toda a pauta política nacional era a discutida pelo movimento estudantil, como a questão das centrais sindicais, a CUT, a reorganização da esquerda, então o movimento tinha vida muito fértil, tinha o pessoal dos sindicatos, o pessoal que já tinha contato com grupos de esquerda e a partir daí o PT foi fundado em Pelotas. Eu participei de todo esse movimento. Tinha também o pessoal do movimento de bairros. Isso tudo gerava uma grande efervescência no movimento, todo dia tinha um panfleto novo. Eu participei do Congresso de fundação do PT.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Embora não tenha muita formação teórica, sempre entendi que o partido é que deve dar a linha aos governos e aos parlamentares, isto foi o que sempre

defendemos em nosso programa e em nossos panfletos. O partido deveria ser o organizador da atuação do governo. Isso foi o que sempre defendi e o que entendo que deve ser.

Pergunta: A partir dessa tua visão, gostaria de saber qual a tua avaliação sobre a experiência do governo de Pelotas em relação à sua relação com o PT. Quais as críticas que tens e como achas que deveria ter sido essa relação?

Resposta: A experiência de Pelotas foi o rompimento absoluto com esta minha visão. Muita burocracia, centralização por parte do Prefeito e controle absoluto do fluxo do dinheiro da Prefeitura. O grupo do Prefeito tinha o controle sobre os cargos principais, formou-se um trio e os outros secretários eram uma espécie de segundo escalão. Os militantes do partido e os movimentos sociais foram o terceiro escalão, foram muito pouco ouvidos. O Orçamento Participativo, que seria um instrumento importante, foi muito fraco. O partido não teve força para conter a burocracia, essa linha de defender a força do partido foi completamente abandonada. O governo trabalhava na ótica de um pequeno grupo que centralizou o Governo.

Pergunta: Poderias me citar alguns momentos que evidenciam esta questão que colocasse de rompimento com a linha do Partido?

Resposta: Três momentos: eu, fundador do PT, vereador em terceiro mandato, consegui me reunir com o Prefeito para discutir questões relativas ao governo, uma vez durante os quatro anos, foi a única vez que fui chamado a dar uma opinião. Segundo: estávamos na Câmara de vereadores e recebíamos projetos do governo sem nenhuma discussão com o partido ou com a bancada, e nós éramos obrigados a votar sob pena de sermos acusados de trair o partido. A última questão é a questão das catracas eletrônicas, projeto apresentado pelo governo, e o partido não conseguiu intervir nesse processo, acabou ficando a briga entre os trabalhadores do transporte coletivo e o governo. Se nós tivéssemos um partido que participasse do governo, poderia fazer essa discussão.

Pergunta: Além destas questões citadas por ti, gostaria de citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses

após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: O ponto principal desta questão é que os militantes da base partidária, os não dirigentes, quando eram chamados para expressar sua opinião, colocavam essas críticas.

Um elemento importante é que acho que 80% da Executiva eram membros do governo. As pessoas que tinham um pouco mais de liberdade, se manifestavam mais criticamente, mas quem era do Governo, ou concordava ou então, quem apresentava críticas sua secretaria perdia verbas e projetos. Havia uma contradição, não tinha como dirigentes partidários com cargo na Prefeitura exercer sua opinião livremente. Havia ameaças permanentes no secretariado de demissão, quem não dizia amém caia fora.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Em primeiro lugar, faltou o partido, faltou uma base militante que pudesse ajudar nessa discussão da questão dos comerciários, foi uma falta de habilidade absoluta do governo, porque essa questão não é do âmbito do município e o governo apresentou posição contra os trabalhadores. Em relação aos municipais, os métodos foram os mais tradicionais possíveis. A questão do gasto com o funcionalismo não foi colocado no Orçamento Participativo, ninguém foi chamado para discutir essa questão, ficou uma relação tradicional entre governo e trabalhadores.

Pergunta: Qual a avaliação que fazes da relação do governo com o teu mandato, com a bancada da Frente Popular e com a Câmara enquanto instituição, como entendes que se deram as discussões visando a aprovação de projetos do Executivo?

Resposta: Eu fui solenemente ignorado pelo Governo, nunca fui chamado para discutir nada. Em relação à bancada, em vários momentos, mesmo os vereadores

mais alinhados não eram chamados. A Jacira, por exemplo, que era Líder do Governo, aceitava em nome do projeto a questão de votar sem discutir. Em relação à Câmara, aconteceu a parte mais terrível para mim, os vereadores fisiológicos encontraram um campo fértil para fazer negócio com o Governo... eles dificultavam a aprovação dos projetos para negociar. Não houve convencimento ou pressão, havia a negociação. Vereadores que empregam gente na Prefeitura mantiveram essa prática no Governo da Frente Popular, a mesma coisa que faziam nos outros governos.

Pergunta: Levando em consideração que as correntes de esquerda do Partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo Governo, ou não?

Resposta: A esquerda do partido se fragmentou nesse processo, uma boa parte não conflitou com o governo, se adaptou à realidade. Uma pequena parte ficou brigando até o fim e pagou caro por isso, perdeu influência no Partido também, e uma pequena parte acabou aderindo ao governo. Acho que há três formas de agir nessa questão: uma parte aderiu, uma parte fez a crítica e depois aderiu e outra parte ficou isolada, um grupo muito pequeno, sem condições de fazer a crítica. Não houve unidade do campo de esquerda nessa discussão e isso facilitou as coisas para o governo.

Pergunta: Em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Quais as razões que levaram a esquerda a não ter um pré-candidato que disputasse as prévias? O que este fato alterou na vida partidária em Pelotas?

Resposta: Tinha três pré-candidatos, a Cecília, o Arilson e o Ademir, do Sindicato dos Bancários, falava-se no nome do Ivan e do Marroni, o Ivan era vereador, o Marroni era suplente de vereador. O nome mais forte era o da Cecília. Os outros dois candidatos não tinham muita força interna e a Cecília desistiu alegando que estava muito sozinha e que não iria ter força. Com isso, o Marroni virou candidato, as primeiras pesquisas davam para ele 4%, mas ele foi e conseguiu crescer, a esquerda já tinha um certo crescimento na cidade e nenhum desgaste, o PT cresceu bastante a cada eleição e por poucos votos o Marroni quase virou Prefeito. Essa questão eu atribuo a responsabilidade à Cecília, ela se quisesse teria sido candidata, foi uma decisão pessoal dela. Ela deixou o campo aberto para o Marroni e ele, representando os novos petistas, representando a maioria nacional, conseguiu crescer em razão do espaço deixado, que eu atribuo à Cecília. Isso acabou fazendo com que o Marroni fosse o candidato natural a deputado federal dois anos depois, tendo abrangência em toda a região. Eu atribuo essa questão à desarticulação e a decisão tomada pela Cecília. E o Marroni, ele se lançou numa empreitada para ocupar espaço, sabendo que teria visibilidade. O partido tinha um crescimento naquele momento, tinha um crescimento muito grande nas capitais e a partir de 88, aqui em Pelotas. O PT naquele momento só crescia. Havia uma dúvida se internamente ele conseguiria ter força para tocar a candidatura, mas externamente o PT era muito forte. Era uma força que o partido tinha naquele momento e que se manteve. O Marroni soube aliar sua determinação com este crescimento e quase ganhou. Eu acho que ele cresceu mais do que esperava, alguém que não conseguiu se eleger vereador, quase se eleger Prefeito, superou as expectativas, eu acho.

Pergunta: Em 1997, durante o Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembra do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: Naquele momento, se evidenciou uma forma pragmática e antiética de fazer a disputa dentro do partido, se rompeu com um padrão que se tinha até então, a questão da contribuição, enfim, se evidenciou que havia um grupo que trabalhava

os filiados como massa de manobra, que se chama quando precisa, entra naquela questão de partido de massas, como se massa não precisasse discutir. O que aconteceu foi que as pessoas que tinham um outro tipo de prática mais democrática se manifestaram contra esse fato. O problema é que as pessoas que fizeram esse tipo de práticas conseguiram levar para a instância estadual e aí a questão perdeu a contundência da disputa, entrou na questão da negociação de espaços, o que é comum, “não me prejudica aqui que eu não te prejudico lá, nos acertamos aqui e nos acertamos lá...” Quem tinha uma posição contrária a isso, não teve força a nível estadual e tudo acabou sendo esquecido.

COMPLEMENTO ENTREVISTA IVAN

(Em razão de questões colocadas por outros entrevistados, fez-se necessário retornar a entrevista com o vereador, para apurar algumas questões.)

Pergunta: Gostaria que tu relatasses o processo, entre fim de 2003 e início de 2004, porque tu fostes lançado às prévias do PT, mas antes da disputa, tu retirastes a candidatura. Queria que falasses sobre essa retirada, que teve inclusive ato com lideranças estaduais do partido. Como foi esse processo, teve intervenção de outras instâncias do Partido?

Resposta: Primeiro, a DS, aqui em Pelotas, é muito pequena, então qualquer tentativa de prévias, de disputa na direção do partido, se não tiver alianças com outras correntes, não tem sentido. Então começa por aí. Aquele processo de quase lançamento, e que depois foi retirado, nunca chegou a ter uma coisa pra valer mesmo, era uma coisa, pelo menos do ponto de vista interno, a todo o momento a possibilidade de retirada estava sempre presente, nunca foi uma coisa, “olha, não tem negociação, não tem conversa”, nunca foi assim, embora, pra fora, claro, a gente mantivesse essa imagem, com material, com discussões, enfim. Mas não era uma coisa da DS aquilo, foi de todo um campo do partido, de que era necessário implantar uma nova dinâmica do partido, do governo, a relação com os movimentos sociais e então, uma candidatura que teria condições de enfrentar isso seria o meu nome e era um movimento que vinha inclusive de fora das correntes do partido, vinha de gente dos sindicatos, de outros movimentos, era um leque bem amplo, militantes mais antigos também, que achavam que tinha que ter esse movimento.

Bom, a direção estadual do partido, sempre se preocupa, em momento de disputa interna, porque há o risco de enfraquecer internamente e fortalecer os adversários. Então, todos os dias tinha algum contato com alguém da direção estadual, que pedia que tentasse negociar, que retirasse o nome. Isso acabou acontecendo, e é importante registrar o seguinte: eu, particularmente, nunca participei de nenhuma negociação de troca, de dizer, “olha se vocês me derem isso, eu retiro o nome”, nunca participei de nada disso. Fiquei sabendo depois que isso aconteceu, por parte de algumas pessoas que foram lá no partido, no candidato, que era o Marroni, nos seus articuladores, e disseram “quem sabe então a gente negocia”. Gente da DS. Na minha conduta sempre teve o seguinte: se democratizar nesse, nesse e nesse ponto aqui, eu retiro, se o orçamento participativo for alguma coisa de fato, eu retiro, se a relação com os movimentos sociais for alguma coisa concreta, eu retiro. Foi na política né? Mas, quando houve então a retirada, teve um grande ato, isso representou um alívio pra direção estadual, menos uma cidade onde o partido vai se expor pra fora numa disputa interna, porque as prévias no PT já são isto, elas vão pros jornais, vão pra debates públicos. Então, meu nome foi emprestado para um número muito grande de pessoas descontentes, que não era compartilhado por uma parte da DS, eu sei disso. Tanto é que uma parte da DS foi lá e negociou, compôs. Não era a minha vontade, minha vontade era forçar a uma mudança de atitude, não a uma composição de governo, que pra mim ficaria para um outro momento. Mas infelizmente aconteceu assim, e o meu nome acabou sendo retirado.

Pergunta: Sobre essa questão, do descontentamento de algumas pessoas da tua corrente com a tua candidatura, eu queria saber como se deu. Algum tempo depois, aconteceu um processo de crise interna na DS. Como isso aconteceu? A partir desse momento, tu me dissestes que algumas pessoas da DS participaram de um movimento pra negociar a retirada da tua candidatura. Como se deu esse movimento?

Resposta: Eu mantive, eu não, eu e várias pessoas da DS, mantivemos um processo de confronto interno, de forçar uma mudança de rota, percebendo que havia um distanciamento do PT, daquele discurso da origem, um distanciamento dos movimentos sociais, uma adesão muito grande ao calendário eleitoral e aos ganhos institucionais, muito voltado para os processos de eleição, ocupar espaços de vereador, de deputados, de prefeituras, de secretarias, de cargos e tal, e isso começou a mover, esse jogo, isso move alianças, move disputas internas, não mais

ideológicas e sim quem tem mais condições eleitorais, quem atinge mais o senso comum, e não a disputa de projeto de sociedade. Isso foi perdendo espaço e eu e várias pessoas, sempre tentamos manter essa linha, mas muitos caíram naquela máxima de “se tu não podes derrotar o teu adversário, te junta com ele, rebaixa o teu programa, reduz, e ocupa o espaço do jeito que a maioria está ocupando”, não tem aquela paciência histórica de “um dia eu vou ser maioria, isso não vai dar nunca nada, vamos ser sempre minoria”, e esse pessoal acabou constituindo maioria na DS e partiu pra negociação, pra aliança com a maioria interna do partido e junto com isso vieram outras questões, de relação com o Governo Federal. Eu tava falando até agora dos movimentos locais, mas junto com isso teve uma guinada na avaliação do Governo Federal e isso contribuiu muito pra que esse processo se acirrasse, porque a análise que se tinha era que o Governo Lula tinha enveredado muito pra essa história de fazer do Congresso Nacional e daqueles espaços, daquelas alianças com os partidos majoritários, dos espaços de governo, muito mais importantes, mais estratégicos do que aqueles espaços que a esquerda sempre tentava resgatar, o espaço da emancipação dos trabalhadores e tal, não pela via institucional. O Governo Lula havia enveredado muito por esse caminho e essa mesma parte da DS que constituiu maioria em Pelotas, passou a ter uma aceitação muito grande, uma avaliação muito positiva do Governo Lula no âmbito geral. Isso contribuiu muito pro racha também, e o terceiro elemento, talvez o mais complicado deles, foi que além de uma mudança na política local, além de uma mudança na avaliação do Governo Federal, houve posturas de ocupar espaços, mesmo fora do governo, mas com verbas do governo, e isso passou a condicionar alguns comportamentos, passou a distanciar. Então, aqui em Pelotas, se criaram dois núcleos da DS, um núcleo que era em torno do mandato do vereador e outro, que era o espaço onde se construíam políticas públicas, através de ONGs ou através de outras formas, também com verba federal, verba pública, e aí começou uma disputa, muito desqualificada, eu diria, que geralmente leva a rachas mais definitivos, porque quando entram essas questões, aí já vêm denúncias de má utilização, de utilização indevida de verbas e tal, e eu acho que essa disputa, que era política, de postura interna, partidária, de governo, passou para o campo da ética e aí complicou de vez a coisa e se estabeleceu uma impossibilidade até de conversa entre os dois núcleos. Hoje está um pouco superado isso, mas teve pessoas importantes que acabaram saindo da DS por conta disso.

Pergunta: Porque hoje está mais calmo?

Resposta: Hoje, uma das partes acabou sendo, na minha avaliação, essa mudança de linha acabou sendo derrotada na vida real, porque aqui em Pelotas aquele jeito de fazer política, muito institucional e tal, acabou acumulando derrotas e essa conduta mais original, pela esquerda, acho que se firmou, continuou, algumas pessoas saíram, de lado a lado, porque enxergaram uma impossibilidade do projeto mais geral se firmar, saíram da DS, e outras saíram, porque radicalizaram essa coisa de “o certo mesmo é colocar como estratégico a institucionalidade, o parlamento”. Enfim, acho que os dois lados tiveram perdas, mas eu estou otimista em retomar o partido para esse projeto que a gente vinha tentando levar.

ENTREVISTA JACIRA PORTO

17/10/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Minha atuação nas pautas políticas começa no movimento estudantil em 77, entrei na chapa do DA pra Agronomia, no conselho fiscal. Colocávamos a questão da educação, a questão da terra, a questão da ditadura, a luta pelas liberdades democráticas, que eram nossa principal pauta. Depois disso, começo minha atuação profissional, com os agricultores, a questão da agroecologia. Foi por aí que militei nesse tempo. Depois tive militância no apoio ao Movimento de Trabalhadores Desempregados, e depois o Governo Olívio, onde trabalhei como Coordenadora Regional da CEASA. Trabalhei durante dois anos. Como funcionária municipal, tive atuação também no SIMP, cheguei a ser diretora da AMP. Depois disso fui vereadora. Depois do mandato, voltei às minhas atividades profissionais. Tenho trabalho também com a Cooperativa Teia, sou uma das fundadoras.

Pergunta: E como foi tua condução à Liderança do Governo?

Resposta: Sim, primeiro a BS ocupava a Liderança, com o vereador Lair de Matos, depois, com a retirada deles, durou menos de seis meses, eu assumi a liderança até o fim do mandato.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me

falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Foi uma das coisas mais tensionadas essa questão da relação entre partido e governo. Na questão municipal, acabou tendo grandes dificuldades. O que é importante é ter um partido forte, ele não é o governo, mas tem que fazer o debate do governo. E tem algumas coisas que atrapalham. Por exemplo, o presidente do partido era secretário, eu acho complicado. O partido não pode perder a sua tarefa, tem que continuar cumprindo as suas tarefas, e quando elege o governo, o partido se esvazia. O partido representa uma visão só, já o governo se articula com várias outras. Mas nunca o partido pode perder a sua autenticidade. Acho que se alguém assumir um cargo público, tem que passar para outro, se não as coisas se confundem. Essa questão para mim é o grande desafio, acontece às vezes no movimento sindical, que acaba ficando a reboque dos governos. É isso que a gente vê, normalmente quando o PT assume o governo, o movimento sindical entra em crise. O movimento sindical tem uma visão de sociedade que o aproxima do partido, mas ele não pode pensar que é governo porque não é. Assim como o governo não pode querer abraçar tudo. Nós tivemos grandes dificuldades aqui no município nessa relação, o partido desapareceu, pouco se ouviu o partido se manifestar, quem se manifestava era o governo, não o partido.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o

programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Houve essa dificuldade. Teve também a questão da composição, a questão das tendências, a possibilidade maior ou menor de elas se bancarem. Mas realmente o centro político teve dificuldades, um pouco pela questão do perfil, o Marroni, foi uma primeira experiência, a questão do desconhecimento da máquina pública. Digo isso porque sou uma funcionária municipal, leva um tempo até as pessoas se apropriarem da sua tarefa. Mas incapacidade maior para mim foi o Conselho Político, que era a possibilidade de abrir o debate. Foi difícil compor aquele Conselho, foi o que menos rendeu. Ele só funcionava em um momento de desespero, acho que na questão da catraca, se chamou o povo, mas já no meio do conflito. Não criamos as condições para construir. Ninguém chamou para discutir o modelo e sim para dizer sim. Essa pauta estava presente desde 2001 e ficou até

2004. O Centro de Governo teve uma figura muito importante nas Finanças, como definidor de possibilidades. Acho que temos que aprimorar isso, mas também acho que os partidos têm que construir internamente isso. Estar organizando, estar debatendo. Outra coisa é fazer a quantidade de reuniões que a gente tinha, no Centro de Governo, o Conselho Político, o Orçamento Participativo, é preciso tornar isso uma coisa mais fácil de administrar, se não se passa em reunião. Eu, como vereadora, passava em reuniões. Mas temos que conseguir apontar caminhos, superar dificuldades, e chegou a hora que não se conseguia mais, estava assoberbado. Acho que temos que aprimorar a capilaridade do governo, de modo que a gente possa humanamente cumpri-las. Era o processo de algodão entre cristais. É importante que as instâncias tenham credibilidade, que elas funcionem, e que isso vire uma prática. A nossa visão de partido é muito diferente da visão de partido que os outros têm, a gente acha que vai chegar na Câmara e que os vereadores vão estar orientados pelo seu partido, e não é assim que acontece. Tínhamos que desdobrar aquela discussão, os vereadores agiam independentemente do seu partido. Temos muito o que aprimorar, mas de forma muito realista. As próprias tendências vinham apontando isso, é preciso conceber a participação política em um governo plural, também com objetividade, com capacidade de elaboração política mais ágil, que se possa ter mais tempo para conversar com a sociedade, organizar a sociedade. Os agentes políticos têm esse papel. É um desafio que a gente tem para o outro governo. Agora mesmo, nós ampliamos mais o nosso leque de partidos, é complicado mesmo, quando tu governas com um partido e quando tu governas com vários partidos. O Governo tem que ser a síntese daquilo que ele construiu, tem também a questão das demandas do movimento social e os limites da máquina pública, como se constrói isso para poder atender às demandas dos movimentos. Precisa sentar e conversar sobre as dificuldades, é uma troca de culturas também. Tem, por exemplo, a questão com o MTD, da regularização de área para assentamento, que a gente não conseguia regularizar, o Governo do Estado também não conseguiu e acabou passando para nós. Hoje mesmo, se vê uma crise entre os próprios movimentos. Mas é uma retomada, parece, de algo que estava meio parado. Mas existem dificuldades e precisamos aprimorá-las.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: Estou tentando me lembrar.

Pergunta: Substituição na SEURB, no SANEP, no Desenvolvimento Econômico.

Resposta: Nesse momento, vou tentar puxar pela memória. Acho que, no FAZ, houve somente uma conversa com o governo no sentido de garantir mais espaços, mas, por exemplo, o Delevati estava mesmo querendo sair. Acho que houve (...) já na SEURB foi um pouco diferente, houve um conflito maior, mas acho que ali já houve um racha, entre a SEURB e a SQA, na DS, acho que ainda não tão profunda, mas que logo em seguida viria a se aprofundar. A SQA era uma secretaria nova, lutava por espaço. Acho que nesse momento houve um aproveitamento para fazer a reforma, aí se colocou uma pessoa que não era da área para tentar resolver. Acho que esse espaço maior do FAS veio pelas tarefas que a gente assumiu também na Liderança de Governo e acho que a gente qualificou mais o trabalho. Ali já havia vários rachas, a própria BS já tinha se retirado do Governo. Tinha a Articulação de Esquerda também, que compôs o governo depois. O Ciro era da Articulação e depois saiu, a Articulação ficou fora do governo.

Pergunta: E fora do Diretório também.

Resposta: Isso. E isso repercute no debate dentro do partido.

Pergunta: Qual a avaliação que fazes da relação do Governo com o teu mandato, com a bancada da Frente Popular e com a Câmara enquanto instituição? Como

entendes que se deram as discussões visando a aprovação de projetos do Executivo?

Resposta: A relação com a Câmara, ela começou no debate com os partidos mesmo, mas tem aquilo que te disse, tem a questão pessoal, a Câmara que nós temos expressa a cidade, nós temos caciques, e isto aconteceu no governo, vereadores que vem para negociar pessoalmente. Tem os interesses corporativos da cidade e eles estão muito bem representados na Câmara, nenhum de nós pode se enganar com relação a isso. Tem os interesses políticos em jogo na Câmara e aqueles vereadores vão fazer tudo para que não se contrarie isso. Nenhum governo se escapa disso, poucos governos que eu conheço escaparam disso. Isso demonstra a dificuldade que se tem hoje de debater idéias. Numa campanha eleitoral, não se pode fazer uma campanha sem dinheiro, se tu fazes não se elege e se elege, tem os interesses dos transportes, do comércio local. Nós tínhamos o Secretário de Governo, que tinha uma relação muito boa com a Câmara, porque tinha sido vereador. O Mário era o grande articulador, ele que ia até a Câmara. Isso era uma das críticas que tinham (os vereadores), que ninguém conversava com o Marroni, mas o Mário era que fazia isso, tinha sido deliberado. Tem que compreender a Câmara de vereadores no seu coletivo, nós tínhamos cinco vereadores e três do PSB, oito vereadores em 21. Então nós éramos minoria e tivemos uma oposição qualificada, com o Gilberto Cunha especialmente, que acabou ganhando um sorinho. Ele é um cara incansável em definir muito bem o que era o projeto liberal dele, a forma como compreende as coisas. Tem o Jesus David da vida, que era um cara que falava uma linguagem que a população entendia bem, então para nós tudo era difícil, até pegar um financiamento para nós era difícil, aprovar o RELUZ. Para fazer a iluminação pública, não era uma disputa ideológica, era uma questão da estrutura da cidade. O projeto para o saneamento do Laranjal, peguei nojo do Gilberto porque ele era contra o RELUZ. Os outros vereadores eram profissionais sim, faziam a política do troca-troca. O projeto das catracas, ia para o debate, mas sabia que ali tinha os interesses do transporte coletivo. E agora a catraca passou e ninguém falou nada, nem nós. O projeto (implantado pelo Governo Fetter) criou um monte de dificuldades para o povo trabalhador e ninguém falou nada. Na relação com a bancada, tínhamos reuniões com o Governo, às vezes o Marroni ia, mas tinham dificuldade também, às vezes setores que apoiavam os vereadores se colocavam também, tínhamos nós do PT, o PSB e o vereador Adelar,

que passou a fazer parte da bancada. Havia diferenças políticas, mas havia questões corporativas também. Mas volta e meia acontecia de o Prefeito não aceitar a proposta colocada ali, aí havia um tensionamento, aí os vereadores começaram a não participar mais das reuniões. Acho que não teve, por exemplo, a questão de o governo fazer coisas para um determinado setor, para agradá-lo, acho que isso não teve. Governamos mais para os pequenos que para os grandes. Por exemplo, a questão da merenda escolar, junto com os pequenos agricultores. E agora o Governo Lula está lançando uma medida nesse sentido, porque aqui em Pelotas o atual governo acabou o projeto, os agricultores foram excluídos do processo da merenda. Então, acho que isso, a relação com a bancada começou melhor e acabou muito ruim, nós tivemos uma discussão entre governo e bancada difícil. Na relação com o mandato, na verdade tem gente que faz discurso e na prática opera a vida pragmática, e eu fui uma vereadora que pouco tirei proveito da função, estava mais preocupada com a questão da Prefeitura em si, de ajudar a construir uma cidade para todos, eu tinha um papel muito mais institucional. Eu procurava colocar o debate sobre a questão da agricultura ecológica, um debate que deveria transpassar o governo. Eu tentei atuar na questão da transversalidade, mas acaba que cada um vira dono de um projeto. Atuei muito mais no sentido de fazer alguns setores da Prefeitura atuarem de forma conjunta. Na questão rural, por exemplo, acho que tem uma interligação que é importante com a saúde, com o transporte. A pessoa vai no posto de saúde, por exemplo, tem que sair às oito da manhã e só vai voltar para casa às 5 da tarde, porque o ônibus só passa às cinco. Eu queria que o Secretário de Desenvolvimento Rural também estivesse preocupado com esse debate, e não só o Secretário de Transportes. No meu mandato, eu instituí algumas coisas, a questão da alimentação, a questão ambiental, que era um tema que eu queria trabalhar mais. Para mim é muito mais difícil conseguir estabelecer essa questão do debate com a bancada, com o governo, do que a questão do meu mandato. Eu nunca tive uma postura pessoal, eu sempre coloquei a discussão mais geral.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura

do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Na questão das catracas, nós mandamos um projeto dizendo que os cobradores iriam manter os empregos. Acho que esses temas têm que criar um desejo, construir junto da população a idéia, fazer com que aquilo seja uma demanda muito mais dela que do governo, a população precisa conquistar. Aí não é mais do governo, não é mais da Câmara, a Câmara tem que estar cheia de gente lutando por aquele projeto. E o que apareceu? Só apareceu a questão do cobrador. Agora, não conseguimos mostrar como aquele projeto ia afetar o bolso de todos nós, a integração entre a cidade, isso nunca apareceu. A população precisa se apropriar e isso não aconteceu. Os rodoviários foram cooptados pelos empresários. Eles conseguiram colocar a pauta, claro que esse projeto era para controlar o lucro deles. As pessoas não têm essa idéia, de que o transporte é um serviço da Prefeitura, que a Prefeitura pode dispensar todo mundo e contratar outros. O Bernardo, por exemplo, ele trabalhou naquela vez a questão do transporte na população, não fez nada, mas trabalhou. Poderíamos ter dividido o projeto em várias partes e não apresentar de uma vez só. A questão com o SIMP, o Secretário de Administração teve dificuldades nessa relação, o corte feito em muitos funcionários, “ah, o Tribunal de Contas mandou cortar”, certo. Mas assim, isso acabou com uma pequena proteção que os funcionários públicos têm, que é a questão do quinquênio. E depois, o que está acontecendo? Só estão aumentando os precatórios. Medidas tomadas pelo governo e que estão sendo derrubadas. Isso vai gerar precatório. Tem várias questões, tem os agentes de saúde, e tudo tem caráter precário. Então, é uma questão de conhecimento, de saber a história da relação entre governo e funcionalismo. Algumas coisas, tipo vale alimentação, porque não dar? O Governo Fetter deu, começou com R\$ 50,00, 60,00. Ao mesmo tempo, o SIMP se confunde um pouco com o partido, traz dentro dele os problemas que tinha dentro do partido. É isso que eu digo, as pessoas são as mesmas que estão no debate, e o Marroni, eu acho que pela experiência sindical, muito seguro em agir, acabou atropelando. Foi um ambiente muito tenso. Tem coisas que a gente saiu bem melhor, com o funcionalismo as coisas foram bem complicadas.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para um novo mandato, quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas para esta nova gestão? Junto com isso, levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo ou não?

Resposta: Acho que tem muita estrada para chegar ao que a gente idealiza enquanto esquerda. Tem duas dimensões nesse processo. A primeira é quando a gente anda no caminho que a gente tinha que andar, e a outra, temos muito ainda para avançar. Penso, por exemplo, na questão da reforma agrária no Governo do Estado, que para nós foi uma questão revolucionária. O Governo Lula pensa mais essa questão da periferia, mas precisa melhorar essa visão. Transformar no sentido de formar cidadãos críticos, políticos. Agora, a nossa maior dificuldade é fazer as coisas e fazer análise daquilo que a gente faz. Terminar o processo e dizer: “bom, agora a gente vai sentar para avaliar, como a gente vai fazer, em que caminho nós vamos andar”. De qualquer forma, é relativo, mas eu acho que houve um avanço também, um monte de espaços de formação, de abrir para a população. Na questão rural, por exemplo, hoje se chega e já começa a fazer o debate, ele (o morador da zona rural) já começa a te ouvir, há pouco tempo tinha o coronel que chegava, dizia e pronto. Mas já se consegue ver um ambiente regional onde o PT avança, tem a nossa marca. Em São Lourenço, em Santa Vitória, (tem) um belo trabalho! Agora tem Pedro Osório, um município, é um espaço político pequeno, mas tem a região. Por isso, acho interessante quando vem essa discussão do campo democrático, do campo popular. Para mim é isso, o governo aqui foi uma primeira experiência no sentido da inovação. É claro, com todas as nossas diferenças internas, nossas diferenças é que fazem a nossa história. Temos que garantir que continue o debate, não podemos perdê-lo. Se ganharmos o governo, não perder a capacidade de gerar conflitos, de gerar inquietações. O Governo Federal tem pautas que a gente

concorda, e tem pautas que a gente também tem crítica, mas já mudou muitos conceitos. Muitas coisas boas aconteceram, de criar espaço de debate.

ENTREVISTA LAIR DE MATTOS

(Realizada por escrito, por solicitação do entrevistado.)

Pergunta: Qual sua origem na militância política e como (e quando) filiou-se ao PT?

Resposta: Sindical. Filiei-me em 89, convidado por um companheiro (o Todeschini).

Pergunta: Em 1996, Fernando Marroni, então suplente de vereador, foi o único pré-candidato inscrito para concorrer a vereador. Qual sua visão sobre este processo? A esquerda agiu correto ao não lançar candidato, ou errou? Como deveria ter agido?

Resposta: Errou. Em 96 havia 4 pré-candidatos. Três desistiram, inclusive a candidatura que representava o campo da esquerda. Sem candidato, perdeu espaço que até hoje não recuperou.

Pergunta: Qual sua visão sobre o caso envolvendo o vereador Milton Martins, em 1997, quando sua chapa fez o pagamento das contribuições dos filiados em conjunto e isto desencadeou uma crise no Partido? O procedimento adotado pela maioria partidária estava correto? Houve erros e/ou excessos?

Resposta: Aquele episódio já mostrava para onde estava indo o Partido. Não diria que houve excesso, porque as irregularidades eram graves. Talvez tenha faltado um pouco de habilidade por parte dos que queriam uma punição. Teria sido melhor uma punição mais branda do que nada. Simbolicamente, punição é punição.

Pergunta: Qual tua visão sobre o papel do partido quando este está no governo?

Resposta: Nas questões de fundo o partido deve ter a palavra final. É claro que deve se levar em conta os outros partidos que compõem o governo. Agora, para que efetivamente o partido possa cumprir o seu papel, é fundamental a construção de

um programa de governo com a participação dos filiados e o estabelecimento de instrumentos partidários de avaliação e deliberação sobre os rumos do governo.

Pergunta: A partir disto, qual tua avaliação sobre o governo municipal, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas entre governo e partido?

Resposta: O partido foi ignorado em inúmeras situações. Na composição e nas políticas do governo. Não só por culpa deste, no partido também faltou firmeza, teve quem não quis ir para o enfrentamento para preservar espaços no governo.

Pergunta: Como foi a relação do Governo Marroni com teu mandato? Como deveria ter sido?

Resposta: Apresentei quatro projetos na Câmara. Três foram vetados pelo Executivo, sem que o mandato fosse consultado. Acho que basta.

Pergunta: Como foi a relação do governo Marroni com a bancada do PT e da FP? Como deveria ter sido?

Resposta: Ruim. O governo tomou várias decisões sem consultar a bancada, inclusive de temas que posteriormente seriam discutidos e até votados na Câmara. A relação deveria ter sido mais franca e respeitosa, dando conhecimento aos vereadores da situação das medidas a serem tomadas pelo governo

Pergunta: Como foi a relação do governo Marroni com a Câmara? Como deveria ter sido?

Resposta: Como uma relação entre poderes foi uma relação respeitosa. Com relação a projetos encaminhados para votação oscilou. Em determinados momentos houve negociações fisiológicas com vereadores da oposição em busca de apoio, em outras (raras, infelizmente) os projetos foram apresentados e foi-se para o debate político e ideológico.

Pergunta: Em 2001, durante o Encontro Municipal extraordinário do PT (outubro), o partido, em sua avaliação do governo e nas resoluções aprovadas, já fazia críticas à "forma centralizada" com que entendia que o governo estabelecia suas relações. Ali, é solicitado que se forme uma coordenação de governo e um conselho político. Em 2002, um seminário realizado em dezembro aprofundou estas críticas e o PT

aprovou um documento muito crítico ao governo. Pouco tempo depois, houve uma reforma no governo. Qual sua posição sobre estes fatos? No que eles estão interligados?

Resposta: Desde o início do governo, as forças políticas do partido que manifestaram-se críticas tiveram seus espaços restringidos no governo.

Pergunta: Como tu avalia a participação da esquerda partidária durante o período que compreende a campanha de Marroni em 2000, a formação do governo e a gestão? Como deveria ter sido?

Resposta: Faltou unidade na esquerda. Movidas pelo interesse de garantir o maior espaço possível no governo, forças da esquerda abstiveram-se do confronto em momentos decisivos.

Pergunta: Existe mais alguma questão que queiras ressaltar neste processo?

Resposta: O fracasso deliberado do Orçamento Participativo foi uma traição imposta aos filiados do PT pelo governo e um prejuízo irreparável para o povo da cidade, que perdeu uma oportunidade histórica para a prática da democracia direta. Este foi o maior "erro" do governo Marroni em relação às bandeiras históricas do PT.

ENTREVISTA MARCELO ALBUQUERQUE

01/10/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Em 87 entrei para o PCB, no movimento secundarista. Em 90 entrei no PT e segui no movimento secundarista, depois entrei para movimento universitário, fiz parte do DCE da Federal. Depois, fui assessor do vereador Ivan Duarte e depois fiz parte do Governo Marroni e agora faz 7 anos que estou em Porto Alegre, na assessoria do deputado Henrique Fontana.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Um partido político tem papel diferente do governo, o PT é uma ferramenta da luta estratégica. A institucionalidade influencia outros aspectos, acaba influenciando o partido e seu histórico da esquerda, mas o que acontece é que o governo é bem mais amplo que o partido.

Pergunta: Na tua visão, como deve ser? O partido deve dar a linha política?

Resposta: Partido é partido e governo é governo. Participa do espaço de discussão (o partido), onde o PT administra o partido deve fazer parte das discussões, mas

não acho que o partido tem que ser o centro de definições do Governo. São esferas de poder diferentes. Enquanto partido majoritário no governo, o PT tem que ter espaço de permanente consulta e debate das ações de governo, mas ele não é o governo.

Pergunta: Então, quem deve dar a linha política para o governo?

Resposta: Quem deve governar é o governo e as pessoas que compõem o governo, nos seus respectivos partidos, devem fazer o debate e levar a posição do partido, essa é a situação ideal. Mas a gente sabe que a maior parte das vezes isso não acontece, porque a própria composição do governo acaba prejudicando o partido, tirando seus melhores quadros. O governo acaba assumindo tarefas que deveriam ser do partido, de debate das ações e linhas do governo, mas quem deve coordenar o processo de construção do governo tem que ser o governo, e cada partido deve encaminhar a discussão sobre a sua posição.

Pergunta: Tu fizestes parte do chamado “Fórum de Tendências” que foi constituído com o objetivo de discutir a composição do secretariado do governo. Como era o funcionamento deste Fórum? Como eram feitas as indicações? Qual a dinâmica adotada para a definição dos nomes?

Resposta: Lembro bem desse início. O PT discutiu no Diretório que iria compor esse fórum. No ideal, acho que o Diretório é que deveria fazer essa discussão, mas como tem as correntes, e isso é histórico no PT, é uma forma de viabilizar de forma mais prática e rápida o esforço de composição do governo. Esse fórum teve um papel importante, definiu algumas coisas, definiu uma parcela das questões e foi uma forma encontrada pelo PT, foi unânime no Diretório, para encaminhar esse debate. O Prefeito, obviamente, sempre tem um papel diferenciado nesse processo, (ele) é o Prefeito.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro

Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Participei só do primeiro ano do governo, depois vim para Porto Alegre. Mas acho que houve sim um processo de alguma forma centralizada, e isso é uma coisa que não é apenas do PT de Pelotas, já aconteceu várias vezes em outros vários espaços. Acho que a esquerda cada vez mais tem que debater a questão da

democracia. Mas é sempre difícil. O fato é que houve uma composição no governo a partir do Fórum de Tendências, boa parte do governo, a maioria dele, foi composto a partir desse fórum. Eu lembro bem o debate feito nesse período, por alguns grupos, como a BS, que logo rompeu com o Governo, era a principal corrente que fazia o debate. Eu acho que tem a questão do perfil pessoal, e isso influencia no processo. O perfil das principais figuras, especialmente do Prefeito. Mas acho que no primeiro período do governo era uma composição, onde boa parte, todas as grandes correntes do PT estavam contempladas, talvez menos a Brasil Socialista, que acabou assumindo um espaço não tão importante e acabou rompendo. Acho que é importante ter espaço mais democrático, mais horizontal, de composição do Governo, assim como da própria atuação dele. Neste momento, por exemplo, a maioria dos governos do PT não tem mais o Orçamento Participativo, que para mim é um erro importante. É um erro do PT essa fragilização do Orçamento Participativo. Neste período, vários governos do PT passaram a abdicar ou dar pouca importância para o Orçamento Participativo, ele passou a ser uma coisa um pouco de fachada em alguns casos e eu acho isso ruim. O caso de Pelotas teve uma situação muito específica, a questão da composição e da centralização, especificidade pelo perfil das pessoas, pela forma como entendem a questão da democracia, mas não vejo muito diferente de outras situações.

Pergunta: Começando a concluir nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para um novo mandato, quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas para esta nova gestão?

Resposta: Dentro de qualquer espaço político tem que ter um ambiente de tolerância, onde as pessoas possam fazer o debate que quiserem fazer e serem respeitadas por isso. Que isso não vire uma guerra como vira em alguns espaços. A tolerância é essencial para qualquer ambiente coletivo. Se não existir, aí vai ter problema sério, porque aí o autoritarismo e a ausência de democracia vão ocupar esse espaço. Construir um debate construtivo sobre como a Prefeitura deve agir, como se diferenciar de um governo de direita, os partidos tradicionais, a forma, a gente acaba se diferenciando por que é natural. A concepção de classe do PT acaba

se diferenciando, o PT atua mais para as classes mais populares, os outros governos mais para a classe média e para o centro da cidade. O Governo Marroni teve outra visão, apesar dos nossos limites. Para o próximo governo, a gente deve tentar recompor relações, estabelecer um pacto de fortalecimento partidário, rediscutir bandeiras importantes para nós e que o governo pode encampar, para nós da esquerda, como a questão da política participativa, por exemplo. O Orçamento Participativo é a ferramenta mais nítida que o PT pode apresentar, não resolve o problema da democracia na questão pública, mas diferencia, tanto que aqui em Porto Alegre o Fogaça teve que se comprometer a manter o Orçamento Participativo. O PT deve constituir um Conselho Político, ele deve ter uma periodicidade de reunião e o Prefeito tem que discutir neste conselho, o partido tem que ter autonomia nesse debate, mas ele tem que ter a clareza de que o governo é fundamental para as nossas perspectivas históricas, o governo é uma ferramenta que se consegue hoje agir mais do que os partidos. Fortalecer o debate interno, em todas as situações, em todas as cidades, garantir espaços de convivência, e entender que estamos disputando a sociedade com a direita, o debate de uma nova ética e novos valores, e tem que aplicar, porque se fazemos esse debate de novos valores, temos que agir assim.

Pergunta: Levando em consideração que as correntes de esquerda do Partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo ou não?

Resposta: Acho que no geral, a chamada esquerda do PT, da qual faço parte, em tese, em muitos casos só em tese, ela representa um debate histórico que a esquerda brasileira faz sobre democracia, a disputa da sociedade, perspectivas históricas. Acho que a esquerda do PT não está isenta nessa questão sobre democracia e sobre centralização, muitos governos da esquerda partidária do PT tem um processo de centralização bem forte, falta de democracia, então, cada vez mais acredito no caráter das pessoas, essa questão do debate teórico por si só não diferencia a esquerda do PT da direita do PT. Acho que o campo majoritário é

responsável por um processo de institucionalização muito grande do partido, mas acho que a esquerda partidária também precisa fazer um debate sobre a importância da democracia na prefeitura, no partido e na sua própria corrente política, por exemplo. O valor da democracia é um valor fundamental para a esquerda. No meu entendimento, os valores da tolerância, do coletivo, são fundamentais e a gente cansa de ver na esquerda a reprodução de personalismo e de personalização. Acho que não é a mesma coisa que a direita partidária, que acha que o PT por ser parte de massas tem que abrir mão de muitas coisas, como abriu, mas acho que não é uma lógica, uns são anjos e outros são demônios. A tolerância e a democracia são valores da luta de esquerda. O fundamental é ter espaço de convivência. Se os nossos governos não escutam a coletividade, o partido, é um problema, e se o Partido não entende que o governo não é o partido, é outro problema também.

Pergunta: Certo, mas e o papel de esquerda partidária no governo Marroni?

Resposta: Nunca foi um processo unificado, quando se unificou foi sempre na disputa. Nós chegamos a ter três candidatos a presidente do PT da esquerda partidária. Isso é uma dificuldade. Esse debate da democracia é mais profundo do que o simples debate sobre quem é o responsável pela ausência dela. Nós tivemos no Governo Olívio uma parte do campo majoritário que não participava do Centro de Governo. Em Pelotas, especialmente, é um caso à parte, bem diferente da média, pois tenho conhecido outras situações nos últimos anos, e temos uma tradição em Pelotas, tivemos uma eleição onde o primeiro suplente de vereador do PT pediu a recontagem, era o Marroni, quando elegeu o Ivan. Tivemos outros momentos dentro da esquerda partidária, a própria definição da candidatura do Marroni, foi muito mais uma ausência de desejo da esquerda partidária de se organizar para isso do que o Marroni representar uma força naquele momento. Em 96, o PT estava crescendo e as pessoas não se deram conta disso. E o Marroni foi o candidato.

Pergunta: Marcelo, como foi esse processo?

Resposta: Naquele período participei bem, a Cecilia acabou desistindo num período em que a esquerda não poderia mais indicar ninguém. Acho que não tinha uma avaliação correta do crescimento do PT, tanto é que o Marroni era uma pessoa pouco conhecida na cidade e acabou indo para o segundo turno, se transformando

numa referência importante e ganhou na outra eleição. Isso demonstra os erros feitos, se acaba perdendo o bonde. Caso o Marroni ganhe a eleição, é preciso procurar recompor do ponto de vista administrativo, tem que procurar administrar de maneira diferente, colocando os valores da esquerda, mostrando diferença, reconstruindo consciência, quanto mais a gente conseguir fazer com que as pessoas pensem e construam suas próprias posições, isso é fundamental. Construir um país diferente, acho que o Lula faz isso, não dá para ser desprezado. Primeiro precisa fazer as pessoas comerem, é importante que hoje tenha 3 vezes mais o número de escolas técnicas, é importante que as escolas particulares não decidam por elas quem vai ganhar bolsa, por isso é importante o Pró- Uni, isso fortalece a democracia, inverte um pouco as coisas, não do modo como a gente queria. Utilizar o estado como espaço de regulamentação.

ENTREVISTA MARCO ADILES

01/10/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Minha família tem origem na esquerda, cresci nesse meio. Tenho preocupação com as causas populares desde a minha adolescência. Comecei a militar já quando adulto, quando comecei a trabalhar na CEEE. Depois, fiz parte do governo do PT no município de Pelotas. Participei mais organicamente do partido em Pelotas, na setorial dos eletricitários.

Pergunta: Marco, tu participasses no Governo do Estado, na gestão do Olívio e no Município, como secretário. Como foram esses momentos?

Resposta: No Governo Olívio, enquanto Coordenador Regional da CEEE no extremo sul do Estado, tive uma oportunidade ímpar de conviver com as realidades de vários municípios. Foi muito importante, porque a CEEE, que foi criada por um dos nossos políticos mais ilustres, o Brizola, se constituiu com uma estrutura muito hierarquizada, período da ditadura, e pode ali se democratizar. Os funcionários participavam, se teve contato com políticas diferentes daquelas estabelecidas tradicionalmente. Se trabalhou mais a consciência dos funcionários, de cada um ver que é importante, começamos a oferecer serviços para regiões que antes não tinham e isso foi muito importante para nós. Fizemos inclusive todo um processo de valorização do serviço público. Conseguimos prestar um serviço muito mais adequado por um preço justo. Nós passamos a estar presentes na comunidade não só nos serviços, mas com apoio cultural muito forte, investimos muito em festas populares, carnaval, começamos a estar presentes na vida geral das pessoas e isso foi muito bom para mim. Claro que com muitas dificuldades orçamentárias, período

de reconstrução da CEEE, depois do processo de privatização. Isto me aproximou muito da vida, muito maior que aquilo que eu estava acostumando a viver, na minha casa, no trabalho.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Tem muitas dúvidas em relação a como o partido deve se comportar no governo, dentro do arcabouço condicional brasileiro. Nós temos uma Constituição aprovada em 88, que preparou o parlamentarismo e acabou ficando o presidencialismo, então é complicado atuar nessa questão. Acho que o partido deve repensar mais claramente seus quadros, acho que o PT talvez é o que melhor escolhe seus quadros. Hoje o partido elege e os governantes acabam se descolando do partido, não só pela questão legal, a militância tende a pressionar por mudanças mais radicais. Vejo que se vive uma certa dificuldade em atender as expectativas das pessoas que elegeram o projeto, expectativas muito pessoais. É um processo muito complicado para a esquerda, dentro de um processo que se organizou muitos anos de uma certa forma. Penso que há um grande caminho a percorrer, a questão da reforma política, acho que deve se fortalecer o partido, mas também não acho que dentro do atual arcabouço, acho difícil o partido subordinar o governo. Fazer a reforma política e fazer a reforma constitucional, que permita um maior controle dos partidos sobre o governo.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro

Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Acho que a primeira experiência do PT no Governo de Pelotas foi meritória para a cidade, reuniu pessoas que estavam pela primeira vez nesse tipo de experiência. Claro que havia várias visões sobre a forma de governar, todos que participavam tinham a sua prioridade. O governo precisa efetivamente de uma

coordenação da ação, aproveitar os recursos, que são muito pequenos. Claro que alguns ficam mais satisfeitos com a prioridade estabelecida e outros não ficam tão satisfeitos assim, mas há questionamentos que são importantes, é fundamental. Mas se não se atendeu tudo, se atendeu à maioria das principais questões do município. Nós chegamos ao final do governo e a cidade como um todo melhorou. Mesmo dentro do governo tinha divergências, se disputavam muitas visões. É obrigação do prefeito, do seu gabinete, priorizar, hierarquizar, acho isso natural. É claro que nós vamos sempre discutir, essa questão da autoridade e da priorização, é natural e é ótimo que se faça assim, mas entendo que há de se ter uma centralidade e essa centralidade às vezes é confundida com centralização. Mas o governo foi muito bem nas principais questões da cidade. Nós perdemos para um mito da cidade, com apoio de muita gente. E mesmo assim perdemos por pouco. E tem o problema da natureza da gestão, acho que como um todo o partido fez uma boa gestão. O partido se qualificou para as próximas disputas, um partido que tem quadros capazes de fazer uma boa gestão da cidade. Reconheço que tivemos questões internas fortes, houve essa centralidade, muitas coisas queremos mudar, acho que tivemos problemas, mas que são naturais e benéficos até para fazer a escolha, houve espaço para todo o mundo. Muitas questões que queríamos mudar na legislação, pouquíssima possibilidade de fazer política. A secretaria que fui secretário, com pouquíssima possibilidade de fazer política, ficamos encaixotados no Plano Diretor da cidade, construído há muitos anos, tivemos vários projetos de lei na Câmara, alguns aprovados e outros tantos não, nós tínhamos minoria na Câmara. Nosso Código de Posturas também, código de 40 anos, é complicado de fazer, mas a gente tem que ter paciência e tem que pressionar.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que

cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: O secretário que me antecedeu, tenho na mais alta conta, uma pessoa de grande caráter, um intelectual na questão do direito ambiental. Tenho na mais alta conta. Eu evidentemente não participava, e fui convidado para ser secretário. Talvez pela capacidade de gestão que demonstrei no governo estadual. Não saberia avaliar essa questão da disputa interna, se foi por uma questão administrativa ou política. Na época tive dificuldade para aceitar, tinha intenção de voltar para a cidade onde estava morando, mas fui chamado pelo Prefeito para tentar resolver os problemas da secretaria, problemas de ordem, de desempenho na secretaria. Problemas de rotina. Como não participei do diagnóstico dos problemas, não saberia dizer, eu tava fora do governo municipal.

Pergunta: Marco, quais eram os principais problemas que existiam na SEURB, quando assumisses?

Resposta: Nós fomos para lá e o quadro de diretores praticamente não mudou. Nós mantivemos praticamente a mesma equipe. O que a gente mudou mais foi a questão do controle dos processos. Controle e celeridade nos processos. Muitas das questões que encontrei lá já estavam apontadas e nós tratamos de encaminhá-las. A questão dos conflitos com alguns setores da cidade, disputa mais acirrada no aspecto ideológico. Talvez conseguimos um relacionamento mais amistoso, talvez conseguimos levar a disputa de uma forma mais equilibrada. Não saberia comparar. Mas a secretaria passou a ser entendida, com um desempenho melhor. Não tem indicadores para comparar. Nós criamos, com o mesmo grupo, indicadores quando eu estava lá. Uma coisa foi a mudança para um prédio maior, lá no Centro Administrativo, mas acho que foi só isso, assim.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: Na época já estavam estabelecidas coordenações setoriais, então no secretariado essas questões já chegavam encaminhadas por essas coordenações, as questões já chegavam democraticamente resolvidas. Mas eram normais, um grande secretariado, qualificado, ambicioso, encaminhavam as questões das suas pastas, mas eram normais (as divergências), democraticamente resolvidas.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas. O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Avalio que foi uma experiência muito positiva do PT. Aprendemos, todos, muito. No que diz respeito à política, nós deveremos no próximo mandato, aprimorar a relação com os movimentos sociais, com sindicatos, melhorar as relações da política, penso que há muito que melhorar na postura da época para o novo governo agora. Mas foi um aprendizado muito importante. Dá para tirar novas lições e avaliar novas posturas.

ENTREVISTA MAURO DEL PINO

DIA 27/08/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a militar no movimento estudantil, no ensino médio, na Escola Técnica. Em 1978 tínhamos um grupo de colegas que começamos a nos envolver com questões entendidas naquela época como sendo do movimento estudantil. O diretório dos estudantes era indicado pela direção e vimos que algumas questões seriam interessantes para mobilizar os colegas. Então, trabalhamos com teatro, com banda, e em 79 eu entrei na Universidade e passei a ter contato mais direto com o movimento estudantil. Nessa época estava tendo mobilização para eleição da diretoria da UNE e nesse processo diferentes chapas se apresentaram, e essas chapas deram origem às chamadas tendências do movimento estudantil. Eu me identifiquei com O Trabalho e participei ativamente dessa corrente, que tinha o jornal com esse nome e cuja chapa se chamava Liberdade e Luta, era o nome da corrente. Nesse período ainda existia toda a paranóia com a questão da segurança em razão da ditadura. Os membros da corrente tinham um nome de guerra. A partir daí eu militei organizadamente na corrente e participei de chapas para o DCE. Era a década de 80, surgiu a discussão sobre os novos partidos e eu me aproximei do PT e comecei a me envolver partidariamente. Me envolvi com o PT desde os primórdios do partido em Pelotas, fui várias vezes do Diretório e da Executiva. Militei até recentemente. Depois de formado, participei do Sindicato dos Engenheiros de Pelotas, que era muito reacionário. Em 1985 entrei para a Universidade como professor e me sindicalizei. Em 1986 me organizei junto com outros colegas no país e nos mobilizamos para que a Associação Nacional (ANDES) representasse também

os professores de segundo grau. A partir daí fui várias vezes diretor da Associação em Pelotas e também participei da Associação Nacional, fazendo parte do movimento nacional em defesa da escola pública, que foi um movimento muito interessante. Ajudei a criar o PT no Capão do Leão e coordenei várias campanhas do partido em Pelotas e no Capão do Leão. Quando o PT ganhou a Prefeitura em Pelotas acabei sendo um dos nomes indicados para a Secretaria da Educação e acabei fazendo parte do Governo da Frente Popular.

Pergunta: Tu falastes que no início fizestes parte da LIBELU e depois, quando fosse secretário no Governo Marroni, fazias parte do FAS. Entre um período e outro, ficasses fora da militância organizada?

Resposta: Eu fiz parte da corrente O Trabalho durante o início do PT e depois, em 1983, quando houve a criação da Articulação dos 113, eu não concordei com a entrada do O Trabalho neste grupo e fiquei independente. Neste processo, tive uma relação mais forte com o pessoal da Avançar a Luta, que era um grupo trotskista regional. Tinha a Cecilia, o Abner, o Álvaro. A partir desta relação, eu vim depois a me integrar no FAS.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: O partido tem um papel estratégico na formulação do programa de governo que será executado. Esse programa é fruto das relações do partido com a sociedade. Cabe ao partido ser formulador dos grandes debates que possibilitam as grandes transformações da sociedade. O programa nada mais é do que a articulação entre a militância e os técnicos dos diversos setores que vão formular suas propostas para a sociedade. E a execução desse programa dependerá da articulação com os movimentos sociais.

Pergunta: A partir desta visão expressa por ti, como entendes que se deram as relações dentro do governo municipal, levando em consideração que fosse secretário durante os quatro anos do governo? Principalmente em relação à questão das relações políticas entre o Prefeito e o chamado Centro de Governo com o partido?

Resposta: Nós tínhamos alguns fóruns de discussão entre o Prefeito e os secretários e essas reuniões discutiam as principais questões a serem assumidas pelo governo. Esse fórum dava a oportunidade de se fazer ali as discussões entre as diferentes visões. Era um fórum bastante tranquilo. Havia também as reuniões setoriais, onde encaminhávamos os projetos estratégicos e fora isso tínhamos também todo um planejamento de gestão com um instituto contratado pela Prefeitura. Todos os secretários tinham que elaborar projetos e a partir daí apresentar para todos. Periodicamente prestávamos contas destes projetos. Tínhamos bastante autonomia para apresentar questões e discuti-las.

Pergunta: Dissestes que este fórum possibilitava a discussão de diferentes visões. Como se dava a tomada de decisão quando apareciam posições divergentes?

Resposta: Sinceramente, nunca houve grandes divergências neste fórum. As questões mais complicadas, como a questão das catracas e do plano de carreira do município, as maiores divergências sobre como encaminhar essas questões se davam entre os membros do Centro de Governo. Eles mesmos é que traziam para o debate estas divergências. Algumas vezes houve iniciativas de trazer membros do partido e de outras secretarias para discussão com o Centro de Governo. Como a Secretaria da Educação tinha uma grande participação no orçamento, em torno de 30%, junto com a saúde, éramos as duas secretarias que tínhamos mais verbas, e como também fazíamos o gerenciamento de uma série de verbas federais diretamente, e como também apresentávamos muitos projetos, tínhamos uma certa autonomia. Mas questões de fundo não se expressaram muito nesse fórum, ficávamos sabendo de algumas questões colocadas por algumas secretarias, mas isto não se expressava muito ali, o grande debate era mesmo entre as pessoas do Centro de Governo.

Pergunta: Mauro, tu entendes que em razão de a Secretaria de Educação, juntamente com a Secretaria da Saúde, possuírem orçamentos maiores e

administrarem verbas vindas diretamente do Governo Federal possibilitou à secretaria mais autonomia em relação às outras ou isto não acontecia?

Resposta: Acredito que não, pois todos os projetos que apresentávamos passavam pelo governo. A autonomia era mais em relação à execução desses projetos e isto acontecia com todas as secretarias, pois o governo não tinha como fazer um acompanhamento geral de todo o funcionamento da prefeitura, mas como nós tínhamos um bom corpo técnico na Secretaria, o que contrastava com outras secretarias menores, nós tínhamos como apresentar muitos projetos, o que não acontecia com outras, menores. Na secretaria nós criamos um setor específico só de projetos, o que nos permitiu reformar todas as escolas da rede. Claro que com isso nós aparecemos mais, mas isso não indica que tivéssemos mais autonomia. Nós tivemos muitos eventos, reunindo muitas pessoas, o que dava muita visibilidade.

Pergunta: Concluindo nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas. O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Em razão de o governo envolver um grande número de pessoas e em razão de esta ser a primeira experiência de governo do PT em Pelotas, com um grande nome (Marroni), mas pessoas que nunca tinham exercido cargos públicos, e dentro de um quadro de uma cidade caótica, com salários do funcionalismo atrasados quatro meses e do péssimo estado dos prédios e dos equipamentos da Prefeitura, nós assumimos a Prefeitura praticamente falida, dentro de um quadro muito dramático, inclusive na Secretaria da Educação, com quilos de alimentos se estragando. Mas tínhamos quadros bem preparados tecnicamente, porém sem estrutura. Este quadro também não permitia que pudéssemos contratar bons profissionais para projetos. Tínhamos entre os quadros políticos bons quadros técnicos. Mas no conjunto, nós tínhamos uma cidade completamente desestruturada e acredito que neste quadro tivemos um bom resultado, recuperando-se boa parte dos salários dos funcionários. O PT de Pelotas também não tinha experiência administrativa, tivemos atritos na relação, o partido não conseguia funcionar no sentido de ajudar a administração e muitas vezes cobrava que quadros que eram

bons politicamente, mas não tinham experiência profissional nem qualificação, participassem da administração. Muita gente não entendia isso e se afastou do partido. E em muitas secretarias, inclusive na minha, tinham pessoas que não tinham condições de ocupar os postos que ocupavam, mas para não haver problemas com o partido, acabavam ficando. Mas acredito que o saldo disso tudo é bastante positivo.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil

Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: A forma como foi construído inicialmente o governo, a forma como as correntes apresentaram os nomes para formar o governo, isso tudo apontava uma grande preponderância do governo sobre o partido. Naquele momento onde começaram a se formar as secretarias, foi um momento onde grande parte do partido foi absorvida pelo governo. Grande parte dos dirigentes partidários estava dentro do governo. A dinâmica estabelecida levou a este quadro e fez com que a grande maioria dos dirigentes priorizassem as questões do governo. Outra questão foi a forma como as correntes se relacionaram com o governo, onde vários dirigentes colocavam a questão da sua corrente como principal nas relações. Esses debates predominaram, em vez do debate programático dentro do governo.

Pergunta: Levando em consideração que as correntes de esquerda do partido historicamente fazem uma defesa firme da implantação de princípios democráticos por parte dos governos do PT e as críticas que foram feitas por estas correntes, algumas mais e outras menos, ao governo em Pelotas, gostaria de saber qual a avaliação que fazes sobre o papel desempenhado por estas correntes durante o governo. Elas conseguiram atuar unificadas e propor políticas alternativas àquelas implementadas pelo governo, ou não?

Resposta: Tendo em vista o perfil dos membros do secretariado identificados com as posições de esquerda, me parece que foi nessas secretarias que houve uma maior participação popular. Faziam políticas inclusivas em relação aos movimentos. Na Secretaria da Educação fizemos isso, inclusive na discussão com os servidores municipais. A secretaria de meio ambiente (SQA) conseguiu fazer um movimento, trouxe para si a responsabilidade de construir políticas a partir do movimento da sua área. A SEURB também, a partir do Plano Diretor, conseguiu criar movimento

interessante. Já outras secretarias não conseguiram fazer isso, como por exemplo, a Secretaria da Saúde, como outras secretarias, como a Secretaria de Finanças, que poderia colocar a discussão da questão tributária, elas eram bem mais fechadas, a Secretaria de Transportes também apresentava projetos fechados sem construir políticas com os sujeitos envolvidos. Quem conseguiu construir políticas participativas foi a esquerda partidária. As outras secretarias faziam um papel mais burocrático, sem gerar debate.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Um dos principais papéis de um governo é criar pontes com os movimentos sociais, criar uma situação de longo prazo. A Secretaria da Educação criou políticas, eleições de diretores, formação de professores. Onde não havia perfil de diálogo com os movimentos, havia problemas, era pessoal que não era da esquerda. A Secretaria da Administração incorreu nesse erro, impôs política de pessoal, impôs políticas que confrontavam com propostas do movimento. Eu não compactuava com isso, nós apresentamos uma política diferente para os professores. Da mesma forma, a questão do comércio, deveria ter buscado relação com a base dos comerciários, com o sindicato. Aí perdeu o debate na população para quem tinha a mídia, que impôs sua visão. A questão era apresentada por técnicos, sem preocupação política. O atual governo implementou o trabalho aos sábados e as catracas, com carteirinha, e não houve reações. Problema de concepção de como deveria ser o governo.

Pergunta: Tu estás dizendo que estes problemas de relação com os movimentos ocorreram por causa do perfil dos secretários. Mas aí eu te pergunto sobre como tu vistes o papel do Prefeito nessa questão, como ele se portou nestes debates?

Resposta: O prefeito apontou na mesma direção que essas secretarias, que eram secretários principalmente da cota do Prefeito, não eram ligados a correntes. Não havia discordância entre o Prefeito e o Centro de Governo nessas políticas.

ENTREVISTA MIRIAM MARRONI

DIA 14/05/2009

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Bom, eu hoje tenho 52 anos, faço 53 no mês que vem, e eu comecei a ter uma visão política menos alienante, dentro de casa. Meu pai era sindicalista, militante do PDT e “brizolista”. Então, naquela época, perseguido na ditadura, ele levava pouco esse tema pra dentro de casa. Naquela época, dos anos 60. Mas me lembro de um episódio em que todos escondiam e queimavam livros de sindicato, em função da perseguição, no final dos anos 60. Então, o tema de criticar o sistema ditatorial no Brasil, era falado pelo meu pai. Então, eu tinha um certo (...) houve um tempo em que isso parou lá em casa, na infância, na idade pré-adolescente. Mas acho que isso teve alguma influência significativa. Não sei se pela perseguição meu pai se recolheu um pouco, teve que fugir. Então, isso ficou muito sem discussão na minha casa. Mas isso reaparece, fortemente, no final do 2º grau, com uma série de idéias de cidadania. Minha mãe, professora, também tinha essa visão de cidadania muito forte. Então, começo a ser de turma, líder de movimento. Chamada ainda pelos resquícios do AI-5, mesmo aluna do 2º grau, tivemos que responder algumas coisas por pautas absurdas, né? Tipo: falta de professor, não aceitava o currículo do 2º grau na escola, então, eram coisas que eu não percebia que eram monitoradas por uma estrutura de pessoas que podiam questionar o sistema. Mesmo sendo um sistema ali, localizado numa escola de 2º grau. E isso me chamava a atenção, que alguém me chamava: “Não! Tu não pode liderar a paralisação, porque isso é perigoso! O exército persegue.” Uma professora uma vez me disse (...) aí tu começa a juntar aquela história do meu pai, então aí eu acho que começo a sair fora de uma

visão corporativa, né? E ter uma análise mais da política do país. Aí, aparece melhor, fazendo um corte, depois na universidade, que a gente pega ali os anos 80, onde não podia ter direito à sindicalização, planos de carreira. Começa a luta por uma questão corporativa. Mas sempre já numa visão de política nacional, influenciando naquela questão corporativa, onde nós não tínhamos plano de carreira, onde não tínhamos concurso público, né? Então começa a ter essa visão de ampliar, de *sair fora* de uma pauta corporativa sindical. E nisso, vem a construção da CUT, concomitantemente. Então, nós começamos a viver aos poucos, essa questão de uma consciência política mais ampla. Acabando sendo presidente do sindicato, né? A primeira mulher como presidente do sindicato. Pra mim, foi uma experiência muito boa! Eu tenho satisfação de lembrar os desafios daquele período pungente do movimento sindical, onde se faziam, se aglutinavam nas assembleias, com mais de 3 mil pessoas; com eleições diretas pra reitor. O Brasil vivia pautas essenciais da democracia, de liberdade! De onde nós saíamos de um processo de alijamento da condição humana, de um estado democrático, não havia estado democrático de direito, havia eleições, mas com todo um processo de pouca cidadania. Então, o movimento sindical foi a melhor época do Brasil. A gente até achava que isso teria uns desdobramentos mais consagrados numa cultura de democracia, mais refletiva e de cidadania. Nesse período de 90, então, do movimento sindical, eu ingresso no PT. Aí começa a definição de que, não basta o movimento sindical e sim, quem ajuda a melhorar. O problema não é da universidade ou meu. A questão é do país. Aí a gente entra no PT por ter afinidade com os princípios ideológicos. Então eu entro no PT em 86 e construindo esse partido desta forma difícil de construir idéias, né? E pensamentos, num princípio de uma visão socialista. O que precisa de uma construção de pessoas que pensam diferente. Mas que, eu tenho o maior orgulho de ter participado dessa construção, de estar no PT, de enfrentar toda hoje, essa dificuldade de ser governo, de saber como encaminhar as nossas pautas, as pautas que nós entendemos essenciais para a construção da cidadania, da igualdade, da mudança de cultura, da discriminação da distribuição de renda, né? É uma construção difícil. Então, acho que eu (...) vai ser uma (...) experiência. Nossa experiência de governo, de ser governo, o primeiro governo de esquerda nessa cidade. Como a gente ainda engatinha, né? Bom, depois de tantos anos, na verdade, são poucos anos. O PT nasce nos anos 80, não é tão (...) é que talvez a gente tenha militado muito tempo e as coisas custam a

acontecer, né? Mas toda euforia, o que eu acho assim, que foi uma experiência de entrega, né? O PT ainda tem isso, uma coisa das pessoas, da sua grande maioria, a coisa da entrega, de uma missão. Ela não é o oportunismo de ganhar o poder para segurar o interesse da classe, de uma classe, como eu vejo na tradição da ditadura da direita, né? “Nós vamos lá disputar o poder.” pra garantir a política daquela categoria, para aquela classe social, das elites, que é para preservar o interesse daquele setor empresarial, e eles não escondem isso! Por isso que não têm consulta popular! “Porque eu não tô fazendo o asfalto no centro.” “Porque eu não boto a Farmácia Brasil Popular, que vende remédio a preço de custo.” “Porque eu sirvo aos interesses das grandes corporações da farmácia, eu não boto vários programas sociais, porque eu vou atrapalhar a economia da minha classe.” Isso ainda é presente indecentemente, né? Bom, mas nós temos o mérito, essa coisa que me deixa muito motivada ainda e persistente. De que, o nosso ideal, nossa missão, ela tem essa coisa da solidariedade pelo outro, nossa discussão da política pública é pra maioria sempre. Nós não somos reféns de fazer a política pro poder de um setor que, acumula renda, nós não abrimos mão desse princípio. O governo da Frente Popular teve essa marca. Por isso, talvez não tenha tido esse apoio amplo, do setor empresarial, porque sempre com os interesses corporativos. Porque ouve a população mais pobre. Porque, ao invés de botar o asfalto na cidade, botaria lá na vila, onde a população precisa mais. Então, essa é uma questão que eu tenho orgulho assim, desse princípio solidário, público. A idéia é do público. E não atender corporações. E todo um (...) o governo Marroni termina com uma visão muito madura. Eu lembro que no último ano, foi uma coisa muito boa de trabalhar com todos. Porque em qualquer organização, tu tens vários grupos, e o PT foi marcante nisso, nas chamadas famosas tendências, que em alguns momentos, foi muito destruidora. Acho que ela exacerbou nas disputas internas. Que é perigoso, o ser humano é um ser humano da disputa, da sua natureza, do poder. E agente não teve a maturidade, às vezes, pra poder ter o controle e perceber que o princípio maior, partidário, e a pauta partidária maior, era do partido e não das tendências. Então, eu acho que isso atrapalhou a questão (...) não a (...) eliminando a ideia dos grupos, porque isso é saudável, é construtivo. Mas o governo Marroni, nos últimos um ano e meio, dois anos, afinou isso com maturidade. Um governo que trabalhava afinado, solidário. Então, acho que é uma pena que não tivéssemos continuado, porque nos últimos dois anos, havia uma produção, uma dedicação fantástica assim, das

políticas integradas do governo. Pegamos um período, obviamente, que o país não tinha esses recursos que hoje o governo Lula propicia, para várias políticas, para vários programas. O Lula recupera a economia do país, e hoje, as cidades estão sentindo: é habitação, é saneamento, é programa social em todas as áreas, expansão do ensino das universidades, é enfim, expansão do ensino tecnológico, aí o IFET. Em seis, sete anos, é impressionante o que a gente tá vendo de política para todas as áreas. Isso nos deixa orgulhosos, a gente, apesar dessa ampla coligação, ela é estratégica e ela é, na verdade, uma (...) eu falo isso porque eu acho que tenho que me convencer, né? Mas é, os resultados me convencem. De que a gente ajuda o povo com isso, mais do que a nossa questão pessoal; ideológica do partido, que sempre pregou a idéia de “nós somos os puros, nós somos o Joãozinho do passo certo”. Isso, acho que vai construindo uma outra formulação. E aí, ser governo, Laurinho, e ser partido, né? É uma experiência que tu luta, luta, luta, pra ser governo. Porque na estrutura do Estado, ainda o poder executivo, passa essa idéia do maior poder que tu faz. Na verdade, o que tu faz ainda é isso. O poder legislativo é um poder que pouco se auto-coloca na sua real importância estratégica de política não de varejo, mas uma política dos temas, dos grandes temas. Os poderes legislativos, normalmente, têm uma limitação cultural, que é se pautar dos temas de varejo, de pequena ação pessoal, para aquelas pessoas. Ele se perde muito nesse papel, quando não discute políticas estratégicas, de inclusão, da economia, da educação. E se perde nisso e acaba não tendo preparo profissional técnico para fiscalizar. Os poderes não fiscalizam o poder executivo. Então, nós tivemos uma experiência (...) qual a experiência de ser governo, de estar no legislativo, pro partido? Parece que, em função dessa cultura, que tudo tá no governo, que o executivo é que tem o recurso, é ele que faz; e é verdade. Tu acabas direcionando tudo! Quando tu ganhas o governo, como ganhamos, nós transferimos o partido pro governo. E isso cria uma (...) e também não sabemos, é um processo de aprendizado, não saber que, ser governo, é, tem as suas limitações legais. Tu não és o partido. Tu não podes seguir tudo, o partido tem um outro papel. O partido tem que ter o seu papel, se manter estruturado, dar suporte pra política. Como o Lula hoje, tava dando esses recados, né? Tem que fazer o movimento porque, estar no poder não é ter todo o poder. Então, os movimentos, eles precisam cada vez, cada vez mais, não! É que tem que ressuscitar! Isso é mundial, né (a crise dos movimentos sociais)? Esta questão

neoliberal fragmentou os movimentos e desarticulou muito os movimentos. Bom, mas é preciso, não é porque a gente é governo que não tenha que ter uma ação do partido, justamente, para ajudar; porque o governo, ele tem limitações legais, ele depende do legislativo, ele tem coligações; ele não faz tudo que ele quer. Então, o partido tem que se manter inteiro. Inteiro. Maduro, é claro.

Pergunta: Sobre isso, deixa até, só pra gente aproveitar que tu já estás me respondendo boa parte do que eu tinha pra te perguntar, mas assim, nessa questão aqui, dessa relação do partido e governo; era a próxima pergunta que eu tinha pra te fazer. Só pra ti complementares o que estavas dizendo. Levando em consideração a origem do PT, o PT é um partido que nasce no final da década de 70, é fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 80 e com uma origem social, uma origem popular, uma origem de movimento sindical e de várias outras vertentes: movimento popular, comunidades de base da Igreja, grupos de esquerda. Bom, levando isso em consideração, desde o início, o PT tinha lá, no seu programa, toda uma questão colocada de como é que ele via essa questão de sua chegada ao poder. Bom, mas isso é um momento, depois, a partir de 85, 86, 88, ele começa de fato a ocupar postos na institucionalidade; primeiro, no parlamento e depois, ganha as prefeituras, governos de estado; até chegar à presidência da República. Qual é a visão que tu tens desse processo, de como é que deve realmente ser levada essa relação entre partido e governo? Que é uma das questões que, sem dúvida, a esquerda mais debate. Como é que deve se dar essa relação entre partido e governo? Como é que devem se dar as definições?

Resposta: A experiência que se tem é isso. A cultura faz com que a gente aposte tudo num poder executivo, principalmente, né? É o poder que faz, que executa. E a gente, (isso era) o sonho dourado, né? Achando que ali se encerra tudo e se faz a revolução, ganhando o poder executivo. E ali ele se desestrutura, né? O partido, e há uma relação de idéias no governo, que o partido não reconhece. Porque o governo tem as suas limitações legais e ele não é o partido, ele trabalha pra uma representação da população como um todo. E depende de se colocar numa estrutura de estado, que é uma estrutura que nós não conseguimos mexer. É um estado, formado com as suas normas legais, é um estado que coloca o governo nessa “saia justa” e que não adianta! Tu tens que te submeter a isso porque a gente não conseguiu transformar ainda, né? O sistema judiciário, o legislativo, o partido

não compreende as limitações de que tu és governo e o governo não compreende que o partido, ele não é governo, ele é partido. Portanto, o governo vai ter essas limitações, mas o partido vai cobrar essas questões. É claro, que um partido que é governo, não pode se autodestruir. Então, acho que essa experiência é nova ainda, ela precisa fazer o que tu estás fazendo, identificar pra nós mesmos nos achamos nisso, sem uma coisa passional ou de se achar traído. Então, cada um constrói bem o seu papel pra que não haja essa autodestruição, o governo saber respeitar que ele está lá, em função do partido, e o partido, compreender que aquele governo vai ter limitações, porque ele tá vinculado a uma norma do estado. Então, as normas orçamentárias, eu vi aqui, que nos cobravam, os companheiros: “Não! Mas tem que dar aumento salarial, porque nós somos trabalhadores do Partido dos Trabalhadores! Tem que dar tanto.” Bom, isso, nós também achamos justo, mas o que tem? Tu recebes uma máquina executiva que tem, que faz parte de um contexto cultural, social e legal. Então, essa compreensão dos militantes do partido foi um processo, é um processo ainda sendo vivido, é um processo assim, pensado pra que a gente, no próximo governo, que se tenha essa vivência mais madura, mais construída, não que tenhamos medo do conflito, acho que o conflito é uma coisa boa e vai ter sempre, em se tratando de organização humana. Mas ele pode ser um pouco mais construtivo e mais maduro. Mas nos últimos dois anos, acho que nós conseguimos construir isso, né? Eu percebia que num ano e meio a gente amadureceu muito pra ter essa ação sem desconfiança, sem disputa interna. Então, acho que é um pouco isso. Acho que esse aprendizado de ser legislativo, de ser governo, de ser partido, o PT apostou muito no executivo, apesar de dizer em discursos que não, que achava que o poder é do movimento social, mas ele foi também refém desse processo internacional, do pós anos 80, onde a gente perde uma visão socialista, com a queda do muro. Esse avanço do neoliberalismo, do capitalismo que se reestrutura e consegue combater os regimes socialistas, até porque nós não conseguimos trabalhar uma visão que não era totalitária, de socialismo. E aí nós nos desprestigiamos enquanto visão socialista, porque as experiências existentes, elas realmente não eram aquilo que era a visão do PT, que era um socialismo humanista, democrático.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois

momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Não, eu acho que é correta a questão da centralidade, né (que é colocada pelos documentos)? Tá muito ligada a essa experiência nova. Acho que todos nós estamos vivendo coisas novas, né? Então, acho que essa tolerância, a gente não teve porque nós somos produto, nós não somos diferentes de um produto, de uma cultura executiva. Dessa questão de presidencialismo, eu diria, né? Onde quem se elege é o detentor do poder e cria um projeto. Eu lembro que a minha pequena experiência na Secretaria de Direitos Humanos, é bem isso. Tu tens uma missão. E o exercício da democracia é um negócio que tu tens que estar muito bem preparado, porque nós não temos essa experiência. E se tu não estiveres muito bem estruturado, as pessoas que participam não tiverem maturidade, tu não chegas a lugar nenhum. É um desafio desse aprendizado do processo democrático. Ele é, tu tens que preparar muito bem as pessoas com esta maturidade, pro debate, pras posições diferenciadas. Nós não somos de uma cultura pra suspeitar a posição do outro. Nós não temos experiência nenhuma de participação, de cidadania, de poder expressar as nossas opiniões. Mas isso não é do PT! Nós somos produtos dessa sociedade. Então, no PT, nós não somos diferentes. E a tradição das instâncias de discussão, elas também acabam tendo pouca produtividade. Eu não tô justificando, eu tô fazendo uma análise muito mais pelo lado duma visão muito mais atrevida, sociológica e da psicologia social. Por que às vezes é mais fácil tu teres essa centralidade do poder? É humano, porque as coisas começam a acontecer; quando está nas tuas costas, que tu tens que agir; que tu tens que realizar (...) os espaços democráticos, eles são lentos. Eles trabalham em conflito. Então, tu tens que estar muito bem organizado pra isso. O Orçamento Participativo, lembro que era um horror. Tinham reuniões pra decidir a própria questão do asfalto. Barbaridade! Porque é a cultura: “Eu quero o meu!” A visão corporativa. Então, desconstruir isso é muito mais difícil. Mas teve problemas sim, de uma centralidade de meia dúzia decidindo as políticas e que aprenderam também, que um partido se manifesta, a Frente (Popular) se manifesta, né? E no fim, eu acho que com esse processo, que no começo é atritado, muito atritado, cada um com a sua razão, o centro do executivo achando que não dá pra ficar nisso, que tem que andar, o outro se sentindo que estão tomando decisão sem consulta, que é verdade. Os dois tinham razão nesse sentido. Acho que se a gente chega num novo governo, pode aparecer. E vai aparecer, não é pode, vai aparecer. Então, agora estar fazendo essa reflexão através de uma pesquisa científica, pode nos dar este olhar. A gente se enxerga

nessa ação e pode agir diferente. A minha fala mesmo, aqui, hoje. Parar para, sinceramente, sem estar com uma postura armada, porque na disputa de poder, e sempre tu tentas dizer que não, né? “Eu pertenço a uma corrente, que era a maioria no governo, que era a central do governo. Então, eu acho que tá certo.” Não! Cometeu esse erro, que era do processo, acho que, justificado pela angústia, mas que era muito ruim. Isso criou conflitos desnecessários. É importante reconhecer isso. De que não há o “grupo do sabe tudo”. Óbvio que não dá pra fazer o processo da “democratite”. Nós temos um problema no PT que é a ideia da “democratite aguda”, né? Tudo consulta! Bom, então tu não exerces o poder. O PT nasce nessa visão muito banalizada da democracia. Não, tem o momento que tu tens que ter decisões de executar. Eram os extremos. Acho que o PT vem com essa visão da “democratite aguda”. Então, tu não exerces o poder. “Não, eu não sei nada!” A população às vezes questionava no próprio Orçamento: “Mas o que é que há? Eu te elegi!” Aí vem o extremo, né, também? Eu quero o paternalismo: “Eu te elegi! Tu que tens que fazer!” E o PT se perdeu nisso. Ele consulta tudo ou ele dirige. Esse governo teve a centralidade, com essa angústia de perceber que, porque a experiência do PT, de tendências, era de disputa muito fragmentada, e foi destrutiva, né? Então, acho que tinha um pouco essa preocupação. E quando houve a conversa, o entendimento, de que os dois estavam errados, né? Tanto um lado quanto o outro.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: A reforma do secretariado ocorre num momento em que era preciso acelerar as ações, essa avaliação constante do que tá indo mal, nós já tínhamos um centro de governo, nesse período. E era unânime que a secretaria (SEURB) precisava ter uma política clara e uma agilidade necessária, a cidade precisava dessa questão do planejamento urbano. A reforma de secretariado acontece em qualquer governo. Cada um tem um perfil pra ocupar o lugar, nem sempre a gente é melhor naquilo. E o executivo exige esse perfil pragmático de ação, de coordenação, de fazer. Nós não podemos fazer aquela velha cultura do PT, a gente discute, discute, discute, e (tem) pouca execução prática. O poder executivo exige isso de nós essa praticidade. Agora, eu também não vejo aquela reforma lá da Secretaria de Urbanismo, como um reflexo da disputa interna do PT. Havia uma avaliação geral de que aquela secretaria não tinha o perfil naquele momento. Eu acho que ele (Soler) também teve pouca maturidade pra compreender isso, o perfil dele, para aquele cargo. Acho que ele tratou um pouco passionalmente isso e não foi isso, né? Eu posso dizer isso, porque fui uma das indicadoras do nome dele. Eu, o Maurício, o Petrucci, nós éramos um grupo muito unido pelas políticas que construímos aqui na Câmara. Então, houve essa possibilidade de colocar o Soler, que era um advogado do meio ambiente, não era uma pessoa ligada à questão dessa Secretaria, mas ajudou. O problema é que a exigência da cidade, precisava acelerar esse processo todo. Então, eu acho que não há nenhum demérito naquela troca de secretariado e nem tem a ver, porque não é incompetência. Eu não sou competente, tu não és pra todos os setores, né? Então, olha, essa questão da troca, com certeza, é muito pequeno. A gente quer direcionar pra essa questão de tendência. Imagina se aquela secretaria estivesse bombando, se estivesse com aprovação, jamais (haveria a troca). Porque não importa de que tendência tu és, se estiver fazendo aquela política se realizar pra cidade. Meu Deus do céu, aquilo é tudo o que se quer quando se está no executivo.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato

da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Eu acho que, é uma experiência de novo, né? É partido e governo; patrão e empregado. Acho que reflete um pouco a nossa história de construção de quem é patrão, é inimigo e a questão das identidades, né? Eu *lembro*, que quando nós éramos da direção sindical da universidade, do sindicato, nós lutamos pra eleger um reitor com uma proposta de esquerda, uma visão da universidade, pra romper com os processos de privatização. Discutimos durante um bom período e elegemos o Gigante! Um movimento maravilhoso! Dedicava parte da vida assim, não tinha hora. As pessoas trabalhavam de noite, até dez, onze da noite. É engraçado! Essa necessidade muito presente da questão desse desafio, de derrubar uma questão histórica, de uma visão de elite, de direita. Bom, mas quando a gente elege o Gigante, nós ficamos num conflito de papéis. Exatamente como vive o SIMP, a direção do SIMP era uma direção ligada à Frente Popular. E nós também, nós construímos toda a proposta de uma outra alternativa com uma visão de esquerda, pra reitoria da Universidade Federal, e quando ela se instala, nós do sindicato: “Não, agora ele é patrão!” Acho que o SIMP teve exacerbadamente essa função, por conta de conflitos com a falta de habilidade dos setores de governo. Acho que o governo teve pouca habilidade em alguns setores, (a questão das) relações humanas. Eu acho que tem pouca habilidade nisso. Habilidade no começo, pra compreender os processos que estava passando o SIMP, e o SIMP também não teve esse cuidado, como nós não tivemos com o Gigante. Bom, dos rodoviários, também acho que é um governo novo, talvez a gente tivesse tido uma forma de estudar, mas não podia deixar de fazer, né? Não é que a gente tenha ganho o poder executivo e que podia fazer tudo, né? Esse é o cuidado que a gente tem que ter, que às vezes, a militância não percebe. Nós ganhamos o governo, a questão, fomos tentar regular o transporte coletivo; era uma coisa boa, uma coisa pra todo o mundo e se tornou uma coisa ruim. Bom, talvez, tem hora que tem ter estratégia, faria uma parte, não faria outra (a execução do projeto de licitação do transporte coletivo). Foi o interesse econômico, porque tem mais poder, transformou aquilo no desemprego. A fala era: que a catraca ia trazer desemprego. Imagina trazer desemprego pra Pelotas! Fazer a licitação do transporte coletivo. Virou (...) os *caras* trabalham de tal forma que ainda bota a população contra ti. Bom, comerciários. Não foi nenhuma discussão que a

gente tinha determinação, né? O poder executivo ainda se meteu, no bom sentido, de ajudar a resolver o problema, a partilhar, a mediar o conflito. Porque não estava na posição do poder executivo a definição. Era uma discussão dos comerciários com os empresários. E também isso acabou (...) por quê? Porque a direita, ela tá estruturada ao longo dos séculos, com uma política, com o poder econômico. E essa coisa, do Tribunal de Contas (corte de vantagens de parte dos servidores públicos) que era uma obrigação legal, que tinha que fazer. E aí não adianta, né? Também têm coisas que tu tens que assumir. Os aposentados recontratados, caiu no nosso governo pra tirar. A universidade tirou. É lei. E é justo. Tá cheio de jovens aí que têm que assumir. Isso caiu no nosso governo. Nós queríamos mexer nisso. Nós não tínhamos medo de mexer nisso.

Pergunta: Qual a avaliação que fazes da relação do governo com o teu mandato, com a bancada da Frente Popular e com a Câmara enquanto instituição, como entendes que se deram as discussões visando a aprovação de projetos do Executivo?

Resposta: Bom, nós tínhamos, sempre é a coisa que a gente pensa depois, né? Essa visão exacerbada do poder das tendências, então, isso reflete na Câmara, era muito ruim, porque era um jeito de desconfiança, sempre, né? E por um lado a ideia do executivo que não tem que defender. E ainda vivendo no início aquela questão da composição das forças. Então, composição das forças, essa divisão de espaço, que é natural. Uma coisa que eu não falei, a gente tem um problema que é confundir, às vezes, a máquina pública, a gestão pública com uma ideia de ocupação de espaço de poder de militância. E nós precisamos ter uma visão da nossa ideologia, mas com a competência técnica. Bom, a Câmara, a Câmara também, né? Essa foi uma coisa nova. Nós nunca tínhamos sido, vereador já tinha, mas ser governo, é muito difícil, né? Porque nós estamos acostumados a ser oposição. Nós estamos acostumados a investigar. Mas eu acho que nós tivemos um grupo bom ali, o Eduardo Abreu, a Jacira, que era líder, teve muita habilidade. A “Jaça” tinha uma tranquilidade necessária pra poder juntar os pontos. Então, tudo que se dava lá (no governo), naquele primeiro ano, que foi um ano de conflito, se reflete aqui. E aqui nós éramos o retrato. Aqui, nós não podíamos errar. Porque aqui tu, o governo precisa do parlamento, senão, emperra. O poder legislativo emperra o governo. Mas a gente percebeu, com a liderança da Jacira, principalmente, a gente

percebeu isso que, se o conflito lá, interno, podia custar mais a aparecer, ele aparecia em resultados que não caminhavam, né? Fragmentação. Aqui apareciam rapidamente. Então, essa maturidade nós tivemos aqui. De poder perceber que estavam aqui, mirando esta bancada, contando com isso. Se com unidade, a gente já tem problema grave, imagina sem unidade?! Bom, aí, essa liderança, a Jacira, fez a gente construir uma relação com o próprio grupo; o grupo tinha reuniões; duas vezes por semana, no mínimo, com o governo, com o Centro de Governo. Isso foi, acabaram nos ouvindo, nos dando essa posição, até porque sem isso, tu não andas aqui. E no fim, acho que, como bancada, nós tivemos uma boa experiência.

Pergunta: Miriam, tu falastes que o grupo tinha reunião, praticamente duas vezes por semana com o Centro do Governo. Isso era da bancada?

Resposta: Da bancada com o Centro de Governo.

Pergunta: Miriam, ainda sobre esta questão das relações com a Câmara, na questão das negociações sobre os projetos. Qual a tua avaliação desse processo, como é que foi?

Resposta: Normalmente eram a líder da bancada e o vice-prefeito que faziam essas negociações, ele tinha o poder, ele era vice-prefeito, secretário de governo, ele tinha uma investidura, e essas negociações, a maioria da base, é assim, eu participava em alguns momentos, mas o que ficava por trás, se tinha algum favor, alguma questão (...) normalmente, a troca, ela é, ela não é nenhuma coisa espúria. A troca, no sentido, por exemplo, o vereador, e isso se dá até hoje, nesse sentido eu não acho que é (...) um tema como a iluminação pública, na rua tal, no bairro tal, que o vereador está batalhando, que o vereador não sei o quê, ou ele tem um projeto lá de esgoto na vila tal. Ele é o mentor, ele tá articulando, ele quer botar o segundo grau na colônia, ele batalhou, ele é a referência da comunidade. “Tá, eu vou votar tal projeto, mas vocês aprovem o meu projeto.” Esse tipo de situação que não é aquela troca de cargos, a troca de cargos na prefeitura. Aconteceu isso.

Pergunta: Miriam, quero te fazer uma última pergunta sobre estas questões do governo, que depois tem outras questões que quero ver contigo. Qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que

achas que foi acertado, quais as principais falhas e quais as questões que tu entendes que deveriam ser aprofundadas no caso de uma nova gestão do PT em Pelotas?

Resposta: Nós estamos trabalhando de uma forma crescente, com uma ideia de inimigo. A gente começa no debate da ideia de que eu tenho uma posição diferente, e aquilo permitiu, se permite que aquilo cresça de uma visão pessoal. Isso comprometeu. E eu acho que nós estamos no processo de refazer essa relação, uma relação, que vai ser um “parto”, viu? O PT se deixou fragmentar desse jeito, em cima de disputas, imaginando os bons e os maus; os de esquerda e os de direita. Demasiadamente, nós não tínhamos o controle sobre isso. Claro que a experiência, o tamanho do desafio, no final do governo Marroni, foi maior. E aí recuperou isso, eu acho. Eu fico feliz quando eu *lembro* disso. Achei tão bom. A gente perdeu a eleição, chorando abraçado. Sem um acusar o outro: “Não, foi tu o culpado. Foi tu.”.

Pergunta: Miriam, agora tenho duas questões para acabarmos aqui. A primeira: em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Qual é a avaliação que tu fazes desse processo, como é que isso se deu, como é que se garantiu essa candidatura, enquanto uma discussão de grupo que vocês tinham. Como é que vocês faziam essa discussão do Marroni ser o candidato? No início, a pretensão era realmente que ele fosse candidato a prefeito ou era uma pré-candidatura pra alavancar uma candidatura a vereador?

Resposta: Olha, primeiro eu acho que, essa coisa assim, de quem era esquerda, é maniqueísta, a chamada esquerda, né? Porque já começa a achar que, havia uma coisa histórica, né? Nós, da universidade, quando nos aproximamos do PT, por consequência de toda uma manifestação, de posições de esquerda na luta sindical, fomos nos relacionando com os históricos do PT. Eu não nasci petista. A maioria das pessoas não nascem petistas. Que bom que a gente se torna, a partir das vivências. E do convencimento da própria consciência. Isso é o processo ideal. Tu vais por uma série de acúmulos. E foi o que aconteceu conosco, né? Começamos a nos comprometer por lutas corporativas até que, acaba atendo essa percepção de

que “nós temos que nos comprometer, que o partido é a saída, que é aquele momento que o Brasil passa”. Então, quando a gente vai pro PT a gente já sente uma coisa alienígena, né? Porque tinha uma idéia “de meu”. O Marroni, por ser uma liderança já muito bem constituída na universidade, né, radicalidade no discurso, com aquele marketing. O próprio PT começa a instigá-lo. Havia uma idéia do PT, não me lembro, eu não participava das tendências, nem tinha, que era um pouco o pessoal do PRC, naquela época, que era, andava atrás de “caça talentos”. O PT tinha muito disso, né? Eu *lembro* que os alunos da universidade, que a gente falava em assembléia, daquele jeito espontâneo, sem nenhuma articulação, e aquela estudantada na clandestinidade, ficava mirando assim: “Bah! Isso é um quadro.” E aí o Marroni então, foi presidente do sindicato, aquela coisa bem, há um convencimento do Marroni ser candidato a vereador. E o Marroni se sai bem. Eu sei que aí começa, o Marroni se entrega literalmente. Eu lembro que nós estávamos montando uma empresa de, pô, a gente podia ser bem de vida hoje, uma empresa de eletrificação. Ele (Marroni) é engenheiro, mas, se apaixonou pela política e ele abandona a empresa. Desmontou a empresa. Por começar a militar e aí vai pra presidente nacional da FASUBRA, essa coisa toda, PT. Então, quando ele vai ser candidato, na verdade, ele não se coloca, que ele não tinha todo esse prestígio, realmente. Mas ninguém queria. Porque o PT passava por um momento, nem nós queríamos que ele fosse. E ele sozinho, acredita: “É momento pra construir. Nós temos chance, nós temos a melhor fala, as pessoas estão, vocês observam.” ele dizia. A gente tentando que ele não fosse, que ele era novo, que ele ia se “queimar”, que era o momento que a Cecilia tinha que ir. Mas a Cecilia não quis ir, né? E ele e o Lair então, se convenceram. Ele convenceu o Lair: “Não, nós temos que ir. E não é pra demarcar! Vocês estão enganados!”, ele dizia.

Pergunta: Agora a última pergunta. Em 1997, durante Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembramos do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: Isso parece que se apresenta muito como uma conjuntura atual. De que se abre toda uma possibilidade de se perceber que o PT não é um partido de santos. Ele é produto do modelo social, cultural. Tu queres apontar pra mostrar que esse foi um processo de corrupção, né? De desvio ou coisa parecida. Era pra pagar pra entrar no Encontro?

Pergunta: Era, o estatuto do PT coloca que o pagamento é individual. Só que a grande acusação, era de que, de fato, o núcleo não existia. E que, portanto, só teria sido feito para que aquelas pessoas pagassem menos.

Resposta: Ah *tá!* Agora me lembro! A questão toda é que não se podia pagar o Encontro de forma global, né?

Pergunta: Isso.

Resposta: Se tinha que pagar individualmente. São instrumentos importantes pra controle. Porque uma coisa é constatar que o ser humano vem dessa cultura que possibilita (...) outra coisa é as instituições terem controle civilizatório, que é isso que precisa. Na verdade, a gente precisa trabalhar o processo educacional melhor, mais as instituições, porque o ser humano é um ser animal e ele é um ser que precisa constantemente ter limite. Então, o partido criou esse controle que é importante, pra não permitir essa questão do poder de comprar o voto, que é fundamental. Tem que intensificar essa questão do controle. Eu acho que tem. O grande problema é, na verdade são duas coisas: O PT, ele não tem uma organização de efetivar o seu filiado, manter o seu filiado participativo. Eu acho que isso é um erro ruim. Eu quero iniciar por essa questão: nós tínhamos uma visão excludente, onde o partido, ele queria ter a simpatia, a adesão da população, mas, se filiar, não. Acho que ele tinha o exagero da repressão, com aquela velha coisa: “A casinha é minha, o grupo é meu e não venham com estranhos!” Meio à propriedade, meio ao poder de manter. Então, nós entramos no partido com essa visão de ampliar, de fazer com que o partido crescesse. Acho que a nossa visão foi assim, de que era um partido de poucos, de intelectuais, de elite, que não abria o partido. Bom, então esse processo desse episódio aí, é isso. São as estruturas de fiscalização que o partido tem que ser rígido e a gente tem que ter esses pactos. Acho que depois de tantas vivências nesses últimos 7, 8 anos, dá pra gente poder ter esse pacto de reconstrução.

ENTREVISTA PAULO OPPA

DIA 17/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Ingressei na Universidade em 1974 e a partir dali comecei a perceber a política, a ditadura, (luta por) eleições diretas, comecei no movimento estudantil e a partir dali, (fui) para a ação política. Entrei para o PT, participei como assessor da primeira bancada, e nesse processo ingressei na luta da moradia. Tive contatos com companheiros do Uruguai que tinham sido presos e estavam estudando no Brasil. Isso me levou a conhecer o movimento popular no Uruguai, com o pessoal das cooperativas de habitação, que construiu mais de 18.000 moradias lá. Lá existe uma lei que permite a construção de moradias a partir de financiamentos, no movimento sindical, e isso fez com que eu me aproximasse do movimento sindical aqui. Principalmente o pessoal do Sindicato da Alimentação, que começa a querer fazer alguma coisa para ajudar a resolver o déficit de habitação. Em 1990 me formei, saí da assessoria do PT e passei a exercer a profissão. Assessorava a cooperativa da alimentação, que construiu vários sobrados na Gotuzzo. Nesse tempo exerci vários cargos no PT. Quando o PT ganhou a Prefeitura, apresentamos ao Prefeito a idéia de construir uma Secretaria de Habitação, tínhamos uma experiência que gostaríamos que o governo abarcasse. Acabei virando Secretário de Habitação no Governo Marroni e fizemos vários projetos. Por causa disso, concorri a vereador. Fiquei na primeira suplência e acabei assumindo, porque a Miriam assumiu o cargo de deputado.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da

década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Essa é sempre uma relação tensa, foi uma experiência que colocou uma série de problemas na pauta do partido, que questionou muitas vezes ações do governo. Mas são instâncias muito diferentes, o governo é muito maior que o partido, mas o Partido tem que manter uma relação realmente tensa com o governo, no sentido de que possa ver os princípios partidários serem executados. Quando se ganha as eleições queremos ver o programa do partido ser executado. Essa relação sempre acaba sendo tensa de alguma forma, o governo sempre tem uma demanda que nem sempre corresponde ao que está colocado no programa do partido, e ele precisa dar respostas para a sociedade. Mas o partido é o depositário, é ele quem detém o Programa e deve sempre estar pressionando o governo para que este assumira seu programa. Mas o partido também tem de compreender que o governo tem seus limites, inclusive orçamentários. Mas o partido deve, tem a função de ficar cobrando o governo.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: Um governo tem as demandas do próprio partido, tem as demandas da comunidade, tem os programas, as oportunidades colocadas para projetos, dos governos estadual e federal, tem as demandas da comunidade. Às vezes, se acha que as prioridades são umas e quando se vai conversar, se vê que são outras. A Prefeitura de Pelotas tem mais de vinte secretarias, é uma estrutura muito grande, a tendência é de se construir pequenas prefeituras dentro da estrutura, e isso é o que acaba acontecendo, cada secretário achar que sua secretaria é mais importante e que por isso precisa receber mais recursos, é uma relação tensa. Mas a experiência aqui, era de pelo menos uma vez por mês realizar reuniões do secretariado,

buscando constituir instrumentos para medir o funcionamento das secretarias, como as secretarias estavam produzindo. Tivemos experiências de fazer prestações de contas do secretariado, de construir objetivos comuns e ver se estavam sendo alcançados. Em outro momento, tivemos a experiência de construir quatro grandes áreas do governo, infra-estrutura, social, educação e saúde, tentando construir fóruns para resolver aquelas questões que perpassam mais de uma secretaria, trabalhar de forma mais transversal entre as secretarias. Diria que algumas coisas andaram e muitas não andaram, a nossa cultura ainda é do individualismo, nossa cultura é de tentar trabalhar as coisas de forma separada, dividida, não encarar os problemas de forma global. De alguma maneira, o Governo conseguiu ter ações conjuntas, tentava ir no bairro escutar a população de uma forma conjunta. Mas foram tentativas, não conseguimos ter uma relação mais horizontal, o governo tentou reunir por secretarias, por setores, mas devido à nossa cultura de divisão não conseguimos romper essas barreiras. Com relação ao Conselho Político, o Governo tentou constituir este Conselho com os partidos, com os presidentes. Se percebeu alguma tentativa, mas também foi algo que era chamado em alguns momentos de crise, não conseguiu prosperar, não conseguiu achar seu tempo e muitas vezes o governo acabou passando por cima, atropelando. A conjuntura atropela muito, tem coisas mais a médio prazo, e as coisas acabavam sendo conjunturais. Foi uma tentativa de algo que deve ser melhorado para o futuro governo, mas também não passou de uma tentativa e muitas vezes o governo se fechou e através do Centro de Governo acabou dirigindo a Prefeitura, definindo a aplicação de recursos e a política. A perda da Prefeitura com certeza tem relação com essa questão. O governo acabou tomando posições que acabou nos isolando.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo

mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Fiquei um tempo como secretário e como presidente, tive apoio do Prefeito para ser presidente do partido naquele período. Mas em alguns momentos nós tivemos a questão de fazer avaliações e infelizmente o Prefeito não queria fazer avaliação do governo com a participação dos secretários de administração, não queria que eles viessem ao partido para fazer o debate. Ele achava que o PT deveria se reunir e fazer sua avaliação à parte do governo e depois remeter essa avaliação para que o governo pudesse tomar as providências. A resolução que nós

tomamos foi chamar os secretários para que se pudesse fazer a discussão, eles darem o seu relato, mas o Prefeito foi contra, me lembro dele na reunião, foi um momento de constrangimento. Isso acabou não contribuindo para uma melhor análise do governo. Pelo que a gente vem lendo e vendo, se mostra que há sempre uma relação tensa, isso passa também pela luta da ocupação da máquina, isso está nesse conflito. Essa disputa, a postura mais crítica muitas vezes existe como tentativa de ocupação de espaços, isso não é uma coisa fácil, é muito difícil. O Seminário não conseguiu fazer uma boa avaliação e o governo não ajudou para isso. Mas teve um simbolismo, uma resistência que o partido fez ao governo naquele momento, a gente conseguiu realizar o seminário. Com relação à centralização, não tem dúvidas que a gente precisa de um Centro de Governo mais amplo, com certeza vamos ganhar muito mais na política, mas, por termos nos fechado, o Centro de Governo se fechou muito e por ter se fechado muito acabou fazendo avaliações erradas da conjuntura, das prioridades e da política que deveria ser implantada. Erramos e tanto é que erramos que perdemos a reeleição. As correntes que vinham fazendo críticas na época estavam com razão, olhando agora vejo que as razões era maiores do que eu percebi naquele momento. Existia um certo deslumbramento por parte daqueles que ocupavam os espaços do governo, infelizmente foi isso, se fechou o governo, se centralizou demais. A minha opinião é essa, na atual conjuntura a gente continua lidando com isso dentro do partido, o fechamento das instâncias do partido, a Executiva está tentando colocar para fora aqueles que estão contrários, isso é reflexo daquele momento, daqueles que centralizavam o governo, o Salvador, o próprio Marroni, o Miltinho e agora o Luciano, que hoje centralizou o partido e não aceita abrir mão desse poder. Isso foi um erro no passado e certamente vai se repetir, os mesmos erros que tivemos no primeiro governo.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma

oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: O partido vinha fazendo uma crítica à centralização e ao Orçamento Participativo, o Prefeito nunca abriu mão de ter na mão dele o Orçamento Participativo, de ter alguém da sua confiança, de ter as lideranças sob controle. Queria as lideranças com ele. A reforma acabou indo na direção de fortalecimento de um grupo, que diminuísse as críticas e aumentasse o apoio ao governo. Foi nesse momento que o Luciano foi guindado ao Governo, que o Luciano foi cooptado, e foi acabar nisso que a gente está vendo hoje, na influência direta que tem, que conduz o partido hoje (...) tentar conduzir o partido e o governo, se ganhar a eleição. Então foi isso o que aconteceu. O governo, diante das críticas, sentiu a necessidade, foi buscar dentro daquelas correntes que tinham mais críticas e que pudessem ter maior número de filiados, que pudesse ter maioria dentro do Diretório, foi buscar isso para ter mais unidade no governo. Daí o crescimento do grupo da Cecilia e a cooptação de uma parte da DS, principalmente o Luciano, que vai compor o Governo, que vai assumir o cargo. Também tinha problema na saúde, e foi tentar resolver isso, um outro processo, diferente desta questão interna. Nesse momento o governo sentiu a necessidade de ter uma maioria e também procurou na sociedade ampliar o apoio para completar o governo e tentar a reeleição.

Pergunta: Começando a concluir esta parte da nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: De toda a experiência a gente tem que tirar lições. Essa questão de ter muitos membros do Diretório e da Executiva no governo, em muitos momentos acaba confundindo partido e governo. É uma questão difícil porque quando se ganha o governo os melhores dirigentes são justamente os que são chamados para ocupar espaços. É uma experiência difícil, definir o papel do partido e o papel do governo. Eu mesmo, que fui presidente e era secretário, isso cabe ao partido procurar

resolver, tentar deixar pessoas para se preocuparem com o partido, pessoas que vão ocupar espaços no Governo. Acho que o partido deveria pensar sobre isso, isso acaba enfraquecendo o partido, tirando do partido questões que são próprias dele. A questão da comunicação, a guarda do programa, acho que são pontos que devem ser muito bem avaliados na formação de um futuro governo, para que o partido não fique refém do governo municipal, e isso é decisivo, é muito importante, não digo que alguns não possam acumular, mas quanto mais separado melhor. Melhor para o partido e melhor para o governo, se não quem controla o governo acaba controlando o partido. Com isso, acredito que se conseguiria uma relação melhor, o partido poderia compreender melhor o seu papel e entender que governo é governo, tem suas conjunturas, as respostas que tem que ser dadas, uma capacidade melhor nessa relação. Acho que o partido precisa constituir novas lideranças para que possa ter gente qualificada para ocupar o governo e gente qualificada para dirigir o partido. O Partido vem envelhecendo há algum tempo, não vem formando novas lideranças e a gente não vê a renovação, o PT precisa retomar seu trabalho enquanto partido político, precisa retomar sua relação com os movimentos sociais, aquilo que a gente viu na fundação do partido. O partido deve cumprir seu papel, discutir o seu papel e a relação com o governo. O movimento social pressionando a partir do partido e este acionando o governo. Muitas vezes se quer que as coisas avancem, mas não existe demanda social para isso. Isso na minha opinião, é central, separar as funções e as pessoas do partido e do governo. Fazer o partido funcionar. É isso que acontece hoje, há um abandono do partido, e com isso, o que acontece? Não temos mais formação, não temos comunicação e não temos política de filiação com qualidade. Nesse período agora, o Diretório não funcionou, a Executiva é que define tudo. Isso mesmo agora comigo e com o Ivan, a questão da televisão (decisão da Executiva do partido de não deixar os dois aparecerem em programas eleitorais na TV) já está funcionando como centro de governo.

Pergunta: Em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Quais as razões que levaram a esquerda a não ter um pré-

candidato que disputasse as prévias? O que este fato alterou na vida partidária em Pelotas?

Resposta: Sobre essa questão, o PT esperou até o último dia para escolher seu candidato. Todo o mundo imaginava que o Bernardo, que tava no PSB, pudesse ser candidato a prefeito e nós tínhamos lideranças como a Cecilia, que tinha ficado sem mandato, e ela cumpriu um papel importante em 92. Quando chegou 96, tinha a Cecilia, tinha o Milton e tinha o Marroni, que se apresentou e que tinha uma questão importante, que tinha emprego, a Cecilia preferiu se eleger vereadora e o próprio Milton fazia essa conta. Existia uma conjuntura local em que as pessoas estavam saturadas com as últimas administrações, se esperava que a partir da candidatura do Marroni se pudesse construir uma proposta nova, o Marroni e o Lair na vice. O Milton entendia que era muito difícil a eleição para prefeito e preferiu se preservar para vereador, a Cecilia também, e acabou assim. Acho que se a Cecilia tivesse se apresentado, ela teria ocupado este espaço. Mas as pessoas não quiseram e o Marroni aproveitou o momento, foi a novidade.

Pergunta: Em 1997, durante Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada por ti. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembras do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: Em 97 eu fui candidato a Presidente do Partido, concorreremos junto com o Renato e o Marroni. Nós dizíamos pro Marroni que ele tinha sido nosso candidato a prefeito, quase eleito, e que ele não deveria tentar ocupar todos os espaços, não deveria tentar monopolizar o partido. Nós tínhamos outro grupo, junto com o vereador Milton. Aliás, o Renato e o Manequinha sempre diziam que a minha candidatura iria derrotar o Marroni e acabou realmente derrotando. O Renato acabou sendo presidente do PT sem ter maioria no Diretório. Aquele foi um processo difícil, traumatizante, que aconteceu com o partido, com práticas que, olhando um pouco distante, a gente vê que houve uma certa forçação de barra dos núcleos da zona norte e do Monte Bonito, ligados ao Milton. Eu tenho crítica com relação a esse momento, uma autocrítica, até porque naquele momento eu não tinha uma vida partidária muito grande, estava trabalhando na iniciativa privada naquele período,

mantinha relações, diria que é um marco realmente para o PT, um marco negativo que acabei participando dele. Não diria que só nós fizemos isso aqui e, muitas outras correntes já vinham fazendo aquilo, a política de carregar pessoas, de pagar por núcleos, não acho que foi uma coisa criada naquele momento, praticada por nós. Eu era o candidato, acabei arcando com ônus e bônus, foi um momento difícil, me afastei e depois acabei retornando ao partido, entendendo que fazia parte do crescimento. Mas, com certeza foi um momento importante do partido, um partido que não conseguiu construir novas lideranças. Outras correntes políticas já faziam essas práticas e hoje fazem muito mais.

Pergunta: Paulo, da minha parte era isso. Gostaria de saber se tens mais algo a acrescentar.

Resposta: Isso que nós conversamos aqui é a história do partido, uma história de acertos e de erros, nos faz bem conversar sobre isso, procurar aprender para construir.

ENTREVISTA RENATO DELLA VECHIA

DIA 17/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a militar em 75 no movimento estudantil (em Carazinho), em 76 fui presidente do grêmio e nesse ano fundamos a Associação Municipal dos Estudantes, que tinha sido fechada pela ditadura. Em 79 fui para Cruz Alta e articulei a oposição ao grêmio estudantil. Em 79 fui para Porto Alegre. Depois, passei na Católica, em Ciências Sociais, e no dia em que cheguei, vi que estavam chamando uma assembleia da Universidade, fui para lá e naquela noite, o pessoal dos centros acadêmicos estava em briga com o DCE, que era de direita, e foi feita uma ocupação do DCE, e assim comecei na militância na Universidade. Como já tinha uma certa vivência no movimento estudantil, comecei a participar e participei das eleições do DCE e também da UNE. No outro ano, fui tesoureiro da União Estadual dos Estudantes, depois concorri numa eleição do DCE que a gente ganhou. Depois saí das direções porque já estava um pouco marcado, mas continuei articulando. Eu, o Ivan Duarte, o Mauro Del Pino e o Manecão fundamos a Associação dos Pós Graduandos. Paralelamente a isto, eu já tinha militância política. Eu participava de uma corrente política que tinha militância no PMDB (PRC) e eu não concordava com isso, mas estava centralizado. Nós tínhamos contato com o PT. Nós tínhamos uma posição de não construir o PT enquanto partido por entender que ele não teria condições de ser o partido para fazer a transformação, tínhamos a visão de construção dentro do PT. Em 86 eu entrei para a direção do PT municipal e mesmo quando não estava formalmente vinculado à direção, eu ajudava o Ivan Duarte, na época ele era Secretário de Formação do partido. Fiz um trabalho de montar um

arquivo, buscar todos os materiais que existissem sobre o PT, teses, revistas, e juntar tudo em um lugar só. Em 86, eu coordenei na cidade a campanha a deputado estadual do Antonio Losada, em 88 o Flávio Coswig foi o candidato a prefeito pelo PT, eu estava na assessoria do PT e fiquei na coordenação de campanha. Em 89, foi a campanha do Lula, (que) foi muito maior do que esperávamos, nós dividimos a cidade por regiões, fazíamos muitas colagens, tínhamos uma organização que tinha coordenação de finanças para conseguir dinheiro para a campanha. Visitamos todos os núcleos discutindo o programa de governo. Cada semana fazíamos uma discussão sobre um tema. No segundo turno nos organizamos para acompanhar em toda a região o processo de fiscalização. Em alguns municípios da região não tinha organização nenhuma do PT. Em Herval, por exemplo, sabíamos que tinha um eleitor do PT e fomos procurar o cara, era um bancário do Banrisul. Ele tinha medo de perder o emprego, e depois começou a nos ajudar a organizar o partido lá, aí apareceram uns estudantes. Outro caso era Piratini. O contato era uma pessoa que trabalhava na Igreja e ela não queria se identificar. Fizemos um encontro à noite na praça, num local escuro. Esse processo foi bastante rico, de articular os municípios. Em 90, veio a campanha do Tarso, eu era Secretário de Formação Política do PT. Em 92, a Cecilia foi candidata e eu não estava na cidade, estava em Porto Alegre fazendo mestrado, mas vinha aos finais de semana para ajudar na campanha, estava também na coordenação da campanha do Ivan para vereador. Nesta eleição, nós construímos uma videoteca política do PT, fizemos isso através de uma campanha financeira entre os filiados. Isso funcionou por certo período, até que depois a direção do partido resolveu fechar porque estava sem espaço. Nós tínhamos também mais de 200 caixas de material e o PT resolveu vender para carroceiro. Aí, nós doamos para a UFPEL, pro arquivo de História. Isso demonstra a concepção que algumas pessoas têm sobre a história. Em 94 houve a eleição com o Olívio candidato a Governador. Eu fui um dos defensores de que nós tivéssemos um comitê amplo, propus que junto com os candidatos a deputado da região, tivéssemos um espaço grande, e aí alugamos aquela sede da Netto. Antes disso, nós tínhamos passado pelo 1º Congresso do partido, e eu fui o Coordenador do Congresso na cidade. Fizemos o debate sobre o Congresso na cidade. Em 96, teve a campanha do Marroni e eu fiz parte da coordenação, tivemos muita disputa, na época o Lair era o presidente do partido e o Marroni era o vice. Aí fizemos uma discussão e eu fui indicado para ser o presidente daquele período. Nessa época,

decidimos formar uma comissão para acompanhar diariamente a repercussão na imprensa sobre a campanha, reunimos todos os dias e depois ficamos sabendo que esse material nunca chegou na coordenação de campanha. Em 97, eu concorri à presidência do PT. A esquerda tinha dois nomes, eu e o Maneca. Fizemos uma convenção da esquerda, tínhamos mais de 150 pessoas no partido e eu fiquei como candidato, venci por 87 a 80, eu acho. O Milton tentou negociar conosco um apoio para o futuro, mas achamos que não dava e eles lançaram o Paulo Ribeiro candidato. O Marroni também foi candidato e eu fui eleito presidente. Tivemos problemas logo no início, com a fraude realizada no Encontro pelo Milton. Depois, em 98, veio a campanha do Olívio e houve uma disputa forte pela coordenação de campanha, a esquerda do partido chegou a se retirar da coordenação em Pelotas. Foi um processo muito tensionado, e o Partido em nível estadual pressionou para que a gente se acertasse. Acabou que eu fiquei na Coordenação Geral de campanha e o Milton na Coordenação Executiva da campanha. Em 2000, foi a campanha do Marroni e eu estava na Coordenação Regional do PT, era difícil participar da campanha aqui, tinha que acompanhar todos os municípios. Mas como o Salvador pediu para que a BS não me indicasse para a Coordenação de Campanha, nós então decidimos que seria eu o indicado, pois não fazia sentido esse tipo de atitude. Por isso eu fiquei um tempo na campanha do Marroni, enquanto foi possível, mas já sabendo que era difícil participar. A influência era muito pequena, já existia um comando paralelo de campanha. A gente tentava ajudar em algumas questões. Aí o Marroni se elegeu. Eu entrei para o governo, tive 50 dias no Governo e na verdade nunca fiz parte, porque nunca fui nomeado. O Lair foi Líder do Governo, nós nunca tivemos uma postura de crítica frontal ao governo, mas nesse período já estava começando a me afastar do PT. No dia da eleição do Marroni, eu estava na sede da regional e resolvi dar uma volta pela cidade para ver como estava a eleição e quando comecei a ver uma enormidade de pessoas com bandeira na mão, sentadas, pagas, fiquei tão mal aquele dia que fui para casa dormir. As pessoas na festa, e eu não tinha nenhuma vontade, naquele momento já tinha percebido que o custo pela vitória era muito alto. Eu estava amargurado com a maneira como a vitória se deu. Nesse momento começa meu desligamento do partido, vi que minha contribuição política era em outros espaços e não mais no PT. Nesse momento começa um questionamento interno nosso (BS), se deveríamos continuar no PT ou não. Me desfiliei acho que em 2002.

Pergunta: Em 1996, após a retirada de todos os outros pré-candidatos à Prefeitura, o então suplente de vereador Fernando Marroni disputou a eleição, indo para o segundo turno e a partir daí consolidou seu nome, sendo eleito deputado federal em 1998 e Prefeito em 2000. Levando em consideração que naquele período a esquerda partidária tinha maioria no partido em Pelotas, qual a avaliação que tu fazes desse processo? Quais as razões que levaram a esquerda a não ter um pré-candidato que disputasse as prévias? O que este fato alterou na vida partidária em Pelotas?

Resposta: No período anterior, 94, 95, foi um período de desagregação das correntes políticas na cidade. A Gringa era a única militante na cidade da Nova Esquerda, eu era o único militante da BS, embora tivesse outros simpatizantes, mas era o único militante. A DS também era pequena, a Articulação em crise nacional, o campo majoritário não existia em Pelotas, enfim, crise geral. A Executiva também estava (inaudível), ela funcionava pela força dos indivíduos. Quando veio o momento das eleições, a Cecilia era um nome natural, (aí) na minha opinião surge um movimento oportunista na cidade, vindo de dois lados. De um lado, era um grupo que depois veio a construir a Nova Esquerda, e o grupo que se constituiu enquanto Coletivo Socialista, e o representante deles na executiva assume o discurso como se não tivesse nada a ver com o que estava acontecendo, com o que era decidido. O grupo da Executiva, mais identificado com a história do partido do que propriamente com correntes políticas, esse grupo começou a se reunir. Cecilia, eu, Ivan, Círio, Samuel Chapper, vínhamos conversando e começamos a articular nomes para a questão da Prefeitura. Aí surgem vários grupos. O pessoal da Agronomia (UFPEL), independente, muito crítico, o grupo que vai bancar a candidatura do Milton, o grupo que vai bancar o Marroni, o Coletivo Socialista, que vai bancar o nome do Ademir, dos bancários, e surge esse grupo que eu participava (Manifesto). O quadro colocado era que o Bernardo estava no PSB e o PSB era aliado do PT, e, portanto se o Bernardo fosse indicado, dificilmente o PT teria força para lançar outro nome. Em todas as eleições ele mostrava interesse em se candidatar e depois retirava. A Cecilia, que tinha sido presidente do SIMP e enfrentou o Bernardo, avaliava que era muito difícil estar com o Bernardo, em razão do tipo de comportamento dele. Por isso, (ela) achava que o nosso grupo não deveria apresentar candidatura. Eu tinha uma posição diferente, achava que nós

podíamos achar um nome que tivesse capacidade de fazer a disputa como vice. Quando chegou na véspera da definição, o Ivan disse que poderia ser candidato se a Cecilia não fosse candidata. No dia da definição, a Cecilia disse que seria candidata e nós não lançamos o Ivan. Na primeira vez na história do PT surgiam as prévias. O Coletivo Socialista tinha crítica a esse método e nós também. Achamos que esse método levava cada vez mais as pessoas a só participarem para votar e não participar ativamente. Mas era uma questão dada, institucional. Até a convenção saíram cinco nomes. Na minha avaliação as candidaturas do Ademir e do Arilson tinham o caráter de marcar posição.

Pergunta: Renato, só uma dúvida: quem bancava a candidatura do Arilson?

Resposta: Não sei bem, acho que aquele pessoal mais independente. Tinha mais o nome do Milton e do Marroni. O nome da Cecilia era nesse momento o nome mais construído que o PT tinha. Logo depois, o Coletivo Socialista retirou o nome do Ademir. Aí nós fizemos uma reunião com eles, por se tratar de um grupo de esquerda. Aí eles nos pediram: só apoiariam a Cecilia se nós fizéssemos uma crítica ao processo. Nós dissemos que não havia problema nenhum em fazer a crítica. Nós tiramos um documento e depois na reunião do Diretório aquela pessoa que eu já citei disse que não havia sido mostrado o documento. A partir daquele momento, eu disse que com aquela pessoa eu não negociava mais, a não ser com o gravador ligado, e até hoje tenho algumas fitas de reuniões, eu ia para as reuniões da Executiva e do Diretório com gravador. Esse processo vai ocorrer em meio a um período de férias, e havia desarticulado tudo. Naquela composição da Executiva, nossa chapa tinha direito a três membros, e tínhamos problemas que ninguém queria compor. Eu e a Cecilia não podíamos compor a Executiva naquele momento. Um nome que tínhamos era o Vitor Hugo, da Secretaria Sindical (da Executiva). Ele teve que ir para Portugal e nós tivemos que indicar um substituto. Ficamos entre eu e a Cecilia, e eu acabei assumindo. Nós então estávamos em um processo de organizar o processo para as prévias e nesse momento a Cecilia comunica que estava sem apoio do partido, que não tinha espaço para concorrer e que então estava retirando a candidatura dela. Ela fez isso sem conversar conosco. Nós não tínhamos alternativa, a esquerda não tinha mais candidatos. Tinha o Coletivo Socialista, que se negou a apoiar a Cecilia e a Cecilia se retirou. Acho que aí todo mundo foi um pouco culpado, a esquerda não conseguiu manter uma candidatura.

Tinha o Arilson, que não tinha estrutura e retirou a candidatura. Então, ficaram os nomes do Milton e do Marroni.

Pergunta: Em 1997, durante Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembramos do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: Isso começa em 96. A campanha foi muito centralizada e havia uma coordenação paralela. Quem efetivamente coordenou a campanha foram pessoas muito ligadas ao Marroni. Tanto que todas as pessoas contratadas eram contratadas por eles. Essa centralização sobre todo o funcionamento da campanha, fez com que o Milton e o pessoal dele ficassem com muita resistência ao Marroni. Acontece que nós terminamos a campanha com uma dívida muito grande e nós tivemos que construir uma proposta, onde os membros das forças políticas, do Diretório, outros apoiadores, tínhamos que conseguir dinheiro para saldar as dívidas. Isso para que não fizéssemos o processo tradicional de bater nas portas de empresários. O problema era que o pessoal do Milton, ele nunca disse não, mas também nunca contribuiu. Aí no Encontro nós propusemos que todos assumissem essa dívida, e aí nós tínhamos a resolução de que para participar todos deveriam estar em dia. Tinham se passado dois anos do último Encontro, aí nós resolvemos que, como a grande maioria não teria como pagar dois anos de contribuição, isso poderia ser dividido em duas vezes. Como já tinha havido problemas no Encontro anterior, de pessoas darem cheques sem fundos, nós fizemos notas promissórias onde as pessoas se comprometiam a pagar. No Encontro, aconteceram os problemas, como transporte de pessoas e tal, mas não demos muita bola. Até o momento em que o Pica-pau e o Lauro nos procuram para dizer que o pessoal do Milton estava pagando por uma porção de gente, e a dúvida era quem assinava as promissórias da outra parcela. Aí foi resolvido deixar passar o Encontro e levar para a Executiva, para discutir o que fazer. Quando fomos analisar o que realmente tinha acontecido, vimos que surgiram núcleos que não existiam na cidade, o núcleo do Monte Bonito com 89 pessoas e o núcleo da zona norte com 120 pessoas. Como uma regra do

partido dizia que onde houvesse núcleo, os núcleos ficariam com 50% da arrecadação, eles fizeram a listagem das pessoas e dividiram o pagamento em três vezes. A proposta que fizemos foi de que como não existia núcleo, aquela parte teria de ser passada para o partido também. Em outras palavras, o Maneca disse para o Milton: “que tu fraudou, tu fraudou” e a proposta que fizemos era de aceitarmos aquilo, desde que eles pagassem o valor correto. Isso para encerrar a discussão. O Milton parecia que estava recuando, queria aceitar, quando, no outro dia, que tinha encontro do grupo deles, eles voltaram com a posição de radicalizar, de não pagar a contribuição e não pagar as dívidas do partido também. Alegavam que a base deles era muito pobre, que não tinham como arrecadar o dinheiro, a única exceção dos membros deles no Diretório foi o seu Zé, que é um carroceiro, que conseguiu duas pessoas que contribuíssem com R\$20,00 por mês. Todos os demais membros do grupo do Milton não pagaram. Nesse momento, foi criada uma comissão de ética para avaliar esse procedimento. E eu, como presidente do partido, fiquei mais de um mês, ao ser perguntado pela imprensa sobre o que estava acontecendo, dizendo que não ia me posicionar enquanto não houvesse o julgamento da Comissão de Ética. Esse posicionamento foi respaldado por todos os outros grupos. Enquanto isso, diversas vezes o Milton foi para a imprensa. Houve momentos desagradáveis, pessoas na sede se desfiliando, rasgando fichas e tal. Nesse processo, começou a haver uma série de negociações. A Executiva Estadual nos chamou para uma reunião, não, isso foi depois. Primeiro, como todos os diretórios faziam, definimos no Regimento Interno que os membros do Diretório só poderiam votar se estivessem em dia com o partido. Ao definirmos isso, o pessoal do Milton resolveu não pagar e com isso perderam o direito a voto. Aí foi pra Executiva Estadual e lá decidiram que o grupo do Milton teria direito a voto. Uma questão complicada, pois abria para que futuramente ninguém mais se comprometesse com o pagamento financeiro. Esse é o momento que está rolando a discussão da Comissão de Ética, a comissão se reuniu algumas vezes e de uma hora para outra aparece um relatório feito pelo Salvador. Esse relatório era tão rudimentar, esse relatório criou uma situação que era mais ou menos a seguinte: a acusação era de que houve um grupo de pessoas que juntou dinheiro para pagar por um grupo maior, estava caracterizado que algumas pessoas pagaram então para outros participarem. Isso tanto o Paulo Ribeiro como o Conceição reconheceram. Isso estava absolutamente comprovado que havia acontecido. O Salvador foi buscar no dicionário Aurélio qual o conceito de

cotização, porque o estatuto dizia que todo filiado deveria contribuir com a cotização partidária. O conceito do dicionário, que dizia que cotização era um grupo de pessoas que se juntava, foi usado pelo Salvador para dizer que foi algo legítimo, ou seja, uma aberração tão grande que muitas pessoas deles não tiveram coragem de aprovar essa posição. Então, estávamos discutindo sobre que tipo de punição, a esquerda estava dividida sobre pedir a expulsão ou a suspensão. Eu defendia que votássemos uma suspensão de 2, 3 meses e o Marroni nos procurou e perguntou a posição. Eu disse para ele que não tínhamos posição fechada e ele disse que se nós não tínhamos posição, eles não iam votar por nenhuma punição. Foi isso o que aconteceu, eles votaram a absolvição do Milton. Acho que mais uma vez houve erro de avaliação da esquerda, depois do que já tinha acontecido em Porto Alegre (decisão da Executiva Estadual).

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: O papel do partido é dirigir o governo. Mas isso não significa que ele vai dirigir as questões administrativas do dia-a-dia, mas sim que vai dar as diretrizes para o governo, vai acompanhar o cotidiano da discussão, procurar resolver os problemas. O que normalmente acontece é que o governo dirige o Partido, tem os cargos de direção. O governo controla o partido e isso acaba com os partidos, acaba com a sua capacidade de autonomia.

Pergunta: Tu fizestes parte do chamado “Fórum de Tendências” que foi constituído com o objetivo de discutir a composição do secretariado do governo. Como era o funcionamento deste Fórum? Como eram feitas as indicações? Qual a dinâmica adotada para a definição dos nomes?

Resposta: Alguns pequenos incidentes aconteceram logo no início, o que tensionou um pouco as coisas. O fato foi que, dentro da Brasil Socialista, fizemos campanha

para o Ivan e o Lair, uma campanha unificada, o Ivan elegeu e o Lair ficou na 1ª suplência. Logo depois, houve alguns conflitos na campanha e um grupo me chamou para me comunicar que estava saindo, entre eles um assessor do Ivan, eu estranhei e o Ivan também. Dissemos que para sair de uma posição política tem que ter uma divergência política, mas eles mantiveram a posição e saíram, depois o Ivan também saiu. Depois, na primeira reunião do Fórum, se apresentou o representante do racha da BS, o pessoal com listas de apoiadores e tal, eu disse que não ia fazer essa discussão publicamente. O Ivan também criticou, só estavam querendo garantir espaço no governo. O Salvador é claro que adorou isso. Depois, na discussão geral, as coisas começaram complicadas, como por exemplo, na questão da cultura, era colocado que seria o Vitor Ramil ou alguém indicado por ele, sem discussão. A partir dali, os grupos fizeram indicações, do nosso grupo meu nome foi indicado. Inúmeras vezes foi levantado que aceitavam o Ivan como nosso representante, mas deixei claro que achávamos o Ivan um bom nome para o secretariado, mas ele não era nosso representante. Ou então eles queriam que nós indicássemos o Lair, aí era claro que eles queriam abrir vagas de vereador. E nós, entre ter o secretário ou o vereador, optamos por ter um vereador. Depois, teve a discussão da educação, optamos pelo Mauro, que era um nome com trânsito no setor. Na discussão da cultura, existia um movimento para que fosse o Deogar, mas ele não aceitou. Aí teve o pessoal que me procurou para que eu fosse, e eu, apesar de não ser da área, disse que poderia ser, até porque acho que têm áreas que é melhor que não seja ligado diretamente. Também foi indicado para que eu fosse Secretário de Transportes, houve uma articulação dos sindicalistas bancando meu nome, e novamente houve veto ao meu nome. Aí foi passando o tempo e aconteceu o seguinte: alguma coisa estava enrolada e durante a noite algo acontecia que no outro dia vinha resolvido. Outra coisa que aconteceu foi que a discussão foi fatiada, primeiro vieram os nomes do Marroni e foram aprovados para depois se fazer a discussão do que sobrava, ao invés de se fazer a discussão global. Ao se fatiar a discussão, faz com que no final haja a dificuldade de composição. Nós bancávamos que queríamos participar do secretariado para garantir a discussão no governo. Aí propuseram que eu assumisse a Pedreira Municipal e que o Lair ficasse como Líder do Governo. Nesse momento, nós não tínhamos mais como recuar. Eu era presidente do partido e o Lair tinha sido candidato a vice na outra eleição e era vereador. Aí nós aceitamos. No dia da posse, quando a imprensa estava presente,

os secretários foram chamados e eu fui o único a não ser chamado. Disseram que em razão de a Pedreira estar em liquidação, não teria como eu ser nomeado. No caso da Secretaria de Obras, ela foi criada em uma situação igual. Ao não ser nomeado, eu dependia de uma pessoa da direção anterior inclusive para receber, era ele que assinava cheques e tal. Eu não tinha como administrar, não tinha recursos, não podia viajar para ver outras experiências que tinham na área, como Porto Alegre e Lajeado. Eu estava fazendo algumas discussões para a recuperação da Pedreira, mas durante dois meses não houve uma solução jurídica para o caso. Aí aconteceu o seguinte: eu fazia 50 quilômetros todos os dias, aí fui falar com o Marroni e o Mário Filho para que eles liberassem um CC, que poderia ser do partido no Capão do Leão, para fazer o acompanhamento mais direto, fiscalizar e tal. Tinha problemas de segurança lá dentro. Teve denúncias de que estava havendo corrupção na Pedreira, estavam vendendo um tanto de pedras e saindo bem mais que isso. Aí quando eu fui falar com eles e pedir a liberação, o Marroni disse que não, que quando a carga chegasse, eu deveria subir no caminhão e medir a carga. Então esse foi o meu limite. Não estou aqui para isso. Não falei isso na hora porque não era uma questão pessoal, mas o Lair também estava descontente, porque vários projetos chegavam na Câmara sem que ele soubesse. Nós também tínhamos indicado uma série de pessoas para o governo e veio uma indicação para que a gente assumisse uma função no almoxarifado de uma secretaria. Nós agradecemos e dissemos que não estávamos à procura de emprego, queríamos participar politicamente. Aí resolvemos sair, não fizemos confronto, mas se não havia espaço para nós, preferimos sair. Mas foi um limite nosso, ali já acabava a questão da discussão de espaços e já entrava um problema de outra ordem, de desmoralização política. Isso, na minha opinião, foi proposital, não havia possibilidade política de não nos deixar entrar num governo, então fizeram isso de nos jogar num canto. Mas fomos empurrados a sair do governo.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro

Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Tem uma coisa que é bastante clara para mim, que foi o processo de centralização, que para mim existiu sim. Mas tem algumas coisas, no governo começou um processo de cada um por si, todo mundo lutando por um espaço, não era raro ver pessoas mudando de posição para garantir espaços. Eu acho que aqui

em Pelotas existiram momentos em que a esquerda se unificou e que foi vitoriosa. Nesse processo, em nenhum momento a esquerda se sentou para discutir, tipo definir: “bom, nós vamos ter um espaço menor um pouco do que se discutíssemos em separado, mas vamos manter a unidade”. E não foi isso o que aconteceu, as esquerdas participavam do Fórum e depois negociavam em separado. Aí conseguia um espaço, ferrava outro grupo. Também acontecia a questão dos vetos. Por exemplo, vetaram o Abner, nome histórico do partido, vetaram o meu nome. A crítica aparece fragmentada, um criticava uma coisa e outro, outra. Isso tem a ver com uma questão de capacidade efetiva sobre o governo. Nós tínhamos um peso grande, vereadores e deputados, cargos em comissão, acontece que ninguém tinha coragem para fazer esse enfrentamento, nem individualmente, e coletivamente ninguém conseguia mais. Isso eles conseguiram fazer bem, fragmentar a esquerda. Nós começamos a errar na composição do governo, ao não conseguir sentar e tentar organizar a ação. Fazer o trabalho com participação, democrático, dar o exemplo onde tivéssemos espaço. Sei que existia representantes de correntes que reuniam em separado e aí faziam a discussão, “tira daqui, bota para lá”. Também tem alguns elementos relacionados ao processo da campanha que demonstram o método, inclusive da campanha de 96. Vou relacionar alguns deles. Nós contratamos uma equipe de pesquisas de opinião pública para fazer oito pesquisas no total e a primeira pesquisa perguntava quem seria um bom administrador, advogado, empresário, sindicalista. Aí, sindicalista teve 2% da opinião, o Marroni historicamente foi uma liderança sindical. Aí o pessoal da TV que veio de fora da cidade e que não conhecia a cidade, botou terno e gravata no Marroni e apresentou o engenheiro Marroni para a população, só que o Marroni começou a cair, começou a crescer o Castagno, que batia no Anselmo, e o Valnei Tavares também crescia. Aí um dia cheguei em casa e o Marroni me ligou, pedindo que eu fosse para uma reunião da Coordenação da Campanha. Quando cheguei na reunião, depois de dar aula, escutei o Marroni dizendo: “não sou eu quem está ali, não sou eu quem está falando, não consigo me identificar”. Aí veio uma pessoa de fora dizendo “vocês tem que entender que o muro já caiu, eu tenho visto o programa da Erundina em São Paulo e vejo que ela é uma verdadeira lady, temos que ter outra postura” e tal. O que discutimos na época é que o fato de um sindicalista ser lembrado diretamente pela população como um bom governante é algo muito improvável porque não está na cabeça das pessoas, mas isso não significava uma rejeição a um sindicalista

administrar a cidade. Somente na segunda pesquisa, que se perguntava se existia rejeição a sindicalista, é que se viu que não existia rejeição a sindicalista. Esse foi um erro de campanha inicial decorrente de uma má leitura de uma pesquisa. O segundo erro básico, um grande erro que percebi na campanha, foi que no segundo turno, com o Anselmo, tinha o problema na justiça contra ele, com cinquenta e tantos processos e o Marroni falando em Orçamento Participativo. Nós dizíamos que tínhamos que fazer esse enfrentamento, que as pessoas não sabiam o que era Orçamento Participativo, e o pessoal do outro lado dizia que nós não podíamos entrar na discussão com o Anselmo, que seria baixaria e que a nossa avaliação era uma avaliação militante. Aí eu convidei uma professora da UFRGS, a Céli Pinto, reconhecida nessa questão de análise do discurso, para vir aqui analisar a campanha. Ela veio, ficou uma tarde inteira vendo vídeos da campanha e jornais. À noite tinha uma janta de campanha e ela nos disse: “a campanha de vocês está uma porcaria, vocês não estão desconstituindo o adversário e vocês vão perder”. No outro dia, nós tínhamos marcado uma reunião da Coordenação de Campanha. Só uma ou duas pessoas ligadas ao Marroni apareceram, as pessoas mais de frente da Coordenação da Campanha simplesmente não foram, simplesmente não quiseram nem ouvir. Ela foi embora e alguns anos depois, encontrei com ela e ela disse: “vocês perderam, eu avisei, vocês não quiseram desconstituir o discurso do adversário, deixaram ele solto”. Não vou dizer que esse é o único elemento, claro que é um processo complexo, mas eu achei um absurdo a atitude de não quererem nem ouvir uma pessoa especializada sobre o que ela tinha a dizer. Outra questão que me deixou mais perplexo ainda foi que, quando chegou o segundo turno da campanha, a Executiva Estadual designou um militante para acompanhar a campanha e fizemos um almoço com a equipe de TV, e eu, como presidente do partido, fui. Como ele estava chegando na cidade e não conhecia nada, eu expliquei para ele todo o quadro da cidade, história da cidade, relações políticas, principais confrontos, e vi que as outras pessoas responsáveis pela condução da TV estavam escutando atentamente, até que um deles disse: “legal, não sabíamos nada disso”. Como alguém consegue conduzir um processo de campanha sem conhecer os adversários que estão envolvidos? Como já falei, nós fizemos um acompanhamento sobre os programas, passávamos diariamente 4, 5 páginas para a Coordenação da Campanha e isso nunca chegou no pessoal da TV. Essa linha de tratar tudo como marketing, como se a política fosse um sabonete, como se não existisse uma

especificidade, eu acho que a centralização da campanha era uma busca de fazer com que esse pessoal da mídia não fosse “contaminado” por uma visão ideológica. É a opinião de que o marketing, se for competente, ganha a campanha por si só. Um fato também que eu acho significativo do que aconteceu, foi quando uma militante do PT bateu na esposa do Anselmo. Houve uma reação deles, atacaram militantes nossos, e quando houve uma reunião à tardinha para discutir como iríamos trabalhar com essa questão, a posição do coordenador de campanha foi dizer o seguinte: “isso não aconteceu, isso é uma armação”, como se pudéssemos apagar a realidade como ato de vontade nosso. Felizmente, a maioria reconheceu que aquilo era um absurdo. Aí tiramos uma posição de condenar o que tinha acontecido.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: O Marroni optou por uma composição de governo técnico, e não político. Ao invés de colocar pessoas (...) claro, colocou pessoas que tinham alguma trajetória, mas a prioridade eram técnicos e não agentes políticos. Eram pessoas que internamente ao PT não tinham posições. Isso fazia com que os debates históricos já acumulados no PT sobre, por exemplo, essa questão das relações entre partido e governo, não se apresentassem no secretariado. Essas questões nunca surgiram. Participei de duas reuniões, uma reunião de planejamento, mas em geral era isso. Os secretários ali, tinham um tempo de 5, 10 minutos, faziam relatos, em algum momento tinham questões mais complicadas de uma área ou outra, mas normalmente eram questões práticas, não havia discussão coletiva onde se pudesse intervir nas questões gerais de outros temas. Era isso, o prefeito dava a posição e se passava para outros pontos. A partir daí, o Centro de Governo se reunia e fazia as definições mais globais, estratégicas e tal. Não havia espaço para discussões políticas mais de fundo e acho que nem disposição para isso. Nunca houve uma discussão maior, discutir a questão do Conselho Político, por exemplo.

Pergunta: Qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas

estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Não sei até que ponto esse modelo se repete em outras administrações de esquerda ou do PT, mas esse é um modelo que historicamente acontece no Brasil há muitos anos. Acho que o poder não está disponível como espaço para quem quiser, é um espaço que se disputa, e acho que no caso específico, tem hoje uma dificuldade para aqueles que estão descontentes com esse método se articularem. Nós temos locais aonde a política da prefeitura vai de confronto com a maioria dos sindicatos locais, mas acho que também foi um aprendizado. Acho que houve centralização, talvez mais acentuada que noutros municípios, mas isso já se colocava no processo eleitoral bem antes, se mostrava na própria composição do secretariado, seja na atuação do governo, seja na discussão partidária. Acho que existiu certa covardia, certa conivência (da esquerda partidária), a questão de dizer “eu estou bem representado e pronto”. Houve incapacidade de gerar coletivamente uma demonstração de que havia necessidade de uma mudança.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o Governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Naturalmente, há tensão entre administração e funcionalismo, entre administração e serviços públicos, mas esse fato não é um problema, o problema é a relação que se estabelece. A administração com mais capacidade de resolver os problemas, estabelece a relação, chama para negociar, mostra as contas, coloca a questão da responsabilidade fiscal, ou seja, demonstra capacidade de negociação e coloca o sindicato em outra situação. Quando alguém se coloca na posição de detentor de uma verdade, por mais que tenha capacidade, é ruim. É melhor erros cometidos individualmente do que acertos individuais.

Pergunta: Tua posição sobre o tema já ficou explícita, mas gostaria que expusesse mais claramente tua visão sobre o papel da esquerda partidária neste processo.

Resposta: Esse processo fragmentou a esquerda, mas tem um processo nacional que fragmentou a esquerda também, acho que são processos parecidos. Veja bem: tem trinta deputados da bancada federal que se negam a votar a questão da Previdência, aí o governo faz reuniões e somente oito deputados mantêm a posição. Seria o primeiro enfrentamento com o governo, nenhum partido ia querer perder trinta deputados no primeiro momento. Aquele processo poderia ter estabelecido um outro tipo de relação. Acho que no caso da Prefeitura, se a esquerda tivesse minimamente se unificado e tivesse estabelecido seus pontos máximos de negociação, poderia ter constituído um governo diferente em vários aspectos, não seria mais competente ou não, mas em questões internas importantes (teria outro papel). Mas esse processo de fragmentação, não é por nada, por exemplo, que em Porto Alegre existem três candidaturas de esquerda (disputando a Prefeitura em 2008), nós temos uma crise da esquerda, uma crise de pessoas. Uma parcela da esquerda se revela hoje muito oportunista nos seus métodos e na sua política, mas faz parte do processo histórico, não adianta ficar se lamentando. Acho que tem que ver o que dá para construir a partir daí, mas é um processo doloroso para a esquerda, é um processo particularmente muito doloroso para algumas pessoas que passaram 15, 20 anos de sua vida dentro desse projeto, aí as pessoas ou vão para sua casa, que acho que não é a melhor alternativa, mas acho que só o tempo vai poder responder a esse processo, se vai ser uma esquerda fragmentada ou se vai conseguir se unificar.

ENTREVISTA SALVADOR MARTINS

DIA 16/01/2009

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a militar no movimento estudantil na década de 80, em 1986, e já nesse ano me filiei no PT e ajudei a organizar o PT de Jaguarão, a cidade que tinha vínculo. Depois disso, assumi funções no movimento estudantil, fui presidente da União Estadual dos Estudantes, Secretário Geral do DCE, e no PT, exerci vários cargos na Executiva municipal: Secretário de Juventude, Secretário-Geral e outros tantos. Em termos de campanha eleitoral, coordenei a campanha do Marroni a vereador, a deputado federal e quatro vezes a prefeito.

Pergunta: Como se deu a articulação para que o Marroni fosse candidato a vereador em 1992?

Resposta: O Marroni foi candidato fruto do movimento sindical, ele era presidente da ASUFPEL e tinha uma base forte nos servidores da Universidade Federal de Pelotas. Nós trabalhamos basicamente esta base de apoio.

Pergunta: Como se deu a questão do pedido de recontagem dos votos nas eleições de 1992?

Resposta: Essa foi uma polêmica que surgiu entre o PMDB e na época era o PDS, eu acho, onde o candidato do PMDB foi o vitorioso pela contagem, mas o candidato, que era o Érico Ribeiro, pelo PDS, não lembro se era PDS ou se já era PPB, acho que era PPB, ele argumentava que havia distorção em relação às planilhas do resultado final e pediu uma recontagem que o juiz daqui negou, mas o Tribunal

aceitou. Mas isso não alterou em absolutamente nada porque quando veio para recontagem, o juiz mandou que simplesmente fossem feitas conferências sobre os votos e não revisar os votos.

Pergunta: No período de 94, 95, a Nova Esquerda ficou praticamente sem representação no Diretório em Pelotas. Como foi esse processo?

Resposta: Eu não consigo me lembrar desse momento, entre 94 e 95, se nós ficamos sem representação.

Pergunta: Ficaram com uma pessoa só no Diretório, que era a Gringa.

Resposta: O que ocorreu é que nessa época eu não estava na cidade, estava fazendo um curso de mestrado na UFRGS, e também a Nova Esquerda, nesse período, ela entrou num processo de reavaliação interna muito grande, e acabou, acho que diminuindo um pouco a participação das pessoas dentro do espaço do PT. Eu não me lembro como se deu este processo, sobre o porquê que nós ficamos com pouca participação no PT.

Pergunta: Quando o Marroni foi lançado pré-candidato à Prefeito em 1996, a intenção era essa mesma, ou era para reforçar uma candidatura a vereador?

Resposta: A intenção em relação à prévia era de fato disputar a Prefeitura. Naquele ano, nós tínhamos uma situação, que discutíamos dentro do partido, que o PT indicasse o vice do Bernardo, e estava praticamente certo que nós indicaríamos a Cecilia Hypolito como vice do Bernardo. Só que o Bernardo de Souza, naquela época filiado ao PSB, desistiu de concorrer e o PT estava já entrando no processo de definição sem candidato, e o Marroni se dispôs a fazer esse papel, o papel de fortalecer o PT, não tinha intenção de concorrer novamente a vereador.

Pergunta: Não tinha intenção de concorrer a vereador? E se ele não tivesse sido escolhido o candidato do Partido?

Resposta: Não, naquele momento não. Se ele não fosse candidato a prefeito, ele seria candidato a vereador, mas não houve a situação de concorrer nas prévias para fortalecer para vereador, até porque quando o Marroni decidiu participar, nossa corrente decidiu lançar o nome da Miriam para vereadora e aí já não havia possibilidade dele ser candidato a vereador.

Pergunta: Em 1997, durante Encontro Municipal do PT, ocorreu um fato que teve enorme repercussão interna e externamente ao PT. Neste processo, houve divergências quanto à forma de acerto da contribuição partidária realizada por diversos filiados ao partido, ligados ao vereador Milton Martins, que apoiava uma chapa encabeçada pelo hoje vereador Paulo Oppa. Qual tua avaliação sobre esse processo, o que lembramos do que aconteceu? Que consequências entendes que este fato trouxe para o partido?

Resposta: Naquele período, houve uma série de acusações ao Milton, as penalizações que foram feitas na época se deram pela infração de ele não estar cumprindo um determinado acordo de contribuição que o Diretório Municipal fixou em relação à política nacional de finanças. Então, por isso, decidiu-se numa reunião que o Milton sairia da Liderança da Bancada. E os demais fatos foram objeto de uma comissão, que iria preparar um trabalho ao Diretório, para decidir se mandaria ou não para a Comissão de Ética. Eu participei dessa Comissão, inclusive fiz o relatório dela, e entendi que não havia elementos que justificariam remeter para a Comissão de Ética. Eu não lembro, isso faz tanto tempo que eu não lembro exatamente do processo, acho que o processo deve ter lá nos arquivos do PT, era interessante que tivesses acesso.

Pergunta: Eu tenho as cópias do processo.

Resposta: Tens, né? Eram os argumentos que na época me pareceram mais corretos.

Pergunta: Agora, já entrando nas questões relativas ao governo, queria saber como é que foi essa questão do Fórum de Tendências, como foi o funcionamento dele, como foi a questão da definição dos nomes, os acordos, como foi a dinâmica deste Fórum?

Resposta: Quando nós ganhamos a Prefeitura, nós tínhamos aqui um histórico de muito conflito interno no PT, muitas dificuldades em estabelecer acordos, o PT não tinha maturidade, e isso era comum a todos os campos políticos. Não tínhamos nenhuma experiência nesse sentido. E nós achamos que deveríamos fazer um trabalho prévio, antes que o Diretório discutisse as indicações do PT, um trabalho interno com as tendências porque a dinâmica interna naquela época, ainda hoje, é a

questão das tendências. Então, tiramos um determinado espaço, que se chamou Fórum de Tendências, que fazia as discussões em relação às suas demandas ao governo, apresentava nomes e discutia a participação do PT de uma forma geral. Chegamos a um determinado formato, por acordo, e levamos ao Diretório, que simplesmente homologou as decisões. Eu particularmente acho que foi uma questão importante na história do PT, porque nós não tínhamos aqui uma experiência semelhante, um espaço das tendências, onde não era um fórum deliberativo, e que foi um espaço que permitiu o diálogo e a formação de um acordo, para além das questões de maioria que se tinha no PT.

Pergunta: E como era a dinâmica, por exemplo, dos nomes? As correntes apresentavam os nomes, e como esse dava definição?

Resposta: As correntes apresentavam vários nomes e a definição se dava por acordo, quando apresentavam uma pessoa que não tinha o perfil, se manifestavam opiniões em relação aos nomes, se discutia o peso que essas correntes teriam em relação ao governo. Era um Governo de composição, tinha o PSB, o PCB e o PC do B. Então, nós tínhamos um espaço para o PT que não era todo o governo. A dinâmica foi basicamente buscar o acordo a partir de opiniões que foram colocadas nas discussões.

Pergunta: E quando houve o caso de ter mais de um nome, era o Prefeito que definia?

Resposta: Não, não teve isso de o Prefeito definir uma coisa e o Fórum outra, nós chegamos a uma proposta da participação do PT, ao final do processo, consensuada. Isso não significa que todos gostaram do resultado final, mas entenderam que era o possível. Nós tivemos várias correntes que não ficaram satisfeitas, digamos assim, com o resultado dos trabalhos, mas acabaram entendendo por levar a aprovação para o Diretório, por entender que é o que era possível se constituir de acordo. Isso dependia muito da visão de cada um.

Pergunta: Uma questão que eu queria ver contigo sobre isso, é que em algumas das entrevistas que eu fiz, algumas pessoas colocaram que foram feitos vetos por parte do Marroni a nomes indicados, especificamente em torno de dois nomes.

Haveria veto ao nome do Renato Della Vechia e ao nome do Abner. Alguns entrevistados colocaram isso. Houve isso? E por que foi?

Resposta: Não, não se utilizou a prática de vetos. O que possivelmente tenha ocorrido foi uma opinião de que determinado nome não se adequaria à determinada pasta, em relação às questões técnicas. Eu lembro que especificamente em relação ao Renato, houve em um momento uma demanda de que o Renato assumisse a Secretaria de Transportes, e se expressou um entendimento do Prefeito de que esta pasta deveria ter um nome preponderantemente técnico, mais técnico que político, em razão de toda a organização do sistema de transporte, a questão do sistema viário da cidade. Então, se deu a opinião a partir daí de que essa não era uma pasta que pudesse ter uma atuação mais política, e sim mais técnica. Tanto assim que o Renato acabou ficando no governo e o Abner, não lembro se ele fez parte do governo no primeiro momento.

Pergunta: No primeiro momento não, ele ingressou no governo a partir do segundo ou terceiro ano.

Pergunta: Bom, acho que sobre essa questão era isso. A outra questão que eu queria ver contigo agora, levando em conta a forma de construção do PT, sua ligação com os movimentos sociais e a visão que expressava em relação ao papel do partido na institucionalidade, qual a visão que tens sobre o papel do partido quando exerce uma função de governo? Como devem se estabelecer estas relações? Como essa questão deve ser resolvida?

Resposta: O núcleo do problema é que o partido representa parte da sociedade e o governo, quando eleito, ele deve trabalhar para toda a sociedade. Então, não é possível que o partido faça o governo a partir da sua visão, e é muito importante, na minha opinião, separar o governo e o partido, ainda que determinado candidato chegue ao governo sem coligação partidária, com chapa pura, digamos assim. O governo tem uma série de demandas sociais, ele está limitado por um arcabouço jurídico e limitado por questões financeiras. A relação entre partido e governo, na minha opinião, deve ser uma relação de sustentação política por parte do partido e de vinculação aos princípios e às políticas do partido por parte do governante. No caso do governante que é eleito para determinado cargo executivo, ele deve fazer com que a plataforma de governo espelhe aquilo que o partido define como seus princípios estruturantes. No caso do PT, a solidariedade social, a inclusão social, a

democracia popular, etc.etc. Tudo isso é possível trabalhar dentro de um governo, nos marcos políticos (inaudível). O partido, na minha opinião, deve fazer um grande debate em relação ao governo, se ele está ou não conseguindo cumprir aquele sistema de princípios, aquele programa político que o partido apresentou pra sociedade. Esta separação de papéis, eu penso que deve ser bastante clara. Nós tivemos experiências muito ruins na esquerda, por entender, num determinado momento, que ao ganhar uma eleição, o partido teria a prerrogativa de gerir o governo. Não é o sistema posto hoje no país, não há como fazer isso a partir do arcabouço jurídico que se tem. Inclusive por questão de responsabilidade penal pessoal, que recai no próprio governante. Então, acho que é basicamente isso. E existem situações ainda mais complicadas, que inclusive foi a nossa experiência aqui, em que o candidato eleito foi eleito a partir de uma coligação de partidos. Fica mais complicado ainda, porque são vários partidos que querem ver o seu conteúdo programático na ação do governo, na ação administrativa. O ideal é que quando uma coligação partidária se forma, ela tenha um programa de governo claro em relação à ação administrativa a ser implementada. Só que isso é uma coisa bastante ideal, eu nunca vi, não só na esquerda, mas também na direita e no centro, que as coligações consigam produzir material suficientemente claro, adequado, qualificado, que oriente a ação administrativa. Então, nessa hipótese, o administrador deve se vincular muito mais aos princípios programáticos dos partidos, tentar compatibilizá-los com a ação administrativa.

Pergunta: Salvador, nessa questão, como tu vês, no exercício do governo, o controle do partido sobre esse processo, que fóruns devem existir para orientar as relações entre partido e governo? Como tu vês isso?

Resposta: Eu vejo da seguinte forma: o partido tem sim que fazer um determinado controle em relação à sua administração, não só dos governos, mas também no caso da representação parlamentar. O controle do partido sobre a ação do governo, prefeito e vice-prefeito, secretários, governador, deve se dar na compatibilidade entre as ações políticas daquela administração com os princípios partidários. Vários elementos, podemos avaliar em várias áreas, a política do Partido dos Trabalhadores para a área da saúde, é uma política voltada para a universalização da saúde, discutir se as políticas implementadas permitem ou não o acesso das

pessoas à saúde universal. Em cada área, discutir se as ações correspondentes a cada área tem a ver com a política do partido.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela

administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Conflitos entre administração e partido são normais, mas acho que sempre há uma grande diferença de lógicas em relação às estruturas partidárias e quem tem a responsabilidade de administrar. Uma administração pública é essencialmente centralizada, ela é assim. Tu não eleges uma equipe para prefeito, tu eleges um prefeito, um governador, um presidente e sobre essas pessoas, juridicamente, há deveres, obrigações, direitos e consequências jurídicas em relação à não implementação dessas questões. O partido, especialmente os partidos de esquerda, eles têm uma tradição de conformar pequenas confederações, a partir de linhas políticas diferentes. A esquerda tem centenas de correntes com diferenças internas, de como fazer o processo de mudança social, ou a partir de lideranças mesmo, esse processo é um pouco mais novo na esquerda. O partido tem uma lógica que é uma lógica essencialmente diferente da estrutura administrativa, e há uma tendência do partido em exportar essa lógica para as administrações e isso não é possível. Por outro lado, também há uma série de elementos da política que não são puramente teóricos, mas que acabam influenciando no processo, que são demandas por cargos, vencimentos dos cargos. Eu lembro que numa das discussões do Diretório havia uma determinada tendência que demandava que um filiado do PT trocasse de CC para outro CC, que tinha a mesma função, mas com um salário maior. Então, há uma degeneração em relação a estas demandas, que acabam sendo demandas particulares, mas que assumem importância política em razão de o indivíduo ter um certo grau de representatividade. Então, são todos elementos que acabam criando conflitos entre partido e governo. De uma forma geral, eu penso que na experiência em Pelotas nós tivemos muito mais conflitos do governo com tendências internas do que com o partido. O partido, de uma forma geral, defendeu as políticas do governo internamente, na Câmara e na sociedade. O que não significa dizer que o Partido tivesse consenso em relação a todas as ações do governo. Numa delas, especialmente, a questão do Orçamento Participativo, houve uma diferença muito grande em relação a isso. A opinião majoritária do PT e do governo é de que a experiência do OP não foi uma experiência bem-sucedida, essa

é uma opinião unânime no governo e no partido. Agora, a identificação do porque disso é que dá margem para divergências. A maioria das tendências do PT tende a ver o pequeno sucesso dessa experiência na dinâmica da coordenação e do grupo da coordenação, na forma como as pessoas da coordenação operavam o processo. Mas as pessoas que trabalhavam mais perto do Prefeito expressavam a opinião de que o grande problema foi de trabalhar o Orçamento Participativo nos moldes como se fez em Porto Alegre, numa cidade totalmente endividada como Pelotas. Em Porto Alegre há o que discutir, porque há recursos para fazer investimento. Em Pelotas, no período em que nós tivemos no Governo, era essencialmente diferente, nós não tínhamos dinheiro para investimento, os recursos que nós contávamos não eram suficientes para manter a máquina administrativa funcionando, da forma como estava funcionando. Então, o esforço administrativo foi no sentido de reduzir o custo do funcionamento da máquina e viabilizar recursos para permitir que a população decidisse novos investimentos. Isso era um sonho, e a nossa ação administrativa, nós conseguimos isso a partir do “Pelotas Metrôpole”, para ter acesso a recursos que permitiriam que fizéssemos um processo que decidisse onde nós iríamos investir. Inclusive, quando nós apresentamos ao Banco Mundial o “Pelotas Metrôpole”, ele foi um projeto decidido pela comunidade. Então, o que nós fizemos no curso desse processo: ao contrário do que Porto Alegre fazia, de decidir todos os anos o que investir, quais eram as prioridades, nós, em determinado momento, decidimos investir no futuro da cidade, a partir de um programa para atrair recursos. E definimos uma série de obras na cidade, umas que foram implantadas pelo atual governo e outras, diversas, que foram alteradas. Se fizermos uma comparação em relação à nossa experiência em Porto Alegre, que é o grande referencial do partido, e Pelotas, há uma diferença radical, muito grande entre um processo e outro, e por que se deu isso? A explicação que eu entendo adequada é que a conjuntura era totalmente diferente. Se nós compararmos a nossa experiência administrativa com a atual prefeitura, na questão da participação popular, nós veremos que a nossa administração baseou-se na participação popular, inclusive dentro do processo que culminou no “Pelotas Metrôpole”, que as pessoas pudessem dizer qual a prioridade em investimentos no programa futuro, e a atual administração não considerou qualquer possibilidade de participação popular, e inclusive desconstituiu o que a população havia decidido.

Pergunta: Sobre essa questão, falasse que a maioria das críticas veio das correntes e não do partido, mas no Seminário, o documento foi aprovado pela maioria do partido. Aí, queria te perguntar se concordas que algumas questões em relação a essa centralização, que falasse que é natural, se poderiam ter sido diferentes, se poderia ter havido um processo de mais participação, mais democrático, ou se nos limites que tinha, ele foi democrático.

Resposta: Acho que nos limites que tinha a administração, houve um esforço muito grande no sentido de possibilitar a opinião. Agora, volto a falar, há uma diferença cultural imensa entre a esquerda e o arcabouço jurídico que temos. Não é possível que um governo, seja qual for, eu não vejo nenhum governo do PT assim, que possa tomar decisões administrativas de forma colegiada. Não há como fazer isso, mesmo porque a responsabilidade fiscal e criminal recai sobre uma pessoa, então a hierarquia é uma consequência da nossa estrutura jurídica. Pensar uma administração pública nos moldes de um funcionamento que se entende democrático por um partido político, seria uma inversão completa do nosso sistema administrativo e eu não teria nenhuma alternativa administrativa e legal que compatibilizasse a dinâmica partidária com a dinâmica administrativa.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: Essa reforma foi essencialmente administrativa, nós tínhamos dificuldades administrativas em vários setores da Prefeitura e não se conseguia solucionar essas dificuldades com a equipe que estava no governo. Então, essa

reforma, a alteração de alguns quadros do governo se deu por motivos essencialmente administrativos.

Pergunta: Inclusive, perguntando especificamente, uma vez que esse tema sempre aparece na conversa com os entrevistados, na questão da SEURB?

Resposta: Exatamente. Nós não tínhamos na SEURB uma dinâmica administrativa que correspondesse à demanda social que tínhamos. Nós tínhamos processos extremamente morosos na SEURB, nós não conseguíamos dar uma resposta a um segmento social importante da cidade que demandava da Prefeitura a aprovação de projetos, precisávamos de uma dinâmica administrativa que desse conta disso. Esse foi o motivo daquela troca. E verificamos, a partir de dados demonstrativos, que, com a troca nós conseguimos estabelecer um sistema administrativo muito mais ágil. Então, do ponto de vista do gestor, a troca foi absolutamente fundamental, respondeu a uma determinada demanda social que não tinha vazão antes.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, que é uma questão histórica, de relação entre patrão e empregado, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo?

Resposta: Eu discordo desse pressuposto, de que é uma relação entre patrão e empregado. Esse é o grande problema do movimento sindical no setor público. No setor privado, a luta que se dá é para tirar o excedente, passar parte do lucro da empresa para os empregados, mas no setor público não acontece assim. Atender algumas demandas dos servidores públicos pode, em determinadas situações, prejudicar o atendimento a pessoas que são carentes. Nós temos, por exemplo, uma grande massa de pessoas que estão na miséria, quase na miséria absoluta, que sustentam a máquina administrativa, onde o Estado necessariamente tem que fazer uma opção. Ou dá retorno para estas pessoas, que contribuem financeiramente e

tem o direito legal de receber estes serviços, ou atende os servidores, isso é real. Acontece muito esse tipo de conflito. Pelotas vive um processo de decadência econômica muito grande. Nós temos um sistema tributário no País que é absolutamente perverso, a maioria dos municípios vivem do retorno do ICM, e a regra do retorno do ICM é basicamente a seguinte: é produto agregado, de forma que aqueles municípios que agregam valor em determinado produto, tem um retorno per capita muito maior. Então, o sistema tributário é um sistema que favorece aqueles municípios que já tem indústrias instaladas e desfavorece aqueles que não tem. As indústrias procuram os municípios também por razões de logística, se tem ou não uma infra-estrutura instalada. Então, é uma perversidade em que o sistema mantém os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, essa é a lógica. Infelizmente, Pelotas está entre os pobres. Se compararmos, por exemplo, o retorno dos tributos por habitante numa cidade como Pelotas e numa cidade como Triunfo, por exemplo, tem uma distorção imensa, enorme. Enquanto Triunfo tem uma capacidade de recursos para investir nas questões sociais, em Pelotas isso não acontece. Então, administrar uma cidade como Pelotas é um grande desafio porque é administrar uma grande falta de recursos. Os conflitos que tivemos com o SIMP decorreram desta sistemática, por que os trabalhadores da Prefeitura de Pelotas, de modo geral são extremamente mal remunerados. Se compararmos os servidores de Pelotas com os de outros municípios, os servidores de Pelotas vão perder comparativamente para a maioria dos municípios. Agora, o que acontece: Pelotas não tem recursos que lhe permita fazer um pagamento adequado aos servidores e daí, o conflito é natural. Os servidores querem receber, e tem o direito de receber melhor e a Prefeitura não tem condições de pagamento. Não é uma visão de mera questão política, é uma necessidade técnica de saber se vai poder pagar ou não. Em Pelotas, tivemos prefeitos que deram aumento e não conseguiram pagar. Então, esse conflito entre SIMP e Prefeitura, ele é natural, especialmente em cidades que têm uma deficiência (inaudível) muito grande. Foi isso que marcou nossa relação com o SIMP.

Pergunta: Ainda sobre o SIMP, como se deu o processo de negociações, o processo cotidiano de relações entre Prefeitura e SIMP?

Resposta: O SIMP tem uma dinâmica que na verdade não permite grandes processos de negociação. O SIMP tem uma tradição de fazer uma mesa de

negociação com a Prefeitura e apresentar demandas, e a cada resposta ou cada sugestão da Prefeitura, eles remetem para uma assembléia. Então, de fato, não há uma negociação. O que há é um processo de pressão política, onde a Prefeitura apresenta sugestões que são avaliadas pela categoria, se aceitam ou não aceitam. Essa negociação com o SIMP não é uma negociação que se dá em outras esferas da política e da economia, não é assim que acontece. Então, sempre quando tínhamos uma reunião de negociação, era basicamente um ato político de pressão sobre o governo, porque não havia qualquer possibilidade de o governo apresentar uma alternativa que os negociadores pudessem considerar se era viável ou inviável. Eles não respondiam a isso, não havia possibilidade de eles apontarem para qualquer coisa que pudesse ser menor do que aquilo que a categoria tivesse apontado.

Pergunta: Uma última questão sobre o SIMP. O corte das vantagens de vários servidores.

Resposta: Aquilo foi o seguinte: o Tribunal de Contas, ele vem num processo de estruturação muito forte e também num processo de busca de poder. É um Tribunal que tem uma natureza técnica, mas é composto a partir de elementos políticos, é a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que indica os conselheiros. Então, a política permeia muito o Tribunal de Contas, e então há uma tendência no País de estes tribunais estarem cada vez mais presentes e serem cada vez mais duros com o Executivo. Na nossa experiência administrativa, pegamos uma época em que o Tribunal de Contas apertou muito a cobrança sobre as prefeituras. Nas administrações anteriores, os administradores tinham concedido uma série de vantagens ilegais, que não tinham amparo legal, e o Tribunal vinha apontando essas irregularidades e mandando os prefeitos reconstituírem as vantagens concedidas, mas não aplicavam aos prefeitos qualquer penalidade. Quando tivemos a nossa experiência administrativa, o Tribunal teve uma posição muito mais dura, não só com Pelotas, mas com todos, e indicando penalidades, inclusive a não aprovação de contas por que o Prefeito não estava corrigindo aquelas irregularidades. O prefeito Fernando Marroni teve, em determinado momento, suas contas rejeitadas por que não atendia às determinações do Tribunal de Contas de corrigir aquelas irregularidades. Num determinado momento, foi insustentável para nossa relação com o Tribunal de Contas, nós não tínhamos alternativa senão fazer aquelas

(inaudível). Desde o primeiro momento, aliás, o governo tentou fazer aquelas correções, acontece que a questão administrativa era tão precária que não era possível compor um sistema de remuneração que fizesse as correções de uma forma correta. Nós vivíamos ainda na época da fichinha e não naquela época do sistema informatizado. Acumulou um processo de pressão do Tribunal de Contas por um lado e do trabalho que nós fizemos, por outro, de reestruturação administrativa, que nos permitisse gerar a folha de pagamento de uma forma muito mais adequada. Isso fez com que, num determinado momento, nós realizássemos aquelas correções indicadas pelo Tribunal. Isso se deu justamente num período em que houve uma negociação, foi após uma negociação com o SIMP, de reajuste salarial. Isso deu um argumento ao SIMP de que nós havíamos feito o reajuste salarial, mas teríamos retirado ganhos dos servidores. Mas não foi assim que aconteceu, aconteceu que nós tivemos que cumprir uma determinação. O que aconteceu no nosso governo e não aconteceu nos anteriores, é que o Tribunal de Contas teve uma postura muito mais enérgica do que tinha tido no passado. Sobre os rodoviários, nós tivemos, na minha opinião, uma disputa falsa com os rodoviários. O problema dos rodoviários nunca foi a catraca eletrônica. Nós tivemos, no início do processo, quando nós iniciamos uma discussão sobre licitação do transporte coletivo, uma visita dos rodoviários. Eles demandavam que não se fizesse a licitação, sob o seguinte argumento: com a licitação, as empresas que estão podem não ganhar a licitação e novas empresas virão. As novas empresas irão contratar empregados e, não necessariamente, aqueles que estão empregados agora. A opinião deles é de que isso, de alguma forma, constituía um perigo para os empregados que estavam empregados nas empresas de transporte coletivo. Só que a licitação do transporte coletivo era uma obrigação jurídica do governo, a lei determina que o sistema de transporte coletivo, que a escolha seja feita através de uma licitação pública e não através de acordos políticos, como os governos anteriores faziam. Nós tínhamos uma obrigação legal de buscar uma licitação do transporte coletivo e buscamos. O Sindicato, a partir desse argumento, para o pessoal do Sindicato era muito complicado fazer uma discussão pública onde eles pediam a permanência das empresas sem licitação (...) a partir disso, o Sindicato se apegou na questão do sistema de bilhetagem eletrônica. O sistema de bilhetagem eletrônica não cria e nunca criou, em lugar nenhum, risco ao emprego. O que acontece no sistema de bilhetagem eletrônica: primeiro, o Poder Público tem uma

capacidade de verificar aquilo que a empresa deve pagar de impostos, que não tem no sistema de catraca normal. Nesse sistema, o controle é muito precário, é fácil de mudar os números e pagar menos imposto. Segundo: no sistema de bilhetagem eletrônica, o gestor dos sistemas tem uma capacidade de verificação maior em relação àquelas linhas que têm horários onde há maior concentração de passageiros. Portanto, tem uma capacidade maior de demandar essas questões. No sistema tradicional ainda havia outro problema, onde as empresas acusavam os cobradores de extrair dinheiro do caixa a partir da adulteração da catraca, e a adulteração da catraca tradicional é muito fácil, bastava abrir, alterar o número e pronto. Então, as empresas acusavam os empregados de não querer alterar o sistema em razão de os empregados acabarem tirando valores das empresas. Então, os empregados tinham, teoricamente, interesses em manter isso por questões que não são lícitas. E as empresas tinham interesse em manter o sistema em função (inaudível). Então, a verdade é que o que motivou essa crise com os rodoviários foram esses elementos, mas a tradução política que o Sindicato deu foi uma tradução compatível com aquilo que a sociedade aceitaria. A sociedade não aceitaria o argumento de que não pode mudar o sistema por causa dos empresários e também não aceitaria o argumento de que tem que manter essas empresas porque senão outras pessoas poderão ser empregadas, que é uma questão individual. Então, esses argumentos não eram argumentos que tivessem eco na sociedade, então se criou uma questão puramente demagógica de que a catraca eletrônica ia tirar o emprego das pessoas. Para dar segurança aos trabalhadores, nós fizemos aprovar uma lei que, já tinha uma lei na verdade, que é para não permitir que o veículo trafegasse sem dois trabalhadores. Nós argumentávamos ao Sindicato: essa lei está em vigor mas nós podemos mandar outra lei para a Câmara, que torna mais rígido o processo assegurando que o veículo não pode trafegar sem dois trabalhadores. O sindicato não aceitava essa alternativa dizendo que a lei poderia ser alterada. Bom, se não adianta ter a lei então não adianta ter nada, pois mesmo no sistema normal, sem a catraca eletrônica, é possível desempregar. Andar só com motorista, sem o cobrador. Então, essa discussão não foi uma discussão verdadeira, foi uma discussão colocada para a sociedade a partir de uma lógica de que a catraca eletrônica iria provocar o desemprego, isso foi uma grande demagogia. A última questão, qual é mesmo?

Pergunta: Comércio.

Resposta: Comércio, é (...) comércio é um grande problema na verdade, porque a necessidade que a sociedade tem de incrementar seu comércio é uma necessidade vital, para atender demandas sociais. Tira o dinheiro dos impostos para atender a saúde, para atender a educação, para atender todas as demandas sociais. Um comércio que funciona parcialmente, que não funciona em determinados dias da semana, é um comércio que tem menor potencial de geração de imposto. Então, para a administração ter recursos para solucionar os problemas sociais, é importante incrementar essa atividade. Por outro lado, havia uma demanda social muito grande por que Pelotas é um pólo regional, os comerciantes das cidades pequenas da região querem comprar em Pelotas e utilizam o final de semana. E o comércio de Pelotas não funcionava. Os trabalhadores estavam divididos nessa questão, uma pesquisa da época indicava que 50% da categoria entendia que não tinha que trabalhar nos finais de semana e 50% da categoria dizia que tinha que trabalhar, para ter ganhos maiores. Mas o Sindicato tinha a posição que era de não mudar isso, mas na época foi feito um acordo entre comerciários e o sindicato dos patrões. Na verdade, a Prefeitura fixou isso depois do acordo, e não fez isso contra um acordo. O conflito dos comerciários não foi um conflito que nós criamos, porque de fato tinha um acordo. A Prefeitura simplesmente ratificou isso, estabelecendo horários.

Pergunta: Mas por que se deu aquele processo então, de o Sindicato denunciar a Prefeitura, acusar de ter traído os trabalhadores?

Resposta: Muito mais em função de uma demanda política. Logo depois disso veio o processo eleitoral e o presidente do Sindicato foi candidato por determinado partido político. Mas essa polêmica foi uma polêmica solucionada via consenso entre as partes, não houve uma imposição da Prefeitura nesse sentido. A nossa posição era de respeitar o acordo entre comerciários e comerciantes e a Prefeitura de fato respeitou, acho que é importante verificar essa questão. Me lembro bem que foi feito um acordo.

Pergunta: Eu tenho uma última pergunta para te fazer, mas quero voltar, porque na verdade eu esqueci, naquela questão do seminário interno do Diretório do PT. Por que existia a posição do Prefeito, ou seja, da corrente de vocês, que não deveria ser feito aquele seminário daquela forma, com a participação dos secretários, até

mesmo o Prefeito no dia disse que não ia fazer uma avaliação ali, que as avaliações deveriam ser feitas no governo, e não no partido. Isso era uma posição de vocês?

Resposta: Não lembro disso.

Pergunta: É, no início do Seminário. Vários entrevistados falaram sobre isso.

Resposta: O que eu lembro desse processo, era que nós indicávamos que o partido fazia avaliações do governo sem ter elementos que ajudassem numa boa avaliação e que havia a necessidade de um processo de apropriação do partido em relação aos temas do Executivo. Daí a importância de ter secretários no seminário, apresentar dados da administração, para que o partido também tivesse uma possibilidade melhor de avaliação. O que acontecia muito nas reuniões do Diretório do partido era fazerem avaliações políticas com completa ignorância em relação aos temas da administração, inclusive com completa ignorância sobre o arcabouço jurídico que envolve a questão. Havia pessoas do Diretório que achavam que o Prefeito poderia tomar determinada decisão, quando essa decisão era absolutamente ilegal. Tomá-la significaria perder o mandato e responder a processo criminal, inclusive ter sua liberdade restrita em função de um processo criminal. Então, havia uma diferença muito grande em relação à apropriação daqueles elementos administrativos por vários integrantes do Diretório Municipal, e daí foi o formato de seminário. Agora, não me lembro desse fato do Marroni ter falado que tinha que ter uma avaliação do governo, eu acho que ele possivelmente tenha falado na importância de a administração ter a sua avaliação. Não conheci nenhuma manifestação do governo de que o partido não deveria discutir essa questão.

Pergunta: Bom, para finalizar então, queria te pedir uma avaliação mais geral sobre o Governo, principalmente nessa questão das relações políticas, o que dirias que foram os principais fatos positivos e os principais negativos? Colocando inclusive a questão da possibilidade de um novo governo do PT em Pelotas, que questões deveriam ser modificadas?

Resposta: Olha, Lauro, na política nós temos uma tendência a pegar os bônus e não os ônus, acentuar os bônus e não os ônus. O que eu quero dizer é que as relações políticas que se estabelecem numa prefeitura, num governo, são fruto da dinâmica que existem naqueles grupos que de alguma forma fazem parte daquele processo. Quando o Partido dos Trabalhadores formula um processo como o OP,

que é uma referência mundial, que têm ações na saúde que são também referência mundial, ações na educação, nós estamos falando que o partido acumulou uma série de políticas importantes para a sociedade. Agora, também é verdade que o partido acumulou uma série de problemas políticos ao longo de sua história que refletem, não tem como não se refletir, nas suas administrações. Não é possível pensar, por exemplo, que se tenha um partido que tem relações absolutamente viciadas, que tem tendências internas que não conseguem pactuar acordos mínimos, e não imaginar que isso não se reflita na experiência administrativa. Então, a cultura política que o partido, ou os partidos que compõem uma determinada frente política gestam, elas inevitavelmente são reproduzidas também nas experiências administrativas. Eu acho que a nossa experiência em Pelotas foi absolutamente importante para a cidade, a cidade ganhou muito com a nossa administração, do ponto de vista dos regramentos, do ponto de vista da estruturação administrativa, do ponto de vista das políticas sociais, etc. Agora, também acho que a nossa experiência administrativa foi marcada, por um lado, por uma conjuntura absolutamente inóspita, do ponto de vista financeiro, da capacidade de organizar uma administração, de dar atendimento as questões sociais e contemplar servidores e etc, quanto ela teve o ônus de ter um ambiente político partidário bastante precário, infantilizado, na nossa opinião. As relações internas do Partido dos Trabalhadores eram relações muito ruins, muito pouco qualificadas, até por falta de quadros políticos que pudessem fazer um debate mais qualificado, é uma realidade que temos, e um certo sectarismo, que é próprio da esquerda, a esquerda tem uma tradição de ter a verdade, de ser a única a entender corretamente o mundo, que é uma arrogância própria de esquerda e se traduz em uma prática política arrogante. Isso é um fator que contamina o processo político, tanto do ponto de vista interno, quanto das administrações.

ENTREVISTA ANTÔNIO SOLER

02/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Eu sempre tive grande simpatia pelas questões de direitos humanos e questões ecológicas, sempre procurei me envolver com grupos que trabalhassem isso, no final da década de 70 e início da década de 80, eu era adolescente. Pouco depois teve as eleições, sempre me interessei pelo PT, mas só fui me filiar ao PT no início da década de 90, apesar de já ter simpatia há bastante tempo. Mas a minha militância mesmo, se deu na questão ambiental, trabalhando essa questão dentro do PT, e minha relação mais orgânica com o PT começou quando uma amiga minha, a Anália, me disse que iria haver uma seleção para a assessoria da bancada na Câmara de Pelotas e que teria uma seleção para a assessoria de saneamento e meio ambiente. Acabei fazendo a seleção e fui selecionado. Até então eu não conhecia ninguém e não tinha nenhuma atuação em nenhum grupo. Minha relação com o PT começou aí, depois passei para a assessoria jurídica da bancada, depois o Olívio ganhou as eleições, fui para o Programa Mar de Dentro e depois o Marroni ganhou e eu vim para a Secretaria de Urbanismo.

Pergunta: Soler, quando foi que entrasse na DS?

Resposta: Eu, na verdade, uma das últimas ações orgânicas que fiz no PT foi entrar para uma corrente, entrei para a DS quando já era secretário. Eu e o vereador Ivan Duarte entramos, num ato público que teve aqui com pessoas de Porto Alegre. Ali, eu entrei oficialmente para a DS, antes eu tinha uma boa aproximação com a corrente e votava nos candidatos deles, era simpatizante, mas não tinha essa relação mais orgânica. Antes disso, tive na BS um pouco antes. A minha entrada

para o Governo Marroni não foi por causa da DS, a minha saída sim, foi por causa da DS. A DS apoiou o meu nome, assim como outras correntes.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Essa posição não é minha. Lendo e estudando alguma coisa, sempre entendi que a gente constrói um projeto de partido e eu sempre procurei pautar minhas ações a partir das posições do partido. Levar adiante aquele programa, aquele projeto definido pelo partido para aquela área específica. Eu sempre participei das construções dos planos de governo nas eleições em que organicamente eu estava vinculado ao PT, a nível municipal, estadual e nacional. Sempre defendi a questão do plano concebido coletivamente e executado coletivamente. Eu sempre acreditei nisso, até porque a minha militância, na questão ecológica, a gente tem um viés forte com a questão do coletivo, em defesa do coletivo, uma organização mais horizontal. Eu custei a aceitar isso, foi caro para mim, e acho que paguei um preço caro por isso, custei a entender que a lógica não funcionava assim, na questão coletiva. Existem outras vozes, outras variáveis que interferem nesses planos. Assim, eu acho que o partido não pode estar submetido ao governo, deve ser o contrário, o governo é que deve estar submetido ao partido.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: É muito difícil trabalhar coletivamente, realmente é muito difícil fazer um trabalho coletivo, mas isso não deve ser justificativa para não fazer. O governo era muito centralizado, eu acho, as decisões mais importantes não necessariamente

passavam por um colegiado montado para discutir o governo, acho que um dos problemas que ajudou a aumentar as dificuldades foi justamente por não haver uma conexão efetiva entre os vários setores administrativos e políticos. Claro que existiram espaços, a gente fazia reuniões temáticas, mas essas reuniões não conseguiram, do ponto de vista da lógica da política, não permitiu que esses espaços avançassem no debate, o que a gente via eram reuniões setoriais e nestas reuniões a gente via uma grande dificuldade em buscar uma cooperação entre os setores, e existia uma lógica de cada órgão ou secretaria estabelecer uma meta e dentro desse objetivo seguir a lógica de fazer isso, independente das outras secretarias. Inclusive, mesmo que isso contrariasse a legislação ambiental e urbanística. Mesmo tendo a lei do nosso lado, nessas questões era difícil sensibilizar os outros órgãos no debate. E as decisões mesmas acabavam sendo não desses espaços e sim de algum gabinete, com algum vereador ou representante de algum interesse particular. Eu vejo que nesse período não houve uma possibilidade muito grande de se avançar no debate político, apesar dos debates nas reuniões do colegiado, mas ali mesmo não havia uma contestação efetiva. Mas quando saímos para a prática, para construir a política, não encontrávamos o apoio necessário, conforme discutido nas reuniões. Existia uma lógica mais forte que a lógica urbanística e ambiental, uma lógica que não entrava dentro do governo necessariamente e que também não estava dentro do partido, estava fora, dentro de um setor econômico da cidade e isso não necessariamente era uma questão de necessidade da cidade. Depois, teve os fóruns inter-setoriais e nós tivemos muita dificuldade nesse debate, sempre tinha dificuldade de levar esse debate adiante. Por outro lado, em outros temas era bem mais fácil reunir o secretariado e decidir facilmente. Uma questão importante era a centralização econômica, não havia nada que pudéssemos comprar dentro do governo que não tivesse que passar pelo Centro de Governo. Apesar de sermos ordenadores de despesas, as coisas não passavam sem ter um aval político do Secretário de Finanças. Se eu precisasse de um veículo, por exemplo, eu não conseguiria comprar sem convencer o Secretário de Finanças disso. Tudo era muito centralizado, ações de mais vulto na cidade só aconteceriam a partir do apoio desse Centro de Governo. Tinha que ter autorização do Centro de Governo. Tinha acompanhamento político e financeiro, acho até que financeiro mais forte. E se não tem recursos, não tem como fazer política.

Pergunta: Como era o funcionamento do Secretariado?

Resposta: Não lembro muito bem se existia um planejamento prévio para as reuniões do secretariado, acho que não existia. Lembro que num período tinham reuniões mais seguidas e em outras havia menos reuniões. E nessas reuniões não havia grandes discussões políticas, o governo tinha visões muito diferentes, tanto técnicas como políticas, e tinha uma dificuldade muito grande de compreender, por exemplo, a lógica da secretaria, a lógica da relação das secretarias com a coisa pública, era difícil colocar a discussão de conceitos como a questão da sustentabilidade, trabalhar a questão da participação popular na construção das políticas, havia uma resistência muito grande dessa abertura à participação. Isso, de certa forma, se reproduziu dentro do secretariado, havia resistência para fazer as coisas de forma mais aberta, mesmo com a existência do Orçamento Participativo, que não foi um grande colaborador nosso. Não havia um grande debate, geralmente as reuniões do secretariado tinham como objetivo o repasse de informes sobre a sua secretaria e geralmente, quando havia divergências, elas eram resolvidas numa reunião com o Prefeito ou com o Vice-Prefeito e os secretários que divergiam, não havia espaço para grandes debates. Lembro que uma vez houve um debate, não foi bem debate, mas uma cobrança forte do Prefeito sobre o secretário e o secretário não levou a questão adiante, porque o Prefeito fez valer a sua postura de chefe e encerrou a discussão. Não era um espaço para debater questões macro. Depois, a Prefeitura resolveu trazer uma consultoria para estabelecer metas, como empresas, estabelecendo metas (...) na minha avaliação. Aí havia reuniões para avaliar essas metas, mas não havia debate político de fundo ou raramente aconteceu um debate político de fundo. As principais questões da minha parte a gente acabou resolvendo diretamente com o Prefeito.

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma

oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: Eu vejo que houve uma desaceleração das propostas iniciais do governo, o governo tirou o pé do acelerador. Em muitas coisas nós retrocedemos e isso fica evidente com a eleição de um projeto de centro-direita na outra eleição. Na verdade, eu não sei muito bem o que aconteceu, não tenho uma visão completa deste cenário. Tenho algumas partes dele montada e acredito que essa reestruturação, na qual houve a minha saída, talvez o principal seja porque desde o primeiro dia de governo a gente não tinha uma política diferente do que vinha sendo implementado antes. Primeiro, é interessante dizer que eu não tinha nenhuma vontade de ser Secretário de Planejamento Urbano, que se fosse para ser secretário, eu queria ser secretário de meio ambiente. Apesar de ter sido convidado para isso, eu não aceitei por que nós tínhamos uma discussão coletiva e tinha outro nome, eu defendi esse nome. Eu fui convidado pelo próprio Prefeito e pela Miriam, eu tinha uma proximidade com eles, e eu sempre defendi esse outro nome, do Alexandre, para a secretaria. Eu acabei aceitando a Secretaria de Planejamento Urbano porque ninguém queria essa bucha, o nome que estava sendo colocado o Prefeito não queria e aos 44 do segundo tempo, não me deram muita opção, eu estava em Porto Alegre, não tive muito como dizer não, como minha família morava aqui, para mim seria bom voltar para cá e acabei aceitando. Mas não era meu desejo, aceitei pela questão coletiva. Aquela secretaria era uma bucha, tinha corrupção, todo tipo de malefícios que pode ter a administração pública, os processos eram uma bagunça, ninguém achava nada, não tinha caneta, não tinha banheiro, era um caos. O nosso primeiro trabalho foi montar a secretaria, que apesar de ser antiga, de fato não existia. O primeiro ano foi para organizar essa bagunça toda a achar processos perdidos há anos. Procurávamos fazer tudo dentro da legalidade, mas claro que dentro da nossa proposta de esquerda. Havia desde pequenas corrupções, como o presente, uma garrafa de vinho, até grandes corrupções. Claro que com esse enfrentamento, tinha muita gente que não gostava do nosso jeito de trabalhar, as pessoas precisavam esperar os procedimentos para ter as liberações e antes não acontecia isso, dependendo do empreendedor. Isso, apesar de proibido, acontecia. A gente quebrou esse processo de questões ilícitas e mais ainda, colocamos a

questão da sustentabilidade, o que era mais difícil ainda. O espanto foi tão grande com relação a essa mudança que numa reunião que eu fui com o SINDUSCON eles perguntaram para mim se a partir daquele momento eles iriam ter que passar a acatar o que estava previsto na Constituição Federal, como se em Pelotas nós estivéssemos fora dessa legalidade. Claro, esses processos eram liberados rapidamente e agora precisava esperar 10, 15, 20 dias, isso atrasa a lógica do capital. Então, criou-se um ambiente de que a secretaria atrasava as licenças. Nós começamos a pedir, por exemplo, o alvará de proteção contra incêndio, que era obrigatório e que não era pedido. Claro que fazer essas exigências tem um custo, tem um tempo. Muitas vezes nós mandávamos os empreendedores juntarem documentos e eles não faziam isso e aí atrasava o procedimento. Nós tínhamos um tempo, em média de 30 dias, para dar uma licença, o que para uma cidade com este tamanho está perfeitamente adequado. Então, isso não atendeu interesses de setores da cidade. Junto com isso, nós passamos a cobrar também a responsabilidade dos funcionários, o cumprimento de horários, de rotinas de trabalho, e isso desagradou setores da tecnocracia da Prefeitura. Esse processo desagradou também membros da coligação que apoiava o governo, em razão de interesses que foram contrariados, de pessoas que tiveram atividade autuada ou não tiveram um alvará liberado. Essas pessoas passaram então a procurar outros caminhos para atender seus interesses, por fora da secretaria. Aí então, vereadores telefonavam para pessoas do Centro de Governo, pressionavam, num primeiro momento mais suave, mas no final de uma forma mais efetiva, no sentido de fazer com que determinadas coisas não fossem feitas dentro dos parâmetros legais. Aí houve um terceiro descontentamento, que foi o político, que várias pessoas do governo, e do partido também, passaram a vislumbrar a importância daquela Secretaria para a cidade. Passaram a perceber que esse poder estava sendo utilizado de uma maneira que não atendia alguns interesses de setores poderosos, que, por exemplo, contribuem para a campanha nas eleições. Aí, a forma para resolver as questões foi, então, a reforma do secretariado, para efetivar a minha saída. Vários fatos levam a esta conclusão. A avaliação dos indicadores da secretaria era bastante positiva, sempre alcançamos marcas bem acima daquelas estabelecidas. Tínhamos processos bem executados, as respostas eram dadas com clareza, embasadas legalmente. Mas solicitar para um hipermercado, por exemplo, cumprir certas exigências, as pessoas acabam entendendo que é o governo quem

deve abrir mão para o empreendimento. A lógica foi essa, manter o *status quo*, deixar a Bento Gonçalves como ela está, do que organizar a avenida. Nós optamos por fazer uma política parecida com o que está sendo feito hoje.

Pergunta: Começando a concluir nossa conversa, qual a avaliação geral que fazes da experiência da gestão da Frente Popular em Pelotas, principalmente nas questões referentes às relações políticas estabelecidas? O que achas que foi acertado, quais as principais falhas e tendo em vista a possibilidade de eleição do Marroni para novo mandato, quais questões tu entendes que deveriam ser aprofundadas para uma nova gestão?

Resposta: Aqui, como em vários lugares, decepcionou. O principal é a decepção política, mas tem também a decepção pessoal. Não é tão importante, mas para mim também é. Tinha algumas pessoas em quem eu acreditava. Acho que isso é importante de registrar, a decepção política é mais relevante nesse processo. Eu acho que a gente acabou fazendo, do ponto de vista político, grandes inovações. Das experiências que eu conheço, o Governo Marroni foi o melhor disparado, mas não foi aquele que a gente trabalhou e construiu. Se a gente comparar os planos de governo a gente vai ver que a grande maioria das coisas não foi realizada. Politicamente, a gente trabalhou bem mais na questão da transformação das relações e do *status quo* e das relações de poder, mas não mudamos, nós mantivemos o *status quo*. Deu para perceber claramente que ser, por exemplo, secretário de um governo, não se sobrepõe, por exemplo, ao presidente do SINDUSCON. É ele quem efetivamente decide na questão do urbanismo. Após a minha saída, isso aconteceu, pois toda a questão da sustentabilidade e outras questões colocadas por nós, desapareceu da secretaria. Voltou para lá aquela história de liberação urgente de processos. Eu vejo que não basta ter na mão poder político público estatal, isso não é suficiente para fazer mudanças, é preciso ter um outro tipo de poder, que é o poder econômico, que é quem gerencia as relações. Porque aí vem a eleição e eleição é número de votos. Vários projetos foram engavetados depois da minha saída, inclusive o Plano Diretor. Houve uma decepção política, não sei se por imaturidade minha, mas houve. A lógica da submissão do poder central ao capital, a lógica eleitoreira de trocar políticas por votos, essa lógica de evitar contrariar interesses para manter as relações de poder como estão, não comprar briga com servidores que têm poder lá dentro. Coisa que nós fazíamos, não

premiar o servidor que não trabalhava e tinha poder acumulado. E eu vi isso acontecer em outros setores. Não se trabalhava pela lógica pública da legalidade, se trabalhava mais pela lógica eleitoral pragmática, se determinada política fosse contrária a interesses e isso fizesse perder votos, então não se fazia. Nós tentamos mudar essa lógica, mas não conseguimos. A esquerda não fez esse debate, a esquerda recuou, negociou salários. A esquerda foi decepcionante, mas para a cidade, foi bom, resgatou e criou políticas importantes, mas não era aquele governo que a gente queria, foi um governo bem diferente daquele que a gente queria.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo

partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Não lembro detalhes destes documentos. Mas isso acontecia direto, nas conversas que a gente tinha isto aparecia, as críticas colocadas. Mas, falando da SEURB, a gente tinha um corpo técnico e tal, tinha possibilidade fazer as coisas, mas era sempre limitado, por exemplo, na questão das finanças. Então acho que nós vivenciamos essa centralização. Em algum ponto deve existir, mas não pode ser um absolutismo. As questões que coloquei sobre a dificuldade de convencer o governo para permitir que a secretaria adquirisse coisas, demonstram essa centralização absoluta. Desde o segundo mês de mandato nós solicitamos ao Prefeito e realização de concurso para a secretaria, e nos dois anos que estive lá, não saiu um concurso. Essa centralização não pode paralisar setores de uma secretaria que precisam dar respostas à comunidade. Com essa centralização excessiva, as secretarias ficam estagnadas. Claro que tem que haver um acompanhamento das políticas, mas tem que ser de modo diferente. Essa experiência que tive foi boa, gostei de trabalhar, mas essa centralização tirou um pouco da potencialidade, em algum momento ela trabalhou contra as propostas em favor do interesse público. Acho que o partido fez bem ao fazer as críticas, mas não vi essas críticas no momento da reforma do secretariado, não vi o partido defender o retorno aos trilhos, a volta ao projeto original. Acho que essas críticas foram amenizadas no momento da reorientação dos cargos, foi isso que acho que realmente aconteceu. A crítica diminuiu quando houve essa reorganização dos cargos. O partido não teve forças para exigir algo além da distribuição dos cargos. Deu para perceber que o partido tem pouco poder, depois o prefeito tem um pouco de poder e quem tem poder mesmo são os setores econômicos. Para o nosso

partido, faltou firmeza ideológica. Fica muito difícil trabalhar um avanço político da cidade com um partido fraco. Com o partido fraco e o governo centralizado, nesse quadro podemos dizer que essa centralização age no sentido de neutralizar a pressão dos movimentos sociais. Isso permitiu a efetivação de políticas particulares como, por exemplo, colocar dentro de tal secretaria pessoas ligadas a determinados interesses. No momento que houve a crítica, houve a reforma e a crítica diminuiu.

ENTREVISTA ANTÔNIO CLEFF

30/09/2008

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaria que tu me descrevesse a tua trajetória de militância, movimentos sociais em que militou e quando se deu tua entrada no PT.

Resposta: Comecei a militância através do sindicato. Em 91, comecei na ASUFPEL, tinha proximidade com outros militantes, me filiei a partir daí, comecei dentro do partido, até ir para o governo. Comecei a participar mais a partir do momento em que o Marroni assumiu como deputado, colaborei no mandato dele.

Pergunta: E a atuação no movimento sindical?

Resposta: Fui várias vezes diretor da ASUFPEL, comecei trabalhando com esporte, que sempre gostei. Antes, não tinha nenhum vínculo político, comecei como diretor de esportes, dois mandatos e depois fui para a Coordenação Geral, fiquei 10 anos como diretor, até o ano passado.

Pergunta: Levando em consideração a origem do partido, fundado a partir da conjunção de uma série de movimentos sociais e populares que atuavam no final da década de 70 e início dos anos 80, com uma tradição de militância e organização bastante fortes e muito diferente da origem dos partidos tradicionalmente criados no Brasil, quase sempre através de arranjos entre as elites, gostaria de te pedir que me falasses sobre a tua visão acerca do papel que um partido como o PT deve exercer em um governo comandado pelo partido. Como devem se dar as definições sobre as políticas a serem implementadas por esses governos?

Resposta: Nossa experiência no Executivo Municipal demonstra um pouco o esvaziamento do partido. A maior parte das pessoas que fazia parte da direção do partido começou a fazer parte do governo. Outra questão é que é difícil trabalhar no

Executivo e ter funções no partido, é difícil isso. Isso deixava o partido enfraquecido. Acho que a gente deveria trabalhar de forma diferente, ter pessoas que tocassem o partido independente de estar assumindo cargos no Estado. Nós ficamos fragilizados enquanto partido.

Pergunta: Toni, só pra ficar mais claro: tu entendes que o partido deve ter mais participação na política geral do governo?

Resposta: Sem dúvida. O partido tem que ter essa linha e disputar isso. O governo tem que ter o compromisso de implantar as políticas que o partido tem.

Pergunta: Agora, gostaria de saber tua visão em relação a estas relações durante o governo do PT e da Frente Popular aqui em Pelotas. Para isso, vou te citar dois momentos da discussão realizada pelo PT sobre o governo e pedir que faças tuas observações sobre estes momentos, qual a visão que tens sobre as posições adotadas pelo partido e se concordas com elas. Em outubro de 2001, pouco mais de dez meses após a posse do Prefeito Fernando Marroni, foi realizado um Encontro Municipal do PT em que, além de outros temas em debate, foi discutida a questão do governo. Sobre este debate, podemos ver no Caderno de Resoluções do Encontro, editado pela Secretaria de Formação do partido, que a avaliação feita pelo mesmo dá conta da situação encontrada pelo governo quando assumiu a Prefeitura, ressaltando as péssimas condições encontradas, elogiando as medidas administrativas tomadas no sentido de recuperar a capacidade da Prefeitura para que esta pudesse prestar melhores serviços à população e fazer com que o programa de governo fosse colocado em prática. Porém, nesse texto é explicitada pelo partido uma preocupação quanto à “excessiva centralização por parte do Centro de Governo” e cinco resoluções são definidas pelos delegados ao Encontro no que diz respeito a este tema, sendo que algumas delas são a composição de uma Coordenação de Governo plural, representando as diversas correntes do partido e os outros partidos da Frente Popular, bem como a constituição de um Conselho Político, com a representação dos partidos aliados e de representantes dos movimentos sociais que apoiavam o projeto da Frente Popular e ainda, a realização de reuniões do partido nos bairros da Cidade e nos seus núcleos, para avaliação do governo e o levantamento de propostas de políticas a serem implementadas pelo mesmo. Já em dezembro de 2002, o Diretório Municipal do PT

realizou um Seminário com a finalidade exclusiva de avaliar o governo dirigido pelo partido. Neste Seminário, quatro correntes internas apresentaram documentos para subsidiar a discussão (PT Amplo e Democrático, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista e Democracia Socialista). Estes documentos têm uma simetria bastante grande em relação à avaliação feita, pois criticam com força a “centralização do governo por parte do Prefeito e de seu grupo político” e algumas áreas de atuação do mesmo, especialmente o Orçamento Participativo levado a efeito pela administração. O documento final aprovado pela maioria dos membros do Diretório caminha neste sentido e faz uma série de propostas ao governo, respaldando aquelas deliberações tomadas no Encontro de 2001 e indicando alterações que deveriam ser feitas em políticas específicas e na equipe do Governo. Com base nestas questões, gostaria de solicitar tua avaliação e posição sobre o tema.

Resposta: Quem está no governo, quer que as coisas aconteçam, e acaba se afastando um pouco do partido, eu vivi um pouco disso. Diminuí a minha participação enquanto militante quando assumi essa tarefa no governo. A participação do partido tem que ser melhor pensada, o governo, eu concordo, agiu de forma centralizada, acho que a relação poderia ser melhor e a composição do governo também, com o PT e os outros partidos. Algumas questões, como Orçamento Participativo, acho que as obras que foram feitas não eram tão importantes em relação ao que a cidade precisava, acho que só no último ano conseguimos traçar melhor (um planejamento). Sei que 2% da população participou. Eu sinto, ainda hoje, que há uma centralização demasiada, há uma certa dificuldade, o núcleo era mais fechado, limitava a participação, acho que se deveria facilitar mais a participação do partido e dos movimentos. Essa relação não foi legal não, na Câmara, para aprovar os projetos (...).

Pergunta: Pouco depois do Seminário realizado pelo PT, o governo procedeu à chamada “reforma do secretariado”, no início de 2003. Porém, as áreas atingidas por esta reforma não tiveram simetria com aquelas propostas pelo PT e a forma de implementação de políticas, mesmo as mais criticadas, foram pouco ou nada alteradas. Assim, algumas das mudanças realizadas geravam fortes críticas internamente, ressaltando aqui a troca do Secretário de Planejamento e Urbanismo, ligado à DS, que na época era uma das correntes que internamente mais polemizavam com o governo. Assim, para alguns, essa reforma foi vista como uma

oportunidade para o governo de “dar o troco” nos críticos, ao mesmo tempo em que cedia mais espaço para correntes que ou não criticavam ou pouco o faziam, ao passo que membros do governo justificavam a reforma como necessidade administrativa. Qual tua opinião sobre o tema?

Resposta: A reforma foi política e administrativa. Acho que foi mais administrativa que política. Naquele momento, vivíamos dificuldades, acho que em alguns casos, como por exemplo, no urbanismo, foi problema administrativo sim, dificuldades que se tinha lá, mas acho que isso é natural, não vejo que seja em função de uma corrente ter sido mais crítica ou menos crítica.

Pergunta: Gostaria de saber sobre a questão da relação estabelecida entre o Prefeito e o Centro de Governo e os secretários do governo, tanto na questão das relações cotidianas como em relação ao funcionamento das reuniões do secretariado. Quanto a este, expressavam-se divergências de opiniões? E como elas eram resolvidas? Como era o funcionamento dessa instância?

Resposta: A maioria das questões passava pelo secretariado, a grande maioria sem dúvida passava. O secretariado se reunia permanentemente, tinha em torno de duas reuniões por mês. Claro que não teve grandes polêmicas e discussões, grandes divergências, mas foram bem democráticas, as pessoas tinham a liberdade de se expressar e colocar as opiniões. Não havia uma disputa mais acirrada nesse fórum.

Pergunta: Durante o Governo da Frente Popular, ocorreram alguns atritos deste com movimentos sociais, destacando-se aí o embate com o SIMP, onde as relações foram bastante tensas durante praticamente todo o tempo, a questão do projeto que previa a adoção de catracas eletrônicas no transporte coletivo do município e que contrapôs o governo ao Sindicato dos Rodoviários e ainda, a questão da abertura do comércio aos sábados à tarde, colocando em lados opostos o governo e o sindicato da categoria. Ressalto aí que nestas questões os movimentos tiveram forte apoio dos demais movimentos da cidade, inclusive da CUT. Que opinião tens sobre a questão, como achas que estes episódios foram conduzidos pelo governo? Junto com isso, peço que faças tuas considerações finais.

Resposta: Minha participação no governo foi uma das coisas mais legais da minha militância, pude dialogar, aprender bastante. Pude ter bastante relação social e acho que todo aquele que milita quer isso. Tive uma relação bem tranquila com todas as

forças do partido, o quadro de CCs na Secretaria era bem amplo. Tenho a expectativa de que a gente ganhe essa eleição novamente, se tivéssemos ganho a reeleição poderíamos concretizar uma porção de coisas. Espero que a gente não cometa os mesmos erros, que se consiga ter uma relação mais efetiva e direta com o partido e com os movimentos sociais, acho que deixamos um pouco a desejar sobre isso, mas faz parte da primeira experiência. Que isso de fato nos sirva para aprender e que a gente supere as dificuldades e tenha os movimentos sociais junto, que melhore as relações com os servidores, que nos prejudicou inclusive a vitória na reeleição.